



HISTÓRIA DE
**NOVA
MUTUM**

PREFEITURA MUNICIPAL
NOVA MUTUM

SECRETARIA MUNICIPAL DE
EDUCAÇÃO E CULTURA

— HISTÓRIA DE —
NOVA MUTUM



— HISTÓRIA DE — **NOVA MUTUM**

PESQUISA E REDAÇÃO: TIAGO LUIZ FRANZ

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

2020

Copyright © 2020 por Prefeitura Municipal de Nova Mutum

História de Nova Mutum

Prefeitura Municipal de Nova Mutum

1ª Edição

1ª tiragem – Maio de 2021 – 1.000 exemplares

Pesquisa e redação:

Tiago Luiz Franz (Jornalista 3621SC)

Revisão:

Carlos Pace Dori

Diagramação:

Gerência de Comunicação/Prefeitura Municipal de Nova Mutum

Comissão de Gestão e Acompanhamento:

Elena Maria Maass Lima (Secretária Municipal de Educação e Cultura)

Mauro Antônio Manjabosco (Gerente de Gabinete)

Jimmy Anderson Huppés (Secretário Municipal de Indústria, Comércio e Turismo)

Diego Weber da Silva (Assessor de Imprensa)

Edinaldo Nogueira de Souza (Coordenador de Jornalismo e Cerimonial)

Débora Marchesan Bonini (Coordenadora do Departamento de Cultura)

Elizabete Costa Guimarães (Presidente do Conselho da Cultura/Historiadora)

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

História de Nova Mutum / Prefeitura Municipal de
Nova Mutum ; pesquisa e redação : Tiago Luiz
Franz. -- 1. ed. -- Nova Mutum, MT : Secretaria
Municipal de Educação e Cultura, 2020.

ISBN 978-65-994575-0-0

1. História do Brasil 2. Nova Mutum - Mato Grosso
(MT) - História I. Franz, Tiago Luiz.

21-62514

CDD-981.72

Índices para catálogo sistemático:

1. Mato Grosso : Civilização : História 981.72
Aline Grazielle Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MUTUM

Gestão Administrativa 2017 a 2020

Adriano Xavier Pivetta	Prefeito Municipal
Leandro Félix	Vice-prefeito
Luciana Cristina Martins Trevisan	Procuradora Geral
Mauro Antônio Manjabosco	Gerente de Gabinete
Anke Schwabe	Secretária Municipal de Saúde
Elena Maria Maass Lima	Secretária Municipal de Educação e Cultura
Jimmy Anderson Huppes	Secretário Municipal de Indústria, Comércio e Turismo
Marinês Cavalin Pivetta	Secretária Municipal de Cidadania e Assistência Social
Onésio Botelho	Secretário Municipal de Obras e Viação
Renato Kremer	Secretário Municipal de Agricultura e Meio Ambiente
Roberto Bento Hilário	Secretário Municipal de Administração
Terezinha Arissava	Secretária Municipal de Finanças e Orçamento
Toshio Onghero Takagui	Secretário Municipal de Esportes e Lazer

Agradecimentos

Agenor Darci Przendziuk (in memorian)
Alex Brescovit Maciel
Cristiano da Silva Lino
Geder Luiz Genz
Jania Maria do Nascimento
João Batista Pereira da Silva

SUMÁRIO

PREFÁCIO Por: Prof. Elena Maria Maass Lima	11
INTRODUÇÃO	15
CAPÍTULO I História antiga da região.....	21
Genealogia Municipal.....	21
A ocupação da região antes da colonização europeia	21
A ocupação da região no período do Brasil colonial e imperial	23
Os primórdios de Diamantino: “município-mãe” de Nova Mutum	28
<i>Navegação Paranista – do Arinos ao Atlântico</i>	28
Os primórdios de Nobres.....	33
Sistemas mercantis e produtivos.....	34
CAPÍTULO II Colonizações no território de Nova Mutum	43
Fazendas antigas – externas aos projetos de colonização.....	44
Projeto Jaudylândia – Gleba Iracema	50
<i>A família Rachid Jaudy</i>	50
<i>Colonização da Gleba Iracema</i>	56
Colonizações no período militar – “Integrar para não entregar”	61
<i>Processo migratório</i>	63
<i>Construção e asfaltamento da BR-163 (Cuiabá-Santarém)</i>	64
Projeto de Colonização Mutum.....	71
<i>José Aparecido Ribeiro – o colonizador</i>	71
<i>Colonização de Nova Mutum</i>	72
<i>Pioneiros e sua chegada à Colonização Mutum</i>	83
São Manoel e Novo Horizonte	88
<i>Alaor Antonio Zancanaro – o colonizador</i>	88
<i>Colonização de São Manoel</i>	89
<i>Colonização de Novo Horizonte</i>	96
Gleba Ranchão.....	97
<i>Pré-colonização</i>	99
<i>O assentamento</i>	99
Outras colonizações.....	102

CAPÍTULO III A Vila Mutum e o Distrito de Nova Mutum (1978 a 1988).....	105
Fundação da Vila Mutum.....	105
Formação da comunidade mutuense	109
Criação do Distrito de Nova Mutum	118
Eleições Municipais de 1982	119
Desenvolvimento de Nova Mutum.....	121
<i>Infraestrutura</i>	121
<i>Subprefeitura de Nova Mutum – município de Diamantino</i>	128
<i>Outras organizações públicas</i>	134
<i>Saúde</i>	135
<i>Educação: primeiras escolas</i>	136
Sociedade civil organizada	148
<i>Comunidade católica</i>	148
<i>Comunidade evangélica luterana</i>	154
<i>Juventude Mutuense Evangélica e Católica (Jumec)</i>	156
<i>Demais comunidades religiosas</i>	156
<i>Associação Recreativa de Nova Mutum (ARNM)</i>	158
<i>Associação de Desenvolvimento Comunitário de Nova Mutum (ADCNM)</i>	161
<i>Associação dos Funcionários da Coopervale de Nova Mutum (Asfuca)</i>	164
<i>Clube de Mães “Mãe Carolinda”</i>	165
<i>Rotary Club</i>	167
<i>Organizações esportivas</i>	167
<i>Entidades representativas dos produtores rurais</i>	168
 CAPÍTULO IV Emancipação político-administrativa de Nova Mutum.....	 171
“Nova Mutum quer emancipar”	171
Comissão Pró-Emancipação.....	177
A anexação de Ranchão e São Manoel e a oposição à emancipação	182
Preenchimento dos requisitos mínimos	186
Plebiscito.....	188
Tramitação do PL n. 101/87 na Assembleia Legislativa	192
Sanção da Lei	196
Anexos.....	199
 CAPÍTULO V A economia agropecuária de Nova Mutum	 213
Pecuária bovina	215
Agricultura	218
<i>O início</i>	218
<i>Arroz</i>	222
<i>Soja</i>	225

<i>Milho</i>	227
<i>Algodão</i>	229
Cooperativas e empresas agrícolas	230
<i>Experimentos e descobertas</i>	236
Crises econômicas	240
Suinocultura: uma alternativa em meio à crise	244
<i>Copermutum e Intercoop</i>	248
Avicultura: continuando a verticalização	263
Piscicultura	264
Fruticultura	266
Agroindústrias	269
CAPÍTULO VI Município de Nova Mutum: primeiros passos (1989 a 2000)	273
Primeira administração pública (1989 a 1992)	273
<i>Eleições de 1988</i>	273
<i>Boleslau Dziachan</i>	277
<i>Gestão pública</i>	278
<i>Primeira Legislatura</i>	290
Segunda administração pública (1993 a 1996)	295
<i>José Carlos Menolli</i>	295
<i>Gestão pública</i>	298
Terceira administração pública (1997 a 2000)	303
<i>Gestão pública</i>	305
Sociedade Civil Organizada	306
<i>Credimutum</i>	308
<i>Comunidade adventista</i>	311
<i>CTG Porteira da Amazônia</i>	313
Fundação Municipal de Ensino Superior de Nova Mutum (Fumesunm)	316
Símbolos oficiais do município	323
Festa das Nações e Expomutum	326
Santa Rita do Trivelato: anexação a Nova Mutum e emancipação	333
“Monumento da Santa”	335
A migração para Nova Mutum na década de 1990	337
CAPÍTULO VII Nova Mutum no século XXI (2001 a 2020)	339
Quarta e quinta administrações públicas (2001 a 2008)	339
<i>Adriano Xavier Pivetta</i>	339
<i>Novo Centro Político Administrativo</i>	343
Sexta administração pública (2009 a 2012)	348
<i>Lírio Lautenschlager</i>	348

<i>Setor público e outras instituições</i>	350
Sétima e oitava administrações públicas (2013 a 2020).....	351
Sociedade Civil Organizada (2001 a 2020)	354
<i>Associação dos Beneficiários da Rodovia da Produção</i>	354
<i>Outras organizações</i>	356
Monumentos mutuenses	356
<i>“O Semeador” e outras obras de Nelson Piga</i>	356
<i>Locomotiva a vapor – Praça dos Migrantes</i>	359
REFERÊNCIAS	363

PREFÁCIO

Nova Mutum se aproximava do trintenário quando tomamos a importante decisão de realizar este trabalho: uma ampla pesquisa sobre a história do município, entregue à população em forma de livro. Esta ação já era estudada desde 2016, porém foi no primeiro semestre de 2018, ano marcado por uma extensa programação oficial alusiva aos 30 anos da nossa emancipação político-administrativa, que o trabalho efetivamente começou. Na ocasião, a comunidade manifestava de variadas formas o seu amor por Nova Mutum. Era notório o sentimento comum de valorização da nossa história, nossos símbolos e pioneiros. E em meio a esse intenso e nobre espírito de civismo, a necessidade desafiadora de preservar a nossa memória coletiva se mostrava cada vez mais urgente, por se tratar de uma antiga e relevante demanda da comunidade, constantemente trazida à Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Sem nenhuma pretensão de tomar o lugar da academia e dos historiadores profissionais – até mesmo porque ainda não dispomos, em nosso município, de cursos/pesquisa de História em nível acadêmico/universitário –, intencionamos, com o empreendimento desta pesquisa, enquanto administração municipal, tão somente desempenhar o papel de zelar por nosso patrimônio histórico e cultural. Patrimônio este que, como em qualquer comunidade, é peremptoriamente ameaçado pelo frugal passar do tempo. Assim, entendemos que este livro é o primeiro passo de um conjunto de ações necessárias à preservação da nossa história. Não é de hoje que projetos como a criação de uma casa da memória para Nova Mutum estão em discussão adentro à gestão pública, já em processo de estudo para implantação.

Estamos conscientes de que esta obra é uma importante e original contribuição à ainda incipiente historiografia de Nova Mutum, inaugurada pelo Pe. José Renato Schaefer com seus três livros pioneiros voltados ao tema. Buscamos ampliar e fundamentar diversos tópicos, preencher lacunas, identificar e articular os ciclos históricos com critérios técnicos e de forma semelhante a grandes historiografias. Basicamente, documentar os fatos mais relevantes da nossa história. O capítulo IV, por exemplo, detalha com total ineditismo a história do processo emancipatório de Nova Mutum. Almejamos, com isso, subsidiar futuros historiadores, que, a partir deste livro, poderão melhor delimitar seus trabalhos e traçar suas metodologias de pesquisa; além, é claro, de proporcionar à comunidade mutuense, especialmente às novas gerações e aos moradores mais recentes, uma ótima fonte de conhecimento da nossa história – um livro que, com certeza, será de grande utilidade para toda

a nossa rede de ensino, bem como para concursandos e todos os interessados na história deste jovem e promissor município mato-grossense.

O trabalho de pesquisa e redação, que durou pouco mais de dois anos (2018 a 2020), foi acompanhado e orientado por uma comissão composta por servidores da Secretaria Municipal de Educação e Cultura e do Departamento de Comunicação da Prefeitura Municipal, incluindo professores com formação em História. A execução da pesquisa e redação foi confiada a um jornalista profissional, com formação acadêmica, contratado para tal finalidade após um levantamento prévio feito pela comissão. Morador de Nova Mutum desde 1989, o jornalista Tiago Luiz Franz, atualmente com 35 anos de idade (2020), aceitou e cumpriu a missão de ir a campo colher e dar forma verbal à nossa história.

Nunca é demais ressaltar que – enquanto instituição pública – em todos os momentos tivemos no horizonte a consciência e responsabilidade de realizar um trabalho imparcial, apolítico e totalmente comprometido com a ciência histórica, com a veracidade dos fatos e com a correta exposição dos eventos históricos. Tais critérios pesaram também para a delimitação das temáticas abordadas no livro. Como o leitor poderá observar, nossa história mais recente – século XXI – foi tratada de modo mais sucinto e balizado. Abstivemo-nos de apresentar mais profundamente a história das gestões públicas no referido período, levando-se em conta nossa posição de ocupantes temporários da administração municipal, que poderia ser entendida por algumas pessoas como um fator de conflito de interesse e possível interferência política no trabalho. Isto posto, julgamos que esse ciclo histórico poderá ser mais bem pesquisado e explanado em empreendimentos futuros.

Para encerrar, manifesto minha pessoal satisfação por ter podido coordenar tão importante trabalho, contando com total aval e apoio do prefeito Adriano Xavier Pivetta. Desde o início, a gestão tratou este empreendimento com a maior seriedade, dando total liberdade para que a equipe pudesse atuar com profissionalismo e imparcialidade. O resultado, avalio, é de uma enorme riqueza. Para mim, uma agradável e instigante leitura, repleta de significado. Em tempo, deixo meus mais sinceros agradecimentos às cerca de cinquenta pessoas que doaram seu tempo ao nosso pesquisador, concedendo entrevistas e acesso a seus acervos pessoais de fotos e documentos; pessoas sem as quais este trabalho jamais seria possível.

A todos, uma excelente leitura!

Novembro de 2020.

Prof.^a Elena Maria Maass Lima
Secretária Municipal de Educação e Cultura de Nova Mutum (2014 a 2020)

INTRODUÇÃO

Toda pesquisa parte de um problema – uma questão a ser respondida – e requer uma delimitação do objeto a ser estudado. Em se tratando da pesquisa histórica, as perguntas “Como?” e “Por quê?” geralmente são os fios condutores da investigação. Como determinado evento ocorreu? Quais foram as causas? E sendo o objeto de estudo um município, isto é, um ente geográfico-político com sua comunidade de pessoas, as indagações que exortam a pesquisa podem ser: “de que forma esse município se formou?”, “quais os acontecimentos que fizeram com que ele se tornasse o que é, e não outra coisa?”. Assim, pesquisar a história de Nova Mutum (MT) implica responder a: “o quê decorreu ao longo do tempo para que Nova Mutum se tornasse o município que conhecemos hoje?”; “quais os eventos históricos – políticos, econômicos, sociais e culturais – que moldaram Nova Mutum?”.

Mesmo histórias relativamente recentes como a de Nova Mutum estão sujeitas a se perderem com o tempo, ou se tornarem confusas e deturpadas. Basta que os registros e memórias comecem a se dissolver antes que alguém os reúna, organize, interprete e exponha ao público. Quantos mutuenses ou moradores do município têm conhecimento de que há duzentos anos, no tempo do Império do Brasil, já se navegava pelo rio Arinos de Diamantino (MT) a Belém (PA), e que a cerca de quarenta quilômetros da atual cidade de Nova Mutum havia uma espécie de alfândega para controle das mercadorias transportadas pelo rio? Quantos sabem sobre a exploração destas terras por seringalistas no início do século XX e os efeitos disso na futura colonização do território? Ou sobre o delicado plebiscito de emancipação que demandou reforço policial e por pouco não acabou em violência? E por que a primeira agroindústria da cidade envolveu a suinocultura e não outra atividade?

Foi, portanto, da necessidade de se documentar o passado e se propor uma primeira historiografia para Nova Mutum que despontou o presente trabalho. A pesquisa foi desenvolvida a partir das metodologias de revisão bibliográfica e pesquisa de campo, utilizando-se, para tanto, de ferramentas como entrevistas, pesquisa hemerográfica (jornais, revistas e periódicos) e consulta a documentos de naturezas diversas (registros dominiais, acervos públicos e privados).

Em assuntos ainda pouco explorados e com pequena bibliografia, como é o caso da história de Nova Mutum, a pesquisa de campo acaba sendo fundamental. Ainda assim, este trabalho partiu de uma revisão de toda a bibliografia disponível, não somente dos livros pioneiros do Pe. José Renato Schaefer (2003, 2010, 2018),

os únicos que tratam propriamente da história de Nova Mutum, mas também de obras que visitam o assunto, como os livros de Taisa Pivetta Tissiani (2011) e Leni Chiarello Ziliotto (2014). Recorreu-se ainda a importantes obras da historiografia de Mato Grosso, muito bem representada pelo Pe. José de Moura e Silva, famoso historiador de Diamantino, e pela professora doutora Elizabeth Madureira Siqueira, da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Para a metodologia da pesquisa histórica, a revisão bibliográfica funciona como um “reconhecimento do terreno” a ser percorrido pela investigação. Do mesmo modo, é essencial para a elaboração das hipóteses a serem testadas.

A pesquisa de campo, principal instrumento investigativo deste trabalho, seguiu metodologia muito semelhante a utilizada por Cristiano Desconsi (2011) em seu livro *A marcha dos pequenos proprietários rurais: trajetórias de migrantes do Sul do Brasil para o Mato Grosso* – fruto de sua dissertação de mestrado em Ciências Sociais pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) –, que consta entre as referências bibliográficas desta pesquisa. O método consiste na captação de narrativas de pessoas, por meio de entrevistas dialogadas (gravadas em mp3 e depois transcritas), em um ou mais contatos com os entrevistados (algumas das entrevistas foram concedidas por escrito, via correio eletrônico). Somam-se a isso dados secundários de bibliografias, dados censitários e documentos de naturezas diversas. No processo, as narrativas de pessoas permitem o melhor mapeamento do objeto (os fatos históricos mais relevantes), que vai se delineando ao longo da pesquisa. E a partir do cruzamento dessas entrevistas com os dados de bibliografias, documentos, entre outros, faz-se exame, aferição e complementação das informações.

Ter pioneiros de Nova Mutum ainda vivos e com boa memória foi de extrema importância para a pesquisa. Assim como a revisão bibliográfica, algumas das entrevistas também foram fundamentais para a fase de mapeamento das fontes e temas centrais. Das 53 entrevistas realizadas, 15 tiveram duração acima de 60 minutos. E, a partir dos contatos considerados estruturantes para o trabalho, a lista de fontes foi se ampliando. Em boa parte dos temas, os entrevistados podem ser considerados fontes primárias, pois foram agentes diretos nos eventos relatados. Dos entrevistados também adveio grande parte do acervo de documentos e fotografias que embasaram a pesquisa e que figuram entre os anexos e imagens publicados no livro.

Desde a fase do planejamento deste trabalho, levou-se em conta a definição de pesquisa e escrita da história segundo a historiografia contemporânea, conforme descreve Elizabeth Torresini:

Anunciada por estudos e procedimentos técnicos desenvolvidos desde o Renascimento, a historiografia contemporânea desenvolveu-se no século XIX, quando os estudiosos da história são influenciados pela ideia de

produzir conhecimentos fiéis aos fatos, comprovando-os através das fontes históricas disponíveis. [...] O uso do arquivo e o desenvolvimento da pesquisa sobrepõem-se à imaginação, à retórica e ao pensamento livre do historiador. (TORRESINI, 2010, [s.p.]).

Assim, evitando as abstrações das ciências sociais, cabe ao historiador examinar as fontes com rigor, compreender e descrever os documentos e delinear a ordenação cronológica dos acontecimentos e de suas correlações. Nesse sentido, o método da história pouco difere do jornalístico (área de formação do pesquisador e redator deste livro). As diferenças normalmente são de grau, como na profundidade e no rigor da pesquisa e narrativa. Também há distinções de estilo, mais ou menos acentuadas a depender da abrangência do assunto. Este livro, por adentrar em tópicos bastante recortados e pormenorizados da história de um município – uma realidade, portanto, micropolítica –, em vários momentos aproximou a linguagem do estilo jornalístico, assemelhando-se a livros do gênero “Grande Reportagem” ou “Livro-reportagem”. São características deste gênero a menor utilização de formalidades acadêmicas e a maior frequência de citações de fontes orais. Contudo, como foi concebido e finalizado vide normas de trabalhos acadêmicos, este livro acaba sendo um meio-termo entre os dois estilos.

Pelo exposto até aqui, pode-se observar que todas as etapas do método histórico – heurística, crítica, hermenêutica, síntese e exposição – foram cumpridas no decorrer do presente trabalho. Resumidamente, a heurística lida com a identificação de material relevante (evidências históricas) a ser usado como fonte de informação; a crítica consiste no processo de avaliação das fontes, determinando sua autenticidade e contexto; a hermenêutica diz respeito à interpretação dos dados para saber se eles respondem às questões inicialmente levantadas; e, por fim, a síntese e exposição é a abordagem formal feita pelo pesquisador, de acordo com o resultado das etapas anteriores.

Buscou-se ao máximo a checagem e referenciação de cada dado colhido, especialmente das entrevistas orais. Nos tópicos mais importantes, as narrativas foram cruzadas para depuração de inconsistências. Assim, os assuntos com informações conflituosas receberam maior atenção na aferição dos dados.

Ocorre que nem o mais rígido trabalho de pesquisa histórica está livre de imprecisões. Se o cânone da historiografia contemporânea é produzir conhecimentos fiéis aos fatos e comprovados pelas fontes históricas disponíveis (TORRESINI, 2010), é intrínseco que o trabalho do historiador seja revisto e ampliado à medida que novas fontes são acessadas. E não se pretende aqui, com essa abordagem, eximir-se da responsabilidade pelas informações contidas nesta obra, tampouco desculpar-se por eventuais falhas, mas sim apresentar de forma honesta uma das grandes e já esperadas dificuldades enfrentadas por esta

pesquisa: a aferição de grande volume de dados em relativo curto espaço de tempo e por apenas um pesquisador.

Desde o planejamento da pesquisa, a comissão que acompanhou o jornalista pesquisador (composta por servidores da Secretaria Municipal de Educação e Cultura e do Departamento de Comunicação da Prefeitura Municipal, incluindo professores com formação em História) esteve ciente de que se trata de um trabalho desbravador que, como na exploração de uma densa mata, “abre a trilha” para os que vierem em seguida. Portanto, dada a impossibilidade material de ser cem por cento justo com todos os personagens históricos – citando sempre todos os envolvidos em determinado fato, por exemplo –, espera-se a compreensão das pessoas que porventura não se sentirem contempladas de uma forma ou de outra.

Neste livro, a síntese e exposição da história de Nova Mutum está estruturada em sete capítulos, que correspondem aos ciclos históricos – ou “veios históricos”, como prefere o padre José de Moura e Silva (2011, p. 12) – mapeados pela pesquisa. Para fins de contextualização, o Capítulo I traz um breve apanhado sobre a região, da pré-história até meados do século XX, passando pela história dos municípios que compõem a “genealogia” de Nova Mutum, como Cuiabá, Nobres e Diamantino. No capítulo seguinte, aborda-se o período marcado pelas iniciativas de colonização das terras da região, que compreende as décadas de 1950 a 1980. Já o Capítulo III apresenta a história da formação da comunidade mutuense desde a fundação da Vila Mutum (1978) até 1988, ano em que Nova Mutum se tornou município. O Capítulo IV foi todo dedicado à história do processo emancipatório decorrido em 1987 e 1988, assunto nunca antes pesquisado em detalhes.

Já o Capítulo V é uma exceção na ordenação cronológica. Nele se aborda separadamente a economia agropecuária de Nova Mutum, de 1950 até os dias atuais (os ciclos anteriores a 1950, como o da borracha, constam no Capítulo I). Optou-se por um capítulo à parte pela amplitude e especificidade dos temas, e porque a duração das atividades econômicas quase sempre perpassa os blocos de tempo demarcados pelos demais capítulos. A cronologia é retomada no Capítulo VI, onde se expõe os primórdios do município de Nova Mutum, no período de 1989 (quando da instalação oficial do município) até 2000, que compreende as três primeiras administrações e legislaturas municipais. Por fim, o Capítulo VII corresponde a Nova Mutum do século XXI (2001 até o presente).

A despeito das lacunas deixadas, o presente livro é o mais amplo trabalho já realizado sobre a história de Nova Mutum, em termos quantitativos e em diversos aspectos. Certamente, uma grande contribuição aos futuros historiadores e um grande passo para a preservação da memória coletiva de Nova Mutum.

Feliz
a nação
que tem
o senhor
por seu
Deus

Sl 32,8

Se o
Senhor
não guardar
a cidade,
em vão vigiam
as sentinelas

Sl 126,1





CAPÍTULO I

HISTÓRIA ANTIGA DA REGIÃO

Genealogia Municipal

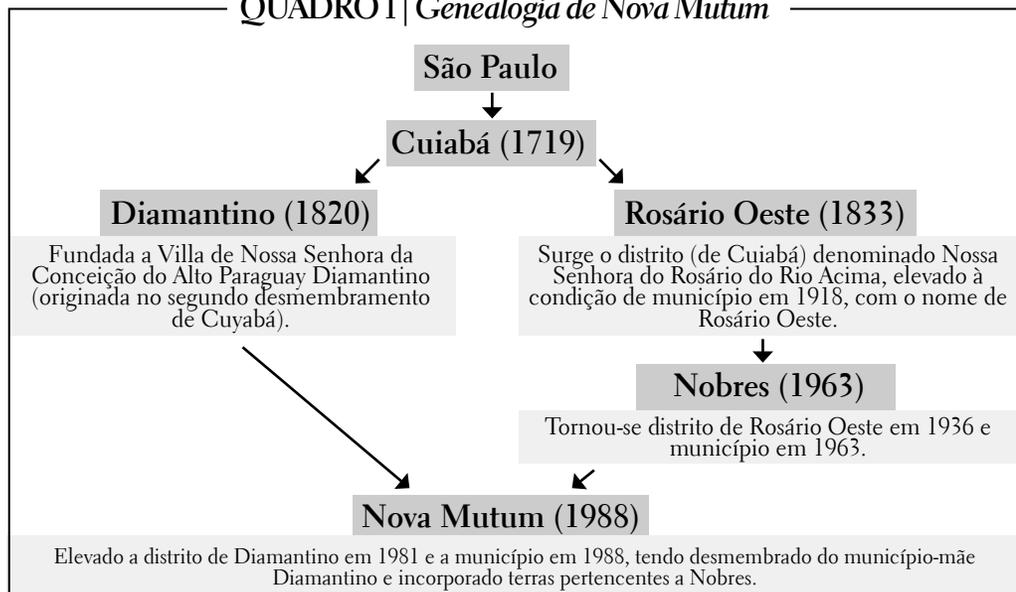
Nova Mutum é um município brasileiro pertencente ao Estado de Mato Grosso, localizado na Mesorregião 127, Microrregião 523 – Alto Teles Pires. Seu território foi desmembrado, em 1988, dos municípios de Diamantino e Nobres. Diamantino, por sua vez, desmembrou de Cuiabá em 1820, ainda no tempo do Brasil colonial. Nobres desmembrou de Rosário Oeste em 1963, e Rosário Oeste desmembrou de Cuiabá em 1918, já no período republicano. A atual capital do Estado de Mato Grosso, Cuiabá, foi fundada em 8 de abril de 1719 pelo bandeirante paulista Pascoal Moreira Cabral, que meses antes encontrou ouro no local. Na ocasião, o arraial pertencia à Capitania de São Paulo, instituída pela Coroa Portuguesa¹.

A ocupação da região antes da colonização europeia

A origem do homem americano, segundo as teorias mais aceitas por historiadores, antropólogos e arqueólogos, é externa ao continente. Os primeiros humanos teriam chegado à América do Sul por meio de rotas migratórias. Os vestígios mais antigos do *homo sapiens sapiens* já encontrados remontam a aproximadamente cinquenta mil anos, no Estado do Piauí. Mato Grosso tem atualmente diversos sítios arqueológicos catalogados, em municípios como Campo Verde, Poconé, Jangada, Chapada dos Guimarães e vários outros (SIQUEIRA; COSTA; CARVALHO, 1991).

¹ No aspecto político-administrativo, os principais ciclos históricos de Mato Grosso são: Capitania (período do Brasil colonial – primeiro pertenceu à Capitania de São Paulo e depois tornou-se Capitania de Mato Grosso), Província (período do Brasil imperial) e Estado/Unidade Federativa (período do regime republicano).

QUADRO 1 | Genealogia de Nova Mutum



Fonte: elaboração do autor.

Ao que tudo indica, as primeiras ocupações humanas no Centro-Oeste estão vinculadas à presença de grupos de caçadores-coletores que se estabeleceram na região no final do Pleistoceno e o início do Holoceno, entre 10 e 12 mil anos antes do presente (AP). (OLIVEIRA; VIANA, 1999-2000, p. 167).

De acordo com Siqueira, Costa e Carvalho (1991), os primeiros homens a viverem na região “[...] se organizavam em pequenos grupos, com grande mobilidade espacial, baseada na disponibilidade de recursos alimentares. Concentravam-se em abrigos no período chuvoso, mantendo maior dispersão no período seco.” Também havia grupos de agricultores e ceramistas que já conheciam o fogo, técnicas de cultivo e processavam seus alimentos. Os sítios arqueológicos encontrados em Mato Grosso foram classificados como pertencentes às tradições Aratu, Bororo, Complexo Dourado, Descalvado, Itaparica, Pantanal, Serranópolis, Tupi-guarani, Una, Uru e outros. As numerosas etnias indígenas existentes no Estado foram classificadas em cinco troncos linguísticos: Tupi-guarani, Macro-Jê, Aruaki, Karib e línguas isoladas.

No Planalto dos Parecis, que abrange parte de Nova Mutum, há indícios da tradição Serranópolis, entre 7.050 a.C. e 5.050 a.C., encontrados em ambientes fechados como grutas. Eram caçadores-coletores e ocorriam em pequenos grupos. Não produziam cerâmicas, mas sim instrumentos ósseos de elaboração simples. Em Nova Mutum não havia nenhum sítio arqueológico cadastrado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) até 2011,

quando surgiram três registros, de autoria de Marcio Antonio Telles e Dr. Leandro Duran. Estes registros dão conta de dois sítios lito-cerâmicos a céu aberto e um provável sítio habitação tipo aldeia, associada a uma ocupação tipo ceramista (IPHAN, [2020]). No entanto, pouco se sabe até o momento sobre estas descobertas.

Ao tratar da etno-história de Diamantino, o Padre José de Moura e Silva, em seu livro *Diamantino: 283 anos* (2011, p. 19), lista como povos indígenas diamantinenses: “Apiaká (tupi), Bakairi (karíb), Iránxe (alófila), Kayabi (tupi), Mundurukú (tupi), Nambikwara (jê com ramo próprio), Pareci (aruák), Rikbáktsa (jê), Umútina (jê de ramo bororo).” Desses, somente os Pareci ainda se encontram em Diamantino.

No município de Nobres há, até os dias de hoje (2020), duas aldeias do povo Bakairi, na reserva denominada Terra Indígena Santana, às margens do rio Novo, cabeceira do rio Arinos, sendo estas as povoações atuais mais próximas da cidade de Nova Mutum.

Ao relatar a expedição do famoso Barão de Langsdorf (vice-cônsul da Rússia no Rio de Janeiro) empreendida em 1828 – de Diamantino a Belém (PA), navegando pelos rios Preto e Arinos até o Amazonas –, o Padre José Renato Schaefer (2018, p. 24) menciona notas do pintor francês Hércules Florence, que participou da viagem. Os registros reportam-se à passagem da expedição pela embocadura do rio dos Patos, que, além de já ter esse nome na época, era considerado “rico em ouro e diamantes, mas perigoso devido aos índios”. Pouco se sabe sobre a veracidade dessas afirmações, e o autor (Schaefer) reconhece que não há certeza sobre a presença de índios no rio dos Patos.

Mais adiante, Padre Renato menciona que, possivelmente, na região da atual fazenda Marape, habitavam índios Beijo de Pau, que teriam sido dizimados por seringueiros. Os que restaram teriam sido levados ao Parque do Xingu. Acrescenta que na região que compreende Nova Mutum havia índios Apiacás, Caiabis e Bacairis, que tinham o hábito da perambulação para caçar e pescar.

A ocupação da região no período do Brasil colonial e imperial

A CONQUISTA DO CENTRO-OESTE PELOS BANDEIRANTES PAULISTAS

De acordo com o Tratado de Tordesilhas, firmado entre Portugal e Espanha dois anos após o descobrimento da América, ou seja, em 1494, as terras hoje concernentes ao município de Nova Mutum deveriam pertencer aos espanhóis, por estarem situadas a oeste da linha divisória. A penetração dos portugueses para além do limite se deu com a ação dos bandeirantes, inicialmente paulistas, que adentraram terras de Goiás e Mato Grosso que deveriam oficialmente pertencer à Espanha.



Índias Pareci. Fonte: Lacoste Ainé-Bartolomé Bossi (1865). In: SILVA, 2011.



Índio Nambikwara do Juruena: uma das diversas tribos que habitaram a região de Diamantino. Pintura de Mylene Paese. Reprodução fotográfica de Carlos Luiz de Freitas. In: SILVA, 2011.



Bandeirante Manuel de Campos Bicudo, em expedição pelo Rio Cuiabá. *In:* <www.almanaquecuiaba.com.br>.



Igreja do Senhor Bom Jesus de Cuiabá. *In:* <www.olharconceito.com.br>.

Os espanhóis chegaram primeiro, todavia, não povoaram as terras mato-grossenses. Siqueira, Costa e Carvalho (1991) relatam que o governador da província do rio da Prata, Alvar Nuñez Cabeza de Vaca, foi o primeiro a enviar expedições de reconhecimento ao território que hoje compete a Mato Grosso. As expedições começaram pelas águas do rio Paraná Grande. Cabeza de Vaca determinou a Domingos Martinez de Irala que subisse o rio Paraguai a partir de Assunção. Na década de 1540, Martinez de Irala alcançou as águas do rio Paraguai e atravessou o Pantanal Mato-grossense, região onde habitavam os famosos índios Xaraiés, rumando após para os Andes.

Foi a partir da segunda metade do século XVII que bandeirantes paulistas conquistaram e povoaram o território de Mato Grosso. Entre 1673 e 1682, os bandeirantes Manuel de Campos Bicudo e Bartolomeu Bueno da Silva subiram o rio Cuiabá até a sua confluência com o rio Coxipó-Mirim, onde acamparam denominando o local de São Gonçalo. Na região, encontraram índios Bororo. Muitos foram aprisionados em combate e levados para São Paulo como escravos. Quem primeiro alcançou as cabeceiras do rio Tapajós, ou seja, os rios da Bacia Amazônica que nascem a norte de Cuiabá, foi a grande bandeira de Manuel de Campos Bicudo e seu filho Antônio Pires de Campos.

Conforme Ferreira (2014), em 1718 a bandeira de Pascoal Moreira Cabral alcançou São Gonçalo com a finalidade de aprisionar índios, mas seus homens terminaram por encontrar ouro. Moreira Cabral enviou Fernão Dias Falcão à vila de São Paulo a fim de comunicar a descoberta aurífera, e em 8 de abril de 1719 lavrou a ata de fundação de Cuiabá. A vila passou a receber uma grande quantidade de pessoas, das mais variadas partes da Colônia. Logo em seguida foram encontradas jazidas também no rio Coxipó, às margens do córrego Mutuca, e Moreira Cabral foi designado oficialmente guarda-mor das minas. Ao primeiro dia do mês de janeiro de 1727, Cuiabá recebe foro de vila por determinação do Capitão-General de São Paulo, passando a se chamar Villa Real do Senhor Bom Jesus do Cuyabá.

Com a “febre do ouro” surgiram as monções do sul, que eram os caminhos pelas águas de São Paulo até Cuiabá. O primeiro roteiro partia do rio Tietê, antigamente conhecido como Anhemi, subseguiu pelo grande rio Paraná, o Párdua, o Induí, e após uma travessia por terra pelos Campos da Vacaria tomava os rios Miranda, Paraguá, São Lourenço e, enfim, o Cuiabá. O segundo roteiro também iniciava pelos rios Tietê, Paraná e Párdua, porém na sequência pegava o Sanguessuga e, após uma travessia por terra pelo Varadouro de Camapuã, continuava pelos rios Coxim, Taquari, Paraguai, São Lourenço e Cuiabá. Havia ainda um caminho por terra que, saindo de São Paulo, passava por Franca e Vila Boa (Goiás).

PERÍODO COLONIAL – CAPITANIA DE MATO GROSSO

Foi somente em maio de 1748 que a Coroa portuguesa criou a Capitania de Mato Grosso, desmembrada do território da Capitania de São Paulo. Sua capital foi Vila Bela da Santíssima Trindade, de 1752 a 1815. Dois anos depois, Portugal e Espanha acordaram o Tratado de Madrid (1750), em substituição ao Tratado de Tordesilhas, que já não era mais respeitado. Visto que as usurpações em relação à linha de Tordesilhas eram mútuas – com Portugal na América, adentrando parte da Amazônia e do Centro-oeste, e a Espanha na Ásia, colonizando as Filipinas, Ilhas Marianas e Ilhas Molucas –, o novo tratado acabou por compensá-las, cabendo a cada qual as terras que de fato ocuparam. Assim, as terras mato-grossenses passaram a ser, oficialmente, posse do rei de Portugal.

Durante o período da sociedade colonial havia três camadas sociais: os homens livres (fazendeiros, comerciantes, burocratas do estado), que eram as elites, a camada média (militares de baixa patente, mineiros, pequenos agricultores) e os escravos. Entre os indígenas existiam os mansos e os selvagens, que empreendiam ataques às monções (SIQUEIRA; COSTA; CARVALHO, 1991). E, com o surgimento dos povoados, teve início a questão agrária. O primeiro regime de cessão de terras a particulares foi o sesmarial, originado de um antigo costume medieval da península ibérica, adotado por Portugal a partir do século XIV. “As sesmarias coloniais eram porções de terras dadas pelo rei através dos capitães-generais aos colonos que tivessem requerido através de ofício determinada porção de terra, a que chamavam data [...]”, explicam Siqueira, Costa e Carvalho (1991).

No regime sesmarial que vigorou no Brasil colonial e, portanto, também na Capitania de Mato Grosso, a concessão das sesmarias obedecia a um trâmite com três etapas fundamentais. Primeiramente, o colono solicitava ao capitão-general uma certa porção de terra, alegando os motivos pelos quais a desejava. Em seguida o capitão-general concedia a data em caráter provisório e enviava o pedido ao rei de Portugal. Por fim, o rei expedia a carta definitiva por meio do Conselho Ultramarino.

O fim do período colonial foi marcado pela decadência das minas de ouro, ocorrida no final do século XVII, o que acarretou uma significativa redução dos roteiros monçoneiros.

PERÍODO IMPERIAL – PROVÍNCIA DE MATO GROSSO

Após 322 anos do descobrimento das terras brasileiras por Pedro Álvares Cabral, e durante a decadência do garimpo em Mato Grosso, deu-se o “nascimento da nação brasileira”. Em 1822, com a declaração da independência, o Brasil deixou de ser uma colônia de Portugal e tornou-se império, por um período que foi até 1889.

Foi no tempo do império que surgiram as bases da cidadania brasileira. Instituiu-se a estrutura da legislação nas províncias e criaram-se as assembleias legislativas provinciais (em 1834). Assim, a Assembleia Legislativa de Mato Grosso iniciou seus trabalhos em 1835, na época com vinte deputados (SIQUEIRA; COSTA; CARVALHO, 1991). O território da província correspondia aos atuais estados de Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Rondônia.

Os primórdios de Diamantino: “município-mãe” de Nova Mutum

A criação do município de Diamantino, por Alvará Régio – assinado por D. João VI no Rio de Janeiro –, ainda sob o nome de Villa Nossa Senhora da Conceição do Alto Paraguay-Diamantino, aconteceu em 23 de novembro de 1820. Naquele tempo ainda não se estabeleciam os limites territoriais de villas/municípios, apenas a localização da sua sede. A delimitação do território municipal de Diamantino ocorreu trinta anos mais tarde, em 28 de junho de 1850. Porém, mais de um século antes desse fato histórico, Diamantino já era um arraial, com seu núcleo formado poucos anos após a fundação de Cuiabá. Foi em 18 de setembro de 1728 que o Capitão-mor de Sorocaba, Gabriel Antunes Maciel, escreveu à Câmara Regente de Cuiabá comunicando a descoberta de ouro na localidade. A partir daí, “Diamantino foi criado arraial por direito público, direito concedido pelo governo português ao descobridor de ouro.” (SILVA, 2011, p. 09). Até hoje os diamantinenses comemoram o aniversário do município no dia 18 de setembro.

A Resolução n. 106, de 16 de julho de 1895, elevou o termo de Diamantino à categoria de Comarca, com a denominação de Alto Paraguay-Diamantino, compreendendo o município do mesmo nome. Em 16 de julho de 1918, recebeu foro de cidade, com denominação de Diamantino, por força da Lei n. 772.

Diamantino foi o terceiro município de Mato Grosso a ser criado, após Cuiabá e Villa Bella da Santíssima Trindade. Padre Moura destaca que o município teve, de 1728 a 1908, um território de 225.654,00 km². Hoje, após muitos desmembramentos, como Nova Mutum, Lucas do Rio Verde e Tapurah, a área de Diamantino não passa de 5.713,10 km².

NAVEGAÇÃO PARANISTA – DO ARINOS AO ATLÂNTICO

No final do Brasil colonial e na primeira metade do período imperial, mais intensamente entre 1820 e 1850, o rio Arinos (que limita o atual território de Nova Mutum a sul e a oeste) foi parte de uma rota comercial de grande importância para Diamantino e demais povoados mato-grossenses. A chamada navegação paranista, ou “carreira do Pará”, consistia em um roteiro monçoneiro para o norte, e tem esse nome porque ligava Diamantino a Belém do Pará, pelos rios

Arinos, Juruena, Tapajós e Amazonas. Belém, por estar localizada próxima à foz do rio Amazonas no Atlântico, era o centro irradiador do comércio na Amazônia. E Diamantino, por estar localizada exatamente no divisor de águas entre as bacias platina e amazônica, recebia e enviava expedições fluviais tanto a sul, pelo rio Paraguai, como a norte, pelo Arinos.

Em seu livro *Nova Mutum e Santa Rita do Trivelato: história e fundação* (2018), o Padre José Renato Schaefer relata² que antes da metade do século XVIII já havia aventureiros estabelecidos às margens do Arinos, como o padre Manoel Bernardes, vigário de Cuiabá, que em 1746 partiu para uma recém-descoberta mina no Arinos. Chamava-se Arraial de Santa Isabel, situado cerca de trinta quilômetros acima da barra do rio Claro, na chamada “Ilha Comprida”. O padre Bernardes encontrou lá estabelecido o padre Antônio Reis de Vasconcelos, com quem entrou em conflito. Excomungaram-se mutuamente e formaram dois partidos. Os moradores deste arraial teriam dizimado índios que viviam nas proximidades. Mas o arraial logo acabou em decadência, devido à pobreza dos minerais encontrados e logo desapareceu.

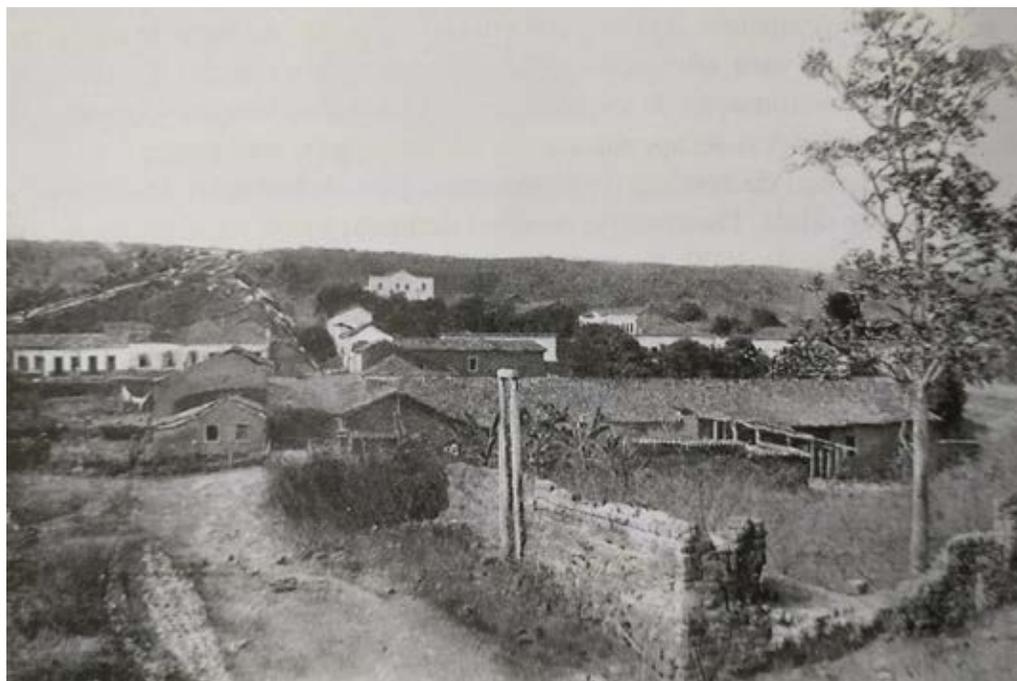
Em 1812 – continua o Pe. Renato –, João Miguel de Castro e Antônio Tomé de França, animados pelo general Francisco de Paula Maggessi (barão de Vila Bela), empreenderam viagem pelo Arinos. Regressaram após cerca de um ano, pelo mesmo caminho fluvial, e foram nomeados capitães em Cuiabá. Assim, abriu-se oficialmente a navegação paranista, que perdurou por aproximadamente quarenta anos. Outra fonte (PORTAL MATO GROSSO, 2020) acrescenta que a expedição de Castro e França foi realizada por ordem do Marquês de Aracati e constava de uma Igaratá (canoa grande e alta) e sete batelões (barcaças), comportando 72 pessoas, sendo oito brancas, entre patrões e passageiros de Diamantino, 57 camaradas e sete negros escravos. A viagem percorreu uma distância estimada em 485 léguas, com duração de 114 dias.

O ponto inicial da navegação era o “Porto Velho”, a dez léguas de Diamantino, situado pouco abaixo da confluência do rio Preto, que passa pela fazenda São João e desemboca no Arinos. No porto se fazia embarque e desembarque de canoas e batelões que levavam ouro, diamantes, dinheiro e pele de animais até Belém do Pará. De Belém traziam roupas, armas, munições, sal e guaraná de ralar. Um batelão carregava até mil quilos de carga. No porto, o general Maggessi mandou criar, em 1814, uma espécie de alfândega rudimentar (SCHAEFER, 2010, 2018).

2 As fontes pesquisadas pelo Padre José Renato Schaefer foram:

1)SIQUEIRA, Joaquim da Costa. Compêndio histórico cronológico das notícias de Cuiabá, repartição da capitania de Mato Grosso. – Desde o princípio do ano de 1778 até o fim do ano de 1817. Revista Trimensal de História e Geografia ou Jornal do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro, 1 trim. 1850. p. 94.

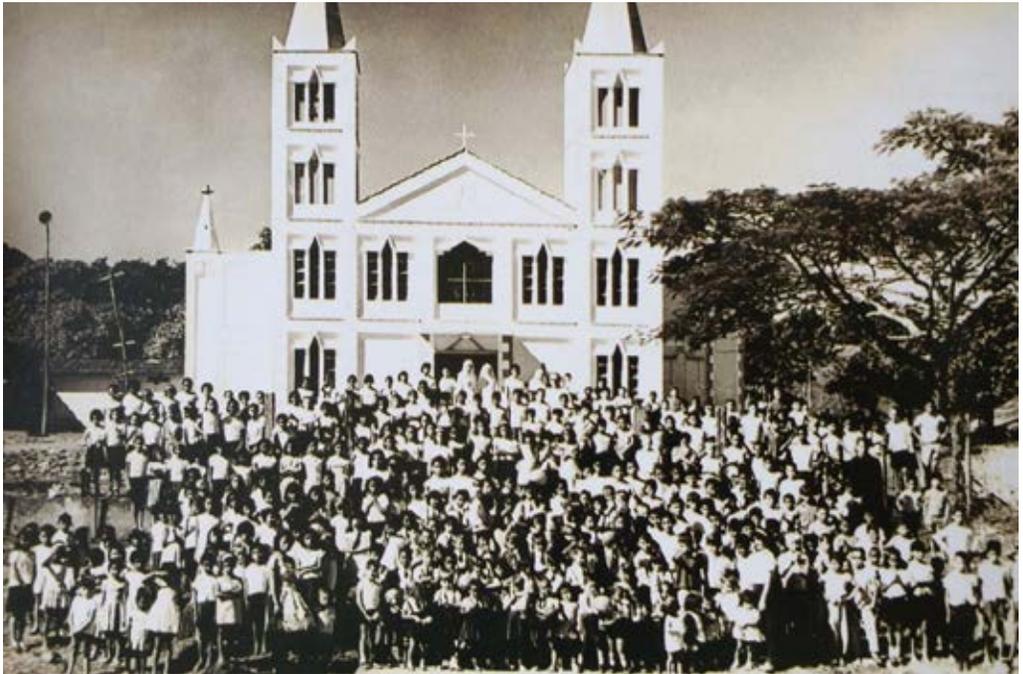
2)MELÇAGO, Barão de. Apontamentos para o dicionário arquivo o Estado de Mato Grosso, Cuiabá. p. 330. Citado por: SELVAGE, João Batista. ASIA, São Paulo, ano 40, n. 15, p. 50, 1953.



Vista parcial de Diamantino. Fonte: Album Graphico do Estado de Matto-Grosso (1914).
In: SILVA, 2011.



Diamantino: vista da rua da igreja, fotografada a partir da igreja. A cena mostra o estado de desolação da vila com a decadência da mineração a partir de 1850. Fonte: ANI - Centro Burnier Fé e Justiça. *In: SILVA, 2011.*



Estudantes do Lar do Menor, em frente à igreja Matriz de Diamantino, por volta de 1964. Fonte: ANI - Centro Burnier Fé e Justiça. In: SILVA, 2011.



Procissão de Corpus Christi em Diamantino, por volta de 1950. Fonte: ANI - Centro Burnier Fé e Justiça. In: SILVA, 2011.



Navegação no rio Arinos no século XIX. Por: Lacoste Ainé-Bartolomé Bossi (1865). In: SILVA, 2011.



Avenida Juscelino Kubitschek, em Nobres, na década de 1960. Autoria: COSTA, Osvaldo Gilson Fonseca, 1948; VALVERDE, Orlando, 1917-2006. In: Biblioteca IBGE.

A nova rota comercial, somada às monções do sul até o Rio de Janeiro e São Paulo, beneficiou Diamantino, que progrediu até ser elevada à categoria de vila em novembro de 1820. Nove anos antes, em 1811, ano de fundação da Paróquia de Diamantino, o garimpo já estava em decadência e as pessoas morrendo de muitas doenças. Schaefer (2018) informa que naquele ano a vila tinha apenas 1.134 habitantes. Mas em 1825, com as navegações no auge, a população já havia subido para seis mil habitantes, dos quais 1.095 eram brancos, 1.266 eram pardos e 1.716 eram negros, sendo 2.547 livres e 3.530 escravos. Entre os pardos incluíam-se os poucos índios já apaziguados, das etnias Apiacás, Bacairis e Parecis.

Em 1834 a vila voltou a decair, e conseqüentemente a navegação paranista também.

Os primórdios de Nobres

A maior parte do território de Nova Mutum pertenceu, antes da sua emancipação política, em 1988, ao município de Diamantino. Porém, a banda leste – onde situam-se as comunidades Ranchão, São Manoel, Novo Horizonte e Ribeirão Grande – foi desmembrada do município de Nobres.

Distante 120 quilômetros da capital Cuiabá, Nobres era um distrito de Rosário Oeste até emancipar-se em 11 de novembro de 1963. Suas terras eram ponto de passagem para os garimpeiros que, nos séculos XIII e XIX, se deslocavam entre Cuiabá e Diamantino.

O território de Nobres é habitado imemorialmente por povos indígenas da nação Bakairi e tem sítios arqueológicos com pinturas e inscrições rupestres que atestam a antiguidade da vida humana na região. O município também é rico em belezas naturais, localizadas principalmente na Serra do Tombador, onde há inúmeras cachoeiras e grutas.

A formação do município de Nobres deu-se a partir de três sesmarias³, denominadas Bananal, Francisco Nobre e Pontezinha. Foi do sobrenome Nobre que se originou o nome do município. No plural, o termo faz referência aos membros da família Nobre, ou seja, “Os Nobres”. Nos primórdios, a pequena povoação era chamada de Seis Marias, provavelmente uma referência ao sistema sesmarial de distribuição de terras. Mais tarde passou a se chamar Bananal e, por fim, Nobres (FERREIRA, 2001; FLORENTINO, 2002; NOBRES, [2020]).

3 Lotes de terras incultas distribuídos pela Coroa Portuguesa com a finalidade de expandir a produção agrícola.

Sistemas mercantis e produtivos

Dos ciclos econômicos vividos por Mato Grosso até a primeira metade do século XX, pouca atividade se deu em solo mutuense. A exceção foi a extração da borracha nativa (látex), que efetivamente abrangeu toda a área do atual município ao longo de algumas décadas. No mais, há registros sobre empreendimentos de mineração de ouro e diamantes no rio Arinos e rio dos Patos (não se sabe se bem sucedidos ou não), e um princípio de atividade pecuária em algumas áreas.

Os historiadores de Mato Grosso convergem quanto à classificação dos principais ciclos econômicos da região. Siqueira, Costa e Carvalho (1991), por exemplo, relacionam os seguintes sistemas mercantis e produtivos:

- 1) Mineração (século XVIII);
- 2) Pecuária (desde o século XVIII, como atividade paralela à mineração; século XIX, com exportação; e século XX, com industrialização);
- 3) Cana-de-açúcar (século XIX);
- 4) Extrativismo: poaia, borracha e erva-mate (século XIX e XX).

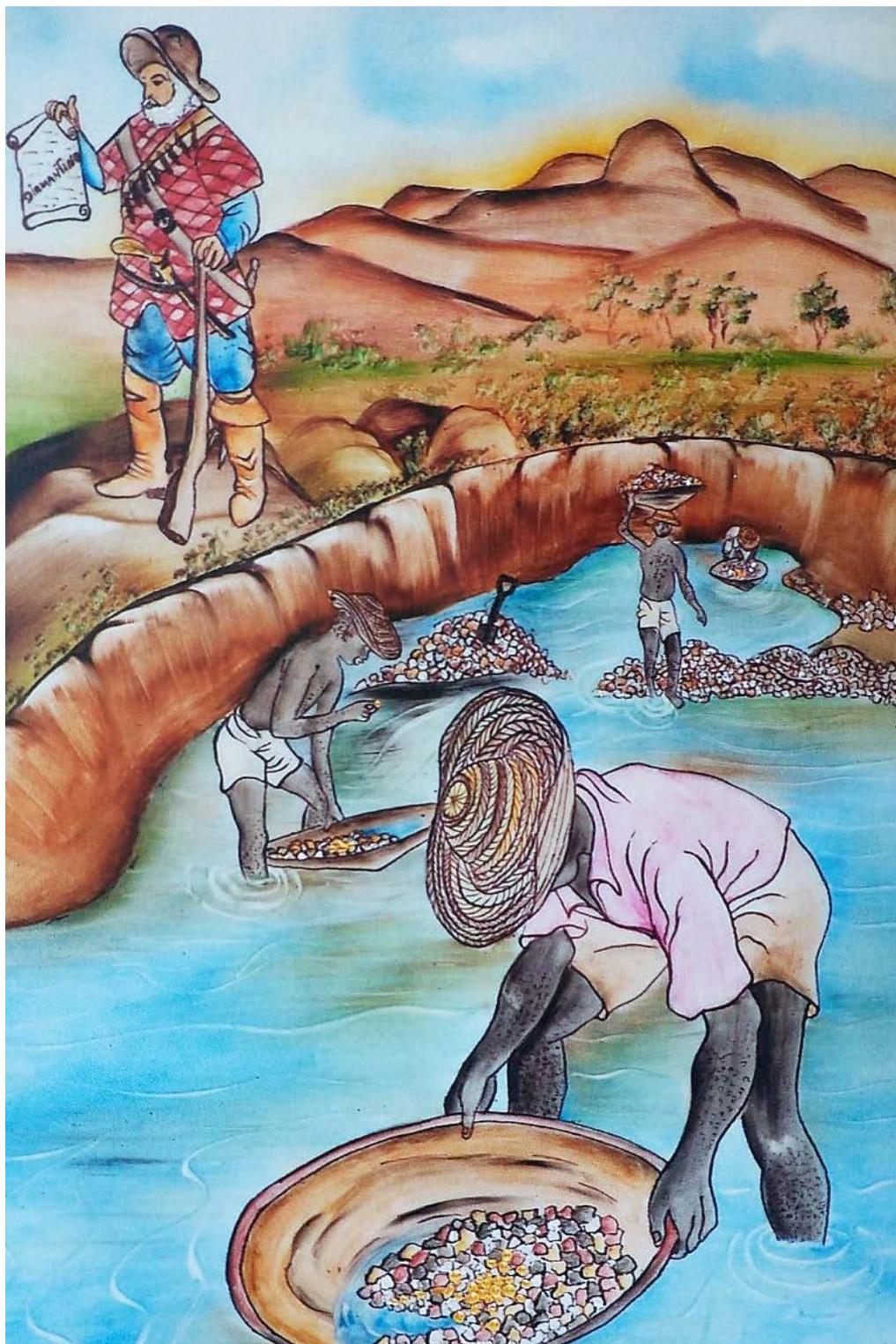
Para contextualização, a presente pesquisa traz uma breve síntese bibliográfica destes ciclos – especialmente da obra de Siqueira, Costa e Carvalho (1991) –, bem como os principais registros relacionados ao território mutuense, encontrados nas obras dos padres José Renato Schaefer e José de Moura e Silva, em suas historiografias da região.

MINERAÇÃO

A ocupação do território mato-grossense por luso-brasileiros ocorreu, em verdade, por força da extração de ouro. Como já explanado neste capítulo, o metal precioso foi casualmente encontrado, inicialmente em Cuiabá, pelos bandeirantes paulistas que penetraram o interior da colônia a procura de índios destinados ao cativeiro.

As minas do Alto Paraguai (Diamantino) foram descobertas em 1747 pelo capitão Antônio Pinho de Azevedo, que logo formou o arraial com a denominação de Nossa Senhora do Parto. Os mineiros começaram a verificar que agregados ao ouro havia diamantes. Porém, o ouvidor Manuel Antunes Nogueira foi enviado ao local para decretar a proibição de se minerar o cristal, ordenando a evacuação do arraial diamantino.

No ano seguinte, 1748, Manoel Cardoso de Siqueira descobriu os ribeirões Santana e São Francisco Xavier, situados nas proximidades do rio Paraguai. Novos arraiais surgiram com a expressiva massa populacional que as descobertas trouxeram. Porém, após constatada a existência de diamantes pelo mestre de campo Manuel Dias da Silva, autoridade designada para fazer a análise, o



Mineração em Diamantino. Pintura de Mylene Paese. Reprodução fotográfica de Rafael Manzutti. In: SILVA, 2011.

governo ordenou a queima das casas e decretou a prisão de grande parte dos moradores. A extração espontânea de diamantes constituía propriedade exclusiva do rei de Portugal, e só ocorria sob a vista rigorosa das autoridades.

As minas mais ricas em diamante nesse período (Século XVIII) eram as da região do Alto Paraguai. Com o objetivo de vedá-las à mineração, para lá foi destacada uma guarda de dragões montados, que com aparato militar e repressivo conseguiu afugentar os esperançosos mineiros pobres. (SIQUEIRA; COSTA; CARVALHO, 1991).

Conforme a historiografia, a medida da Coroa Portuguesa em relação à exploração de diamantes tinha uma motivação estratégica geopolítica, pois no século XVIII a questão da fronteira era uma grande preocupação. A prioridade era definir, de forma clara, os limites geopolíticos entre as terras portuguesas e espanholas. Portanto, o achado diamantífero em Mato Grosso representava perigo iminente, na medida em que poderia despertar o interesse dos espanhóis sobre as terras. A vedação das minas foi um procedimento drástico, porém necessário do ponto de vista estratégico-militar. Somente no ano de 1800 o governo de Portugal passou a permitir o garimpo de diamantes por populares.

Após o esgotamento das minas, Diamantino passou por um período de decadência e estagnação. Retomou seu crescimento a partir de 1872, com a atividade de extração da borracha, e novamente estagnou. O desenvolvimento voltou na segunda metade do século XX, com a expansão da agricultura mecanizada no Centro-oeste. Padre Moura e Silva sintetiza da seguinte forma o ciclo da mineração em Diamantino:

A extração mineral passou por garimpagem faisqueira, repressão, liberação, sociedades, aperfeiçoamento de técnicas extrativas, esgotamento das lavras, permanências de matéria prima, mas em profundidade, atualmente de extração rentável. (SILVA, 2011, p. 12).

As terras hoje mutuenses foram percorridas em busca de minérios valiosos, como relatado no início deste subcapítulo, porém sem registros de achados relevantes. Padre Schaefer escreveu que de 1828 até 1940 não se teve mais notícias de garimpo no território de Nova Mutum. Mato Grosso ainda é (2020) conhecido pela fatura de metais preciosos, especialmente ouro e diamantes. A região de Nobres se destaca pela extração de calcário e pela presença de grandes indústrias ligadas ao produto.

PECUÁRIA

Desde o período colonial, a pecuária era uma atividade paralela e complementar à extração de ouro, destinada ao abastecimento dos mineiros. Mas, com a decadência da mineração, a pecuária acabou ficando restrita ao abastecimento de um pequeno mercado interno, juntamente com uma agricultura de subsistência. Essa situação mudou após a abertura das navegações pelo rio Paraguai, especialmente a partir de 1870. Mato Grosso, que era uma província do Império brasileiro, começou a atrair capital estrangeiro e ingressou no circuito financeiro internacional, ajudando a ligar o Brasil com o mundo. As principais regiões de pecuária estavam mais ao sul da província, como em Corumbá, Cáceres, Três Lagoas e Campo Grande.

Uma das vantagens da pecuária sobre outras atividades era o reduzido consumo de mão de obra, diferente da agricultura, por exemplo. Alguns poucos vaqueiros davam conta das tarefas de uma fazenda.

No período da Primeira Guerra Mundial, começo do século XX, houve a industrialização da pecuária mato-grossense. Grandes indústrias de transformação sobre produtos bovinos foram instaladas no Estado. Além das charqueadas, floresceram os curtumes, com secamento de couro, e produtos como caldos de carne. Grande parte da produção passou a ser exportada para abastecer tropas em litígio na Europa (SIQUEIRA; COSTA; CARVALHO, 1991).

A história mais recente da atividade pecuária em Nova Mutum está relatada mais adiante, no Capítulo V, que trata exclusivamente da economia agropecuária na região.

CANA-DE-AÇÚCAR

As usinas de açúcar surgiram com a abertura da navegação pelo rio Paraguai, quando muitos proprietários de engenho resolveram instalar usinas nas regiões que compreendem os atuais municípios de Santo Antônio do Leverger e Barão de Melgaço. O Coronel Antônio Paes de Barros, conhecido como Totó Paes, importou máquinas a vapor para a instalação dessas usinas, após ter visto o equipamento na Argentina.

As principais usinas ficavam às margens do rio Cuiabá ou Paraguai e foram fundadas entre 1870 e 1888, com destaque para a famosa usina Itaici, em Santo Antônio do Leverger. Era comum a utilização de trabalho escravo nesses empreendimentos (SIQUEIRA; COSTA; CARVALHO, 1991).

EXTRATIVISMO: POAIA

A partir de 1830, praticou-se intensamente na então província de Mato Grosso a exploração da poaia, um pequeno arbusto cuja raiz é rica em emetina, substância valiosa que compõe os ingredientes de diversos medicamentos, fabricados para a cura da coqueluche, bronquite e até mesmo disenterias.

No final do século XIX, as indústrias farmacêuticas da Europa estavam muito interessadas na compra da poaia para fabricação de medicamentos. A Ipecacuanha, como era cientificamente conhecida, era nativa no extenso território situado entre as bacias do rio Paraguai e Guaporé, com destaque para a região de Cáceres, Barra do Bugres, Tangará da Serra, Vila Bela e até mesmo Cuiabá (SIQUEIRA; COSTA; CARVALHO, 1991).

EXTRATIVISMO: ERVA-MATE

Ao perceber a existência de extensos ervais nativos em solo mato-grossense, na fronteira com o Paraguai, o comerciante Tomás Laranjeira requereu ao governo da província de Mato Grosso, em 1878, licença para explorá-los, sob a forma de arrendamento. Tomás tornou-se proprietário gerente da Companhia Mate Laranjeira, que também tinha como acionistas o Banco Rio e Mato Grosso (BRMT), Joaquim Murtinho e outros. O banco era o maior acionista, com 14.540 ações do total de 15 mil. Tomás Laranjeira tinha apenas 110 ações.

A empresa expandiu as terras arrendadas, adquiriu propriedades territoriais, comprou gado, construiu edificações, empregados, armazenagem de erva, contando ainda com setores de serraria, marcenaria, ferraria e outros (SIQUEIRA; COSTA; CARVALHO, 1991).

EXTRATIVISMO: BORRACHA

Em 1872 teve início a exploração da borracha, atividade que “[...] repôs Diamantino como potência econômica no cenário mato-grossense, após a queda do Diamante.” (SILVA, 2011, p. 150).

A borracha (látex) já era conhecida pelos índios americanos – especialmente os da região amazônica brasileira –, que usavam gomas elásticas para divertimento. Foi em 1743 que o cientista Charles Marie de La Condamine atestou a existência de seringueiras e mangabeiras na extensão da Amazônia, incluindo parte de Mato Grosso. Mas, foi só por volta de 1840 que as indústrias europeias passaram a valorizar a descoberta do francês. Consta que a Goodyear, fabricante de pneus, já demandava látex como matéria-prima no final do século XIX. Mato Grosso acabou se tornando um dos pontos de maior extração, juntamente com os estados do Ceará, Maranhão, Rio Grande do Norte, Pará e outros, o maior



Extração da
borracha. Pintura
de Mylene Paese.
Reprodução
fotográfica de
Rafael Manzutti.
In: SILVA, 2011.

deles no Amazonas (SIQUEIRA; COSTA; CARVALHO, 1991).

A corrida da borracha, ou febre da borracha, como ficou conhecida, fez com que trabalhadores brasileiros, especialmente nordestinos, migrassem para integrar as frentes de trabalho. Na hierarquia de extração existia:

- 1) o seringalista, proprietário ou arrendatário das terras onde floresciam as mangabeiras/seringueiras;
- 2) o gerente responsável pela organização de todo o sistema;
- 3) o caixeiro, a quem cabia o abastecimento dos depósitos e mantimentos de toda a estrutura empresarial;
- 4) os guarda-livros, encarregados da escrituração e contabilidade da empresa;
- 5) o homem do campo – transporte, produção, abastecimento da empresa, providenciava as embarcações, saída das mercadorias e bolas de borracha;
- 6) o fogueiro – abertura das estradas, picadas;
- 7) o mateiro – identificava os trechos mais ricos; e, por fim,
- 8) o seringueiro – trabalhador assalariado por produção, a quem cabia a extração diária do látex através das imensas trilhas que atingiam muitos quilômetros (SIQUEIRA; COSTA; CARVALHO, 1991).

Parte do processo de transformação consistia em fazer bolas de látex rudimentares, com defumação.

A partir de 1913, quando mudas de seringueira chegaram à Ásia pelas mãos de europeus, a atividade entrou em decadência, uma vez que a borracha asiática era mais barata. Porém, o extrativismo de borracha nativa em Mato Grosso ainda perdurou por mais algumas décadas e, nos anos 1930 e 1940, foi impulsionado pela demanda gerada pela Segunda Guerra Mundial (SCHAEFER, 2010). Em meados do século XX havia também muitos seringais plantados na região.

Toda a região correspondente ao município de Nova Mutum foi explorada, desde o início do século XX, em seus seringais nativos, que ocorrem naturalmente nas proximidades de rios e córregos (apenas em áreas de mata amazônica, e não de cerrado). Segundo Schaefer (2010), a extração da borracha atingiu seu ápice na época da Segunda Guerra, período marcado por “histórias fantásticas contadas por pistoleiros e seringueiros”, “lei do mais forte”, mortes por doenças e assassinatos.

Sabe-se que em 1945 foi aberta uma estrada até a antiga Piúva onde foi instalado um posto, barracão, que centralizava a coleta de borracha daquela região e cujo dono era um tal de Dr. Melo, paulista. A estrada era um trilheiro de cavaleiros que transportavam o látex até o lado esquerdo do Arinos. Ainda na região da Piúva trabalhava o Dr. Valdez, que posteriormente melhorou a referida estrada. Este homem explorava a borracha na atual região da fazenda Marape. Nesta fazenda ainda atuava o diamantinense Benedito Bruno, coletando também borracha em toda a referida área. (SCHAEFER, 2010, p. 10).

Na região, os principais exploradores da seringa eram os irmãos Mario e Renato Spinelli e Zeca Rachid (SCHAEFER, 2010). A fazenda Rio Novo era um centro de coleta de borracha dos Spinelli, que atuavam na região do rio Novo e do Teles Pires. Rachid (que morava em Nobres) explorava a área mais a oeste, até a Piúva. Ainda existem estradas e campos de pouso abandonados no meio da mata, oriundos deste período. Praticamente todas as seringueiras nativas adultas existentes nas proximidades de rios e córregos ainda têm as marcas da extração da borracha visíveis.

Por toda a região havia barracões de coleta de borracha. Às margens do Arinos, na atual Fazenda Cachoeira Grande, a empresa fluminense Braco instalou barracões de coleta, sob comando do gerente Almir Furtado. No rio Ranchão também havia um centro de coleta de seringa, de propriedade do gaúcho Otávio Costa, dono, na época, da Fazenda São João, em Diamantino.

Mais próximo do local onde mais tarde foi criada a cidade de Nova Mutum, havia um barracão de seringueiros cujo dono era o libanês Jorge Rachid Jaudy, antigo proprietário das terras que viriam a ser adquiridas pelo Dr. José Aparecido

Ribeiro, colonizador de Nova Mutum. E a partir de 1950 começaram a aparecer os primeiros caminhões na região, que eram desmontados no Piavoré (antigo nome do rio Arinos), sendo as peças atravessadas para o lado direito do rio e novamente montados, seguindo viagem até a Piúva. De lá voltavam carregados de borracha, com destino a Cuiabá (SCHAEFER, 2010).

ENCERRAMENTO

Esta é a história antiga, bastante sintetizada, da região que depois acabou conhecida como “capital da soja” e “celeiro do Brasil”, considerada a maior fronteira agrícola em expansão no País. A região que definiu, nos últimos anos, o processo de interiorização do desenvolvimento brasileiro (FERREIRA, 2001), conforme veremos mais adiante.





CAPÍTULO II

COLONIZAÇÕES NO TERRITÓRIO DE NOVA MUTUM

Colonização é o processo pelo qual os seres humanos ocupam novos territórios pelo mundo. Assim, a colonização da área correspondente ao atual município de Nova Mutum se deu, até a metade do século XX, por meio do extrativismo da borracha nativa. Basicamente, o que havia na região eram estradas precárias e barracões de seringueiros. A região era composta de terras devolutas (do Estado e da União) e a exploração da borracha se dava por concessões de grandes extensões de terra a seringalistas.

Já vimos, no capítulo anterior, que o rio Arinos foi rota de navegação comercial entre Diamantino e Belém do Pará (século XIX) e local de buscas por ouro e diamantes, com alguns pontos de ocupação temporários em suas margens e proximidades. Mas, foi a partir da década de 1940 que a região passou a ser finalmente colonizada, em um processo que teve três fases distintas:

- 1) a titulação de terras devolutas a particulares diretamente do Estado ou da União a partir de 1940⁴ ;
- 2) a tentativa de colonização particular da Jaudylândia (Gleba Iracema) na década de 1950;
- 3) os projetos de colonização particulares e oficiais (Incra) a partir de 1978, no contexto do Plano de Integração Nacional (PIN) do governo militar.

Na década de 1940, sulistas deram início à ocupação do norte de Mato Grosso, com destaque para a região de Porto dos Gaúchos, Novo Horizonte do Norte e Juara. O contexto nacional era o da “Marcha para o Oeste”, lançada por Getúlio Vargas em 1934, durante o período do Estado Novo, com o intuito de integrar os “espaços vazios” à economia nacional, desenvolver a indústria e diversificar a agricultura (MORENO; HIGA, 2005). Para chegar a Porto dos Gaúchos, os

⁴ As primeiras posses de terras por particulares derivam da antiga cultura das sesmarias, sistema de distribuição de terras herdado de Portugal e utilizado nos períodos colonial e imperial do Brasil. Ver mais no capítulo 1.

TABELA 1 | Cronologia da colonização do território de Nova Mutum

Década de 1940	- Exploração da borracha nativa; - Instalação das primeiras fazendas de gado na região do Alto Cuiabá; - Jorge Rachid Jaudy adquire terras na “região do Mutum”.
Década de 1950	- Instalam-se fazendas de paulistas, mineiros, goianos e estrangeiros na região de Nova Mutum; - Rachid Jaudy inicia projeto de colonização da Gleba Iracema/Jaudylândia.
Década de 1960	- Mais fazendas se instalam na região, principalmente nas proximidades da antiga “Estrada Boiadeira”, de forma externa a projetos de colonização; - José Aparecido Ribeiro adquire terras na região e inicia projeto agropecuário.
Década de 1970	- Abertura da BR-163 (trecho Cuiabá-Santarém); - Início do Projeto de Colonização São Manoel pela Colonizadora Tropical Ltda.; - Início do Projeto de Colonização Mutum pela Mutum Agropecuária.
Década de 1980	- Início da colonização da Gleba Ranchão via assentamento oficial do Incra em parceria com a Cooperativa Mista Agropecuária de Juscimeira Ltda. (Comajul); - Asfaltamento da BR-163; - Emancipação político-administrativa de Nova Mutum e outros municípios oriundos de projetos de colonização.

Fonte: elaboração do autor.

migrantes usavam o rio Arinos. Vinham por terra até região da Fazenda São João, em Diamantino, e tomavam balsas no rio Arinos, pois não havia pontes e estradas para o norte pelo lado oeste do rio. Alguns faziam um trajeto um pouco mais extenso, por terra, usando a única estrada para norte nesta região central do Estado: a antiga Estrada do Rio Novo. Esta via, para quem vinha de Cuiabá, partia do Boteco Azul, antes do Posto Gil, e seguia pelo município de Nobres até o espigão antes da reserva indígena Bakairi, onde se dividia em duas passagens: uma à esquerda (oeste) da reserva e outra à direita (leste). A da esquerda era chamada de “Estrada Boiadeira” ou “Estrada da Baiana”. Passava pela região da atual comunidade Ranchão – dando acesso e servindo de divisa às fazendas antigas da região, como a Agropecuária Leyton e a Fazenda Ecoplan – e seguia para norte cruzando a MT 14 (atual BR-163) na atual comunidade São Cristóvão (Lucas do Rio Verde), passando depois por Tapurah e Itanhangá. A passagem da direita contornava a reserva Bakairi a leste e cortava a Gleba Pacoval – na época pertencente aos irmãos Spinelli –, seguindo o espigão entre os rios Moderno e Morocó até sair na MT na comunidade de Morocó, atual município de Sorriso (FRANZ, 2018).

Fazendas antigas – externas aos projetos de colonização

Estima-se que mais da metade das terras do município de Nova Mutum tenham sido ocupadas por meio de projetos de colonização, e o restante por titulação a particulares diretamente do Estado ou da União. Já em Santa Rita do

Trivelato, por exemplo, cerca de 70% das áreas foram ocupadas via colonização empreendida inicialmente pelos irmãos Spinelli e depois pela Colonizadora Trivelato, de Gilberto Trivelato (FRANZ, 2018).

Do lado oriental da BR-163, as terras mutuenses desmembradas de Nobres tiveram sua primeira origem parte na União e parte no Estado. As matrículas eram registradas no cartório de Rosário Oeste. Com a emancipação de Nova Mutum, de 1989 em diante os registros passaram a ser feitos em Diamantino. Somente em 2007, com a abertura do Cartório de Registro Civil – 1º Ofício – em Nova Mutum, as propriedades passaram a ser registradas no próprio município, contudo, as matrículas anteriores continuam nos cartórios de origem.

Já do lado ocidental da BR-163 e numa estreita faixa do lado oriental, em terras pertencentes a Diamantino até 1988, as matrículas ficavam sob a alçada do cartório daquele município, desde pelo menos o início do século. Elas só vieram a Nova Mutum em 2007.

As primeiras fazendas de gado da região surgiram no entorno das nascentes do rio Cuiabá, pertencentes a tradicionais famílias mato-grossenses. De acordo com Schaefer (2010), as mais antigas datam da década de 1940. São elas as fazendas Feixo de Ouro, Paiol, Santa Fé, Alto Cuiabá e Limoeiro.

No final dos anos 1950 e início dos 1960 começaram a aparecer fazendeiros de outros estados e estrangeiros, que passaram a se instalar em enormes áreas que adquiriam por preços irrisórios ou mesmo por grilagem. Um dos primeiros foi o príncipe alemão Johannes von Thurn und Taxis, que adquiriu, do gaúcho Otavio Costa, a Fazenda São João, com área de 55 mil hectares. A fazenda situa-se no município de Diamantino, entre o Posto Gil e o rio Arinos, cortada pela BR-163.

Na mesma época, dois suíços (de origem italiana) adquiriram a Fazenda Santa Rita (Agropecuária Leyton), também com 55 mil hectares, na antiga Estrada do Rio Novo, na passagem da “Estrada Boiadeira”, município de Nobres (atual Nova Mutum) (SCHAEFER, 2010). O Grupo Leyton, que também detinha a Fazenda Tuiuiu, teve, mais tarde, como administrador, o francês Michel Leplus, atual proprietário da Fazenda Melina (dos sucos de uva Melina).

Ainda segundo as notas de Schaefer, ao longo da Estrada do Rio Novo (que cortava as regiões leste e norte do atual município de Nova Mutum), a partir do Posto Gil, situam-se as fazendas Santa Fé (Jurandir Spinelli), Santo Antônio Formoso (depois – 1986 – Sonho Dourado), Pantanalzinho, Rio Novo e Santa Clara, todas elas datadas da década de 1950. E mais perto de onde fica hoje a cidade de Nova Mutum, surgiram as fazendas Mata Azul (depois incorporada pelo Grupo Pebb), Mafra (do Laboratório Aché) e Piúva (conhecida como

“Fazenda do Americano”). Com dez mil hectares, a Fazenda Piúva pertencia a Schelley Swigart, um estadunidense que vivia sozinho no Brasil e nos primórdios do município doou muitos livros para a Biblioteca Municipal de Nova Mutum. A fazenda iniciou com pecuária e mais tarde passou por processo de arrendamento para a agricultura. O “americano” vendeu a propriedade para Zaid Arbid.

Com cerca de 14 mil hectares, a Fazenda Mata Azul iniciou com três proprietários, um americano, um alemão e um paulista. Depois foi vendida ao Grupo Pebb, que era formado por investidores paulistas e argentinos e detinha cerca de 170 mil hectares – em títulos de aproximadamente dez mil hectares cada, adquiridos do governo. Já nos primórdios o Grupo Pebb se diferenciava na pecuária pela tecnologia. Acabaram vendendo boa parte das terras para a família Vigolo (Fazenda Santa Terezinha) e para Guerino Ferrarin (Fazenda Pau da Onça). O grupo mantém ainda as fazendas Mata Azul (única que ficou em terras mutuenses), São Carlos, Patrícia e Madalena (atual município de Santa Rita do Trivelato) (FRANZ, 2018; HORN, 2020).

Na região nordeste de Nova Mutum, a Fazenda Santa Cecília foi aberta a partir de 1978 pelo paulista Ataíde Sandoval Moreira (ainda proprietário) e gerenciada nos primeiros dez anos por Moacir Marques Salmazo. Iniciou com plantio de arroz seguido de soja (SALMAZO, 2020). Também na região nordeste, mais ao norte, a Fazenda Serra Azul, propriedade do paulista José Carlos Bandeira Soares de Camargo, foi aberta e gerenciada por Arlindo Bergantin a partir de 1972. Como praticamente todas as grandes fazendas da época, iniciou com pecuária e, posteriormente, foi transformada em lavoura em parceria com arrendatários (CAMARGO, 2020; FRANZ, 2018).

Na área oeste do atual município de Nova Mutum, na direção do rio Arinos, surgiu a fazenda Jacamim, entre outras grandes fazendas de proprietários de Minas Gerais, Goiás, São Paulo ou estrangeiros. Especializada em pecuária, a Fazenda Jacamim iniciou com o proprietário Nadico Vilela e sua esposa dona Salma, e hoje é administrada pelo filho, Dr. Mauro Vilela. O chamado “reduto dos mineiros” abrangia duas regiões, à esquerda e à direita do rio dos Patos. À esquerda (sul) havia as fazendas Pontal dos Patos, da família Gouvêa, Jacamim e outras. Do lado direito (norte) havia a Fazenda Tauá, de Gilberto Junqueira Meireles, e a Fazenda São Francisco, de Flávio Junqueira Meireles. Também havia famílias oriundas de Minas Gerais ao norte do atual município de Nova Mutum, na região entre o loteamento Prodecer e o Pontal do Marape. Apesar da predominância de mineiros, essas regiões também receberam, já desde a década de 1960, pecuaristas paulistas e goianos (ALMEIDA, 2018; FRANZ, 2018; LAUTENSCHLAGER, 2019).

Ao sul, entre o rio Arinos e as áreas da Mutum Agropecuária, havia a fazenda Parolândia, com 62 mil hectares, pertencente à família paulista Carvalho

Pinto. Porém, a fazenda nunca introduziu a produção agropecuária, mantendo apenas uma casa próxima à ponte do rio Arinos, na BR-163. Posteriormente, a fazenda foi vendida para três novos proprietários: Autometal Agropecuária, Tadeu Moraes e Alberto Francio. A Autometal desenvolve pecuária de alta tecnologia. Tadeu Moraes implantou loteamento de chácaras de lazer e vendeu outras áreas destinadas para a agropecuária. Já Alberto Francio desenvolve atualmente a atividade da avicultura em parceria com a BRF e vendeu vários lotes a avicultores parceiros da BRF (FRANZ, 2018).

Na região central do atual município de Nova Mutum situavam-se as principais atividades da família Rachid Jaudy a norte de Nobres e Diamantino, como o projeto de colonização da Gleba Iracema (que será especialmente abordado no próximo subcapítulo) e o “Barracão do Mutum”, usado na atividade seringalista. No local deste barracão foi instalada, por José Aparecido Ribeiro, a Fazenda Mutum, que se tornou o maior latifúndio da região.

FAZENDA MUTUM/MUTUM AGROPECUÁRIA S.A.

Em 1966, um grupo de empresários capitaneados pelo paulista José Aparecido Ribeiro começou a adquirir terras no eixo da rodovia MT 14 (que depois se tornou a BR-163 – Cuiabá-Santarém). Logo essas aquisições somaram uma área de 169 mil hectares. Os títulos vendidos ao grupo paulista tinham anteriormente como principal dono o libanês Jorge Rachid Jaudy. Já no ano seguinte, em 1967, os novos donos desenvolveram um projeto de incentivo fiscal agropecuário para a área, aprovado junto à Sudam. O projeto era destinado ao desenvolvimento da agropecuária, e posteriormente envolveu também a colonização de Nova Mutum (ALMEIDA, 2018; SILVA, 2018).

Localizada à margem leste da BR-163, poucos quilômetros ao sul de onde mais tarde foi instalada a agrovila de Nova Mutum, a Fazenda Mutum era a sede local da Mutum Agropecuária S.A., que logo passou a atuar com a pecuária e ainda na primeira década desenvolveu experimentos com grãos (soja, milho e arroz), ajudando a viabilizar a agricultura na região. Em 1973, José Aparecido Ribeiro recebeu na Fazenda Mutum um técnico da FAO, enviado pelo ministro da Agricultura da época. O técnico corria o mundo à procura de áreas para expansão da agricultura com o objetivo de atender à crescente demanda de alimentos no mundo. Naquele mesmo ano, assinou um convênio com o Estado de Mato Grosso para desenvolver pesquisa agrícola, de nutrição animal e outras na área da Amazônia Legal.

Em 1974, a Fazenda Mutum desenvolveu um programa de inseminação artificial para o gado, sendo uma das primeiras fazendas a adotar esta técnica de reprodução animal. No ano seguinte iniciou o plantio da cultura da seringueira em uma área de mil hectares.

Foi em 1978, 12 anos após a compra das terras, que o Dr. Ribeiro, como era conhecido, destacou cem mil hectares para a implantação do Projeto de Colonização Mutum (GRUPO MUTUM, 2012).

A Mutum Agropecuária adquiriu também a Fazenda Arinos, aberta em 1970 na parte sudoeste do atual município de Nova Mutum. Anos mais tarde comprou a Fazenda Paribó, em Rosário Oeste, com cerca de 16 mil hectares, que acabou sendo vendida tempos depois. Em 2017, o Grupo Ribeiro Participações (GRP), proprietário da Mutum, encerrou as atividades de agropecuária no município, mantendo ativo apenas o setor imobiliário (SILVA, 2018).

MAIS FAZENDAS ANTIGAS

De volta à região noroeste mutuense, ainda antes das colonizações de 1978, à direita do rio Piuvão surgiu a Fazenda São Domingos, com dez mil hectares, e, mais próximo da BR-163, a Fazenda Verde-Amarelo, inicialmente propriedade de Arlei Reis, hoje do Grupo Amazônia/Araguaia. Mais próximo do rio dos Patos, o austríaco Wolfgang Cristian Dietz deu início a Fazenda Passo do Lobo, posteriormente vendida a agricultores de Nova Mutum.

Em 1975 instalaram-se as fazendas Uirapuru e Ranchão, uma em frente a outra, a norte do rio dos Patos e leste da BR-163. De propriedade de José Maria Nogueira e seus filhos Sérgio e Antônio, empresários do Estado de São Paulo, a Fazenda Uirapuru foi gerenciada de 1978 a 1994 pelo paulista – de Ourinhos – Vicente Paulino Barreiros, com ajuda da esposa Cleonice. A função rendeu a Vicente o apelido “Chefe”, pela importância da fazenda para a região. A área era um dos módulos de cerca de dez mil hectares, que, assim como a Fazenda Ranchão (Uggeri), pertenciam originalmente ao Estado (ALVES, 2018).

Já na década de 1980 houve a implantação do loteamento do Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento do Cerrado (Prodecer), em uma área localizada entre o rio Piuvão e o Pontal do Marape (após a delimitação dos municípios o loteamento ficou com a maior parte em Lucas do Rio Verde). Com lotes de 300 hectares destinados a profissionais agrônomos e técnicos agrícolas, essa colonização foi financiada com verba japonesa, via Banco Mundial, e operada pelo extinto Banco do Estado de Mato Grosso (Bemat). Os parceiros recebiam a terra aberta com barracão pronto, casa de alvenaria e quadro de seringueira. Alguns agrônomos em atividade na região chegaram a ocupar lotes no Prodecer, porém a maioria não conseguiu pagar o financiamento e os lotes acabaram vendidos a terceiros (FRANZ, 2018; HORN, 2020).

FAZENDA RANCHÃO/UGGERI AGROPECUÁRIA

Os Uggeri foram uma das primeiras famílias gaúchas a se instalar na região,



Fazenda Uirapuru em 1989. Fonte: Acervo pessoal de Cleonice Alves.



Na fazenda Uirapuru, os irmãos proprietários Sérgio e Antônio Nogueira, o casal administrador Vicente Barreiros e Cleonice Alves e a funcionária Cleusa Wieczorek, todos com seus filhos. Fonte: Acervo pessoal de Cleonice Alves.



Acampamento para instalação da fazenda Ranchão. Fonte: Acervo pessoal de Alcindo Uggeri.



Derrubada do cerrado na fazenda Ranchão. Fonte: Acervo pessoal de Alcindo Uggeri.

três anos antes dos projetos de colonização Mutum e São Manoel e poucos dias após a chegada dos Nogueira, da lindeira Fazenda Uirapuru. Alcindo Uggeri começou a abrir o cerrado na propriedade em novembro de 1975, na época com 36 anos de idade. A família plantava cerca de dois mil hectares no Rio Grande do Sul e precisava crescer. Alcindo foi encarregado de procurar terras ainda pouco valorizadas, no Centro-Oeste brasileiro. Veio a primeira vez em 1972, mas foi somente em 1975, numa segunda tentativa, que fechou negócio (TISSIANI, 2011). Após rodar por trinta dias em quatro estados, acabou escolhendo a área que se tornou a Fazenda Ranchão: 13,3 mil hectares, adquiridos de uma empresa chamada Panamericana, do Rio de Janeiro, que por sua vez obteve os títulos do Estado de Mato Grosso.

Alcindo Uggeri (2019) relata como a família tomou conhecimento das terras na região da BR-163: “Antes de eu vir, um primo, que hoje é diretor-presidente do grupo, participou de uma reunião em Porto Alegre onde estava o então presidente da Famato, Seu Müller, que estava ‘vendendo’ o estado de Mato Grosso, falando já da 163. Meu primo me disse: não se esqueça de olhar a 163, porque o Müller falou muito bem de lá.”

A primeira atividade da Fazenda Ranchão foi o plantio de arroz. Alcindo, que trouxe do Sul três pessoas de confiança para trabalhar na propriedade, é considerado o primeiro produtor da região a atuar somente com produção de grãos. Contrariando os conselhos dos demais fazendeiros locais, não quis trabalhar, inicialmente, com pecuária, que era ou a atividade principal da época ou a primeira alternativa para rotação de culturas. O que parecia teimosia acabou dando certo. Apesar das dificuldades do início, a fazenda prosperou e segue com os Uggeri até hoje.

Nos primeiros dias, o acesso à fazenda Ranchão era a entrada da fazenda Uirapuru, na BR-163, cortando toda a fazenda vizinha. Mais tarde Alcindo abriu a estrada que sai em frente ao posto Maria e José. Havia uma parceria muito grande entre as fazendas Uirapuru e Ranchão, que se ajudavam até mesmo compartilhando insumos.

Projeto Jaudylândia – Gleba Iracema

A FAMÍLIA RACHID JAUDY

Na década de 1950, o maior latifundiário de toda a região hoje abrangida por Diamantino, Nova Mutum, Lucas do Rio Verde e Santa Rita do Trivelato era Jorge Rachid Jaudy. Nessa época, as atividades da família Rachid se concentravam na chamada região do Mutum e na colonização da Gleba Iracema, que foi o primeiro núcleo de habitação existente nas terras do atual município de Nova Mutum.



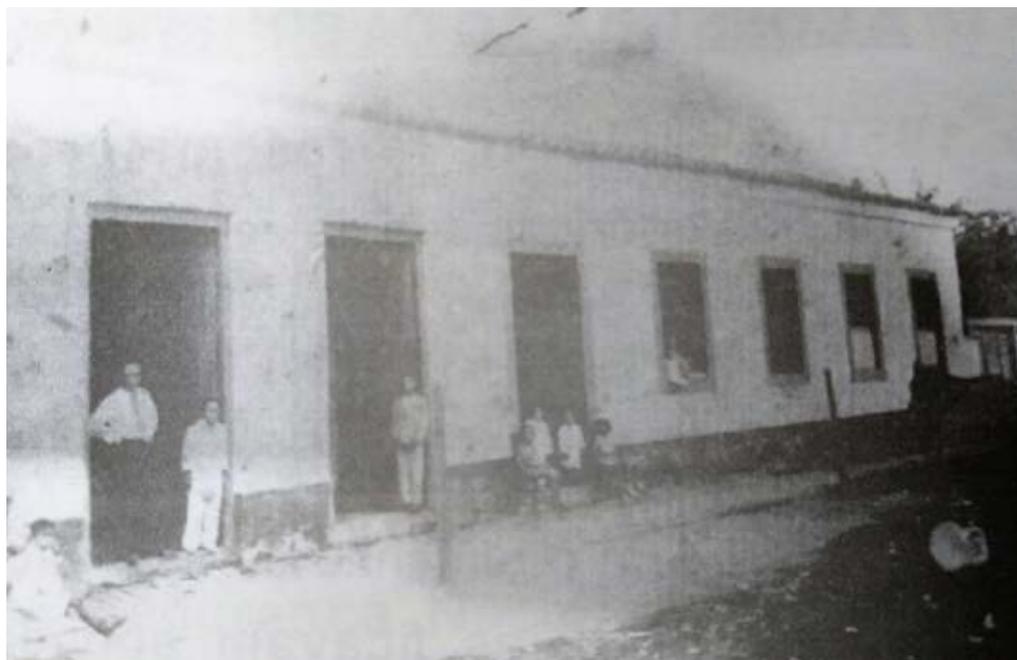
Alcindo Uggeri em construção de usina na fazenda Ranchão.
Fonte: Acervo pessoal de Alcindo Uggeri.



Enide Uggeri, nas proximidades da fazenda Ranchão. Fonte: Acervo pessoal de Alcindo Uggeri.



Primórdios da Fazenda Ranchão, na década de 1970. Fonte: Acervo pessoal de Alcindo Uggeri.



Casa comercial de Jorge Rachid Jaudy em Rosário Oeste. Aparecem Jorge e alguns filhos. *In: SCHAEFER, 2018.*



Jorge Rachid Jaudy com esposa e filhos, por volta de 1930. *In: SCHAEFER, 2018.*

O Pe. José Renato Schaefer (2018), que conheceu filhos de Jorge Rachid Jaudy e dedicou um capítulo de seu livro à família Rachid e à Gleba Iracema, relata que Jorge nasceu no Líbano, em 1896. Aos 14 anos de idade aportou em Buenos Aires escondido no porão de um navio com dois irmãos mais velhos. O ano era 1910, e Jorge resolveu se aventurar em Mato Grosso, subindo os rios Paraguai e Cuiabá, até aportar na capital mato-grossense. Em Cuiabá, começou a trabalhar como mascate, profissão tradicional de muitos turcos e libaneses daquela época. Trabalhador dedicado e dotado de tino comercial, vendia roupas e outras quinquilharias na rota Cuiabá-Guia-Rosário Oeste-Diamantino, até Barra do Bugres.

Em 1921, Jorge Rachid Jaudy estabeleceu-se em Rosário Oeste e casou-se com Inocência, uma nativa descendente de índios quatós do Pantanal. Instalou loja de roupas, barbearia, sapataria e olaria. Comprou um caminhão e continuou mascateando pela região de Nobres e interior. De 1921 a 1931 nasceram seus dez filhos: Aziz, José (Zeca), Elias (Liça), Namen, Anísio, Nazirha, Nazih, Roosevelt, Leônidas e Fauzi.

A família Rachid ajudou a desenvolver o então distrito de Nobres, quando era um pequeno povoado esquecido na região de Rosário Oeste. Zeca Rachid foi prefeito de Nobres por dois mandatos. Na década de 1950, as atividades da família se concentravam na chamada região do Mutum e na colonização da Gleba Iracema. Na década seguinte passaram a empreender em Rondônia, mas pouco depois abandonaram a região e cada filho seguiu seu próprio rumo. Jorge Rachid só voltou a visitar sua terra natal, o Líbano, uma única vez, em 1938. Morreu em 1980, aos 84 anos de idade (SCHAEFER, 2018).

Foi por meio da atividade seringalista que a família Rachid chegou até as terras à direita do rio Arinos. Aziz, filho de Jorge, aprendeu a lidar com a extração de borracha trabalhando em Diamantino e acabou convencendo o pai a investir no ramo. Na época, o látex estava valorizado no mercado internacional, e em Cuiabá já se instalavam diversas empresas compradoras do produto, como a Rubber Development and Incorporation, que fornecia material de trabalho a seringueiros.

Conforme cadeia dominial, Jorge adquiriu de Donato Borges de Figueiredo um imóvel rural com área de 543 hectares no lugar denominado Mato Seco, então município de Rosário Oeste. A escritura de compra e venda foi lavrada em 10 de setembro de 1943. Após revisão judicial de área realizada em dezembro de 1956, a área do imóvel passou a ser de 32.737 hectares e 417 metros quadrados e foi novamente registrada em cartório em fevereiro de



Família de Fulgêncio José Luis, na Gleba Iracema, por volta de 1960.
Fonte: Acervo pessoal de Aparecida Ferreira Luis Galdino.



Moradores da
Gleba Iracema
no início da
década de
1960. Fonte:
Acervo pessoal
de Aparecida
Ferreira Luis
Galdino.



Professor Valério e alunos na escola da Gleba
Iracema em 1965. In: SCHAEFER, 2018.



Professora Iracema e crianças no córrego Canguinha. *In:* SCHAEFER, 2018.



Padre Teodoro com amigos na Gleba Iracema, em 1959. *In:* <<http://www.fatormt.com.br/nova-mutum/>>.

1957⁵. Porém, nas décadas de 1940 e 1950, os Rachid Jaudy detinham poder para exploração da borracha nativa em uma área de cerca de quinhentos mil hectares, à direita e à esquerda do rio dos Patos e também do rio Ranchão. O território abrangia as regiões chamadas de Irmandade (região do Mutum, atual sede do município de Nova Mutum) e Baixio do Campo (atual Fazendas Autometal e Parolândia) (SCHAEFER, 2018).

Em 1941, Anisio Rachid e mais seis homens abriram um picadão do rio Arinos até o barracão do Mutum (posterior sede da Fazenda Mutum). A estrada partia do local onde hoje se encontra a ponte de madeira sobre o rio Arinos, na região chamada Cachoeira Grande, atual fazenda dos irmãos Badan. O local era chamado de Piavoré. Ali estava instalada a empresa Braco, do Rio de Janeiro, compradora de borracha. Como ainda não havia ponte, a borracha atravessava o rio por uma balsa e seguia de caminhão para Cuiabá.

Aziz Rachid também explorava borracha na região do rio dos Cedros (hoje Lucas do Rio Verde). A família abriu um outro picadão entre o atual posto São Genaro e o rio Arinos, passando pelo Prodecer II e Trescinco, chegando até a atual ponte de madeira no rio Arinos, que liga Nova Mutum a São José do Rio Claro. A ponte foi construída pelo governador João Ponce de Arruda (1956-1960), a pedido dos Rachid Jaudy, que eram seus amigos. As terras sob exploração dos Rachid Jaudy eram tão vastas que eles mal sabiam o seu real tamanho, relata Pe. Renato. A posse incluía até mesmo a Fazenda Santa Rita (posteriormente da Agropecuária Leyton), que pertencia a Namen Rachid.

Os Rachid nem sabiam exatamente o tamanho da área em seu poder, e nem havia muita preocupação com exatidão nas medições. Geralmente esses grandes latifúndios só se preocupavam em legalizar suas terras quando as vendiam aos novos proprietários que exigiam a escritura das terras compradas. (SCHAEFER, 2018, p. 45).

COLONIZAÇÃO DA GLEBA IRACEMA

Foi na área de 32.737 hectares e 417 metros quadrados registrada no ano de 1957 que os Rachid Jaudy lançaram o projeto de loteamento Gleba Iracema, que incluía uma futura cidade de nome Jaudylândia. Esta cidade estaria localizada a cerca de 14 quilômetros da atual sede de Nova Mutum, onde atualmente passa a Rodovia da Produção – MT 235. “Em 1958, a colonizadora foi oficializada perante o governo federal com o nome de Colambra (Colonizadora Agro Industrial e Comercial do Brasil Ltda)”, escreve Schaefer (2018, p. 46), baseado em dados coletados junto a Elias Rachid Jaudy em entrevista realizada no ano 2000.

5 Registro de Imóveis de Rosário Oeste – MT, Livro nº 2, Registro Geral.

Na cadeia dominial consta a seguinte nota: “Loteamento denominado Gleba Iracema, situado neste município⁶, constituído por 121 quadras urbanas com 873 lotes e 524 lotes rurais, registrado sob nº 2, às fls. 08 do livro nº 8, em 20.04.57, de propriedade do SR. JORGE RACHID JAUDY.” Os lotes tinham tamanhos diversos, de 12 até duzentos alqueires. Os poucos lotes com mais de duzentos alqueires de área estavam situados entre os córregos Treme-Treme e Travessia e faziam fundo com o rio Ranchão. A área demarcada para ser a sede da cidade (Jaudylândia) previa um campo de aviação, escola, igreja, armazém e outros serviços essenciais. O nome da gleba deve-se à professora paulista Iracema da Silva, primeira professora primária a atuar na comunidade, nomeada para a função por ato do governador do Estado. Iracema é filha de Belmiro Felisbino da Silva – que em 1957 deixou o município de Bilac (SP) para tentar a vida na Jaudylândia – e irmã de José Luiz da Silva – que foi titular do Cartório de 2º Ofício de Nova Mutum por mais de três décadas (SCHAEFER, 2018).

Foi o filho Anisio que convenceu Jorge Rachid a empreender a colonização. Anisio montou um escritório em Araçatuba (SP) e arrematou alguns corretores de terra para vender os lotes. Dois medidores de terra, Raimundo Mendes e Jarbas Martins, foram contratados para fazer a medição dos lotes. Enquanto a colonização era anunciada em São Paulo, especialmente para cafeicultores, a família abria alguns hectares e plantava os primeiros pés de café para os compradores. Dezenas de famílias chegaram a se instalar nos lotes, contudo a carência de tecnologia e recursos fez com que muitos abandonassem seus lotes ainda nos primeiros anos, retornando a São Paulo ou mudando-se para Cuiabá e cidades mais próximas em busca de sobrevivência.

Malsucedida, a colonização da Gleba Iracema acabou interrompida, tendo parte do seu remanescente absorvido mais tarde pela Mutum Agropecuária. Contudo, o movimento de pessoas produzido pela tentativa de colonização acabou fixando alguns habitantes na região, famílias vindas principalmente do interior de São Paulo que acabaram permanecendo nas terras e hoje residem em Nova Mutum. É o caso das famílias de Valdomiro Corrêa (Miro) e Sebastião José Luis (Tião), que migraram para a gleba na década de 1950.

Nascido em Paramirim (BA) no ano de 1936, Sebastião José Luis (Tião) é filho de Fulgêncio José Luis, um baiano que migrou para Marília (SP) para trabalhar como peão e com o tempo conseguiu arrendar uma terra na região, onde plantava algodão. Em 1954, Fulgêncio comprou um lote rural na Gleba Iracema, por meio de um corretor de imóveis que atuava em terras paulistas.

6 Município de Rosário Oeste.

Já em 1957, ano em que as primeiras famílias começaram a chegar à gleba, Fulgêncio veio conhecer as terras. Seu lote tinha 181,5 hectares, um dos maiores da sessão onde estavam. No ano seguinte, o irmão mais velho de Sebastião mudou-se para a Gleba Iracema a fim de dar início à abertura da área. Em 1959, aos 23 anos de idade, Sebastião se casou e se mudou com a família para a gleba, com a intenção de plantar café. Naquele ano havia cerca de quarenta famílias no loteamento e muitas já estavam desanimadas e retornando ao Sudeste brasileiro. “Faltavam condições e a firma colonizadora estava falindo”, relata Sebastião José Luis (2019).

A família Luis trouxe outras duas famílias de São Paulo para trabalhar nas terras do pai, porém mais tarde essas famílias acabaram indo embora, desanimadas. Ficaram apenas Tião, o irmão e seu cunhado Miro, casado com sua irmã Emília. As terras foram abertas a machado. Fulgêncio plantou sete mil covas de café logo que chegou. Os filhos e o genro plantaram mais sete mil. Tião, que fora criado em meio a cafezais, entendia da cultura, assim como os demais membros da família. Diante da precariedade de condições da época, os Luis estavam em condições um pouco melhores que os demais colonos. Foram os únicos que chegaram com caminhão próprio, no qual traziam mantimentos de Cuiabá, Diamantino ou Nobres, para abastecer a família por longos períodos.

Em 1959, o núcleo urbano da Gleba Iracema contava com um armazém, uma escola, uma igrejinha de tábuas e três casinhas de barro. Já tinha ruas traçadas, com praça, cemitério e campo de aviação (SCHAEFER, 2018). Praticamente todas as famílias da gleba eram católicas. No armazém, os Rachid vendiam mantimentos. A família de colonizadores tinha também um cafezal e uma serraria, que pouco depois foi transformada em uma indústria de farinha de mandioca que durou pouco tempo. Já o setor de seringal dos Rachid situava-se na atual Fazenda Mutum, que era passagem para quem vinha de Rosário Oeste à Gleba Iracema. Também na sede da gleba havia um escritório da Colambra, mas já em processo de falência, quase sem movimento. A firma acabou permitindo que os compradores fossem abandonando os lotes e indo embora, mesmo com as dívidas. “Os Rachid vendiam fiado não somente a terra, mas tudo que os colonos precisavam, desde o machado para o desmate até alimentos para as famílias”, conta Sebastião.

Se por um lado muitos colonos não pagaram suas dívidas, por outro lado são inúmeras as queixas de propaganda enganosa por parte da colonizadora, que teria “vendido” a imagem de uma terra propícia para a cafeicultura em uma época onde os meios necessários ao cultivo eram praticamente inacessíveis à região. Além disso, a colonizadora foi pouco criteriosa na venda dos lotes, trazendo para a gleba uma imensa maioria de famílias de baixo poder aquisitivo. Apenas as duas famílias com condições um pouco melhores, entre as quais a de Fulgêncio Luis, conseguiram permanecer. Os Luis acabaram pagando

todo o lote à colonizadora. Fulgêncio comprou cinquenta alqueires a 1 mil cruzeiros (um conto de réis) o alqueire, mas Tião diz que a família acabou pagando bem mais que o acordo, pois teria havido divergência entre o tamanho da área prometida pelo corretor e a demarcação final do lote. No ato da venda, o corretor teria dito que o lote seria maior (LUIS, 2019).

A residência da família sempre esteve situada dentro do seu lote, nunca no núcleo urbano da gleba. Logo que vieram de São Paulo fizeram uma casa de barro que durou 11 anos. Mais tarde Tião fez uma casa de tábuas.

Entre as dificuldades vividas pelos colonos da Gleba Iracema, fala-se muito da alta incidência de doenças como malária e tifo, que levaram algumas pessoas da comunidade a óbito na primeira década de colonização. A professora Iracema da Silva, que lecionou por três anos e oito meses na gleba, também era enfermeira e prestava socorro utilizando os poucos recursos disponíveis (SCHAEFER, 2018). Além das doenças, picadas de cobras venenosas eram comuns.

A partir dos relatos de Sebastião José Luis (com 83 anos de idade em 2019) e de sua filha Aparecida Ferreira Luis Galdino (nascida em Cuiabá e criada na gleba desde 1961; conhecida em Nova Mutum como “Professora Cida”), que atualmente residem na cidade de Nova Mutum como muitos outros parentes, pode-se ter uma boa noção de como foi a vida na pequena comunidade da Gleba Iracema para os que conseguiram permanecer.

O cafezal da família Luis plantado em 1958 e 1959 cresceu saudável e bonito, ocupando 12 hectares com 14 mil covas de café. Na primeira safra, quatro anos depois de plantado, os Luis colheram 310 sacas. Porém não havia para quem vender. O café ficou depositado em Cuiabá aguardando algum interessado. No segundo ano o cafezal produziu 130 sacas e no terceiro 280 sacas. Foram quatro anos de colheita, sem mercado para o produto. Conforme Tião, na época o governo indenizava as lavouras de café que não obtinham êxito para que substituíssem o café por plantio de cereais. Assim, a família largou a cafeicultura. Cida tinha três anos de idade quando a família teve que cortar os pés de café. Hoje professora aposentada, diz ainda ter na memória cenas do cafezal florido e da família colhendo os grãos com peneira.

Com o insucesso do café, os Luis resolveram plantar seringueira (chamavam popularmente de “plantar borracha”), mesmo sem conhecer a cultura. Embrenharam-se na floresta à procura de sementes de seringueira nativa, e encontraram mudas. Plantaram 14 mil pés e aprenderam a técnica do enxerto com uma empresa do ramo que atuava na região e com técnicos da Carmat (órgão antecessor da Emater/Empaer). “Dois agrônomos da Carmat vieram e ofereceram dinheiro para plantarmos mais borracha. Não quis. Preferi não ficar

com dívida”, relata o pioneiro.

Tião “sangrou borracha” durante um ano, para experiência, com auxílio da Carmat. “A seringa deu bastante dinheiro na época. Cheguei a levar nove toneladas de borracha para Cuiabá de uma só vez, juntando a minha produção e a de vizinhos”, acrescentou. Moradores da gleba como José Luiz da Silva e sua esposa Joana também plantavam seringueira e produziam bem. Antes dos colonos, os Rachid já tinham um seringal plantado (não nativo), provavelmente o primeiro da região. Segundo Tião, havia outros seringais plantados nas proximidades, como em Diamantino e São José do Rio Claro. Tião vendeu muita semente de seringueira para pessoas da região e até mesmo de São Paulo.

Diversas outras culturas e atividades foram empreendidas pelos Luis e demais moradores da Gleba Iracema durante os primeiros anos da comunidade. Plantou-se arroz, abóbora, milho, mandioca, abacaxi, amendoim, laranja, entre outros cereais e hortifrutis. “O nosso pedaço de terra era bom. Colhemos arroz por oito anos seguidos na mesma área [sendo que o arroz não produz muitas safras seguidas sem rotação de cultura]”, declarou Tião. Com a mandioca, chegaram a produzir farinha. A laranja produziu, mas, assim como o café, não encontrou mercado. Como a família tinha experiência com cotonicultura em São Paulo, tentaram plantar algodão uma única vez. A taxa de nascimento das plantas foi baixa e a colheita rendeu apenas quarenta arrobas, que foram vendidos em Rondonópolis. Em todas as culturas experimentadas, o plantio sempre foi manual, com uso da ferramenta denominada “matraca”.

De modo mais rústico, a família também criou suínos e bovinos. Chegou a ter cem cabeças de porco de uma vez, 14 vacas e um touro. Tião conta que os animais eram atacados por onças praticamente na porta de casa.

Em 1977, Tião vendeu o gado que tinha, pôs a mudança no caminhão e mudou-se com toda a família para Cuiabá. Na capital os filhos estudaram e Cida, como outras irmãs, tornou-se professora. Dez anos depois, em 1987, Tião, Cida e parte da família retornaram à Gleba Iracema, com Nova Mutum já em processo de emancipação. Mais recentemente, já viúvo, Tião se desfez das propriedades e mudou-se para a cidade de Nova Mutum.

Logo após a falência do projeto de colonização, ainda nos primeiros anos, o núcleo urbano se desfez. As poucas construções que havia se perderam, porém anos mais tarde o casal Joana e José Luiz da Silva construiu uma outra igreja, onde o padre José Renato Schaefer chegou a rezar muitas missas. Antes da igreja, a comunidade recebia padres de Diamantino, que passavam uma vez por ano rezando missas nas propriedades rurais da gleba (GALDINO, 2019; LUIS, 2019).

A escolinha construída pelos Rachid no início da colonização, onde a professora Iracema da Silva deu aulas por quase quatro anos, também se desfez. Mais tarde o município de Diamantino, em parceria com a Mutum Agropecuária, construiu uma outra escola na comunidade, onde Cida passou a dar aulas em 1987, quando retornou de Cuiabá. Na época a Gleba Iracema tinha 21 crianças em idade escolar. O prédio dessa escolinha ainda existe, porém está há anos sem uso. Depois da escolinha da Gleba Iracema, Cida passou a ensinar na Fazenda Bom-zon, onde havia uma escola com quatro salas de aula. Em 1996 foi transferida para a escola municipal Tancredo Neves, na cidade.

Com poucas famílias, a comunidade da Gleba Iracema perdurou até a década de 1990, quando foi totalmente dissolvida. A escolinha foi desativada nessa época (GALDINO, 2019). A maior parte dos lotes remanescentes foram comprados pela Mutum Agropecuária e hoje pertencem a grandes e médios produtores agropecuários.

O antigo cemitério, onde 24 corpos foram sepultados, alguns até mesmo sem caixão, acabou sendo tombado como patrimônio histórico pela Câmara de Nova Mutum na década de 1990, em moção apresentada pelo vereador Vicente Paulino Barreiros, a pedido do padre José Renato Schaefer e antigos moradores. A prefeitura de Nova Mutum chegou a autorizar que uma área de meio hectare fosse cercada e isolada, porém isso nunca foi efetivado. O terreno acabou esquecido e a terra foi vendida a particulares. Atualmente, o cemitério está tomado por pastagem.

Colonizações no período militar – “Integrar para não entregar”

A partir da década de 1960, os governos militares, interessados na segurança nacional e na segurança alimentar, promoveram a aceleração da colonização das regiões periféricas do País – Amazônia e Centro-oeste –, que sempre tiveram baixa densidade demográfica em comparação com as demais regiões. Já no governo de Castelo Branco, em 1966, corria o *slogan* “Integrar para não entregar”, em referência ao temor de uma possível internacionalização da Amazônia.

No início dos anos 1970, o governo Médici iniciou as obras de abertura das rodovias Transamazônica e BR-163 (Cuiabá-Santarém), além de lançar uma série de programas especiais de desenvolvimento regional, designando crédito para incentivo à transformação das terras em áreas produtivas. Tais ações compunham as estratégias traçadas nos Planos Nacionais de Desenvolvimento Econômico e Social (I PND-1972/74 e II PND-1975/89), que eram parte do Programa de Integração Nacional (PIN), criado pelo Decreto-Lei n. 1.106, de 16 de junho de 1970 (MORENO; HIGA, 2005).

Foi nesse contexto que nasceram, no ano de 1978, os principais projetos

de colonização particulares situados na área correspondente ao município de Nova Mutum: o Projeto de Colonização Mutum (três etapas), que deu origem a sede do município, e a Colonização São Manoel (seguida do loteamento Novo Horizonte). Logo depois, em 1980, teve início a colonização da Gleba Ranchão, porém nos moldes da reforma agrária oficial/estatal conduzida pelo Incra.

Projetos semelhantes ao Mutum e ao São Manoel surgiram por todo o Estado de Mato Grosso, a exemplo de Sinop e Sorriso, que também são colonizações particulares incentivadas pelo governo federal. Segundo Santos (1993 *apud* DESCONSI, 2011), nas décadas de 1970 e 1980 predominaram os projetos de colonização privados, totalizando 88 projetos com mais de três milhões de hectares envolvendo os chapadões do cerrado mato-grossense. O modelo público de colonização, gerido pelo Incra, tal qual a Gleba Ranchão, também foi bastante comum no Estado, a exemplo do projeto que originou Lucas do Rio Verde.

Até as décadas de 1960 e 1970 as dinâmicas de ocupação do Mato Grosso estiveram associadas às atividades de extrativismo mineral e vegetal, além de explorar atividades específicas em áreas de maior fertilidade natural. Os governos militares dão novo impulso à colonização, apoiada na ‘modernização conservadora’ especialmente embasada na produção de grãos para exportação. A abertura de estradas se associa a esta dinâmica de ocupação conduzida pelas colonizadoras privadas, que obtêm concessões das terras públicas e vão desenvolver os projetos. É o caso do eixo Cuiabá-Santarém, que dá origem às cidades e formas de ocupação atuais da microrregião do Alto Teles Pires. (DESCONSI, 2011, p. 50).

A base legal da política de colonização foi dada pelo Estatuto da Terra (Lei n. 4.504, de 30 de novembro de 1964, e Decreto n. 59.428, de 27 de outubro de 1966), que considera colonização “[...] toda a atividade, oficial e particular, que se destine a promover o aproveitamento econômico da terra, pela sua divisão em propriedade familiar ou através de cooperativas [...]” (IANNI, 1979, p. 57 *apud* DESCONSI, 2011, p. 62), e estabelece como prioritárias para estas políticas de ocupação as regiões ainda em fase de ocupação e carentes de desbravamento e povoamento.

E foi simultaneamente à ocupação do cerrado mato-grossense que nasceu a mecanização da agricultura, com uso de equipamentos e insumos modernos. Os programas de desenvolvimento do governo federal foram vitais para o estímulo à evolução tecnológica e viabilidade dos projetos de colonização em Mato Grosso. Em Nova Mutum, os mais presentes foram o Proterra (Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste, criado pelo Decreto-Lei n. 1.179, de 6 de julho de 1971) e o Polocentro

(Programa de Desenvolvimento dos Cerrados, criado pelo Decreto n. 75.320, de 29 de janeiro de 1975). O primeiro dispunha de linhas de crédito agrícola e financiou grande parte da implantação das colonizações em Nova Mutum, fornecendo crédito para que os colonos comprassem seus lotes rurais. Já o segundo financiava os produtores na compra de maquinário e insumos.

Produtores de Nova Mutum, como o agrônomo Gervasio Marco Becker, relataram (2019) que havia muita facilidade, na época, para se obter financiamento dos programas, via Banco do Brasil. “Era dinheiro subsidiado, com juros mais baratos, porque havia inflação na época. Se não houvesse isso, todo mundo morreria aqui mesmo, sem condições de produzir nada. Pode parecer um erro nos dias de hoje, mas é o que atualmente salva a balança comercial do Brasil.”

Criada em 1966 pelo governo federal, a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) era responsável por gerir convênios com entidades públicas e privadas, tendo como agente financeiro o Banco da Amazônia (Basa). Um dos seus objetivos era estimular empresas a investir na região (MORENO; HIGA, 2005). O Projeto de Colonização Mutum é um dos empreendimentos privados que receberam financiamento da Sudam.

Todos esses projetos de assentamento e colonização que os militares coordenaram envolviam trazer pessoas que já tinham conhecimento do campo, ou seja, importou-se a cultura de outras regiões e foi-se adaptando com as características regionais. Mesmo no caso de Mutum, que era uma colonização privada, o Dr. Ribeiro estava dentro do contexto dos militares e usou os recursos da Sudam. As pessoas visionárias aproveitaram aquela oportunidade. (ISOTON, 2019).

PROCESSO MIGRATÓRIO

Com as colonizações vieram os processos migratórios, especialmente do Sul do País ao Mato Grosso. Conforme Desconsi (2011), esses processos têm relação com fatores econômicos e culturais, envolvendo aspectos como a fase em que as famílias se encontram (nascimento dos filhos, casamentos, etc.) e a necessidade de aumento patrimonial. Em outras palavras, as colônias de terras nos estados do Sul já não tinham tamanho suficiente para comportar as famílias de agricultores quando os filhos cresciam e formavam novas famílias, e por isso as terras no cerrado mato-grossense, abundantes e muito mais baratas, mostravam-se atrativas aos sulistas.

De acordo com Schaefer (2010), o movimento migratório de gaúchos, catarinenses e paranaenses em direção a Mato Grosso foi mais intenso de 1976 a 1987. Depois disso, o fluxo sofreu redução devido ao aumento do



Mudança de Alfredo Horn de Cruz Alta (RS) a Nova Mutum, em 1978, percorrendo a BR-163. Fonte: Acervo pessoal de Alfredo Horn.

preço das terras e escassez de áreas próximas das cidades e estradas principais, porém continuaram vindo algumas famílias com menor poder aquisitivo para trabalharem como empregados. O autor relaciona como municípios de origem que mais contribuíram para o povoamento da região de Nova Mutum, Lucas do Rio Verde e Sorriso:

- 1) do Rio Grande do Sul: Nonoai, Sarandi, Pejuçara, Horizontina, Ibirubá e Espumoso;
- 2) de Santa Catarina: Descanso, Chapecó, Coronel Freitas, Caxambu do Sul e Campo Erê; e
- 3) do Paraná: Cascavel, Corbélia, Pranchita, Santo Antônio do Sudoeste, Marechal Cândido Rondon, Palotina e Toledo.

CONSTRUÇÃO E ASFALTAMENTO DA BR-163 (CUIABÁ-SANTARÉM)

A ideia de abertura de uma via terrestre entre Cuiabá e Santarém, no Pará, remonta do século XIX, quando, em 1851, o presidente da então província de Mato Grosso, Augusto Leverger, tratava desta questão junto ao ministro e secretário de Estado dos Negócios do Império, o Visconde de Monte Alegre. Chegou-se a realizar estudos topográficos para escolha do melhor traçado, porém a obra se mostrou inviável para a época. O desafio era tão grande que os engenheiros tiveram dificuldade até mesmo para estimar a distância entre Cuiabá e Santarém (SCHAEFER, 2018). Somente 121 anos mais tarde a ideia

foi concretizada, com a construção da BR-163, empreendida pelo governo militar.

A construção da BR-163 fez parte do Plano de Integração Nacional (PIN). O governo determinou que o Batalhão de Engenharia e Construção (BEC) do Rio Grande do Sul viesse para Cuiabá e instalasse uma base com o objetivo de implantar a rodovia, que era conhecida como “Rodovia da Integração”. Em 1971, o então Coronel Antônio Paranhos inaugurou o 9º Batalhão de Engenharia e Construção, o 9º BEC, e começou a abertura da estrada que viria a interligar a região Norte do País às regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste. Ao mesmo tempo que foi criado o 9º BEC, em Santarém foi instalado o 8º BEC, que tinha a mesma missão, mas em sentido oposto (Norte-Sul) (ROTA DO OESTE, 2014).

Construídos desde a década anterior, os demais trechos da BR-163 ligam Cuiabá a Tenente Portela, no Rio Grande do Sul, cortando os estados de Mato Grosso do Sul, Paraná e Santa Catarina. O PIN incluía ainda a rodovia Transamazônica, que entroncada com a BR-163 completava a articulação de todas as cinco regiões do País.

De Cuiabá a Santarém, o trabalho de abertura e levantamento do leito da rodovia foi marcado por enormes desafios e durou cinco anos. Ainda em 1971, o Coronel José Meireles assumiu o comando do 9º BEC e passou a conduzir os trabalhos. A inauguração da BR-163 ocorreu em 1976, quando os homens do 9º BEC encontraram o 8º BEC na região sul do Pará, na Serra do Cachimbo, completando a extensão de 1.777 quilômetros de estrada (ROTA DO OESTE, 2014).

Na esteira da construção da BR-163 vieram as iniciativas de colonização que transformaram o Médio-Norte e Norte de Mato Grosso, tais como Nova Mutum, Lucas do Rio Verde, Sorriso, Sinop e Guarantã do Norte. Porém, o traçado da rodovia poderia ter sido outro. José Aparecido Ribeiro costumava dizer que o traçado seria mais a leste, passando entre o Rio das Mortes e Canarana, em um outro espigão, conforme relata o engenheiro civil José Mario Ribeiro Mendes, primo do colonizador de Nova Mutum.

Um outro percurso avaliado pelas autoridades cortaria Nobres, em seguida as regiões da Pacoval e Trivelato e saía em Sinop. Quem também tinha interesse na abertura da rodovia Cuiabá-Santarém e propôs um traçado semelhante para a estrada foi o fazendeiro paulista Mário Spinelli, que já na década de 1940 era proprietário da Fazenda Rio Novo, grande latifúndio na região do atual município de Santa Rita do Trivelato. Em 1964, dois anos antes da aquisição da Fazenda Mutum pelo Dr. Ribeiro, Spinelli chegou e escreveu um livro intitulado *Livro de Estudo sobre Mato Grosso*, com um capítulo dedicado ao estudo do traçado da então BR-16 (depois BR-163). A recomendação do fazendeiro foi remetida ao Governo Federal e ao Congresso em junho daquele ano. O percurso sugerido



Instalações do 9º BEC no Rio dos Patos, BR-163, provavelmente em 1982. Fonte: Acervo pessoal de Cleonice Alves.



Leito da BR-163 na década de 1970, ainda sem asfalto, no quilômetro 630 (Cuiabá-Santarém). Fonte: Acervo pessoal de Alfredo Horn.



Ponte sobre o rio Arinos, na BR-163, em 1975. Fonte: Acervo da Prefeitura Municipal de Nova Mutum.



Situação precária da pavimentação da BR-163 se estendeu por mais de duas décadas. Fonte: Acervo da Prefeitura Municipal de Nova Mutum.



Um dos inúmeros manifestos regionais pela melhora das condições da BR-163. Fonte: Acervo da Prefeitura Municipal de Nova Mutum.

por Spinelli cortava sua fazenda.

Existe já o trecho de Cuiabá ao Rio Ferro de colonização nipônica, passando pelo rio Novo rumo a Santarém, 600 quilômetros de estrada trafegável, sendo 180 quilômetros feitos pelo Governo Federal (BR-29) e 420 quilômetros pelos seringalistas da região (BR-16). De Santarém rumo a Cuiabá, 142 quilômetros abertos pelo DER do Pará, mas só 72 quilômetros trafegáveis. Falta apenas 1200 quilômetros para completar a rodovia e o milagre da BR-16 [...]. Convocamos o Governo e o Congresso Nacional para a concretização da máxima aspiração do nosso setentrião, a construção da rodovia Cuiabá-Santarém. (SPINELLI, 1964 *apud* SCHAEFER, 2018, p. 33).

Finalmente, decidiu-se pelo trajeto mais curto, cortando o rio Arinos e as terras do Dr. Ribeiro (Fazenda Mutum), que teria influenciado na definição do traçado, a partir de suas relações políticas com autoridades nacionais. Algumas pessoas afirmam que a influência do Dr. Ribeiro foi decisiva para a definição do traçado. Outras entendem que, independentemente de possíveis influências políticas motivadas pelo efervescer dos projetos de colonização, optou-se pela opção tecnicamente mais adequada.

Citado por Schaefer (2018), Samuel de Castro Neves, fazendeiro de Nobres que gerenciou a Mutum Agropecuária no início da década de 1970, assim detalhou o projeto inicial do traçado da BR-163 em Mato Grosso, que no trecho mais ao sul coincidia com a sugestão de Mário Spinelli:

[...] saindo de Cuiabá, via Rosário Oeste e Nobres, entrava no local chamado Boteco Azul, três quilômetros antes do Posto Gil, à direita, na direção do rio Novo, Pacoval e Trivelato (que na época não existiam), e chegava ao rio Teles Pires, onde havia uma ponte de madeira, desativada a partir de 1989 com a atual ponte de concreto. Já no lado direito do rio a estrada seguia rumo ao norte sempre acompanhando a antiga estrada já existente desde o Posto Gil, pois os japoneses já tinham aberto na década de 1950 uma colonização no rio Ferro, depois abandonada. A BR chegava finalmente a Vera, que Ênio Pipino estava colonizando e seguindo até Sinop, também com colonização iniciada por Ênio. [...] Dr. Ribeiro acionou pessoas influentes em Brasília, sobretudo o deputado federal por São Paulo, Herbert Levy, e conseguiu alterar o traçado do asfaltamento da rodovia, possibilitando que em seguida Mutum, Tapurah, Lucas do Rio Verde e Sorriso fossem colonizadas na esteira da abertura da rodovia pelo atual e definitivo traçado. (CASTRO NEVES, entrevistado por SCHAEFER, 2018, p. 72).

José Mario Ribeiro Mendes (2019) reconhece a influência política do Dr. Ribeiro, mas acredita que outros fatores também pesaram para a escolha. “O caminho escolhido corta menos rios, sai pelo espigão, o terreno é bom, então, pensando em topografia e distância, é aqui o caminho.”

Segundo o ex-governador Júlio Campos (MUVUCA POPULAR, 2020), a pavimentação da BR-163 foi iniciada em 1983, no Trevo do Largarto, e teve os seus quinhentos quilômetros iniciais até Sinop financiados com recursos do BID para o Estado e pago pelos mato-grossenses. “No dia 10 de dezembro de 1984 entregamos essa obra com a presença do presidente João Figueiredo. E em abril de 1986 entregamos mais 135 km restantes, até a cidade de Santa Helena”, relata Campos.

O trecho do Posto Gil até o rio dos Patos, passando pelo então distrito de Nova Mutum, foi asfaltado pela empreiteira Andrade Gutierrez. Outras empreiteiras como a Camargo Corrêa asfaltaram os demais trechos. A falta de acostamento no projeto da rodovia, que até hoje tem consequências graves, foi alvo de muitas reclamações dos moradores da região. O engenheiro civil José Mario Ribeiro Mendes percebeu o problema e tentou alertar as autoridades. Chegou a se reunir com o governador Júlio Campos e com o secretário de Obras, Mário Cândido Figueiredo. Disse a eles que a falta do acostamento era uma irresponsabilidade e que daria prejuízos enormes à nação, porém o secretário debochou da reivindicação e, com pressa, o governo do Estado entregou a obra sem acostamento. Posteriormente, José Mario descobriu que o fiscal da Andrade Gutierrez, que ficava acampado no Posto Gil durante a obra, era irmão do secretário. “Fizeram o asfalto do jeito que eles queriam. Tanto é que dois anos depois nós ficamos sem estrada”, diz o engenheiro (MENDES, 2019), referindo-se às péssimas condições de conservação do asfalto que foi uma realidade por trinta anos.

Uma curiosidade: durante o asfaltamento da BR-163, a Andrade Gutierrez solicitou à comunidade mutumense o antigo pavilhão comunitário para alojamento dos seus funcionários. A comunidade atendeu à solicitação e a equipe da empreiteira ficou alguns meses acampada no pavilhão. Em troca, a comunidade recebeu da empreiteira a construção de banheiros para a igreja matriz e algumas cargas de pedra britada (ORO, 2019).



Monumento Colonizadores de Nova Mutum, do escultor Nelson Piga, retrata o casal José Aparecido Ribeiro e Hilda Strenger Ribeiro. Fonte: Acervo da Prefeitura Municipal de Nova Mutum.



José Aparecido Ribeiro e Hilda Strenger Ribeiro. Fonte: Acervo do Grupo Mutum.



José Aparecido Ribeiro na década de 1980. In: <<http://www.fatormt.com.br/nova-mutum/>>.

Projeto de Colonização Mutum

JOSÉ APARECIDO RIBEIRO – O COLONIZADOR

Nascido em Santa Rosa de Viterbo (SP) em 1919, José Aparecido Ribeiro deixou sua cidade natal aos 11 anos de idade para enfrentar a vida na capital paulista. Iniciou sua carreira como *office-boy* na empresa imobiliária e advocatícia de seu cunhado, Dr. Walfrido Bandeira Vilella, que tinha como sócio o Dr. José Rezende, chegando até o cargo de presidente da empresa. Conciliando trabalho e estudos, passou pelos colégios Rio Branco e Paulistano. Foi diplomado em 1946 pela Faculdade de Direito São Francisco, da Universidade de São Paulo (USP), tornando-se bacharel em Direito. Casou-se em 26 de julho de 1947 com Hilda Strenger Ribeiro, que, além de esposa, foi companheira em todos os desbravamentos da família (SILVA, 2018; GRUPO MUTUM, 2012). O casal teve duas filhas (Ana Elisa Strenger Ribeiro e Anna Christina Ribeiro Aguilar), uma neta (Maira Ribeiro Krakauer) e dois netos (Frederico Ribeiro Krakauer e Henrique Antonio Ribeiro Aguilar).

Dr. Ribeiro faleceu em dezembro de 1994. Na ocasião, o neto Frederico Ribeiro Krakauer – que desde os 14 anos trabalhava com o avô –, aos 19 anos de idade, tomou à frente dos negócios da família. Atualmente, Frederico preside o Grupo Ribeiro Participações (GRP) e as empresas Mutum Agropecuária S.A. e JAR Empreendimentos, entre outras empresas do grupo em São Paulo. Frederico também foi vice-presidente da extinta Associação dos Empresários da Amazônia, da qual o avô foi um dos fundadores na década de 1970 (VEZ, 2018).

José Aparecido Ribeiro era reconhecido por seu comportamento visionário. Tinha percepção aguda para os negócios, sempre muito bem informado sobre as tendências políticas e econômicas do País. Em entrevista concedida a uma emissora de TV em 1986, gravada no então distrito de Nova Mutum, Dr. Ribeiro previu com grande precisão o futuro econômico da região. Deu ainda um testemunho pessoal sobre o significado de Nova Mutum para si:

Eu me sinto, na minha idade, um homem muito realizado. Você vê a cidadezinha aí, e tive uma satisfação de ver números fabulosos esse ano. Passaram aqui por Nova Mutum três milhões de sacas de soja. Isso é um negócio muito importante em termos brasileiros. É tão importante, que a hora que ligarem Cuiabá a Santarém com o asfalto, vai mudar o polo de agricultura de grãos do país. Nós vamos produzir o grão para exportação, porque nós temos uma economia de cinco a seis mil quilômetros de frete marítimo, que hoje sai de Paranaguá e Rio Grande para a Europa, Estados Unidos, Ásia e tudo. E o Planalto Central do Brasil vai ser o maior produ-

tor de grãos do mundo dentro da próxima etapa. [...] Nós somos brasileiros, e aqui tem muito carinho, muito amor da gente nisso tudo. Isso aqui é um filho querido nosso, e nós tratamos dele nesse sentido. Tem as falhas humanas, nossas também, mas isso aqui é o nosso coração. (RIBEIRO, 1986, [s.p.]).

Segundo diversos depoimentos, Dr. Ribeiro costumava manifestar um desejo seu: o de que viessem a Nova Mutum pessoas com a ambição de ter sucesso na vida. Ele era um constante motivador dos primeiros fazendeiros da região, até mesmo dos externos ao seu projeto de colonização. Pedia aos demais fazendeiros que não desistissem, pois acreditava que o sucesso agrícola da região em breve viria. O fazendeiro Alcindo Uggeri, que chegou em 1975, relata que Ribeiro foi importante para que ele não desistisse e fosse embora. O pioneiro conta que o Dr. Ribeiro ia da Fazenda Mutum até a Fazenda Ranchão, pelos fundos, para lhe dar um “chá de otimismo”, dizendo que era preciso aguentar o tranco porque a região era viável. Além disso, a influência política do colonizador, que segundo fontes tinha acesso até a ministros do governo federal, era considerada de grande valia para o desenvolvimento da comunidade.

COLONIZAÇÃO DE NOVA MUTUM

Conforme abordado no início deste capítulo, onde se trata da primeira ocupação das terras da região e fazendas antigas, Dr. Ribeiro chegou à região de Nova Mutum no ano de 1966, quando um grupo de empresários capitaneados por ele começou a adquirir terras, totalizando 169 mil hectares, sendo parte no município de Nobres e parte em Diamantino. Situadas em uma região chamada de “Irmandade”, as terras adquiridas incluíam 12,5 mil hectares remanescentes da colonização da Gleba Iracema. A cadeia dominial da área aponta como transmitente (vendedor) Jorge Rachid Jaudy e adquirente (comprador) Mutum Agropecuária Ltda., que, conforme publicação no Diário Oficial do Estado de 29 de dezembro de 1966, passou a denominar-se Mutum Agropecuária S./A. Posteriormente, outros títulos de terras expedidos pelo Estado foram incorporados às posses da empresa.

Já no ano seguinte, 1967, o grupo aprovou junto à Sudam um projeto de incentivo fiscal agropecuário para a área, que se desdobrou mais tarde no Projeto de Colonização Mutum. Ainda na entrevista de 1986 há pouco citada, Dr. Ribeiro assim resumiu o processo de colonização:

A Mutum, uma das primeiras fazendas que se instalou na região, tinha um projeto aprovado na Sudam, projeto agropecuário que tratava [inicialmente] da pecuária. Entretanto, nós fizemos um projeto de experimentação

aqui, com a Associação dos Empresários da Amazônia e o governo de Mato Grosso, e um dos resultados foi um outro projeto de cultura de soja, milho etc. E nós verificamos que a região tinha todas as condições propícias ao desenvolvimento dessas culturas. Então a Mutum passou a plantar. E dado o resultado auspicioso das colheitas, nós resolvemos [...] em vez de fazer um projeto só pecuário, fazer um agropecuário. Do agropecuário surgiu a colonização. E com a experimentação, a pesquisa, surgiram variedades novas de soja, e surgiu essa realidade hoje, em que aqui se produz muito mais soja por unidade de área do que nas terras ricas do Sul. Foi um processo evolutivo e precoce, porque o projeto de colonização data de 1978. (RIBEIRO, 1986, [s.p.]).

A Mutum agropecuária iniciou a abertura do cerrado no começo da década de 1970. A maior parte da área era coberta por cerradinho, uma terra de menor valor, que acabou sendo destinada à pecuária. A abertura da mata era feita com trator CBT e machado. Em seguida se jogava semente de capim. “A gente costuma dizer que, nas colonizações de terras virgens, a pecuária desbrava e depois o agronegócio chega com o progresso. Dr. Ribeiro desbravou com pecuária quando era apenas uma região de borracha”, diz Luiz Divino da Silva, pioneiro do município e atual gerente do Grupo Mutum. Divino acrescenta que nos primórdios ainda não havia braquiária na região, somente Capim-gordura, Jaraguá, Colonião e outras variedades que tinham pouca resistência nas terras locais. O fortalecimento da pecuária na região acabou acontecendo anos mais tarde, com a chegada do capim-braquiária (SILVA, 2018).

Em 1973, um técnico da FAO (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura) percorria o País – a pedido do governo federal – em busca de regiões de potencial agrícola que pudessem se tornar polos de produção de alimentos para o mundo. Em passagem pela BR-163, que estava em fase de construção, encontrou com o Dr. Ribeiro na Fazenda Mutum e disse ao empresário que a região se tornaria o “celeiro do mundo”. Empolgado com a perspectiva de desenvolvimento, em 1974, Dr. Ribeiro, juntamente com a Associação dos Empresários da Amazônia, da qual era o presidente, montou um campo experimental na Fazenda Mutum, com duzentos hectares, onde testou culturas de arroz, soja e milho. A soja produziu, na ocasião, trinta sacas por hectare. Segundo a Mutum Agropecuária, este foi o primeiro plantio de soja da região (SILVA, 2018).

Ainda em meados da década de 1970, Dr. Ribeiro conheceu, por indicação de amigos, o advogado Willi Erich Lindner, sócio-fundador e diretor executivo da Empreendimentos Agropecuários Eldorado S.A., de Porto Alegre (RS). Lindner foi a São Paulo se reunir com Ribeiro e falou da sua intenção de levar colonos sulistas para Mato Grosso. Convidou o empresário paulista a visitar sua

firma em uma exposição agropecuária em Porto Alegre e conhecer melhor o perfil dos agricultores da região. Ribeiro aceitou o convite e, uma vez no Rio Grande do Sul, visitando o interior, olhou para as terras e disse (palavras de Lindner, em 2019): “mas aqui esses caras plantam 10, 15 hectares; lá no Mato Grosso tem que pensar grande. Vamos dar meios para eles.” Ainda conforme Lindner, Ribeiro costumava dizer aos agricultores: “a Mutum é o laboratório da Amazônia. Lá tem experiência de tudo que é tipo e vocês vão ter sucesso lá” (LINDNER, 2019). Ribeiro solicitou a Eldorado que pusessem a ideia no papel, e assim foi feito. Depois de várias reuniões, o projeto de colonização saiu do papel e em março de 1978 virou realidade.

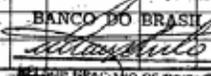
Pesaram para a decisão de colonizar Nova Mutum os seguintes fatores: a dificuldade de abrir e cultivar sozinho um latifúndio tão vasto e o incentivo do governo federal para os projetos particulares de colonização, que se espalhavam pelo Estado. Com isso, em 1978, Ribeiro destacou cem mil hectares para a implantação do Projeto de Colonização Mutum, que dez anos depois deu origem ao município de Nova Mutum.

A Eldorado foi contratada pela Mutum Agropecuária para elaborar o projeto de colonização, desde o loteamento rural até o núcleo urbano. Da área total de cem mil hectares, 550 hectares foram destinados à cidade. A colonizadora adotou a política comercial de bonificar os compradores de lotes rurais com lotes urbanos. Normalmente eram dados dois lotes de 1.000 m² para cada comprador de terras. Entre os lotes rurais havia os de quatrocentos hectares, os de duzentos, de cem e alguns de cinquenta hectares. O trabalho começou com a criação de toda a infraestrutura necessária para o início das atividades, como pontes, estradas, usina hidrelétrica, rede elétrica e rede de água. No núcleo urbano, a empresa construiu as primeiras casas para acolher os pioneiros que ali chegaram, além de posto de saúde, escola e alojamento (GRUPO MUTUM, 2012).

A colonização foi empreendida em três etapas, com a 1^a e a 2^a Etapas lançadas em 1978 e a 3^a Etapa lançada em 1985. Com cerca de quarenta mil hectares, a chamada 1^a Etapa loteou as terras situadas a norte do rio dos Patos, onde formaram-se as comunidades das linhas Santo Antônio, São Carlos e Boa Esperança. Nesta etapa predominavam os lotes de quatrocentos hectares, mas também havia menores. Mais tarde criou-se o cinturão verde com lotes menores de 2,5, dez e 25 hectares, com a intenção de dar condições à expansão de atividades como a de granjeiros.

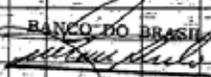
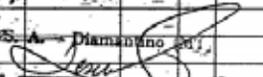
Segundo Lindner (2019), a aprovação do projeto de colonização junto ao Inbra, em Brasília, foi bastante burocrática. Exigia-se o preenchimento de diversos requisitos. Para a 1^a Etapa foi necessário agrupar os vários títulos de terras que o Estado havia expedido, depois comprados pela Mutum Agropecuária. O mesmo foi feito com a 2^a Etapa, que compreende a parte a sudoeste do núcleo

NUMERAÇÃO DE Lote nº 3 400 ha COLONIZADORA: MUTUM

19	NÚMEROS	18	NÚMEROS	17	NÚMEROS	16	NÚMEROS	15	NÚMEROS
COMPRADORES: REINALDO BALDISSERA									
VENDEDOR: Mutum agropecuária S/A.									
FINANCIADOR: Banco do Brasil S.A.: Ag. Diamantino (MT)									
VALOR AVALIAÇÃO: R\$ 1.120.000,00									
VALOR DEFERIDO: R\$ 576.000,00									
RECURSOS PROPRIOS: R\$ 544.000,00									
PRAZO: 10 anos com 02 de carência									
REPOSIÇÃO: 08 parcelas iguais de 72.000,00									
VENCIMENTO: 15 de julho de cada ano									
ASSINAM PELO BANCO: Nelson Graciano de Brito (gerente)									
Miguel Luiz Avancini (subgerente)									
Diamantino (MT), 20.09.78									
BANCO DO BRASIL S.A. - Diamantino (MT)									
 									
NELSON GRACIANO DE BRITO Gerente									
MIGUEL LUIZ AVANCINI Chefe de Serviço									

Mod. 03/82

NUMERAÇÃO DE Lote nº 111, MUTUM, 399 ha

19	NÚMEROS	18	NÚMEROS	17	NÚMEROS	16	NÚMEROS	15	NÚMEROS
COMPRADORES: Alfredo Cristiano Horn									
VENDEDOR: Mutum agropecuária S.A.									
FINANCIADOR: Banco do Brasil S.A.									
VALOR AVALIAÇÃO: R\$ 1.117.200,00									
VALOR FINANCIADO: 574.560,00									
RECURSO PROPRIO: R\$ 542.640,00									
PRAZO: 10 anos com 02 de carência									
REPOSIÇÃO: 08 parcelas iguais de 71.820,00									
VENCIMENTO: 15 de julho de cada ano									
ASSINAM PELO BANCO: Nelson Graciano de Brito (gerente)									
Miguel Luiz Avancini (subgerente)									
Diamantino (MT), 20.09.78									
BANCO DO BRASIL S.A. - Diamantino (MT)									
 									
NELSON GRACIANO DE BRITO Gerente									
MIGUEL LUIZ AVANCINI Chefe de Serviço									

Mod. 03/82

Fotocópias de fichas referentes a financiamento de lotes na 1ª Etapa da Colonização Mutum, emitidas pelo Banco do Brasil. Fonte: 1º Ofício de Registro de Imóveis de Nova Mutum-MT - Cartório J.B Almeida.

Entrada da linha Santo Antônio, 1ª Etapa da Colonização Mutum, onde os primeiros colonos vindos do Rio Grande do Sul se instalaram. Fonte: Acervo pessoal de Alfredo Horn.



urbano, totalizando, assim como a 1ª Etapa, cerca de quarenta mil hectares (ALMEIDA, 2018). A 3ª Etapa abrangeu terras a sudeste da agrovila, no entorno da Fazenda Mutum e remanescente da Gleba Iracema.

O meio mais comum de financiamento da compra de lotes na Colonização Mutum foi o Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste (Proterra), do governo federal, operado pelo Banco do Brasil, que tinha agência em Diamantino. As fichas de compra de lotes eram preenchidas à máquina de escrever (ver exemplo nas imagens da página anterior) e passavam pelo Banco do Brasil, que as analisava e remetia ao cartório em Diamantino (ALMEIDA, 2018).

O agricultor Alfredo Horn relata que comprou seu lote de quatrocentos hectares nas seguintes condições: 20% do valor à vista no ato, 30% para inteirar a entrada depois de um certo prazo, e os 50% restantes financiados no Banco do Brasil – Proterra – com juros de 1% ao ano, dois anos de carência e dez anos para pagar. Horn estima que, em valores de hoje, cada hectare custou R\$ 2,5 mil na época, ainda coberto de cerrado. Em 2019 a mesma propriedade estava avaliada em cerca de mil sacos por hectare (cerca de R\$ 60 mil/ha). Para comprar maquinário, Horn e muitos outros agricultores utilizaram financiamento do Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (Polocentro), também do governo federal, com as mesmas condições de juros e carência do Proterra.

Ainda em 1978 deu-se início à abertura e construção do núcleo urbano (história detalhada no capítulo 3), inicialmente com o *status* de agrovila. A chamada Vila Mutum (nome oficial) tornou-se distrito do município de Diamantino no ano de 1981. Para acelerar o desenvolvimento da cidade, a colonizadora apoiou a instalação de instituições como a Emater (atual Empaer), doando um terreno ao Estado para que o órgão se instalasse. Neste caso, o pedido veio do então presidente da Emater, Jonas Pinheiro.

GRP | área adquirida em 1969 - 169 mil HA



Área adquirida por J.A.R e sócios abrangia 196 mil hectares. Fonte: Acervo do Grupo Mutum.



Vila Mutum no início da década de 1980. Fonte: Acervo do Grupo Mutum.

Derrubada do cerrado na fazenda Dois Irmãos, situada na 1ª Etapa da Colonização Mutum. Fonte: Acervo pessoal de Alfredo Horn.





Construção do primeiro barracão na fazenda Dois Irmãos, de Alfredo Horn. Ao fundo, o barracão recém-concluído da família Darold. Fonte: Acervo pessoal de Alfredo Horn.



Primeiro barracão da fazenda Dois Irmãos, na linha Santo Antônio. Fonte: Acervo pessoal de Alfredo Horn.

A Empreendimentos Agropecuários Eldorado S.A. tinha como principais funcionários em Mutum o gaúcho Walter Krauspenhar e sua esposa Dulce. A empresa porto-alegrense operou a 1ª e a 2ª Etapas da colonização, de 1978 até 1980. Na 3ª Etapa a Mutum Agropecuária tocou o projeto sozinha, por meio da Colonizadora Mutum. Nestes três primeiros anos, a Eldorado atuou também na seleção das primeiras famílias de colonos trazidas para conhecer o projeto, bem como na intermediação de financiamento junto ao Banco do Brasil.

Foi difícil. As famílias choravam lá no sul... medo de onça... muitos chegavam em Nobres e queriam voltar pensando que era só pirambeira [serra], mas quando chegavam em Mutum e viam aquele chapadão, era outra coisa. Foi difícil, abrir as primeiras estradas, acampar em lona preta. Tínhamos o desafio de adaptar os produtores em uma topografia e clima diferentes, áreas que aumentaram de 10 a 20 hectares para 300 a 400 hectares. Foi preciso abrir área, depois calcariar, depois gradear, fazer o enlramento; a expectativa da primeira colheita. A produção era vendida para a cooperativa Coamd, de Diamantino, que depois foi comprada e pela Coopervale. Outro problema era o Polocentro, que era só para grandes projetos; aí o Dr. Jonas Pinheiro, que na época era o diretor da Emater, deu muita força nesse sentido. Uma parte era financiada pelo banco e outra pela própria Mutum. Além disso tudo, tinha o desafio de convencer o produtor, depois de já instalado aqui, a permanecer, acreditando que o progresso viria. (LINDNER, 2019).

Após encerrar contrato com a Mutum Agropecuária, no final de 1980, a Eldorado comprou uma área em Tapurah e lá empreendeu a colonização Novo Eldorado. Depois colonizou outra área em Ipiranga do Norte (LINDNER, 2019).

Na equipe do Grupo Mutum (agropecuária e a colonizadora) foram muitos os colaboradores importantes que deixaram sua marca na colonização. O primeiro funcionário do Dr. Ribeiro na região foi José Luiz da Silva, contratado logo que o paulista comprou a terra de Jorge Rachid. José Luiz era morador da Gleba Iracema desde a década de 1950. Já na época da colonização, trabalhou para o grupo o paulista Jair Martins de Arruda, que fazia vendas de terras juntamente com o gerente da época, o agrônomo gaúcho Darci Marin. Antes de Marin o gerente era Valdirço de Souza.



Acampamento para abertura da fazenda Dois Irmãos, em 1978. Na foto estão Horn, Lindner, Krauspenhar e outros. Fonte: Acervo pessoal de Alfredo Horn.



Inauguração da capela Santo Antônio, com padre Renato e bispo Dom Agostinho. Fonte: Acervo pessoal de Alfredo Horn.



Primeiro plantio de arroz na linha Santo Antônio. Fonte: Acervo pessoal de Alfredo Horn.

Outros nomes importantes que ocuparam cargos de gerência/chefia no grupo, na década de 1980, foram o engenheiro civil José Mario Ribeiro Mendes, também Francisco (Chico) Badan, Roberto Badan, Ararê Ludovice Garcia e Carlos Ribeiro Mendes, todos primos de José Aparecido Ribeiro, vindos do Estado de São Paulo. Abaixo de José Mario – que se mudou para o distrito de Nova Mutum em 1983 –, Chico Badan atuava como administrador, seu filho Roberto Badan chefiava o setor de pecuária, Carlos Ribeiro Mendes cuidava da parte imobiliária e Ararê fazia o financeiro. O corretor Francisco Cavalcante, que atuava no Paraná, instalou-se em Mutum para reforçar a equipe de vendas como prestador de serviços terceirizado. Na equipe da topografia atuaram Teófilo Rosi, Artur Belotti, o próprio José Mario e Alberto Tommasini (irmão de Sadi Tommasini, que em 1981 passou a gerenciar o Seringal da Fazenda Mutum).

Antes de José Mario, José Valdemar Teixeira foi diretor do grupo e “braço direito” do Dr. Ribeiro. Com a saída de José Mario, o goiano Luiz Divino da Silva, que até então era gerente do entreposto da Coopervale, assumiu, em 1989, a gerência do Grupo Mutum. Atualmente exerce a função de diretor (ARRUDA, 2018a; MENDES, 2019; SILVA, 2020).

PIONEIROS E SUA CHEGADA À COLONIZAÇÃO MUTUM

Os primeiros agricultores a assinarem contrato de compra de terra na Colonização Mutum foram, segundo Schaefer (2018), Almiro Kogler e Anselmo Sand, no dia 6 de junho de 1978, Alcides Cerrati e Antônio Severino Darold, no dia 9 de junho, e Reinaldo Baldissera, no dia 13 de junho. O primeiro a ocupar seu lote foi Antônio Darold, que se instalou com seus filhos no local no dia 3 de julho de 1978. Em seguida veio Alfredo Horn, que abriu sua sede bem em frente a de Darold, na linha Santo Antônio, bem próximo a BR-163. Do outro lado da rodovia (leste) estava a Fazenda Mata Azul.

Filho de pequeno agricultor, Alfredo precisava deixar o Rio Grande do Sul se quisesse se manter na atividade. Aos 28 anos de idade e ainda solteiro, por meio de seu irmão Dilson Paulo Horn, que estava envolvido em projetos de colonização, embarcou em uma excursão para conhecer a região da Mutum. Voltou a Cruz Alta (RS) – onde moravam os Horn e os Darold – para buscar sua mudança e se instalou definitivamente em seu lote na Colonização Mutum no dia 14 de julho de 1978. Sua fazenda foi o local da primeira missa realizada nas terras da Colonização Mutum, pelo padre João Mathias Orth.

Muitos outros migrantes chegaram logo em seguida e foram se estabelecendo na 1ª e 2ª Etapas. Entre eles, Valter Becker, Valdemar Casagrande, Pirajá Luiz Basso, Francisco Pinardi de Moraes, Vilmar Capelari, os irmãos Class, os irmãos Belino Bonini e Vitalino Bonini, os irmãos Adelino Avelino Noimann (Carlão),

Adelmo Edy Noimann, Aldevino Neumann⁷, Albino Noimann e Antônio Raimundo Noimann, as famílias Comin, Faccio, Dalla Costa, Backes e muitas outras⁸.

Valdemar Casagrande, que deixou Toledo (PR) com a esposa Jandira e os três filhos mais novos para, em 1979, começar a abrir o lote de quatrocentos hectares que adquiriu na 1ª Etapa. Quando veio conhecer as terras de Mato Grosso, chegou a ir até Sinop, porém optou por Nova Mutum pelas condições de comercialização da terra. Em Toledo, Casagrande era comerciante de secos e molhados, mas resolveu vender seu armazém e retornar à atividade agrícola – que exercia antes do casamento – devido ao surgimento das redes de supermercados na década de 1970, que inviabilizaram os comércios menores.

Enquanto Valdemar ficava na fazenda derrubando mato, Jandira ficava na vila com os filhos. A família morava em uma das casas da colonizadora e prestava serviço para a firma mantendo ali uma espécie de creche para filhos de fazendeiros. A pequena casa acolhia, além de Jandira e seus três filhos mais novos, cerca de 18 crianças, de segunda a sexta-feira. Nos finais de semana as crianças iam para as fazendas dos pais. Pouco depois, Valdemar construiu a primeira casa particular (não pertencente à colonizadora) da Vila Mutum, na via sul da avenida principal, atual avenida Mutum, próximo à esquina com a rua das Primaveras (CASAGRANDE, 2018).

Ligada à família Casagrande por laços de parentesco, a família Felipe mudou-se para a Colonização Mutum na mesma época. Valdemar Felipe, irmão de Jandira, também adquiriu um lote na 1ª Etapa e veio junto com o cunhado Valdemar Casagrande para abrir a área, em 1979. No ano seguinte, Valdemar Felipe comunicou a família no Paraná de que já havia, na nova propriedade, um barraco com condições de abrigar a mudança. Foi aí que a família inteira – inclusive o pai e irmãos de Valdemar, como a professora Jaquiline Margarida Felipe Ferraz – mudou-se para a Colonização Mutum (FERRAZ, 2018).

Os Felipe são mais um exemplo de família que chegou ao Mato Grosso em busca de propriedades maiores, para que os filhos já crescidos pudessem seguir na atividade rural. Segundo Jaquiline, havia muita propaganda das terras mato-grossenses no oeste do Paraná, especialmente em Cascavel, Toledo e Palotina, onde se falava muito da região da BR-163. “Na década de 1970

7 Aldevino, que já foi vereador em Nova Mutum, é o único dos irmãos cujo sobrenome se grafava “Neumann”, em vez de “Noimann”.

8 O pesquisador optou por mencionar os nomes de alguns dos pioneiros mais citados pelos entrevistados e fontes bibliográficas, já esclarecendo que a grande maioria ficou de fora da lista devido à impossibilidade material de levantar todos os nomes no prazo de realização deste trabalho. Pede-se a compreensão dos leitores e especialmente dos que eventualmente se sentirem esquecidos. No capítulo 3, sobre a agrovila e distrito de Nova Mutum, há mais nomes de pioneiros citados.

começou a aparecer na rádio de Cascavel, no programa do Darci Israel, uma propaganda sobre o Mato Grosso onde ressaltava as grandes quantidades de terra a preços muito baixos”, recorda-se Jaquiline. Foi então que Valdemar Casagrande incentivou Valdemar Felipe a viajar para conhecer as terras. Em 1975 excursionaram pela primeira vez, em uma camionete modelo Rural (na época o asfalto terminava em Rondonópolis). Foram até Alta Floresta e Peixoto de Azevedo, passando em frente à Fazenda Mutum. Nessa primeira busca, não gostaram dos lugares que conheceram e voltaram ao Paraná sem fazer negócio.

Já em 1977, a propaganda começou a se intensificar no Oeste do Paraná, por meio do corretor de imóveis Francisco Cavalcante, que atuava na região. Naquele ano a divulgação já mencionava Mutum, porém foi só em 1978 que a propaganda começou dar detalhes como o tamanho dos lotes à venda na 1ª Etapa e logo depois na 2ª Etapa (FERRAZ, 2018).

Quando souberam do lançamento da Colonização Mutum, Casagrande e Felipe resolveram viajar novamente, na esperança de encontrar algo que os agradasse. Em 1977 pegaram a estrada e encontraram, à margem da BR-163, próximo ao local do antigo trevo da cidade (av. Mutum), três bandeiras e um painel com os dizeres “Vila Mutum”. Ainda não havia vila, apenas uma picada no mato. Então os viajantes começaram a explorar a redondeza.

A divulgação da Colonização Mutum no Sul do País envolveu também muitas reportagens em veículos de imprensa. Alfredo Horn se recorda de ter dado duas entrevistas ao famoso jornalista José Hamilton Ribeiro, primo do colonizador José Aparecido Ribeiro. O próprio Dr. Ribeiro fazia muitas visitas a municípios do Sul, por vezes acompanhado do Dr. Lindner, para divulgar a colonização, resultando em publicações de jornal (ver anexos). Além disso, a Mutum e a Eldorado contavam com corretores parceiros em diferentes lugares da região Sul, como o irmão de Alfredo, em Cruz Alta, e Francisco Cavalcante, no oeste do Paraná. Estes parceiros organizavam excursões e traziam agricultores para conhecer o projeto de colonização.

Nos primeiros anos, os agricultores recém-chegados ao Projeto de Colonização receberam ajuda das fazendas mais antigas da região. As fazendas Uirapuru e Ranchão, fundadas em 1975 e situadas do lado leste da BR-163, de frente para a 1ª Etapa da colonização (lado oeste), já eram dotadas de uma boa estrutura quando os colonos começaram a chegar. O gerente Vicente Paulino Barreiros e o proprietário Sérgio Nogueira, da Uirapuru, foram bastante prestativos, ajudando os recém-chegados com transporte, mantimentos e até com estocagem de grãos, conforme relata Cleonice Alves, esposa de Vicente. “O Sérgio vinha de avião alugado, levava e trazia gente, mantimentos, medicação. Quando os

agricultores colheram o primeiro arroz e não tinham onde colocar, o Vicente e eu passamos muitas noites secando arroz no secador da Uirapuru, que era cedido para o pessoal. O Alcindo Uggeri, da Fazenda Ranchão, também foi muito companheiro”, depõe Cleonice.

Padre Renato, em seu livro de 2018, fala também sobre a grande ajuda prestada por Silvino Mori aos colonos da 1ª Etapa. Mori, que também era sulista, residia em Diamantino desde 1976 e percorria a região representando uma marca de adubos. Na época, a dependência de Diamantino para serviços bancários e outros era total, e a dificuldade de deslocamento era enorme. Então, Silvino, que percorria toda a região, fazia o possível para ajudar os agricultores com demandas de banco e outros serviços da cidade.

Em 1979, Francisco Pinardi de Moraes comprou quatro lotes de 250 hectares na 2ª Etapa da Colonização Mutum. No ano seguinte deixou o Rio Grande do Sul para abrir o cerrado e morar na região das novas terras. Inicialmente morou em Diamantino com a família e pouco depois mudou-se definitivamente para o distrito de Nova Mutum. Pinardi não chegou a usar o financiamento do Proterra para adquirir os lotes rurais. Pagou a terra com a venda de uma propriedade no Rio Grande do Sul e, depois de alguns anos de safras bem-sucedidas, comprou mais terras (MORAES, 2019).

Muitos migraram para Nova Mutum com a intenção de adquirir terras, porém acabaram se instalando na cidade e atuando em atividades comerciais diversas. Aldo José Oro, que era agricultor em Descanso (SC), mudou-se para o distrito de Nova Mutum em agosto de 1982, onde já residiam o seu irmão Angelo e o amigo Roberto Faccio, também de Descanso. Como não conseguiu trocar sua terra em Santa Catarina por uma na Colonização Mutum, Oro resolveu mudar de atividade. Com Roberto Faccio, montou uma marcenaria e o primeiro comércio de móveis de Nova Mutum. Mais tarde, Faccio ficou com a marcenaria, depois transformada em vidraçaria, e Oro ficou com o comércio de móveis, que acabou transformado na primeira loja de materiais de construção da cidade (ORO, 2019).

Muitos pioneiros chegaram a Nova Mutum como empregados de fazendeiros, e com o tempo alguns passaram a trabalhar na vila. É o caso de Romeu Rohde, que em 1979 deixou São Miguel do Oeste-SC para trabalhar como tratorista para o agricultor Ivo de Marco – oriundo da mesma cidade –, um dos pioneiros instalados na 1ª Etapa da colonização. “Todos se ajudavam e trabalhavam juntos para abrir as terras em mutirões. A Santo Antônio foi a primeira comunidade do interior surgida na colonização. O nome “Santo Antônio” foi dado por causa do Antônio Darold, que foi o primeiro a chegar”, conta Rohde, que na década de

1980 deixou a fazenda e passou a trabalhar no antigo posto telefônico do distrito (ROHDE, 2018).

Técnico agropecuário formado, Osmar Isoton fez uma viagem do Rio Grande do Sul ao Mato Grosso em 1978, para conhecer novas terras. Após rodar pela região de Barra do Garças, Canarana e Água Boa, onde havia projetos de colonização semelhantes, Isoton passou pela Colonização Mutum, exatamente no dia em que o agricultor Alfredo Horn descarregava sua mudança trazida do Rio Grande do Sul. Na Vila Mutum, quando havia apenas a primeira casa construída pela colonizadora, conheceu Walter Krauspenhar, funcionário da Eldorado, e juntos saíram de camionete para conhecer os lotes da 1ª Etapa. Na ocasião, Osmar chegou a escolher o lote n. 115, na região da Santo Antônio, para comprar – o que acabou não se concretizando. No retorno, a camionete encavalou na ponte do Rio do Grito e Walter precisou ir a pé até próximo do Posto Maria e José, para pedir socorro a Reinaldo Baldissera. Por conta disso, Osmar conheceu Baldissera e ficou trabalhando com ele na fazenda durante quatro meses. Voltou ao sul para convencer a família a vender parte de suas propriedades para dar entrada em um lote na Colonização Mutum, mas a família achou a ideia muito arriscada. Mesmo assim, Isoton escolheu viver em Mato Grosso. Formou-se engenheiro florestal e agrônomo pela UFMT e em 1986 voltou a Nova Mutum – já distrito – para trabalhar na Coopervale (ISOTON, 2019).

Todos os recém-chegados à colonização moraram em barracos de lona até construírem os primeiros barracões e casas. No início, as instalações de Reinaldo Baldissera eram “seis forquilhas com três vergalhões de madeira retirada da mata, uma lona estendida por cima e a carretinha embaixo”, conta Isoton.

Os lotes mais a norte, na região da Santo Antônio, eram preferidos pelos compradores devido a maior qualidade do solo. O cerrado da linha Santo Antônio era diferente do cerrado da Boa Esperança. Na primeira, era um cerrado de varões mais alto, terra mais vermelha/argilosa. Já na Boa Esperança era um cerrado mais baixo e ralo, com capim e bastante pequi. Por isso, os compradores mais interessados em lavoura tendiam a escolher as terras da Santo Antônio. Houve os que preferiram ficar mais próximos da vila, como é o caso de Baldissera.

Natural de Joaçaba (SC), o agricultor Clemente Franzener morava no Paraná, região de Cascavel, quando, em 1984, resolveu mudar-se com a família para Nova Mutum. Premiado com o título de “agricultor modelo” na região de Cascavel, Franzener comprou um lote na 1ª Etapa, na linha Boa Esperança, porém já de segunda mão, ou seja, não diretamente da colonizadora. Na linha Boa Esperança estavam instalados os pioneiros das famílias Faruk, Class, Becker, Gale, Dalla Costa, Faccio, e muitos outros. Quando chegou, a sede da comunidade ainda estava ativa, com uma pequena escola em funcionamento.

Pouco depois a comunidade se dissolveu, pois muitos dos produtores rurais passaram a morar na cidade para que os filhos pudessem estudar a partir da 5ª série (FRANZENER, 2018).

Nota do redator: Para melhor organização, a história detalhada da criação e desenvolvimento do núcleo urbano da Colonização Mutum, que originou a atual cidade de Nova Mutum, é apresentada separadamente no capítulo 3, que abrange o período de 1978 a 1988, portanto, da fundação da Vila Mutum, passando pela criação do distrito, até a transformação em município.

São Manoel e Novo Horizonte

ALAOR ANTONIO ZANCANARO – O COLONIZADOR

Nascido em 1935 em Estação Getúlio Vargas (RS), Alaor Antonio Zancanaro residia em Chapecó (SC) quando, em 1972, foi convidado a conhecer uma área de terra em Barra do Garças. Com foco no desenvolvimento do Mato Grosso, Alaor fez sociedade, em Santa Catarina, com os irmãos Alcides, Alcebiades e Bruno Sperandio, donos das concessionárias Ford, Mercedes-Benz e Toyota em Chapecó. Os empresários ofereceram a Alaor capital para vir ao Mato Grosso. Em Barra do Garças compraram, em 1975, uma fazenda chamada Itarema, para criação de gado. A fazenda ainda pertence aos Sperandio.

Naquele mesmo ano, Alaor conheceu a região de Nova Mutum e com seus sócios fundou a empresa Colonização e Melhoramentos Tropical Ltda., que sob seu comando desbravou áreas em Nova Mutum e Sorriso, com destaque para os projetos de Colonização São Manoel (Incrá n. 1165-77), Vale do Verde (Incrá n. 555) e Tropical (Incrá n. 0983)⁹. O governo federal incentivava a criação de pequenas colonizadoras para expansão das áreas agrícolas no Centro-Oeste. Como as terras em Rondonópolis (MT) e São Gabriel do Oeste (MS) já estavam mais valorizadas, Zancanaro optou por investir na região de Nova Mutum, onde iniciou o projeto de colonização São Manoel em 1978 (ZANCANARO, 2019).

Em 1989 ocorreu a cisão da sociedade da Colonizadora Tropical Ltda. e Alaor, em sociedade com Altamir Luiz Zancanaro, fundou a Empresa Tropical Agropecuária Ltda., com o fim de administrar suas fazendas, como a Japuira, implantada em 1980 na comunidade Novo Horizonte. Aos 84 anos de idade (2019), Alaor Zancanaro dirige seus negócios juntamente com os filhos e ainda participa ativamente da comunidade mutuense, integrando as

⁹ Fonte: Acervo da família Zancanaro.

diretorias da Associação dos Beneficiários da Rodovia da Produção (ABRP) e da Associação Cultural e Social de Nova Mutum (Orquestra Jovem). Nos anos 2000 teve atuação destacada no cargo de presidente da ABRP, com a missão de administrar a implantação e pavimentação asfáltica da Rodovia MT-235, trecho Nova Mutum-Santa Rita do Trivelato), em parceria com o Estado e municípios envolvidos.

Apesar de sua importância e de residir há muitos anos em Nova Mutum, Alaor não se considera um pioneiro do município, por não ter atuado diretamente na comunidade do distrito em seu início, quando a área de São Manoel pertencia ao município de Nobres, e a de Nova Mutum a Diamantino. Como colonizador, avalia que sua colaboração comunitária foi dada às comunidades que colonizou – passando a gerar intensa atividade econômica na região – e que, em 1988, com a emancipação, passaram a pertencer ao município de Nova Mutum (ZANCANARO, A., 2018; ZANCANARO, E., 2019).

COLONIZAÇÃO DE SÃO MANOEL

A colonização de São Manoel foi implementada de 1978 a 1982. Porém, a área onde se situa tem uma história de mais de cem anos de exploração. Segundo Pe. Renato relata em seu último livro (SCHAEFER, 2018), a área devoluta constituída hoje por São Manoel foi arrematada por Eliseu Basílio Martins Galvão em 1896, com a finalidade de trabalhar a extração de borracha. O lote era situado na região chamada Largo Grande, confinado entre os ribeirões Ranchão a norte e oeste, Papagaio a leste e Tucano a sul. São Manoel também abrange os antigos lotes Onça-parda, Sucuri e Santana. O primeiro, com área de novecentos hectares, pertencia desde 1911 a Sinfonio Cavalcanti Lins, que o vendeu aos irmãos Catalani, que o venderam aos irmãos Mário e Renato Spinelli em 1961, que o venderam a Hélio Jacob, de quem Zancanaro fez a aquisição em 1977. Com a colonização, a área passou a pertencer às famílias dos catarinenses Valdo Bressan e Paulo Cella.

Dos paulistas Flávio Leite de Moraes e Irene Enout Coutinho de Moraes a Tropical comprou mais dois lotes, em 1975, com áreas que somavam 14.717,7 hectares. Entre os lotes estava a então chamada Fazenda Sucuri, com 7.240 hectares, situada na área então chamada de Santana. Na época, as terras ainda eram muito baratas, segundo conta Zancanaro.

Para implantar a colonização, a Tropical Agropecuária contratou a Toplanagro Ltda., empresa de estudos e trabalhos agrônômicos de Barra do Garças, que executou os projetos e programas de colonização. Os agrônomos Orlando Roever, Guido Roever e Roni Voith coordenaram os trabalhos, que incluíram estudos de viabilidade das áreas, topografia, locações de lotes e estradas, assistência técnica aos parceiros do assentamento, entre outros. Os



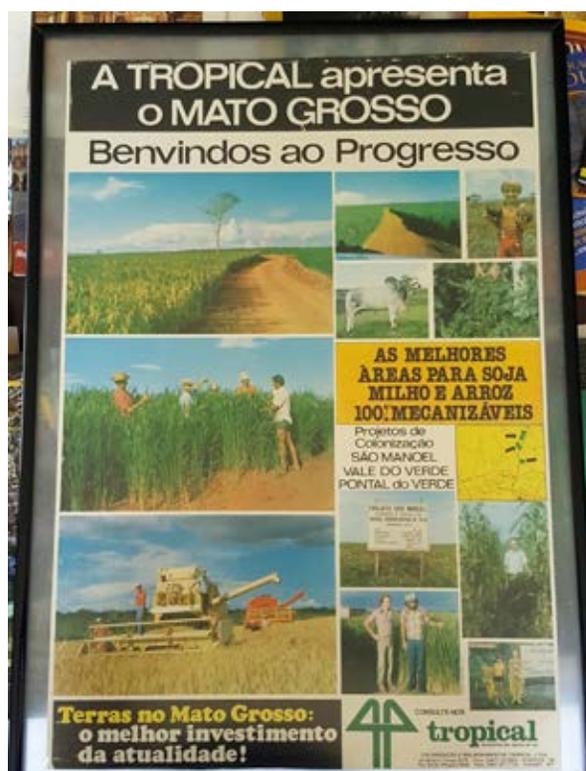
Alaor Zancanaro e sua esposa Adelina. Fonte: Acervo pessoal de Alaor Zancanaro.



Fonte: Acervo pessoal de Alaor Zancanaro.



Certificado de aprovação da Colonização São Manoel emitido pelo Inkra. Fonte: Acervo pessoal de Alair Zancanaro.



Cartaz de divulgação da Colonização São Manoel e outros projetos da Colonizadora Tropical. Fonte: Acervo pessoal de Alair Zancanaro.

lotes tinham todos 360 hectares e sua compra pelos parceiros era financiada com recursos do Pró-Terra (80%) com prazo de dez anos, carência de três anos e juros de 1% ao mês, sem correção monetária. O governo também subsidiava a compra de máquinas e insumos. E por meio de um projeto da Emater, os agricultores receberam assistência técnica gratuita nos primeiros cinco anos do projeto (SCHAEFER, 2018).

São Manoel foi um projeto de colonização credenciado junto ao Incra sob o número 1165-77. Era obrigatório a todo projeto de colonização ter uma agrovila, porém a maioria dos parceiros preferiu morar em seus próprios lotes, alguns também com casas na vila de Nova Mutum, e por isso a agrovila São Manoel não se desenvolveu. Mais tarde, uma parte dos lotes foi convertida em pequenas chácaras. A localização mais afastada da BR-163 também pesou para o não desenvolvimento da agrovila. Por outro lado, a colonização das terras foi um sucesso, com cem por cento dos lotes vendidos.

Alaor conta que boa parte das áreas da São Manoel puderam ser abertas com trator CBT, devido à vegetação de cerrado baixo. E para o acesso a São Manoel pela BR-163 (entrada no atual posto Maria e José), foi reaberto um trecho da antiga estrada do Rio Novo (ou estrada Boiadeira) – aberta por seringueiros no começo do século XX – a partir da ponte do rio Ranchão, nos fundos das fazendas Ranchão (Uggeri) e Uirapuru, com aterros e pontes refeitos. Zancanaro conta ainda que o Dr. José Aparecido Ribeiro, quando soube dos trabalhos de abertura da São Manoel, sobrevoou a região de avião e entrou em contato para obter mais informações (ZANCANARO, A., 2018; ZANCANARO, E., 2019). Ao saber que se tratava de um projeto de colonização, e por enfrentar problemas de invasão em sua área, que era muito extensa, Ribeiro tomou a decisão de fazer o projeto de colonização Mutum. As coisas acabaram acontecendo muito rápido e os dois projetos foram lançados no mesmo ano de 1978.

Se considerarmos todas as colonizações de reforma agrária da época, [a São Manoel] foi um sucesso. Ainda hoje muitos [parceiros] estão sobre os mesmos lotes. Houve alguns que voltaram para o Sul, outros que quebraram, mas porque as dificuldades eram grandes e muitos quebraram por falta de preparo, pois ainda não tínhamos um agronegócio de fato instalado; não tínhamos como escoar o produto. Mas essa formatação da São Manoel foi um processo de reforma agrária magnífico. Muitos que estão ali ainda hoje, como as famílias Buckman, Zen, Cella, Sfredo, Bortoluzzi, Bressan, Santin, Conte, ficaram e prosperaram. (ZANCANARO, E., 2019).

Quando Alaor Zancanaro começou a colonização, o foco eram os agricultores do noroeste do Rio Grande do Sul, meio-oeste e oeste de Santa Catarina e

sudoeste do Paraná. Na época o foco era a pecuária, mas logo entrou o cultivo de arroz e em seguida a soja. Segundo os Zancanaro, o que “abriu os olhos” dos produtores sulistas era a possibilidade de trocar suas áreas de terra do Sul por uma área dez vezes maior. Alaor tinha um veículo modelo Corcel, com o qual fazia uma ou duas excursões por mês, do Sul ao Mato Grosso, com dois ou três produtores no carro a cada viagem. Estes produtores ele arregimentava em cidades do interior, onde visitava as prefeituras, o comércio, e deixava material de divulgação dos projetos de colonização.

A família Cella foi a primeira a chegar a São Manoel. Xisto Cella foi o primeiro comprador. Vitório Cella construiu umas das primeiras casas do projeto e ajudou na organização da implantação do projeto dando suporte a Alaor quando este estava buscando produtores no Sul do País. Alaor contabiliza mais de 240 produtores trazidos por ele ao Mato Grosso, e comemora o fato de nunca ter recebido questionamentos judiciais referentes a venda de terras (ZANCANARO, E., 2019).

Com base em depoimentos dos pioneiros Plínio Cella e José Santin, Pe. Renato escreveu em seu livro:

Entre os dias 1 e 3 de agosto de 1978 chegaram os primeiros moradores que acamparam debaixo de lonas até construírem as primeiras casinhas. Estes primeiros chegantes eram Paulo Cella, Vitório Cella, Olívio Cella, Vilmar Silva, Edgar Tombini, José Santin, Plínio Cella, Nelson Bressan, Oli Luiz Cella e Lunkes. Outros vieram em 1979, como Pedro Cenedese, Rocco Sfredo, Tercílio Félix Zen, Valdo Bressan, Domingos Bressan e Pedro Delci Conte. Ainda em 1978 a colonizadora adquiriu uma colheitadeira para auxiliar os pioneiros nas primeiras colheitas e instalou também um armazém e secador para a mesma finalidade. Em novembro de 1978 foi celebrada a primeira missa, na sede do projeto, pelo padre Mathias Orth. [...] Plínio Cella veio como técnico agrícola e José Santin como técnico em contabilidade e o restante eram agricultores. Plínio e José também se tornaram agricultores. (SCHAEFER, 2018, p. 185).

Rocco Sfredo, um dos pioneiros da São Manoel, acabou chegando até a região por um caminho um pouco diferente dos demais agricultores sulistas. Residente em Caxambu do Sul (SC), Sfredo, assim como Zancanaro, levava pessoas do oeste catarinense para conhecer e comprar terras na região leste do Mato Grosso. Rocco era dono de uma terra em Canarana (MT), que encostava em uma fazenda dos irmãos Sperandio, administrada por Zancanaro. Cláudio João Sfredo, filho de Rocco, relata: “Como a terra do meu pai tinha uma água muito boa, um rio grande, o Seu Alaor propôs de venderem juntos as terras para comprarem em outro lugar, e meu pai aceitou. Foi aí que vieram para São

QUADRO 2 | Relação dos agricultores do Projeto São Manoel com data de registro, área e lote

REGISTRO	PROPRIETÁRIO	ÁREA	LOTE
28/06/78	Paulo Diniz Cella	360	20
21/07/78	Oli Luiz Cella	360	19
24/07/78	Antônio Onghero	360	21
21/07/78	Nelsi Novello	360	
21/07/78	Vitorio Cella	360	
21/07/78	Plínio Cella	360	14
21/07/78	José Miguel Lanzarini	360	04
02/08/78	Wilmar da Silva	360	05
24/07/78	Ginor Tombini	360	
24/07/78	Zairo Luiz Tombini	360	10
21/07/78	Angelo Cella	360	
21/07/78	José Maximiliano Santin	360	13
02/08/78	Carlos A. Bortoluzzi	360	06
02/08/78	Enos Cella	360	17
28/08/78	Pedro Paulo Lunkes	360	16
27/08/78	Roque Alfredo Lunkes	360	23
22/08/78	Nelson Bressan	360	03
22/08/78	Domingos Bressan	360	
26/08/78	Dionísio Mota	360	02
24/07/79	Anelio Ivo Tormen	360	15
27/04/79	Jaime Ari Massaro	360	08
13/06/79	Vitorio Flores de Matos	360	07
12/06/79	Gilmar Antônio Massaro	360	03
30/06/79	Valdecir Cella	360	18
06/07/79	Nédio Carraro	360	01
12/07/79	Pedro Cenedese	360	12
31/07/79	Evandro Stefen	360	11
28/08/78	Isidoro Caneppele	906	

Fonte: Elaborado por Schaefer (2018, p. 184).

QUADRO 3 | *Relação dos agricultores do Projeto Novo Horizonte*

REGISTRO	PROPRIETÁRIO	ÁREA
01/06/80	Paulo Diniz Cella e F.	400
26/12/80	Valdo Bressan	300
26/12/80	Hilário Celuppi	200
26/12/80	Hilário Celuppi e F.	300
02/02/81	Antônio Buchman	400
03/01/81	Etelvino Grall	400
28/05/81	Angelo Lourenço	494
02/06/81	Antônio Bergasso	258
02/06/81	Antônio Ceriolle	257
03/09/81	David Adriano	194
02/06/81	Gentil Beth	242
02/06/81	Oscar Welter	400
09/05/81	Donato Welter e outros	500
19/12/81	Reimar Boch	441
15/07/82	Reimar Boch	179
06/01/81	Carlos A. Bortoluzzi	500

Fonte: Elaborado por Schaefer (2018, p. 191).

Manoel.” Rocco chegou em 1979 e ficou cerca de seis meses na agrovila, até construir o primeiro alojamento na fazenda. Além dele, Xisto Cella também comprou sua terra dias antes da área ser loteada pela colonizadora (SFREDO, 2019).

A comunidade de São Manoel teve diversas lideranças ao longo da história. Emerson Zancanaro cita Reinhardt Bock como um dos grandes representantes da São Manoel e Novo Horizonte, tendo trabalhado ativamente pelas causas da região e exercido o cargo de vereador em Nova Mutum. Outras importantes lideranças da comunidade são (ou foram) os já mencionados irmãos Vitório e Plínio Cella e seu tio Xisto Cella, Cláudio e Rocco Sfredo. Cláudio e Plínio também foram vereadores em Nova Mutum. Naturalmente, Alaor Zancanaro foi uma das principais lideranças locais. Entre outras causas, colaborou com a vinda da Coopervale a Novo Horizonte, cedendo um terreno a preço simbólico para que a cooperativa se instalasse.

Além da já relatada interação de Alaor com o Dr. Ribeiro, houve também interações da comunidade São Manoel com outros pioneiros, anteriormente

instalados na região, como Alcindo Uggeri e Sérgio Nogueira, das fazendas Ranchão e Uirapuru, respectivamente. Cleonice Alves (2018), esposa de Vicente Paulino Barreiros, funcionários da Uirapuru, conta que numa época de chuvas fortes, quando as estradas estavam muito danificadas, Sérgio e Alcindo ajudavam os agricultores que se deslocavam para a região da São Manoel, tirando-os de atoleiros ou dando abrigo e comida. Em certa ocasião, estourou a barragem da usina que beirava a estrada até a São Manoel, e todos precisaram passar por dentro da Uirapuru para chegar a suas terras. Segundo Cleonice, “todo mundo era muito unido e se ajudava”.

COLONIZAÇÃO DE NOVO HORIZONTE

Logo depois da São Manoel, Zancanaro loteou a comunidade Novo Horizonte, inicialmente sob o nome de Projeto São Manoel II (ZANCANARO, E., 2019). Mas neste caso não se tratou de um projeto oficial de colonização, e sim de um desmembramento da gleba Cerenho, juntamente a outras áreas adquiridas pela colonizadora Tropical, como a Onça Parda e o espólio Ermenegildo Galvão. Também houve áreas em Novo Horizonte que não chegaram a ser adquiridas por Zancanaro e seus sócios, mas que foram revendidas pela Tropical na mesma época.

Novo Horizonte era um latifúndio de dez mil hectares, de propriedade de Manoel Marciano Martins desde 1961, vendido a um grupo de italianos em 1967. Os italianos criaram um projeto agropecuário denominado Centro de Reprodutores Novo Horizonte (Cerenho S/A) para a obtenção de financiamento junto ao governo federal. Esta era uma das formas que o governo utilizava para fomentar o desenvolvimento na Amazônia. Porém, o projeto Cerenho fracassou e a colonizadora Tropical adquiriu a área pagando a dívida dos italianos junto ao governo federal. O projeto agropecuário deu lugar a um assentamento de pequenos e médios agricultores do Sul do País, que abriram o restante da área e tornaram a região uma grande produtora de grãos (SCHAEFER, 2018).

Após as colonizações de São Manoel e Novo Horizonte, Zancanaro implementou os projetos de colonização Vale do Verde, em Lucas do Rio Verde, e Pontal do Verde, em Sorriso, na foz do rio Verde com o rio Teles Pires. “O Pontal do Verde, assim como São Manoel, foi um projeto magnífico, o maior projeto da Tropical. Porém foi lançado quando houve a decadência das colonizações, na segunda metade dos anos 1980, quando se implementaram os fracassados planos Funaro e Bresser em nível nacional, e foi aí que a colonizadora encerrou suas atividades”, contextualiza Emerson Zancanaro (2019).



Padre João (único usando óculos nas fotos) com o governador Blairo Maggi, na inauguração da escola estadual que leva seu nome, situada no Distrito Ranchão. Fonte: Acervo do Governo de Mato Grosso.



Padre João recebeu homenagem na comemoração dos 20 anos do Sicredi Mato Grosso, em setembro de 2009. Fonte: *In: CARPENEDO, 2015.*

Das terras de Novo Horizonte, Alaor, após a dissolução da colonizadora, acabou ficando com a Fazenda Japuira, que é uma sobra das vendas: uma terra mais dobrada que acabou não interessando a ninguém na época e foi deixada como reserva técnica para correção de eventuais problemas de medição de áreas, mas que, com a valorização que ocorreu mais tarde, somada aos trabalhos de lavração profunda, perfil de solo e aplicação de calcário, acabou se tornando uma fazenda produtiva e até hoje é administrada pela família Zancanaro para produção de grãos.

Gleba Ranchão

Assim como a história de Nova Mutum está umbilicalmente ligada à história do seu colonizador, José Aparecido Ribeiro, e a de São Manoel ao colonizador Alaor Zancanaro, a história da Gleba Ranchão é indissociável do nome do padre Johannes Berthold Henning (1934-2010), conhecido como “Padre João”. Foi ele quem idealizou, requereu e coordenou o projeto de assentamento do Inbra que deu origem à Gleba Ranchão, iniciado em 1980, em uma área de 24 mil hectares de propriedade do Estado de Mato Grosso, situadas no município de Nobres, hoje Nova Mutum. A coordenação do assentamento foi confiada pelo Inbra à Cooperativa Mista Agropecuária de Juscimeira Ltda (Comajul),



Descarregamento de tratores esteira para derrubada das matas em 1981, na Gleba Ranchão. *In:* SHAEFER, 2018.



Mãe e filhos da família Borsatto e outras, em 1981. *In:* SCHAEFER, 2018.



Escola Municipal Rural Produtiva Ranchão, construída pela primeira administração municipal de Nova Mutum. Fonte: Acervo da Prefeitura Municipal de Nova Mutum.

que fora fundada pelo Padre João em 1978. Nascido na Alemanha, o padre chegou a Rondonópolis em 1966 e estabeleceu-se em Jaciara e Juscimeira, onde consolidou seu trabalho de auxílio econômico a pequenos produtores rurais (SCHAEFER, 2018).

PRÉ-COLONIZAÇÃO

Em pesquisa realizada no final dos anos 1990 e começo dos 2000, Pe. Renato auferiu, sobre o passado da região onde hoje se situa a Gleba Ranchão:

A região era de terras devolutas e a referência mais antiga que se tem é a seguinte: Em 1952 o cearense José Cosme Filho, o Cazuzo, [...] instalou um barracão de coleta de borracha perto da cabeceira do Rio Ranchão, que já tinha este nome na época. Este barracão foi construído a uns 2 Km da cabeceira do rio à direita. Na mesma altura à esquerda do rio um tal de Zé Albino também tinha o seu barracão de coleta de borracha. Ambos arrendavam os seringais nativos pertencentes ao gaúcho Otávio Costa, então proprietário da Fazenda São João em Diamantino, grande seringalista e por duas vezes prefeito de Rosário Oeste. (SCHAEFER, 2018, p. 192).

Naquela época, os seringueiros levavam a borracha a Cuiabá de caminhão, por uma estrada precária. O acesso à cabeceira do rio Ranchão se dava pelo Posto Gil (antes de sua existência) em direção à Fazenda Rio Novo, dos irmãos Spinelli, atravessava-se a Reserva Bakairi até a atual Fazenda Santa Clara e seguia-se até o Ranchão em um percurso de aproximadamente 170 quilômetros.

O ASSENTAMENTO

Quando a Comajul deu início ao assentamento, em 1980, o entorno da gleba já estava ocupado por algumas fazendas. As principais eram Kümme Agropecuária (Dr. Paulo), Santa Rita (Leyton Agropecuária), Melina I, Morada de Deus, Sapucaia e Platec. Há relatos de disputas judiciais pela posse das terras quando anunciado o assentamento do Incra, mas o projeto acabou aprovado e implantado. Naquele mesmo ano a construtora Triunfo iniciou a demarcação dos lotes e a construção de estradas e pontes. A Comajul construiu ainda, na sede, uma escola, um posto de saúde e algumas casas para funcionários (SCHAEFER, 2018).

A Comajul retirou sua unidade da Gleba Ranchão no ano de 1988 (OLIVEIRA, 2020), porém ainda mantém suas atividades em outras localidades. Contava, em 2019, com 1.548 produtores de leite em Mato Grosso e domina a atividade desde a coleta da matéria-prima até a produção de leite e seus

derivados (COMAJUL, [2019]). A opção pela cadeia leiteira deu-se ainda em 1978, quando diversos produtores, liderados pelo Pe. João, uniram-se em busca de uma alternativa que garantisse o sustento e a permanência no campo. Foi então que nasceu a cooperativa, no então distrito de Juscimeira, município de Jaciara. Na época, com muitos produtores e pouca terra disponível, a Comajul usou da liderança e influência do Pe. João para reivindicar, junto ao Estado, uma área para assentamento rural, tendo sido atendida com a área de terra em Nobres, que deu origem ao assentamento da Gleba Ranchão.

Os primeiros assentados vieram de Juscimeira entre 1980 e 1981, quando a entrada pela BR-163 já se dava pela Fazenda CCE. A Comajul fazia propaganda do assentamento na região de Juscimeira, Jaciara e Rondonópolis. A colonização atraiu também produtores rurais do Sul do País, como os paranaenses Aquiles Borsatto e seus filhos Darci e Aldoíno, Miro Souza, Arlindo Borba e Gentil Karnoski, que já se aventuravam em Mato Grosso. Oriundos de Salto do Lontra (PR), todos eram arrendatários de terras na região da BR-070, em Primavera do Leste, quando tomaram conhecimento do assentamento pelo rádio, em nota dada no programa “A Voz do Brasil”. Interessados, procuraram o Padre João em Juscimeira para maiores informações e acabaram sendo aprovados para receberem lotes (SCHAEFER, 2018).

Muitos dos assentados juscimeirenses não permaneceram na Gleba Ranchão, apesar do esforço do Padre João para que ficassem. Com a evasão, os lotes vagos



Núcleo urbano da comunidade Ranchão, por volta de 1990. Fonte: acervo pessoal de Sadi Ramos.

foram sendo comprados por agricultores como o paranaense Leozir Baggio, que chegou à Gleba Ranchão em 1984, ano em que fez o primeiro plantio ali. Baggio chegou a negociar com a Comajul e conta que o Padre João não queria que os novos proprietários comprassem mais de um lote (BAGGIO, 2019). A ideia do padre era preservar ao máximo a essência do assentamento voltado a pequenos produtores, com o foco na cadeia leiteira, projeto que acabou não tendo sucesso na gleba.

O assentamento tinha lotes de 60 a 67 hectares com mais 22 hectares de reserva florestal, e havia alguns lotes maiores de até 330 hectares (BAGGIO, 2019). Nos lotes menores, o Pe. João priorizava o assentamento de produtores de leite. Houve ainda a intenção de se produzir fécula de mandioca na gleba, o que também acabou fracassando.

Padre João morava em Juscimeira, onde presidia a Comajul. Rezava missas na Ranchão uma vez por mês. Moradores da região dizem que ele se doava muito pela comunidade. Costumava falar sobre o futuro do projeto e dizia que a gleba se tornaria município, o que não aconteceu por detalhe.

O movimento social católico denominado Obra Kolping, fundado no século XIX em Colônia, Alemanha, pelo Pe. Adolph Kolping, prestava ajuda ao assentamento da Ranchão, enviando recursos como roupas e remédios. A instituição financiou a compra de tratores e maquinários, uma farinheira, encanamento de água, entre outros recursos. Pe. João conseguiu ainda um veículo Kombi para levar os associados doentes a Nobres. Na Ranchão, a Comajul tinha um armazém próprio e uma patrulha mecanizada. No ano de 1990, o armazém foi vendido para o produtor rural Lírio João Bianchezi (BAGGIO, 2019; OLIVEIRA, 2020).

De acordo com Schaefer (2018), as primeiras vinte casas da agrovila foram construídas por Darcy Borsatto e financiadas pela Obra Kolping. Da Alemanha o Pe. João trouxe dois agrônomos, Matias Marcos Heyden e Ulli Haupner, para assistirem aos assentados. O autor também menciona, como primeiras enfermeiras a atuarem no posto de saúde, Norma Borsatti, Márcia Karnoski e a alemã Birgit. O primeiro professor foi Ismar Alves. Além da comunidade da sede da vila, surgiram, logo após, as primeiras comunidades vizinhas: a comunidade do Secador da Comajul, depois a Linha Cem e a Linha Progresso.

DECADÊNCIA DO ASSENTAMENTO

Além dos recursos advindos da Obra Kolping, a colonização da Gleba Ranchão foi empreendida com dinheiro do Banco Nacional de Crédito Cooperativo (extinto pelo Plano Collor). Mas em função da inadimplência por parte de muitos dos parceiros, a Comajul acabou assumindo e pagando boa parte da dívida. Depoentes relatam que Pe. João se deslocava com frequência

para Brasília a fim de negociar com o banco. Dizem que o padre trabalhava muito pelo assentamento e enfrentou grandes dificuldades para saldar a dívida, mas foi até o fim e conseguiu pagar. Líder nato, era recebido em Brasília e em todo lugar como uma grande autoridade. Mesmo assim, não conseguiu impedir a decadência do projeto original, que era equipar os pequenos produtores para a produção de leite, hortifrúti, embutidos de carne etc., e com essa produção melhorar a qualidade de vida das famílias.

Com as dificuldades enfrentadas, também a falta de vocação de muitos dos assentados, que foram deixando o assentamento, as terras foram sendo adquiridas por colonos sulistas de Nova Mutum. Moradores da comunidade relatam que os recursos não chegaram na medida projetada e o modelo alemão de desenvolvimento não deu certo porque não havia mercado consumidor em uma distância economicamente viável (ZILIOTTO, 2014). Ao fim, Pe. João teria ficado desgostoso com o resultado do projeto.

Em 2005 foi criada, na comunidade Ranchão, a Escola Estadual Padre Johannes Berthold Henning, uma homenagem do governo de Mato Grosso ao idealizador do assentamento que originou a comunidade (NOVA MUTUM, 2015). O padre faleceu cinco anos depois, em agosto de 2010, em Juscimeira, vítima de um infarto. Grande incentivador do cooperativismo, Pe. João é considerado o “patrono do Sicredi” no Estado de Mato Grosso (SÓ NOTÍCIAS, 2010).

Em 2012, a Câmara Municipal de Nova Mutum aprovou a criação do Distrito de Ranchão (único distrito do município), cujo núcleo urbano ocupa 96 hectares.

Outras colonizações

No período pós-emancipação de Nova Mutum, o processo de colonização das terras localizadas no município teve continuidade, porém com menor intensidade. Além das iniciativas privadas como as do Grupo Mutum, que até hoje atua no ramo imobiliário rural e urbano, houve, a partir do final da década de 1990, a instalação de novos assentamentos agrários do Incra. O maior deles é o P.A. Pontal do Marape (código MT0265000), que está distante da sede municipal cerca de 160 quilômetros, localizado entre os rios Arinos e Marape, no extremo norte de Nova Mutum. Na região leste do município foram implantados os assentamentos Ribeirão Grande, Maria de Oliveira e Maria de Oliveira II. O município teve, no período de 1996 a 2001, um total de 622 famílias assentadas (DESCONSI, 2011).

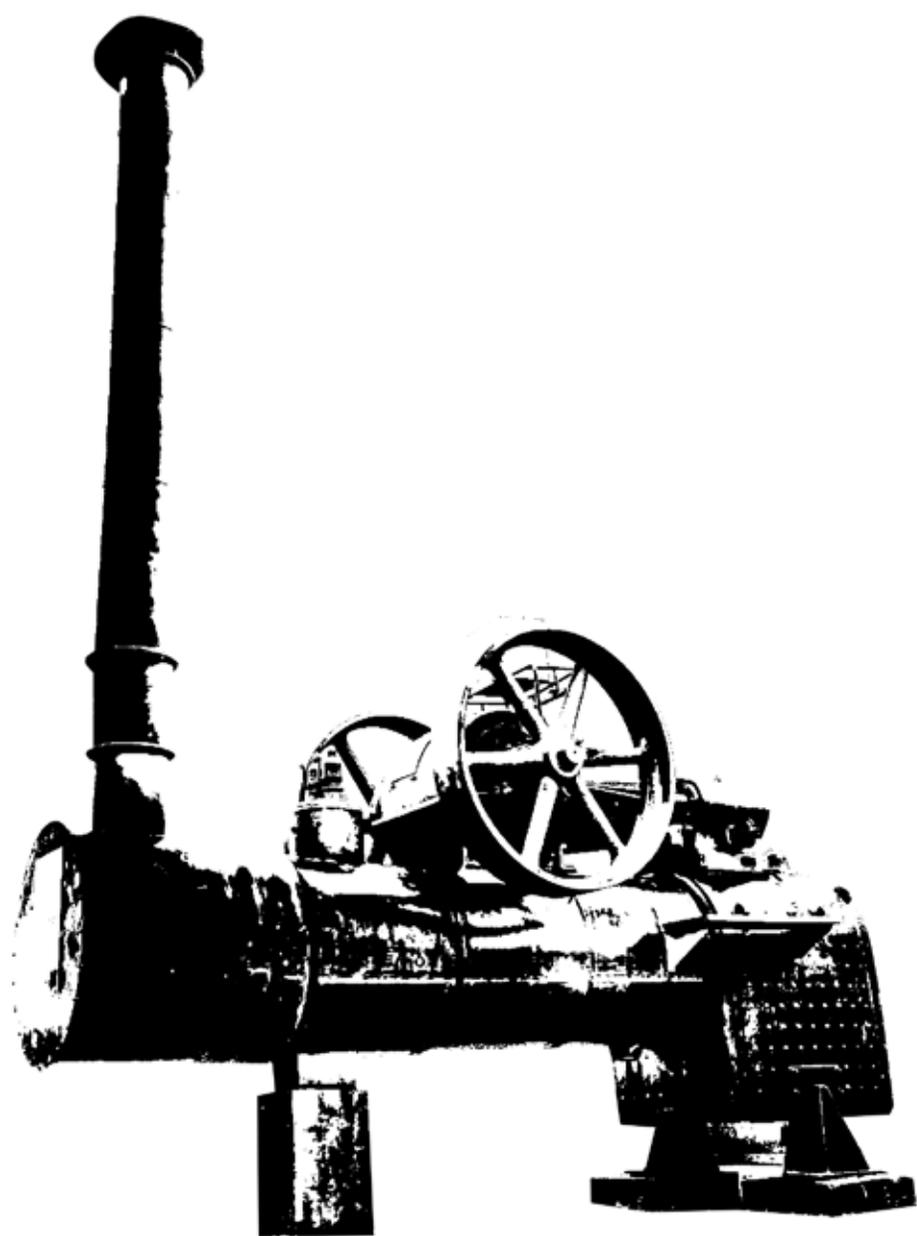
O P.A. Pontal do Marape abrange uma área de aproximadamente 28,9 mil hectares, da antiga fazenda Trescinco, que pertencia a Sango Kuramoti e foi desapropriada pelo Incra em agosto de 1998. Inicialmente contou com 358

famílias assentadas, em lotes de 40 hectares. Em 1999 foi eleita a primeira Associação de Agricultura Familiar dos Assentados com a denominação Pontal do Marape. Os lotes foram demarcados e entregues aos parceiros a partir do ano 2000¹⁰. Atualmente, a comunidade tem o *status* oficial de “Vila Pontal do Marape”. O núcleo urbano tem cerca de 30 residências (NOVA MUTUM, 2015).

A Comunidade Ribeirão Grande, por sua vez, é fruto do assentamento agrário do Incra denominado P.A. Ribeirão Grande III, localizado a 65 km da cidade de Nova Mutum, na extremidade leste do município. A área possui uma superfície aproximada a 18,5 mil hectares. Em 2017, a maior parte dos 27 assentados recebeu o título definitivo dos lotes.

Nota do redator: Em virtude da delimitação da pesquisa, não incluímos neste livro, com detalhes, as iniciativas de colonização ocorridas no território de Santa Rita do Trivelato e Pacoval. Aos interessados neste tópico, sugere-se pesquisar sobre a colonização iniciada pelos irmãos Spinelli e continuada por Gilberto Trivelato (por meio da Colonizadora Trivelato) e sobre a colonização Sertania, empreendida pelos irmãos Brunini.

10 Informações disponíveis em: <<http://www.observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal16/Geografiasocioeconomica/Geografiaagraria/04.pdf>>.





CAPÍTULO III

A VILA MUTUM E O DISTRITO DE NOVA MUTUM (1978 A 1988)

Fundação da Vila Mutum

Em meados de 1978, a Empreendimentos Agropecuários Eldorado S.A., de Porto Alegre (RS), contratada da Mutum Agropecuária S.A., deu início à construção da agrovila Mutum, pertencente ao Projeto de Colonização Mutum. A agrovila deu origem à atual sede do município de Nova Mutum, que viria a se emancipar politicamente dez anos mais tarde.

O sócio-fundador e diretor executivo da Eldorado, o advogado Willi Erich Lindner¹¹, relata que os primeiros passos, após a aprovação do projeto de colonização no Incra – o que teria sido bastante complicado devido ao volume de regulamentações –, foram a abertura do cerrado e construção de uma escola, um centro comunitário, um posto de saúde e as primeiras oito casas. “As coisas foram evoluindo, mas nunca se imaginou, na época, que Nova Mutum seria essa grata realidade que hoje nós vemos; apesar de que o Dr. Ribeiro [presidente da Mutum Agropecuária S.A.] era uma pessoa que tinha muita visão”, depôs Lindner (2019).

O diretor executivo da Eldorado expôs ainda detalhes sobre aspectos do primeiro projeto urbanístico da agrovila, que abrangia uma área de 550 hectares. Segundo conta, Dr. Ribeiro teria sugerido que as avenidas fossem bastante largas. Os profissionais envolvidos no projeto questionaram se havia mesmo a necessidade de avenidas tão largas, ao que o Dr. Ribeiro, de pronto, respondeu algo como: “Vai ocupar cerca de cem hectares a mais, mas olha que é bom”. Lindner continuou: “Fizemos com trinta metros de largura e olha aí! Não ficaram boas? Ficaram.”

¹¹ Lindner ainda reside em Porto Alegre e em 2019 fez mais uma de suas visitas a Nova Mutum e especificamente ao escritório do Grupo Mutum, para relembrar os tempos de colonização, tendo sido entrevistado na ocasião pelo autor desta pesquisa.

TABELA 2 | Cronologia da Vila Mutum / Distrito de Nova Mutum

1978	- Criação da agrovila (Vila Mutum) e chegada dos primeiros moradores no Projeto de Colonização Mutum.
1979	- Fundação da primeira escola (Escola Cenecista Hilda Strenger Ribeiro) e da primeira entidade civil (Associação de Pais e Mestres da CNEC).
1981	- A Vila Mutum é elevada a Distrito de Nova Mutum, pertencente ao município de Diamantino.
1982	- Eleições municipais (Diamantino); Nova Mutum elege representante no Legislativo Municipal.
1984	- Criação da Subprefeitura de Nova Mutum (município de Diamantino), que atendia também os distritos de Lucas do Rio Verde e Tapurah. - Surgimento de novas organizações sociais comunitárias, como a Paróquia Sagrada Família, o Clube de Mães e a Associação Recreativa.
1985	- Criação da Escola Estadual Isabel Pinto de Campos (somente 1º Grau).
1986	- Fundação da Associação de Desenvolvimento Comunitário de Nova Mutum (ADCNM), entre outras novas entidades civis.
1987	- Autorização do 2º Grau na Escola Estadual Isabel Pinto de Campos. - Criação da comissão pró-emancipação de Nova Mutum.
1988	- Emancipação de Nova Mutum (4 de julho). - Eleições municipais para prefeito e vereadores de Nova Mutum (15 de novembro).
1989	- Posse da primeira administração municipal e primeira legislatura de Nova Mutum (1º de janeiro).

Fonte: elaboração do autor.

Durante a concepção do projeto urbano, Lindner e a equipe da Eldorado sobrevoaram diversas cidades para coletar referências. Chegou-se à ideia de, a partir de um centro geográfico, traçar as chamadas avenidas P (Principais), que partem da BR-163 no sentido oeste, e as secundárias, que cruzam as avenidas P. Definiu-se que o tamanho dos lotes urbanos seria de mil m² e que para cada agricultor que adquirisse um lote rural seria dado dois lotes urbanos. A intenção era desenvolver a agrovila estimulando os colonos a construírem casas, até mesmo para facilitar o controle sanitário, educacional etc., o que não funcionou muito bem no início, segundo Lindner (2019), devido à significativa distância da maior parte dos lotes rurais em relação ao centro urbano.

O gaúcho Dilson Paulo Horn, irmão do pioneiro Alfredo Horn, integrou a primeira excursão do Dr. Lindner às terras da colonização Mutum e testemunhou os passos iniciais do planejamento dos lotes rurais e urbanos, bem como o início da construção das primeiras benfeitorias na agrovila. Tudo começou com a montagem de barracos de lona que serviram de apoio para a construção das



O colonizador José Aparecido Ribeiro e, ao fundo, as primeiras casas construídas na vila pela colonizadora. Fonte: Acervo do Grupo Mutum.

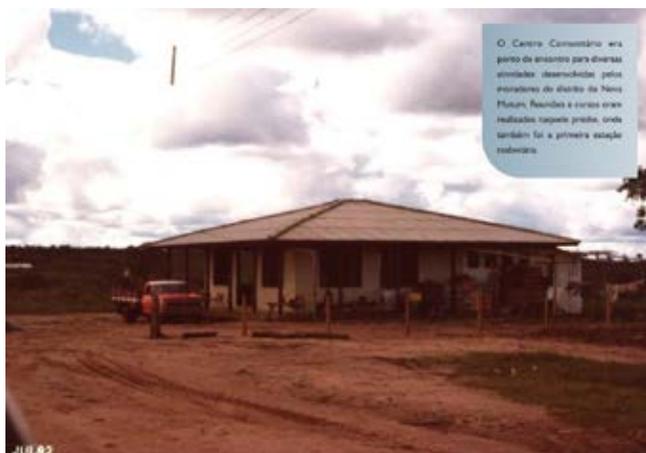


Construção das primeiras casas na vila Mutum, em 1978. Acervo pessoal de Alfredo Horn.



Primeira escola da vila Mutum, construída em 1978 pela colonizadora, situada na esquina das atuais Av. dos Canários e Rua dos Flamboyants. Fonte: Acervo pessoal de Alfredo Horn.

Centro Comunitário
construído pela
colonizadora. O prédio
era ponto de encontro
para diversas atividades
dos moradores e abrigou
o primeiro terminal
rodoviário de Nova Mutum.
Situava-se na esquina
nordeste das atuais avenidas
Canários e Araras. Fonte:
Acervo do Grupo Mutum.



Dr. Ribeiro e dona Hilda em evento no Centro Comunitário em 1979. In: <<http://www.fatormt.com.br/>>.

primeiras casas. Em uma delas, semipreservada até os dias atuais, funciona a Orquestra Jovem de Nova Mutum. Mas a primeira das oito casas feitas pela colonizadora foi a situada na esquina noroeste da avenida Mutum com a rua dos Flamboyants, atualmente adaptada para um pequeno restaurante. Esta casa fora ocupada inicialmente pelo casal Walter e Dulce Krauspenhar, os primeiros moradores da vila, que vieram do Rio Grande do Sul. Walter era técnico da Eldorado (HORN, 2019).

Juntamente com a abertura e construção da agrovila, a Eldorado loteava e comercializava a 1ª Etapa do Projeto de Colonização Mutum, na área a norte do rio dos Patos e oeste da BR-163. Os lotes mais distantes da agrovila eram os da comunidade de Santo Antônio, que apesar da distância atraíram os primeiros compradores devido a melhor qualidade das terras. O primeiro agricultor a entrar em seu lote foi Antonio Severino Darold, no dia 3 de julho de 1978. O segundo foi Alfredo Cristiano Horn, que chegou no dia 14 de julho do mesmo ano. Em seguida chegaram Reinaldo Baldissera, Ariberto Claas, Ediberto Claas, Frutuoso Soares da Silva e o popular Teixeira. Segundo anotações de Alfredo Horn, a primeira benfeitoria construída na área rural da 1ª Etapa foi o barracão e casa (construção mista) da família Darold, e a segunda foi o barracão e casa (também misto) da família Horn, localizados um de frente para o outro, na linha Santo Antônio. Ambas as famílias se encontram em seus lotes até hoje.

Formação da comunidade mutuense

Quando a professora Jaquiline Margarida Felipe Ferraz, natural de Concórdia (SC), chegou à Vila Mutum, em abril de 1980, vinda da região de Toledo (PR), encontrou somente as primeiras oito casas construídas pela colonizadora, a escola, o Centro Comunitário (que servia também como terminal rodoviário e restaurante), o postinho de saúde – onde já atendia o primeiro enfermeiro, José Delamar Ferreira – e uma espécie de alojamento para peões/funcionários que trabalhavam na abertura de ruas, limpeza etc. Este alojamento estava localizado próximo à atual agência do Banco do Brasil, na rua dos Flamboyants. Os visitantes, normalmente vindos da região Sul do País para conhecer as terras à venda, pernoitavam nas casas da colonizadora e tomavam refeições no Centro Comunitário.

São comuns os relatos sobre a precariedade de condições enfrentada pelos primeiros mutuenses, mesmo quanto às necessidades mais básicas. Jaquiline relata que “o açougue da época” eram as antas, pacas e outros animais silvestres que a comunidade caçava. “Não havia outra carne e não tinha onde resfriar. A Dulce [Krauspenhar] morava na casinha da esquina [a primeira a ser construída] e era entre essas casas que a gente ia repartindo as coisas. Alguém gritava de uma casa “ôô, vem pra cá que tem carne”, e a gente repartia a caça do dia. Um

levava um arroz, outro uma mandioca, e assim era.”

O gaúcho Osmar Isoton, que em julho de 1978 visitou a Colonização Mutum para conhecer as terras e acabou trabalhando durante quatro meses na propriedade de Reinaldo Baldissera, destaca a união da comunidade em meio às dificuldades da época:

Todo mundo se envolvia e ajudava na comunidade. Cerveja era quente quando tinha. Água gelada era do córrego. A gente comia muita carne de caça, quando alguém matava uma anta, ou comprava em conjunto um boi da Fazenda Mutum e dividia a carne. A gente fazia bola de pano pra jogar. Vôlei era uma corda estendida e uma bola velha, e a primeira quadra de esportes nós fizemos na enxada. E foi isso que fortaleceu e deu essa base forte pra Nova Mutum. (ISOTON, 2019).

De 1980 a 1984, cada família ou pessoa que se mudava para a vila ou interior era recebida pelos demais moradores de forma especial. A comunidade se reunia para ajudar a descarregar a mudança, fazer almoço e jantar no alojamento e, assim, dar um suporte aos novos moradores para que se instalassem com mais tranquilidade. A partir de 1985, com a migração mais intensa, ficou difícil dar a mesma atenção aos novos moradores. Muitas vezes chegavam duas famílias simultaneamente, uma na vila e outra no interior. “Mesmo assim a comunidade ainda era uma panelinha, onde todos se conheciam, e levou uns dez ou doze anos para a gente dizer que não conseguia mais conhecer quem estava chegando”, relata Jaquiline (FERRAZ, 2019).

A primeira casa construída na vila por particulares (não pertencente à Mutum Agropecuária) foi a de Valdemar Casagrande, situada na avenida Mutum, próximo à esquina com a rua das Primaveraes. Primitivo Curi abriu o primeiro mercado, que em 1988 foi adquirido por Francisco Saito. Em 1980 nasceu a primeira criança mutuense, de nome Giovani, filho do casal Geneci e Gelson de Moraes. O batismo do menino foi realizado pelo padre José Mathias Orth (FERREIRA, 2001).

Em 1981, formou-se uma diretoria (uma espécie de primeira associação comunitária) para tratar de problemas como o transporte de enfermos às cidades mais próximas. Uma ambulância foi adquirida para isso, e o esposo de Jaquiline, Orlando Ferraz, que até então trabalhava no campo, assumiu a função de motorista. Nesta época, Nova Mutum estava se tornando um distrito do município de Diamantino, do qual recebia, até aquele momento, muito pouco apoio.

Esta primeira associação foi quem se mobilizou na ocasião das primeiras mortes ocorridas na comunidade, abrindo as primeiras covas no cemitério da vila (atual cemitério municipal). Foi preciso abrir uma picada na mata para se



Alguns dos primeiros estabelecimentos comerciais da vila Mutum. Fonte: Acervo pessoal de Silviane Del Conte Curi.



Atual avenida Mutum, nos primórdios da vila. Fonte: Acervo pessoal de Silviane Del Conte Curi.



Esperava-se horas na fila por uma ligação no posto telefônico da Vila Mutum. Fonte: Acervo do Grupo Mutum.



Palanque oficial do primeiro desfile de 7 de Setembro realizado em Nova Mutum, em 1983. Fonte: Acervo pessoal de Jair Arruda.



Segundo desfile de 7 de Setembro realizado no Distrito de Nova Mutum, já com subprefeitura instalada, em 1984. Fonte: Acervo pessoal de Jair Arruda.



Terceiro desfile de 7 de Setembro realizado no Distrito de Nova Mutum, em 1985. Fonte: Acervo pessoal de Jair Arruda.

ter acesso ao terreno destinado ao cemitério. O primeiro sepultamento foi o de uma criança, da família Melha. A segunda pessoa sepultada foi Carolinda Tararam, zeladora da escola local, que faleceu em 1981 grávida de gêmeos. Após passar mal, Carolinda foi levada, com a ambulância, para a cidade de Alto Paraguai, e lá faleceu. Poucos anos mais tarde, mulheres da comunidade mutuense fundaram o Clube de Mães local, que fora batizado de Mãe Carolinda, em sua homenagem.

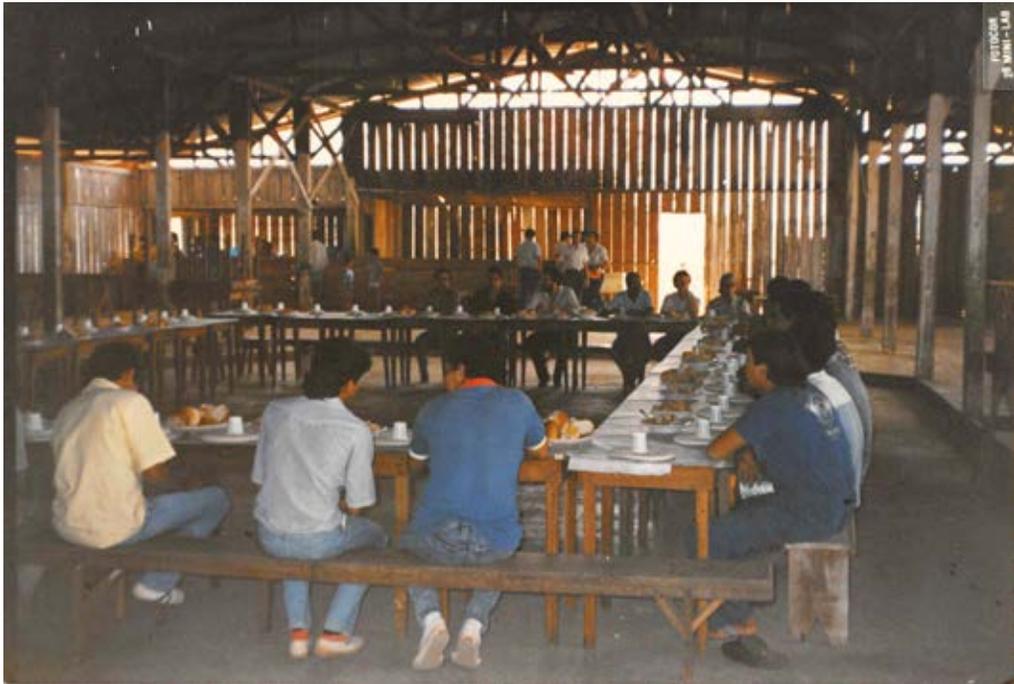
Também no tempo da associação foi aberta a continuidade da atual avenida Mutum, do ponto onde hoje fica o chafariz até o local que hoje abriga a Escola Estadual José Aparecido Ribeiro. Ali foram construídos o primeiro pavilhão comunitário e um campo de futebol¹². O Cartório de Registro Civil foi criado em 31 de março de 1982, cujo titular e escrivão juramentado foi José Luiz da Silva, pioneiro morador da Gleba Iracema desde a década de 1950, e que trabalhou por 16 anos para a Mutum Agropecuária (FERREIRA, 2001).

Outra curiosidade dos primórdios da vila Mutum diz respeito à construção de algumas das primeiras casas de particulares. Muitas delas estão mal posicionadas em relação à medição dos lotes, pois no início nem todas as ruas estavam abertas. Era preciso abrir picadas na vegetação do cerrado para se chegar a certos lotes, e então construir. A casa erguida pelo pai de Jaquiline, por exemplo, onde ela mora atualmente, na atual avenida dos Canários, é um desses casos. Jaquiline ajudou a abrir o caminho com foice, sem saber que o lote ficava de frente para uma “Avenida P” (FERRAZ, 2019).

O paulista Jair Martins de Arruda mudou-se para a Vila Mutum com sua esposa e filhas em agosto de 1980. Jair logo começou a trabalhar no setor administrativo da Mutum Agropecuária, e sua esposa Terezinha assumiu a função de professora na Escola Hilda Strenger Ribeiro, iniciada pela colonizadora e transformada em escola comunitária ainda em 1979. A carência de professores era muito grande naquele momento.

Havia menos de vinte famílias residindo na Vila Mutum (e outras tantas nas fazendas do projeto de colonização) quando a comunidade começou a trabalhar para elevar a vila a distrito, o que acabou se concretizando em novembro de 1981. Os poucos moradores costumavam se encontrar na atual avenida Mutum, que na época era apenas uma larga rua de terra, para conversar. Na avenida havia somente as casas da colonizadora e outras poucas casas de madeira mais próximas da rodovia.

12 Mais detalhes sobre o pavilhão e a capela no tópico sobre a Comunidade Católica, mais a diante.



Almoço de confraternização com autoridades estaduais em 1985, no primeiro salão comunitário da igreja católica. Fonte: Acervo pessoal de Jair Arruda.



Unidade operativa local da Emater, instalada em uma das primeiras casas da colonizadora, no início da década de 1980. Na foto o então funcionário da Emater, Jair Arruda. Fonte: Acervo pessoal de Jair Arruda.

Reunião entre equipe da Emater e produtores rurais da Linha Cem, no início da década de 1980. Fonte: Acervo pessoal de Jair Arruda.



Entre esses primeiros moradores¹³, vivendo em casas na agrovila e alguns em propriedades rurais, estavam as famílias de Aroldo Belló, Belino Bonini, Osmar Bach, Vilmar Capelari, Orlando Ferraz, Jair e Terezinha Arruda, Valdemar Casagrande, Reinaldo Baldissera, Cristiano Felipe, Walter e Dulce Krauspenhar, Primitivo Curi, Valdemar e Dilema Felipe, Alcelmo Sand, Dori João da Rosa, Darci Marin, João Feitosa, João Goulart, Dario Largura, Lauro Dalla Costa, Pedro Faccio, Roberto Faccio, João Cella, Pirajá Luiz Basso, Romeu Vogel, José da Silva, Romeu Rohde, João Vitorino da Rocha, Dalmiro Godoy da Silva, Darci (Beijo) de Souza, Darci Bones Melha, Norberto Cambri, Odair Cervi, Maria Doroti de Oliveira Chagas, Egídio Tararam Costa, Egídio Beckenkamp, Vanderlei Vassoler, Walter Becker, Ezequiel Custódio de Souza, Ênio Comin, Áureo Comin e mais alguns¹⁴.

Estas poucas famílias, quase isoladas, começaram a discutir as demandas locais e procurar soluções para os problemas em comum. Jair Arruda conta que o grupo pouco conhecia sobre a coisa pública. Ele próprio só teria adquirido mais experiência com a vinda da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater-MT)¹⁵ a Nova Mutum em 1982, onde passou a trabalhar. Houve mobilização do Dr. Ribeiro e do então presidente da Emater, Jonas Pinheiro, para que o órgão se instalasse na vila, o que se justificava também pela demanda dos assentamentos de reforma agrária da Ranchão e de Lucas do Rio Verde (antes era preciso se deslocar a Diamantino, Rosário Oeste ou Cuiabá para tratar de projetos relacionados aos assentamentos).

Jonas Pinheiro foi superior de Jair por cerca de quatro anos, e a primeira sede da Emater foi uma das primeiras casas da colonizadora, no terreno onde hoje está instalada a agência local do Banco do Brasil. Esta casa acabou destruída em um incêndio ainda na década de 1980. A Emater acabou se integrando à vida comunitária. Além de atender aos assentados, auxiliava a comunidade no cultivo de hortas e até na área social, participando da aprendizagem de alunos e de reuniões diversas. Os moradores se reuniam perto da sede da autarquia para dividir refeições e confraternizar. Belino Bonini costumava cozinhar polenta para todos. Normalmente bebiam vinho, pois ainda não havia meios para se resfriar cerveja de forma eficiente. Quando tinham cerveja, usavam ureia para mantê-la resfriada.

13 Citados de memória pelos entrevistados; nomes sujeitos a erros de grafia.

14 Já havia nesta época, por volta de 1981, muitas outras famílias/pessoas vivendo em lotes rurais dentro da colonização Mutum, porém mais afastados da agrovila, como os da linha Santo Antônio, por exemplo, que pela distância frequentavam menos o centro urbano. Aqui os entrevistados listaram os que moravam ou que mais frequentavam a agrovila.

15 A Emater depois se fundiu à Empresa de Pesquisa Agropecuária (Empa) e à Companhia de Desenvolvimento Agrícola (Codeagri), dando origem à Empresa Mato-Grossense de Pesquisa, Assistência e Extensão Rural (Empaer).

Pelo rádio, Jair falava quase todos os dias com Jonas Pinheiro, para informá-lo sobre os assuntos locais. “Jonas foi um professor para mim. Ele me chamava de Cacique. Perguntava: ‘Cacique, como que tá Mutum?’, e passava muitas orientações. Ele dizia: ‘organiza bem essa comunidade’. Era muito exigente e



Distrito de Nova Mutum em 1982. Fotografia de Sérgio Nogueira, da fazenda Uirapuru, que costumava viajar de avião de São Paulo até a fazenda. Fonte: Acervo pessoal de Cleonice Alves.

Avenida dos Uirapurus na década de 1980. Fonte: Acervo pessoal de Jair Arruda.



Sede do distrito de Nova Mutum no final da década de 1980. Fonte: Acervo pessoal de Gilberto Valdameri.

trabalhador”, conta Jair Arruda (2018)¹⁶.

A equipe da Emater em Nova Mutum contou ainda com o agrônomo Osmar Messias Martinelli – primeiro agrônomo a vir para a vila –, os técnicos agrícolas Gilson de Oliveira e Antonio Graciano Neto e a assistente administrativa Edenise Jortez, entre outros colaboradores (JORTEZ, 2020).

A comunicação era uma das grandes dificuldades da época. Entre 1983 e 1984, Romeu Rohde assumiu a função de operador do posto telefônico do distrito de Nova Mutum, mantido pela prefeitura de Diamantino e pela Telemat. No início havia somente um aparelho de telefone disponível. De acordo com Rohde (2019), a instalação do Posto de Serviço (PS) Nova Mutum, como era oficialmente denominado, foi uma conquista da comunidade, com a atuação destacada de lideranças como Alfredo Horn e Vicente Barreiros. Demorava-se horas na fila para se fazer uma ligação. Mais tarde o posto foi ampliado, recebendo mais duas cabines telefônicas. A equipe também aumentou. Dilce Cadore Benatti passou a revezar com Rohde na função de telefonista. Romeu trabalhou durante cerca de oito anos no posto, que acabou desativado no final da década, com a vinda dos orelhões e das linhas telefônicas comerciais.

Nos primeiros anos, o atendimento em instituições bancárias e governamentais – como o Banco do Brasil e a Emater (antes da instalação da unidade em Nova Mutum) – era provido por Diamantino (para os moradores da Colonização Mutum) e parte por Nobres e Rosário Oeste (para os moradores de São Manoel e Ranchão). Uma das maiores dificuldades da época era o deslocamento até as cidades vizinhas. A locomoção mais rápida para Diamantino eram os tratores de eixo alto (CBT costumava atolar), que andavam a menos de trinta quilômetros por hora. O que hoje é um simples “bate-volta” de Nova Mutum a Diamantino, na época era uma “saga” de quatro a cinco dias de duração. Alfredo Horn relata que, em grupos de dez ou 15 pessoas em cima do carretão do trator, saíam da comunidade Santo Antônio e pousavam na vila Mutum. No outro dia saíam pela madrugada, às quatro horas, para chegarem a Diamantino às vinte horas. No terceiro dia faziam seus negócios no banco, na Emater (antes da vinda da autarquia a Nova Mutum), faziam o rancho (compras de mantimentos), e no quarto dia regressavam.

Além da distância, havia outro problema. O fluxo migratório para a região foi crescendo e saturou a capacidade de atendimento das agências. Faltavam

¹⁶ Jonas Pinheiro tinha muita influência, ajudou a eleger o Zé Domingos prefeito de Sorriso. Domingos era da Emater, de onde saíram várias lideranças no Estado. Na época o governador de Mato Grosso era Júlio Campos, que renunciou ao mudar de partido e transmitiu o cargo para o vice Wilmar Peres de Faria.



Lideranças de Nova Mutum, Tapurah e Lucas do Rio Verde em reunião que discutiu os limites territoriais entre os três distritos, em 24 de agosto de 1984. Fonte: Acervo pessoal de Jair Arruda.

funcionários e recursos para atender a demanda, e por isso os bancos contratavam muita gente nova, sem experiência. “Muitas vezes, por causa de uma palavra diferente num projeto, o gerente do banco fazia corrigir e voltar lá novamente. Nós sofriamos muito com isso”, conta Horn.

Criação do distrito de Nova Mutum

O Distrito de Nova Mutum, no município de Diamantino, foi criado pela Lei estadual n. 4.405, de 26 de novembro de 1981, de autoria do deputado estadual Oscar Ribeiro e sancionada pelo governador Frederico Soares Campos. Antes disso, Nova Mutum pertencia ao Distrito da sede municipal. Um dos principais articuladores da elevação a distrito foi o vereador José de Arimatéia, de Diamantino, que esteve na comunidade com uma equipe a fim de cadastrar eleitores para a documentação do processo. Ter no mínimo mil moradores e 150 casas eram requisitos para a ascensão (ARRUDA, 2018; HORN, 2019). Quatro dias após a criação do Distrito de Nova Mutum foi criado o Distrito de Tapurah, e em dezembro de 1985 foi criado o Distrito de Lucas do Rio Verde, todos os três pertencentes ao município de Diamantino.

Em 1984, lideranças das comunidades de Nova Mutum, Tapurah e Lucas do Rio Verde se reuniram na Vila Mutum para discutir os limites entre os distritos, gerando uma discussão bastante acalorada. Jair Arruda, que como subprefeito atendia aos três distritos e conhecia bem toda a região, diz ter “brigado” para que Nova Mutum tivesse maior quilometragem quadrada de área. Na época, Nova Mutum tinha mais peso político por ser sede da subprefeitura e acabou ficando com mais terras, incluindo a região mais ao norte, no Pontal do Marape, que está mais próxima de Tapurah (ARRUDA, 2018).

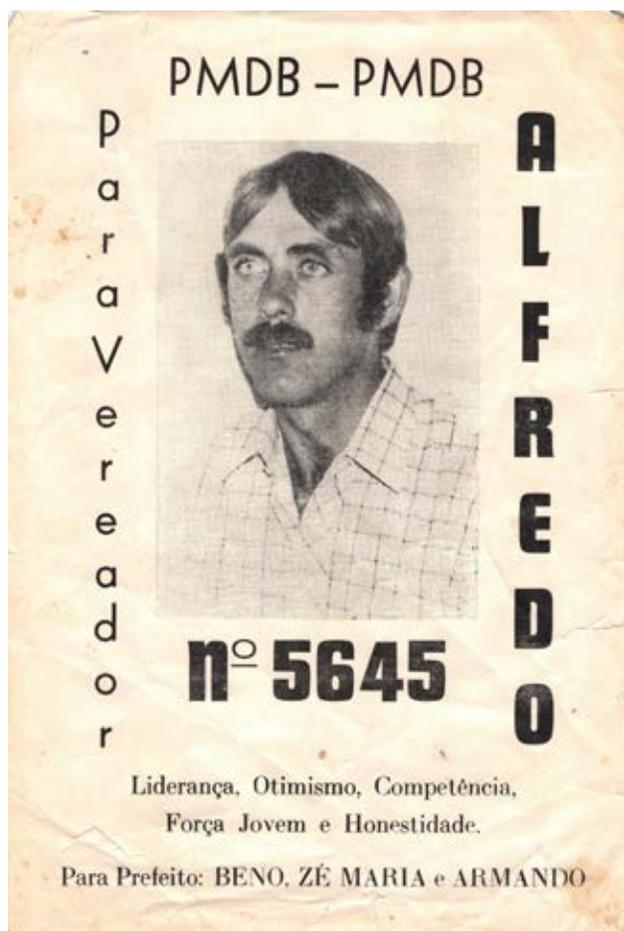
Segundo relata Jair Arruda, o córrego que estabeleceu a tríplice divisa entre os três distritos, próximo ao rio Marape, não tinha nome até a realização da reunião. Durante a negociação, quando todos acordaram sobre os limites, Arruda, com um mapa do IBGE em mãos, de improviso e em alusão ao resultado da reunião,

chamou o pequeno arroio de Córrego Decisão, ao que foi aplaudido por todos. Assim ficou batizado o córrego, fato que acabou registrado na ata da reunião, lavrada pela secretária Jaquiline Ferraz.

Eleições municipais de 1982

No ano de 1982, a comunidade mutuense, pela primeira vez, teve participação em eleições municipais, para eleger prefeito e vereadores de Diamantino¹⁷. O distrito de Nova Mutum foi representado por um candidato a vice-prefeito e três candidatos a vereador.

Francisco Pinardi de Moraes foi candidato a vice-prefeito na chapa de Zé Maria, derrotado naquele pleito por Darcy Capistrano de Oliveira Filho (PFL), que assumiu então o seu primeiro mandato como prefeito de Diamantino. Pinardi e Zé Maria formavam “chapa pura” pelo PMDB.



Cartaz de campanha do candidato Alfredo Horn, eleito vereador de Diamantino em 1982. Fonte: Acervo pessoal de Alfredo Horn.

¹⁷ Depois disso houve ainda as eleições estaduais de 1984 e enfim as eleições municipais de 1988, quando Nova Mutum, já emancipada, elegeu seu primeiro prefeito e vereadores.



Vereador Alfredo Horn em discurso na Câmara Municipal de Diamantino. O parlamentar residia no interior do distrito de Nova Mutum e atuava também por Tapurah e Lucas do Rio Verde, que também pertenciam a Diamantino. Fonte: Acervo pessoal de Alfredo Horn.



Primeira sessão itinerante da Câmara Municipal de Diamantino em Nova Mutum, no antigo salão paroquial. Fonte: Acervo pessoal de Jair Arruda.



Vereador Alfredo Horn em sessão solene na Câmara Municipal de Diamantino, com o prefeito Darci Capistrano e o presidente da ALMT. Fonte: Acervo pessoal de Alfredo Horn.

Os candidatos a vereador, representando o distrito de Nova Mutum, foram Alfredo Horn (PMDB), Vicente Paulino Barreiros (PFL) e Pirajá Luiz Basso (PTB). Somente o primeiro foi eleito e ocupou uma das nove cadeiras da Câmara. As eleições de 1982 ocorreram no dia 15 de novembro. O mandato teve início em 1º de fevereiro de 1983 e se estendeu até 31 de dezembro de 1988. Segundo Horn, sua campanha teve um discurso neutro, sem confronto com os demais candidatos e sem apoio exclusivo a uma candidatura a prefeito.

Este foi o primeiro e único cargo público eletivo exercido por Horn, que preferiu deixar a política após o fim de seu mandato. Chegou a ser cotado para ser o primeiro prefeito de Nova Mutum nas eleições de 1988, mas acabou indicando e apoiando o nome de Boleslau Dziachan, que foi candidato único. Em 1983, Horn quase abdicou do mandato de vereador quando foi pressionado pela cúpula estadual do seu partido, o PMDB, por ter enviado uma carta de agradecimento a Roberto Campos (primo do então governador Júlio Campos), que havia conseguido recursos para o asfaltamento da BR-163. A pressão deveu-se ao fato de que o PMDB fazia oposição aos Campos. “Eu bati o pé e disse: me deixem trabalhar, senão eu saio fora e assume o suplente. Foi aí que eu vi que a política não era pra mim, e aos poucos fui abandonando”, relatou.

Desenvolvimento de Nova Mutum

INFRAESTRUTURA

Como em todo processo de desbravamento, os desafios são grandes e envolvem as necessidades mais básicas da população, como o fornecimento de água potável e energia elétrica. Além das primeiras construções feitas na agrovila, a colonizadora também construiu pontes, estradas, usina hidrelétrica, rede elétrica e rede de água, que com o tempo e participação da comunidade e do poder público foram sendo melhorados e ampliados.

No início da agrovila a água consumida pelos moradores era retirada do córrego Bujuizinho, onde as crianças brincavam de se banhar e as mulheres lavavam roupa. O então gerente da Mutum Agropecuária, Valdirço de Sousa, coordenou a construção de uma represa, para bombear água do córrego para a vila. Essa represa estava localizada logo abaixo da atual sede do Clube dos Idosos. Com uma roda d’água grande, de aproximadamente cinco metros, conseguiu-se a altura necessária para que, por gravidade, a água se deslocasse por uma mangueira, até uma caixa d’água (que continha grafado o nome Nova Mutum) localizada em frente ao pequeno mercado de Primitivo Curi, atual Supermercado Saito. A construção desta benfeitoria contou com a ajuda de moradores como Walter Krauspenhar, João Vitorino da Rocha, Belino Bonini, Vanderlei Vassoler, Orlando Ferraz, Valter Becker, Vilmar Capelari, Aroldo



Construção de poço artesiano e rede de água em 1982. Fonte: Acervo pessoal de Jair Arruda.



Encanação de rua (atual Rua dos Flamboyants), no início da década de 1980. Fonte: Acervo pessoal de Jair Arruda.



Construída pela colonizadora, a usina hidrelétrica (chamada de Usina do Retiro), localizada na 2ª Etapa da Colonização Mutum, distribuía energia para a vila. Fonte: Acervo do Grupo Mutum.

Toda a infra-estrutura, como pontes, estradas, usinas hidrelétricas, rede elétrica, rede de água, as primeiras casas, posto de saúde, alojamento para visitantes e escola foram construídos pela Colonizadora.



Nova Mutum em 1988. Fonte: Acervo pessoal de Sadi Ramos.



Trecho da atual avenida Mutum. Fonte: Acervo pessoal de Silviane Del Conte Curi.



Entrada da vila Mutum na década de 1980. Fonte: Acervo pessoal de Silviane Del Conte Curi.



Abertura de ruas e avenidas na vila Mutum. Fonte: Acervo pessoal de Jair Arruda.

Avenida Mutum em 1986. Aparecem as recém construídas novas sedes da Empaer e da Mutum Colonizadora. Fonte: Acervo pessoal de Gilberto Valdameri.





Encontro das atuais avenidas Mutum e Uirapurus, em 1986. Ao fundo se vê a região do cemitério, ainda coberta de mata. Fonte: Acervo pessoal de Gilberto Valdameri.



Avenida dos Uirapurus em 1986 (quadra do atual supermercado Saito e loja Gazin).
Fonte: Acervo pessoal de Gilberto Valdameri.



Avenida dos Uirapurus em 1986 (nas proximidades da Coopervale e Copacel). Fonte: Acervo do Grupo Mutum.



Construção de galerias pluviais na avenida Mutum, em 1985. Fonte: Acervo pessoal de Jair Arruda.



Estradas vicinais em 1985. Fonte: Acervo pessoal de Jair Arruda.

Belló, Jair Arruda e possivelmente outros.

A represa com roda d'água foi um avanço, porém ainda não havia tratamento e a água de represa não era segura para o consumo. O povo começou a reivindicar água tratada e o problema foi sendo gradualmente resolvido a partir de 1983, com a abertura de dois poços artesianos, tendo atuado na causa o vereador Alfredo Horn e o subprefeito Jair Arruda. Com 185 metros de profundidade, os dois poços situavam-se próximos um do outro, nos fundos do antigo Posto Mutum e atual terminal rodoviário, e foram desativados cerca de 15 anos depois em razão de contaminação provocada por resíduos do posto de combustíveis¹⁸.

Após a instalação dos poços artesianos, a administração municipal de Diamantino ficou responsável pelo abastecimento de água e passou a construir redes subterrâneas pela cidade. Já o fornecimento de energia elétrica passou pela fase do motor gerador (havia um motor que o deputado estadual Benedito Santiago viabilizou para Nova Mutum), e mais tarde a Mutum Agropecuária trouxe para a vila a energia da sua usina hidrelétrica (a chamada Usina do Retiro, localizada na 2ª Etapa do Projeto de Colonização Mutum), que passou a ser distribuída para toda a cidade (ARRUDA, J., 2018). Sem fins lucrativos, a colonizadora administrava o fornecimento de energia e no final de cada mês era feito o rateio das despesas entre os usuários. A Mutum emitia boletos aos moradores e o pagamento era feito na agência local do banco Itaú. Com a posse da primeira administração municipal de Nova Mutum em 1989, a gestão da água e da energia elétrica foi assumida pela recém-criada Secretaria Municipal de Economia de Nova Mutum (LAUTENSCHLAGER, K., 2019).

Até meados da década de 1990, quando finalmente chegou o linhão que conectou Nova Mutum ao sistema nacional de energia elétrica, o consumo na cidade era racionado. O fornecimento era interrompido às 22 horas e retomado pela manhã. As quedas de energia eram constantes e muitas vezes duravam longos períodos.

O acesso a rádio e televisão também chegou aos poucos. Em 1984, com uso de antenas e um transmissor trazidos de Minas Gerais por Alfredo Horn e Clóvis Dallagnol, era possível sintonizar a TV Centro América de Cuiabá (filiada à Rede Globo) (GARCIA, 2019; HORN, 2019). Moradores ratearam o custo de 28 mil cruzeiros para a compra dos aparelhos. Mais tarde, por meio de uma torre e de um aparelho transmissor operado localmente pela subprefeitura, Nova Mutum passou a sintonizar, além da Globo, as emissoras SBT, Bandeirantes e

18 Curiosidade: nos primeiros anos, a comunidade mutuense costumava lavar no registro de água desses poços os corpos de pessoas mortas por acidente ou assassinato. Por falta de estrutura, muitas vezes os corpos eram enrolados em cobertas e lençóis de moradores e sepultados diretamente na terra. No cemitério municipal há um setor com cerca de cinquenta cruzes iguais, que são referentes aos sepultamentos daquela época (ARRUDA, J., 2018; ARRUDA, T., 2018).

Record (ARRUDA, 2018). Em 1986, apenas o dentista Gilberto Valdameri e mais um morador da vila tinham antenas de rádio FM, que sintonizavam a Rádio Meridional, de Sinop.

SUBPREFEITURA DE NOVA MUTUM – MUNICÍPIO DE DIAMANTINO

Inaugurada em agosto de 1984, a subprefeitura de Nova Mutum, município de Diamantino, foi criada para atender aos distritos de Nova Mutum, Lucas do Rio Verde e Tapurah. Em reunião de lideranças locais, Jair Martins de Arruda foi escolhido consensualmente entre cinco nomes apresentados pela comunidade para assumir o cargo de subprefeito, e para isso deixou seu trabalho na Emater. O nome de Jair foi levado pela comunidade ao prefeito Darcy Capistrano, que aprovou a indicação. Segundo Jair Arruda, Nova Mutum e os demais distritos passaram a receber mais atenção da administração municipal quando Capistrano assumiu a prefeitura em 1983, e com a criação da subprefeitura o trabalho foi intensificado. Além das frentes de ação já existentes na época, como a própria colonizadora, as associações e lideranças comunitárias, Nova Mutum contava agora com maior presença do poder público. Ademais, de 1983 até 1988, o distrito de Nova Mutum contou com a atuação do vereador Alfredo Horn, ocupando uma das nove cadeiras do Legislativo diamantinense.

A subprefeitura funcionou até o final de 1988, quando Nova Mutum tornou-se município. Ninguém mais ocupou o cargo de subprefeito além de Arruda, segundo o qual a gestão municipal buscou dar sequência à organização de Nova Mutum, “trazendo tudo que era necessário para emancipar politicamente” (ARRUDA, J., 2018). Nesses pouco mais de quatro anos de atividade, a subprefeitura executou uma série de obras e ações, sozinha ou em convênio com o Estado e/ou entidades locais, conforme a lista que segue:

*Relação de obras entregues e órgãos públicos instalados no Distrito de Nova Mutum entre 1984 e 1988 – período de funcionamento da Subprefeitura de Nova Mutum*¹⁹

- Posto dos Correios;
- Bancos: Itaú (agência), Bemat (agência) e Banco do Brasil (posto avançado);
- Asfalto na Av. Mutum, com galeria pluvial e meio fio;
- Exatoria Estadual;
- Cartório de 2º Ofício;
- Posto de Saúde;

¹⁹ Fonte: Notas de Jair Arruda mantidas em acervo pessoal.

- 02 poços artesianos;
- Escola Estadual de 1º e 2º Grau Professora Isabel Pinto de Campos;
- 06 escolas municipais: Escola Jorge Amado (na cidade); linha Boa Esperança; linha Santo Antônio; Escola Rio Carandá (Gleba Iracema); Escola Seringal (em frente ao seringal da Mutum Agropecuária); e Escola Carlos Drummond de Andrade (na 2ª Etapa da Colonização Mutum).
- Nova sede da Emater²⁰;
- Telefone residencial;
- 02 cabines telefônicas;
- Transmissão de TV com 04 canais: Globo, SBT, Bandeirantes e Record;
- Delegacia de Polícia Civil, com sala para o delegado, sala para escrivão e celas para 16 detentos (com banho de sol);
- Máquina niveladora;
- Quadra poliesportiva.

A subprefeitura funcionava na avenida Mutum, em um imóvel de Francisco Pinardi de Moraes²¹, na época uma pequena casa de alvenaria com apenas duas salas: uma ocupada pelo subprefeito e outra para recepção. Na sala de recepção, cujos únicos móveis eram uma mesa e uma cadeira, ficava a única funcionária da subprefeitura, além de Arruda. Esta funcionária era a professora Jaquiline Margarida Felipe Ferraz, que na subprefeitura atuava como secretária. Jaquiline atendia o público na ausência de Arruda, que em função do cargo passava bastante tempo em Cuiabá.

Conforme Jair Arruda (2018), a comunidade era exigente; queria maior qualidade de vida. “Naquela época as coisas eram difíceis, mas com tempo, cautela, segurança, tentávamos resolver as coisas para o bem de Nova Mutum. Eu não era só subprefeito, eu era secretário de educação, de obras, finanças, meio ambiente... eu trabalhava em todas as secretarias, praticamente sozinho”.

Por atender aos três distritos – Nova Mutum, Lucas do Rio Verde e Tapurah –, a subprefeitura de Nova Mutum precisava pleitear benfeitorias semelhantes para todos. Dessa forma, quando elaborou o projeto para solicitar a criação da escola estadual em Nova Mutum, a subprefeitura fez o mesmo para as demais comunidades. Isso resultou na construção simultânea das escolas estaduais Isabel Pinto de Campos (Mutum), Rui Barbosa (Lucas) e Cândido Portinari

20 Prédio usado até os dias atuais pela Empaer, na avenida Mutum, inaugurado em novembro de 1986. Obra do Estado de Mato Grosso com contrapartida de 30% do município de Diamantino e terreno doado pela Mutum Colonizadora. (ARRUDA, J., 2018; JORTEZ, 2020).

21 Local do atual prédio que abriga a loja Casa das Tintas.

Sub-prefeitura de Nova Mutum começa a funcionar este mês

Ainda neste mês de agosto deverá entrar em funcionamento a sub-prefeitura de Nova Mutum, no município de Diamantino. A sub-prefeitura ficará sob a responsabilidade de Jair Martins de Almeida, que pretende, inicialmente, desenvolver um trabalho junto aos líderes da comunidade para identificar suas principais reivindicações. Segundo Martins de Almeida, a sub-prefeitura atenderá também aos distritos de Lucas do Rio Verde e Tapurá, resolvendo assim um dos maiores problemas do município, que é a imensa distância entre os distritos e a sede, o que dificulta tanto a identificação dos problemas nessas regiões como também a solução.

Já tendo mantido reunião com o superintendente e o supervisor da Colonizadora Mutum, responsável pelo projeto de colonização da Nova Mutum, Almeida afirma que a empresa se dispôs a prestar toda a colaboração necessária a seu trabalho, que na verdade já foi iniciado, há cerca de dois meses e que agora, com a instalação da sub-prefeitura, será oficializado. Este ano, a sub-prefeitura ainda funcionará com repasses feitos pela prefeitura de Diamantino, porém a partir de 85 terá verba própria, o que lhe dará maior dinamismo.

Distando 160 quilômetros da sede de Diamantino, uma das principais reivindicações da Nova Mutum era a instalação de uma agência bancária, o que se tornará realidade no próximo dia 14, quando será inaugurada ali o Banco Itaú. Outra necessidade dos moradores da Nova Mutum é o funcionamento de um posto da Exatoria. Estadual. Em relação a essa reivindicação, o sub-prefeito informa que já foram feitos diversos contatos com a Secretaria da Fazenda e acredita que ela será atendida.

Atualmente - diz ele - os

produtores daqui têm que se deslocar até Diamantino, numa viagem de 160 quilômetros e penosa devido as condições da estrada, para pagar seus impostos. Com a Exatoria aqui será

bem mais fácil e poderá até aumentar a arrecadação no distrito, que será aplicada em favor da própria comunidade". (Transcrito do Correio de Mato Grosso).

Maior atenção para com os sojicultores



A implantação da soja no Estado do Mato Grosso e a sua boa adaptação climática, tem levado muitos produtores do sul do país a investirem em lavouras da oleaginosa. A soja, produz bem, mas os agricultores estão cientes da necessidade de uma política de preços mais condizente com a realidade inflacionária do país. Com a quebra do preço de mercado para a casa de 16 mil cruzeiros a saca e as poucas possibilidades deste reagir, está fazendo com que muitos produtores se desistam com o plantio, chegando até a colocar alguns em pânico, pela dificuldade que terão para saldar seus compromissos bancários.

Desta forma, está havendo

uma gritaria geral para que o governo atualize os preços, pois caso contrário, com o mercado em declínio, muitos serão obrigados a comercializar a oleaginosa a preços incondizentes com a realidade, que mal dará para saldar seus compromissos bancários. Alguns, mais afetados pelos empréstimos, dizem que "se preciso for, entregaremos até o maquinário para tentar salvar, pelo menos, a terra".

Com isso, há a necessidade de se olhar melhor para os sojicultores do Estado, cujas lavouras já foram consideradas, em um passado não muito distante, como a "redenção do Estado do Mato Grosso".

Agosto - 84

Inauguração da Subprefeitura de Nova Mutum

Jornal de Diamantino noticia criação da subprefeitura de Nova Mutum em agosto de 1984. Fonte: Acervo pessoal de Jair Arruda.



Comemoração de Páscoa na subprefeitura, com alunos da escola Cnec. Fonte: Acervo pessoal de Jair Arruda.



Mutirão para construção da primeira quadra poliesportiva de Nova Mutum, em 1985. Fonte: Acervo pessoal de Jair Arruda.

Prefeito Darci Capistrano, subprefeito Jair Arruda e vereador Alfredo Horn em evento na quadra poliesportiva da vila. Fonte: Acervo pessoal de Jair Arruda.





Atividades culturais na quadra poliesportiva da vila, com a professora Terezinha Arruda. Fonte: Acervo pessoal de Jair Arruda.



Pavimentação da avenida Mutum em 1986. Fonte: Acervo pessoal de Jair Arruda.



Inauguração do posto dos Correios de Nova Mutum. Fonte: Acervo pessoal de Jair Arruda.



Inauguração da agência do Banco do Estado de Mato Grosso (Bemat). Fonte: Acervo pessoal de Sadi Ramos.



Cartório de Registro Civil, criado em 1982, tendo como titular e escrivão juramentado o pioneiro José Luiz da Silva. Fonte: Acervo pessoal de Jair Arruda.



Inauguração da Exatonia Estadual, em 1985. Fonte: Acervo pessoal de Jair Arruda.

(Tapurah), nos anos de 1985 e 1986. O mesmo ocorreu com as exatônias estaduais, que foram instaladas simultaneamente nas três localidades, com o mesmo padrão. Assim, os três distritos vizinhos foram se desenvolvendo de forma equivalente.

A delegacia de polícia do distrito de Nova Mutum foi instalada pelo município de Diamantino simultaneamente à instalação da subprefeitura, já no local da atual Cadeia Pública Municipal de Nova Mutum, na avenida dos Canários. “Foi um erro ter construído a delegacia no Centro de Nova Mutum. Na época não imaginamos que Nova Mutum iria crescer tanto”, disse Jair Arruda (2018). O cargo de delegado foi ocupado inicialmente por Darci de Souza, popular “Darci Beijo”.

OUTRAS ORGANIZAÇÕES PÚBLICAS

Com o crescimento da vila, a presença do poder público foi sendo ampliada. A seguir, algumas das implantações de instituições públicas realizadas em Nova Mutum no período pré-emancipação, além da já citada Emater:

Juizado de Paz – em 5 de março de 1982, o governo do Estado de Mato Grosso nomeou Darcy Luiz Marin, Cristiano Felipe e Antonio Scapin para exercerem respectivamente os cargos de Juiz de Paz, 1º e 2º Suplentes do Distrito de Nova Mutum, município de Diamantino (IOMAT, 5 mar. 1982).

Delegacia Distrital de Polícia de 3º Nível – por meio do Decreto nº 1.346 de 23 de maio de 1985, o município de Diamantino criou delegacias nos distritos de Nova Mutum, Brasnorte e Tapurah (IOMAT, 23 maio 1985).

Exatonia Estadual – por meio da lei 4.851, de 21 de junho de 1985, o governo de Mato Grosso criou oito Exatônias de Rendas Estaduais de 5ª Categoria, dentre as quais a do distrito de Nova Mutum (IOMAT, 21 jun. 1985). A unidade foi inaugurada em junho de 1986.

Juntamente com a Exatoria, várias outras inaugurações foram efetuadas em junho de 1986: posto de correios e telégrafos, posto de saúde municipal, escola municipal e quadra de esportes (FERREIRA, 2001).

SAÚDE

No postinho de saúde construído pela colonizadora logo após a abertura da vila, a população local recebia o atendimento básico. Inicialmente a colonizadora trazia médico e enfermeiro, e a prefeitura de Diamantino era responsável por fornecer recursos como medicação, ferramentas etc. O primeiro profissional de saúde da Vila Mutum foi o enfermeiro José Delamar Ferreira, que chegou em dezembro de 1978 (HORN, 2019). No dia 13 de setembro de 1980 chegou a enfermeira Maria Doroti de Oliveira Chagas, vinda de Palotina (PR) para assumir o postinho. Doroti atendeu praticamente sozinha até 1982. O primeiro médico foi o Dr. Roberto Cazan (atualmente em Cuiabá), que ficou poucos meses e deixou o distrito em 1982, ano em que o Dr. Luciano Mesquita Martins (ainda atuante em Nova Mutum) se instalou no distrito e assumiu a função.

O postinho de saúde era de alvenaria (CHAGAS, 2019), diferente do padrão de construção das primeiras casas da colonizadora (madeira), e estava localizado no terreno que hoje abriga o PSF Araras (avenida dos Beija-flores). Às 22 horas, a luz elétrica era desligada e os lampiões de gás eram acesos. Havia muitos morcegos por perto. No dia a dia do posto de saúde, eram comuns ocorrências como picadas de escorpião, envenenamento por Furadan (pesticida) e acidentes na rodovia. A comunidade cobrava melhorias à colonizadora e à prefeitura de Diamantino, tanto na saúde quanto na educação (FRANZENER, 2019; ALVES, 2018).

Conforme Jair e Terezinha Arruda, que se mudaram para Nova Mutum poucos dias antes da enfermeira Maria Doroti, o postinho oferecia apenas o extremamente básico, e para o restante era preciso recorrer a Diamantino. Porém, após a vinda da nova enfermeira, o atendimento foi ampliado e já se fazia curativos, inalação e até alguns partos. Doroti relata que, na medida do possível, fazia o atendimento completo. Devido à dificuldade de deslocamento a Diamantino, a enfermeira passou a fazer campanhas de vacinação na vila e no interior. Ela buscava o material em Diamantino, na Secretaria Municipal de Saúde, e percorria os lotes da Colonização Mutum vacinando os moradores. Doroti deixou o emprego na colonizadora em 1984 e montou a própria farmácia, onde seguiu prestando atendimento de enfermagem à população (CHAGAS, 2019). Também nos primeiros anos o Dr. Luciano montou seu consultório particular na cidade.

O primeiro dentista a atender no distrito de Nova Mutum foi Boleslau Dziachan, vindo da região de Horizontina (RS) em 1984. Também fazendeiro,

Boleslau atendia em seu consultório na cidade quando não estava na fazenda. Em 1986 chegou o segundo dentista, Gilberto Angelo Valdameri, catarinense da cidade de Palmitos. Valdameri (2019) relata que deixou um consultório montado em Palmitos, numa avenida movimentada, para se mudar a Nova Mutum, onde sequer havia uma sala disponível para alugar. Ele precisou concluir a construção de uma sala anexa à casa de Egídio Beckenkamp – com pedreiro de Sorriso e material trazido de Sinop –, localizada na atual avenida dos Uirapurus, em frente ao mercado de Primitivo Curi (atual Saito), para poder tomá-la em aluguel e nela instalar seu consultório. Em junho de 1986, durante a Copa do Mundo de Futebol, Gilberto já estava trabalhando no novo consultório, que foi montado por um técnico de Campo Grande (MS).

“Ele [Boleslau] deu graças a Deus quando eu cheguei, porque assim ele pôde dedicar mais tempo à fazenda”, diz Valdameri, que antes de se mudar fez uma visita ao distrito para conhecer a localidade. Na ocasião, passou pela Coopervale e conversou com o então gerente Luiz Divino da Silva, que incentivou a vinda do novo dentista.

O terceiro profissional da odontologia a se instalar em Nova Mutum foi Maria Salete Ceolin Ottonelli, vinda do Rio Grande do Sul. Quando Boleslau parou de atuar na profissão, Gilberto e Maria Salete se revezavam em datas como Natal e Ano Novo, para que a cidade não ficasse sem atendimento de emergência.

EDUCAÇÃO: PRIMEIRAS ESCOLAS

Localizada na atual avenida dos Canários, esquina com a rua dos Flamboyants, a escola construída ainda no primeiro ano de colonização pela Mutum Agropecuária, batizada de Escola de 1º Grau Hilda Strenger Ribeiro, deu os primeiros passos por meio da própria colonizadora e em poucos meses adotou o modelo comunitário, sendo mantida pelas famílias dos alunos, porém ainda com auxílio financeiro da Mutum Agropecuária. Os primeiros professores foram Ovídio Girardello e sua esposa Zeneide Girardello. Logo depois veio Jaquiline Ferraz, que já exercia a profissão no Paraná. Jaquiline chegou em abril de 1980 e três dias depois já começou a dar aulas, pois os cerca de vinte alunos existentes naquele ano estavam praticamente sem professores. Em agosto do mesmo ano chegou Terezinha Rossetto de Arruda e, com ela, a equipe aumentou para quatro professores. Além de dar aulas, Ovídio Girardello foi o primeiro diretor da escola.

Consta no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso, publicado em 11 de outubro de 1979, uma cópia da ata de fundação da escola e eleição da primeira diretoria da associação comunitária escolar, denominada Associação de Pais e Mestres (APM). A Campanha Nacional de Escolas da Comunidade (CNEC) foi

escolhida pelo Dr. Ribeiro para ser a entidade mantenedora da escola (IOMAT, 11 out. 1979).

Ao primeiro dia do mês de março de hum mil e novecentos e setenta e nove, às vinte horas, reuniram-se nas dependências do Centro Comunitário de Nova Mutum, Município de Diamantino, Estado de Mato Grosso, os agricultores do Projeto de Colonização Mutum, a fim de deliberarem quanto a fundação de um estabelecimento. Decidiu-se que a Campanha Nacional de Escolas da Comunidade (CNEC), entidade reconhecida de Utilidade Pública, [...] seria a entidade mantenedora, já que a mesma se dispôs a isto através de seu superintendente, professor Felipe Tiago Gomes. O prédio da escola, já equipado para funcionar, bem como os terrenos onde o mesmo está localizado, será doado à Campanha Nacional das Escolas da Comunidade pela Mutum Agropecuária S/A, através do Dr. José Aparecido Ribeiro, proprietário da mesma. Decidiu-se ainda prestar uma homenagem ao Dr. José Aparecido Ribeiro, pioneiro desta região, dando ao estabelecimento escolar o nome de sua esposa, dona Hilda Strenger Ribeiro. Continuando a reunião, após todos estarem cientes do compromisso que assumiram no sentido de manter a escola, foi eleita a primeira diretoria do Setor Local da Campanha Nacional das Escolas da Comunidade, a fim de que fosse encaminhada a documentação para legalização perante as autoridades competentes do Estado de Mato Grosso. Constituiu-se uma chapa única com os seguintes elementos: Presidente Dr. Darci Marin, Vice-Presidente Sr. Pirajá Basso e Sr. Valdemar Casagrande, Secretários Sr. Camilo Finger e Sr. José Delamar Ferreira, Tesoureiros Sr. Valter Krauspenhar e Sr. Gaspar da Cruz, Conselho Dr. Ubirajara de Jesus Pereira, Sr. Valdirço de Souza, Sr. Reinaldo Baldissera e Sr. Alfredo Horn. Posta em votação, foi eleita por unanimidade. Logo a seguir a Diretoria eleita tomou posse e nomeou o Sr. professor Ovídio Luiz Girardello para exercer as funções de Diretor da Escola, bem como para tomar providências para que a mesma inicie imediatamente seu funcionamento. A empresa Empreendimentos Agropecuários Eldorado S/A, encarregada do Projeto de Colonização Mutum, assumiu o compromisso de pagamento do pessoal docente e administrativo, neste primeiro ano, e subsidiará, na medida da necessidade, após o pagamento da anuidade dos alunos, para que a escola tenha as melhores condições de funcionamento, enquanto tiver obrigações com o projeto. Nada mais havendo, encerrou-se a reunião da qual, eu José Delamar Ferreira, lavrei a presente ata que fica assinada por mim e por todos os sócios fundadores deste estabelecimento de ensino. José Delamar Ferreira – Secretário. (IOMAT, 11 out. 1979).



A escola construída pela colonizadora foi assumida pela rede comunitária Cnec ainda em 1979. Na foto se vê o Dr. Ribeiro com alunos e professores, além de Boleslau Dziachan, que foi diretor da escola em 1984. Fonte: Acervo do Grupo Mutum.



A escola Cnec era mantida pela comunidade, que realizava eventos para ajudar nas finanças. Fonte: Acervo pessoal de Silviane Del Conte Curi.



Os primeiros professores da Cnec foram Ovídio Girardello (também primeiro diretor) e sua esposa Zeneide Girardello. Logo depois vieram Jaquiline Ferraz e Terezinha Rossetto de Arruda. Fonte: Acervo pessoal de Silviane Del Conte Curi.



Os primeiros alunos foram Jussiedison e Jailson Faccio. Fonte: Acervo pessoal de Jair Arruda.



Diretor da escola Cnec, Boleslau Dziachan, subprefeito Jair Arruda e padre José Renato Schaefer em hasteamento de bandeiras. Fonte: Acervo pessoal de Jair Arruda.



Construção da Escola Estadual Isabel Pinto de Campos, inaugurada em 1986. Fonte: Acervo pessoal de Jair Arruda.



Inauguração da Escola Estadual Isabel Pinto de Campos, em maio de 1986. Fonte: Acervo pessoal de Jair Arruda.



Alunos da Escola Isabel Pinto de Campos, já na década de 1990. Fonte: Acervo da Prefeitura Municipal de Nova Mutum.



Escola municipal localizada na 2ª Etapa da Colonização Mutum, que tinha como professora Lúcia Novelli. Fonte: Acervo pessoal de Jair Arruda.



Construção da Escola Municipal Jorge Amado, em 1985. Em 1989 o prédio passou a ser sede da prefeitura de Nova Mutum. Fonte: Acervo pessoal de Jair Arruda.

Inauguração da Escola Municipal Jorge Amado, em junho de 1986. Fonte: Acervo pessoal de Jair Arruda.



Alunos da Escola Jorge Amado, com a professora Luzia Curbani. Fonte: Acervo pessoal de Jair Arruda.

Formatura de turma pré-escolar na Escola Jorge Amado, em 1988. Fonte: Acervo pessoal de Jair Arruda.



Até 1984, a equipe da escola Hilda Strenger Ribeiro era composta pelo(a) diretor(a), uma secretária, uma zeladora e poucos professores, conforme iam chegando para morar na vila. Entre os primeiros professores, além dos já citados, estavam Ivani Girardello (cunhada de Ovídio e esposa do enfermeiro José Delamar Ferreira), Ivone Marin, Léo Girardello, Izabel Del Conte, Nilzabete da Silva Lopez, Luzia Curbani e Clarice Cambri, além da zeladora Carolinda Tararam e da secretária Elaine Correa. Também atuaram alguns professores voluntários sem remuneração, como Jair Arruda, Vilmar e Antônio Osório, os três funcionários da Emater. Após Ovídio Girardello, quem assumiu a diretoria da escola foi a professora Jaquiline Ferraz.

A escola estava autorizada a oferecer ensino de 1º Grau (atual Ensino Básico) das séries I a VIII, porém faltavam professores de geografia, ciências, matemática e várias outras disciplinas específicas. O(a) diretor(a) e a secretária/zeladora eram pagos pela Mutum Agropecuária, um ou dois professores eram cedidos pelo Estado de Mato Grosso e os demais professores eram pagos pela escola, que cobrava anuidade das famílias. Os professores foram chegando, mas a escola não conseguia mantê-los, pois a quantidade de famílias ainda era pequena e, portanto, a escola não arrecadava o suficiente.

Após Darci Marin, foram presidentes da APM Reny Santo Belló e Primitivo Curi. Este, por volta de 1983, reuniu os associados para discutir o problema dos professores que estavam sem receber salário. Com dificuldade até mesmo para realizar festas para arrecadar fundos, uma vez que os agricultores estavam ainda dando os primeiros passos e tinham dificuldade para pagar as anuidades dos filhos, a comunidade decidiu se mobilizar para que a CNEC se tornasse uma escola pública estadual (FERRAZ, 2019). Mas essa mobilização se estendeu até 1985, quando a escola estadual finalmente fora criada. Nesse ínterim, outros dois presidentes sucederam a Curi na APM: Aldo José Oro e depois Boleslau Dziachan. Também a professora Izabel Del Conte sucedeu Jaquiline Ferraz como diretora, e por fim Boleslau Dziachan assumiu e acumulou as funções de presidente da associação e diretor da escola.

Boleslau, que chegou a Nova Mutum no ano de 1984, relata que certo dia foi a uma reunião da escola. A reunião era conduzida pela então diretora Izabel Del Conte. Aldo Oro era o presidente da associação, e o assunto principal eram as dificuldades para manter a escola. O dentista e agricultor, que fora diretor de uma escola com cerca de 1.600 alunos no Rio Grande do Sul, pediu a palavra, apresentou-se, falou sobre sua experiência na educação e deu sua opinião sobre o que deveria ser feito para melhorar a escola. Naquela mesma noite, Boleslau foi eleito presidente do setor local – pois Aldo já estava terminando seu mandato – e dias depois assumiu também a direção da escola. Para alavancar o ensino, Boleslau convidou pessoas com formação mais avançada para dar aulas, como o Padre José Renato Schaefer, José Carlos Menolli, Gervásio Becker, Lenir

Becker, Luiz Divino da Silva, Clarice Cambri, Dr. Luciano Mesquita Martins, entre outros (DZIACHAN, 2019).

Mas a campanha para a transformação da CNEC em escola estadual continuava. Diversas frentes de pessoas da comunidade se mobilizaram, paralelamente, em articulações com o poder público do Estado, para que a vinda da escola estadual se concretizasse. Primitivo Curi e Jaquiline Ferraz, quando eram presidente da APM e diretora da escola, respectivamente, assinaram um documento solicitando a mudança, o que naturalmente desagradou a direção estadual da CNEC (FERRAZ, 2019). Primitivo foi até Cuiabá e solicitou diretamente à primeira dama do Estado, professora Isabel Pinto de Campos, a abertura da escola estadual. Também o município de Diamantino, nas pessoas do subprefeito de Nova Mutum, Jair Arruda, e do prefeito Darcy Capistrano, solicitou ao Estado a criação da escola estadual. A subprefeitura de Nova Mutum chegou a redigir um projeto para que a prefeitura enviasse às autoridades estaduais. As articulações envolviam ainda o vereador Alfredo Horn e outras lideranças políticas locais. O então senador Jonas Pinheiro foi decisivo para a criação da escola, juntamente com a administração de Diamantino.

As mobilizações deram resultado e, em 15 de agosto de 1985, o Fundo Estadual de Educação assinou convênio com a prefeitura de Diamantino para a construção da escola, no valor de Cr\$ 267.472.744 (Duzentos e Sessenta e Sete Milhões, Quatrocentos e Setenta e Dois Mil, Setecentos e Quarenta e Quatro Cruzeiros) (IOMAT, 17 dez. 1985, p. 15). A criação da Escola Estadual de 1º Grau Isabel Pinto de Campos foi oficializada em dezembro de 1985, conforme o decreto que segue.

DECRETO Nº 1753, DE 17 DE DEZEMBRO DE 1985

Dispõe sobre Criação e Denominação de uma Unidade Escolar no Distrito de Nova Mutum, Município de Diamantino-MT.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições legais que lhe confere o item III, do artigo 42 da Constituição Estadual e considerando o que consta no processo nº 54.072/85 protocolado na Secretaria de Educação e Cultura-MT.

DECRETA:

Art. 1º - Fica criada uma Unidade Escolar no Distrito de Nova Mutum, Município de Diamantino-MT.

Parágrafo único: A Escola de que trata o artigo denominar-se-á: Escola Estadual de 1º Grau Professora Isabel Pinto de Campos.

Artigo 2º - Compete à Secretaria de Educação e Cultura, a colocação do Pessoal Docente e Administrativo, e dos recursos necessários ao funcionamento da Escola nos moldes do Sistema Estadual de Ensino.

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio Paiaguás, em Cuiabá, 17 de dezembro de 1985, 164º da Independência e 97º da República.

JÚLIO JOSÉ DE CAMPOS

JURACY MARIA DE CAMPOS BRAGA

(IOMAT, 17 dez. 1985, p. 6).

Para construir a escola, o Estado precisava de um terreno e a comunidade dependia de uma doação da colonizadora. O vereador Alfredo Horn relatou estar presente, juntamente com o Dr. Ribeiro, na sala do governador Júlio Campos, quando, após alguns impasses, o local foi finalmente definido. Dr. Ribeiro tinha na mesa um mapa grande da agrovila e apontou para o quarteirão que originalmente estava projetado para ser uma praça, entre as atuais avenida das Andorinhas, rua das Primaveras e rua dos Flamboyants (atual sede do Ceja Paulo Freire e Escola Estadual Rui Barbosa). Naquele local o Estado construiu a escola, no ano de 1985. O projeto era para oito salas de aula, mas no início o governo conseguiu entregar apenas quatro.

Por iniciativa de Terezinha e Jair Arruda, o nome da escola foi uma homenagem em vida à professora e então primeira dama do Estado, Isabel Pinto de Campos, que durante o governo de seu marido Júlio Campos presidiu a Fundação de Promoção Social (ProSol) do Estado²². Jair e Terezinha foram a Cuiabá, coletaram a biografia da primeira dama, e Jair levou à Câmara de Diamantino para que os vereadores aprovassem a indicação do nome. Isabel Pinto de Campos esteve na inauguração da escola e foi novamente homenageada pela comunidade mutuense (ARRUDA, J., 2018; ARRUDA, T., 2018).

Inaugurada a escola estadual no ano de 1986, os professores da CNEC passaram a ser professores do Estado e Boleslau Dziachan assumiu a diretoria da nova escola²³. Com isso, a CNEC foi temporariamente desativada e só voltou a abrir na década de 1990, mantendo o seu primeiro nome, Escola Cenecista Hilda Strenger Ribeiro, o que permanece até os dias atuais.

Em 1986, a professora Maria José Melloni Garcia – conhecida na comunidade como Maria do Ararê, devido ao nome do marido, Ararê Ludovice Garcia, então funcionário da Mutum Agropecuária –, que há poucos meses morava em Nova Mutum, vinda de Santa Rosa de Viterbo (SP), passou a integrar o quadro de professores da recém-inaugurada Escola Estadual Isabel Pinto de Campos. Na época, a escola tinha apenas quatro salas de aula e o ensino era somente de 1º Grau. Maria atuava com alfabetização e aulas de História. Segundo a professora,

22 A professora Isabel faleceu em 2012, vítima de câncer.

23 Lenir Becker assumiu a direção da Escola Estadual quando Boleslau deixou o cargo.

muitas famílias ainda precisavam manter seus filhos em outras cidades por falta de ensino de 2º Grau em Nova Mutum. Ela própria trouxe um filho seu para viver no distrito, mas após terminar a oitava série ele precisou retornar a São Paulo para dar sequência aos estudos. Foi então que, após nova e igualmente trabalhosa mobilização, a comunidade conseguiu implantar o 2º Grau (atual Ensino Médio) na escola estadual. A autorização para funcionamento do 2º Grau foi conferida pelo Conselho Estadual de Educação no dia 15 de dezembro de 1987, por meio da Resolução n. 339²⁴. Logo, a partir de janeiro de 1988 a instituição de ensino passou a se chamar Escola de 1º e 2º Graus Professora Isabel Pinto de Campos, assim permanecendo até o ano de 2004, quando foi desativada e substituída pela escola estadual José Aparecido Ribeiro.

Além da CNEC e da escola estadual, Nova Mutum contou também com seis escolas municipais em seu período pré-emancipação. Eram cinco escolas no interior e uma na sede do distrito. Três delas foram criadas e mantidas pela colonizadora nos primórdios da colonização e assumidas pelo município de Diamantino no tempo da subprefeitura: Escola Municipal de 1º Grau Santo Antônio (na linha Santo Antônio, 1ª Etapa da Colonização), Escola Municipal de 1º Grau Seringal (na Fazenda Mutum) e Escola Municipal de 1º Grau Boa Esperança (na linha Boa Esperança – 1ª Etapa da Colonização). As outras três foram criadas pela administração de Diamantino já no tempo da subprefeitura: Escola Rio Carandá (na Gleba Iracema), Escola Carlos Drummond de Andrade (2ª Etapa da Colonização Mutum – esta teve como professora Lucia Novelli), e Escola Municipal de 1º Grau Jorge Amado (na sede do distrito) (IOMAT, 4 fev. 1985).

Em 10 de setembro de 1984, o vereador Alfredo Horn apresentou requerimento solicitando à Secretaria Municipal de Educação a criação da Escola Municipal de 1º Grau Jorge Amado, já com este nome. A criação da escola foi oficializada pela lei municipal nº 27/84 e no ano seguinte a prefeitura deu início à construção da escola, parte em alvenaria e parte em madeira. A obra foi entregue no dia 8 de junho de 1986. Em janeiro de 1989, o prédio desta escola, que se situava na atual rua dos Flamboyants, próximo ao prédio da antiga CNEC e ao Centro Comunitário, passou a abrigar a recém criada Prefeitura de Nova Mutum. A Escola Jorge Amado operou com as séries do primário e jardim de infância.

24 Resolução que autoriza funcionamento do 2º grau (IOMAT, 15 dez. 1987).

Sociedade civil organizada

A organização social de Nova Mutum, no seu período de vila e distrito, foi impulsionada por diferentes frentes de liderança, em muitos momentos trabalhando juntas, ou simultaneamente – e com membros em comum –, pelo desenvolvimento local. Naturalmente, já havia sinais de rivalidade política, porém os interesses convergiam em prol da comunidade. Além da colonizadora, liderada pelo Dr. Ribeiro, havia à frente do setor econômico, com empresas como a Coopervale – primeira cooperativa agroindustrial de Nova Mutum, gerenciada nos primeiros anos por Luiz Divino da Silva –, também a equipe da Emater, liderada em nível estadual por Jonas Pinheiro, e as primeiras agremiações culturais, sociais e políticas formadas pelos habitantes.

Para que a comunidade pudesse ser beneficiária de recursos, doações e programas de incentivo, era necessário ter organizações sociais devidamente constituídas. No início da década de 1980 existia apenas a Associação de Pais e Mestres (APM) da escola cenicista, fundada ainda em 1979. Entre 1984 e 1988 nasceram diversas outras entidades, como a Paróquia Sagrada Família (comunidade católica), o Clube de Mães, duas comunidades evangélicas luteranas, a Associação Recreativa de Nova Mutum, a Associação dos Produtores Rurais de Nova Mutum (Apronova), a Associação dos Funcionários da Coopervale de Nova Mutum (Asfuca), a Associação de Desenvolvimento Comunitário de Nova Mutum (ADCNM), organizações desportivas como os times de futebol 14 de Julho e Grêmio de Nova Mutum, entre outras (ARRUDA, J., 2018).

Nos subcapítulos a seguir abordamos as principais organizações da sociedade civil criadas até 1988, com exceção da APM (já detalhada neste capítulo) e da Comissão Pró-Emancipação de Nova Mutum, que é assunto do capítulo 4.

COMUNIDADE CATÓLICA

A região onde hoje está situada a Paróquia Sagrada Família (PSF), de Nova Mutum, sempre pertenceu à Diocese de Diamantino. Antes da criação da paróquia (que só decorreu em 1984), as missas eram celebradas tanto nas comunidades do interior quanto no antigo pavilhão comunitário da vila, pelo padre José Mathias Orth, que vinha de Diamantino, e depois pelo padre Lauro Barth, pároco em Lucas do Rio Verde, que atendia também em Nova Mutum.

O primeiro pavilhão fora construído logo nos primeiros anos da agrovila pelos imigrantes, que na sua maioria eram descendentes de alemães e italianos católicos. Este pavilhão situava-se de frente para a atual avenida Mutum, no quarteirão que hoje abarca a Escola Estadual José Aparecido Ribeiro e o prédio do Corpo de Bombeiros. Feito na mesma época, o primeiro campo de futebol



Celebração de batismo na primeira capela da vila Mutum, construída em madeira, sob a presidência comunitária de Belino Bonini. Na foto o padre José Renato Schaefer, primeiro pároco de Nova Mutum. Fonte: Acervo pessoal de Silviane Del Conte Curi.



Igreja matriz na década de 1990. Fonte: Acervo da Prefeitura Municipal de Nova Mutum.



Primeiro pavilhão da igreja, visto da atual avenida das Arapongas, localizava-se no terreno da atual Escola Estadual José Aparecido Ribeiro, de frente para a atual avenida Mutum. Fonte: Acervo pessoal de Jair Arruda.



Primeira missa na fazenda Dois Irmãos, linha Santo Antônio, ministrada pelo padre José Mathias Orth. Ainda não havia capela na comunidade. Fonte: Acervo pessoal de Alfredo Horn.



Construção da igreja matriz (a mesma dos dias atuais), iniciada em janeiro de 1987. Fonte: Acervo pessoal de Jair Arruda.

situava-se do lado sul do pavilhão, de frente para a atual avenida das Arapongas (ORO, 2019; FERRAZ, 2019; entre outros).

Pouco depois a comunidade abriu um pequeno trecho daquela avenida (Arapongas) e ali, próximo do campo de futebol, edificou a primeira igreja da vila – uma pequena capela de madeira – e a seu lado uma casa para residência do padre, onde de início veio morar o casal Rubem e Angela Belló, pois ainda não havia casa disponível à família quando esta chegou de mudança. Esta primeira capela fora erguida quando o presidente da diretoria da comunidade católica local era o agricultor Belino Bonini, que liderou os trabalhos de construção. Bonini foi o primeiro presidente, tendo ficado dois mandados no cargo.

A comunidade reivindicava do bispo Dom Agostinho Willy Kist uma área para sediar a futura paróquia. O bispo foi até São Paulo conversar com o Dr. Ribeiro, no escritório da Mutum Agropecuária – juntamente com o ex-prefeito de Diamantino, João Batista de Almeida, que era amigo do colonizador – e acabou conseguindo o quarteirão onde hoje está sediada a PSF, na esquina noroeste da avenida Mutum com a avenida das Arapongas.

Fundada em 1984, a PSF teve como primeiro pároco o padre José Renato Schaefer (conhecido como Padre Renato), natural de Itapiranga (SC), que mudou-se de Alto Paraguai para a sede do distrito de Nova Mutum no dia 3 de maio daquele ano, permanecendo na função até 1999. Quando chegou, Padre Renato passou a morar em uma casa de família (Cella) (PARÓQUIA SAGRADA FAMÍLIA, [s.d.]). As missas ainda eram celebradas na capela de madeira. No dia 6 de maio a comunidade realizou uma festa no pavilhão, para arrecadar fundos para a construção da Casa Paroquial (a mesma dos dias atuais), tendo conseguido comprar quatro mil tijolos e duas mil telhas para a obra, que foi concluída em 1985 ou 1986. Ainda em 1984, com um repasse de 15 mil marcos alemães por uma instituição da Alemanha, o Pe. Renato comprou um carro modelo jipe Gurgel para a igreja, com o qual passou a percorrer as comunidades do interior a trabalho.

Após a instalação da PSF, teve início a mobilização para a construção da igreja matriz, o que levou anos para ser concretizado (ORO, 2019). A construção foi iniciada em janeiro de 1987, viabilizada na maior parte com recursos arrecadados em festas e bailes, além de recursos de um fundo alemão e do Estado de Mato Grosso. O padre Renato coordenou os trabalhos de viabilização da obra. Nos primeiros meses de 1988 a igreja já estava rebocada por dentro, com piso concluído e coberta, e foi utilizada pela primeira vez na Semana Santa daquele ano, mesmo inacabada. A igreja matriz é a mesma dos dias atuais.

Com a instalação da paróquia, o antigo pavilhão comunitário, que ficava do outro lado da avenida Mutum, foi repassado pela colonizadora à associação comunitária (ADCNM). Uma curiosidade: durante o asfaltamento da BR-163 no trecho de Nova Mutum, a empreiteira Andrade Gutierrez solicitou o



A Igreja Evangélica Luterana do Brasil (IELB) – Congregação Bom Pastor foi fundada em 1987. Fonte: Acervo da IELB de Nova Mutum.



Crianças da IELB recebem primeira comunhão na década de 1990. Fonte: Acervo da IELB de Nova Mutum.

pavilhão comunitário para alojamento dos seus funcionários. A comunidade atendeu à solicitação e a equipe da empreiteira ficou alguns meses acampada no pavilhão. Em troca, a comunidade recebeu da empreiteira algumas cargas de pedra britada e a construção de banheiros, já na igreja matriz.

Após Belino Bonini, a diretoria da comunidade católica foi presidida por Lauro Dalla Costa, João Vitorino dos Santos e outros. O atendimento do Padre Renato, que permaneceu na paróquia até 1998, se estendia às comunidades São Manoel, Ranchão, Santo Antônio, entre outras. Após sua saída, os párocos de Nova Mutum foram Pe. Heriberto Hammes (1998/2002), Pe. Silvério Schneiders (2002/2005), Pe. Reinaldo Braga Junior (2005/2012), Pe. Rodrigo Adalberto de Oliveira (2012/2018) e Pe. João Brito de Oliveira.

COMUNIDADE EVANGÉLICA LUTERANA

Nova Mutum tem duas comunidades evangélicas luteranas distintas em atividade, ambas desde a década de 1980. A mais antiga é a comunidade da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil de Nova Mutum (IECLB), que apesar de oficialmente fundada em 1984 já dava seus primeiros passos em 1979, com as primeiras famílias luteranas instaladas na Colonização Mutum. Já a fundação da comunidade da Igreja Evangélica Luterana do Brasil (IELB) – Congregação Bom Pastor ocorreu três anos mais tarde, em 1987. A IECLB chegou ao Brasil trazida diretamente por imigrantes alemães, enquanto a IELB, que tem sede em Porto Alegre (RS), passou antes pelos Estados Unidos da América e depois foi trazida ao Brasil. Ambas têm origem na reforma protestante liderada por Martinho Lutero no século XVI, na Alemanha.

Tratemos primeiramente da IECLB. Em 16 de julho de 1978 chegava a Nova Mutum a primeira família pertencente a esta comunidade: a família de Almiro Kogler e Noili Sand Kogler²⁵. Em 21 de agosto do mesmo ano chegaram os irmãos Ariberto Claas e Ediberto Claas com suas famílias. O primeiro culto oficiado na comunidade ocorreu em 12 de novembro de 1979, ministrado pelo pastor Teobaldo Witter, na Escola Boa Esperança, que já não existe mais. Em 7 de outubro daquele ano foi realizado o primeiro batismo de um membro pertencente à comunidade: Márcio Rodrigo Claas, filho de Ediberto e Leni Claas. O batismo foi realizado em Sinop, pois Nova Mutum foi, até maio de 1983, um Ponto de Pregação pertencente a Paróquia Evangélica Luterana de

25 Almiro Kogler e Alcelmo Sand foram os primeiros a assinar contrato de compra de terra na Colonização Mutum, no dia 6 de junho de 1978.

Sinop. A partir desta data passou a pertencer ao segundo pastorado, da Paróquia de Cuiabá, com sede em Tangará da Serra. Durante todo este período, os cultos de Nova Mutum eram realizados nas casas dos membros ou no Centro Comunitário existente na época.

A partir de 15 de julho de 1984, data da Ata nº 001, considera-se oficialmente fundada a comunidade da Igreja Evangélica de Confissão Luterana do Brasil de Nova Mutum, com o nome de Comunidade Evangélica Luterana de Nova Mutum, a qual teve como membros fundadores as famílias de Marino Gustavo Galle, Ariberto Claas, Ervino Alberto Kogler, Edvino Claas, Aloísio Rodolfo Hattge, Ediberto Claas, Almiro Kogler, Sereno Hattge, Francisco Cavalcante, Lotário Heller, Alberi Kogler e Irineu Edgar Arend. Empossado em 16 de setembro de 1984, o primeiro presbitério da comunidade foi eleito na data de fundação e teve Ariberto Claas como presidente.

No dia 22 de junho de 1986, membros da IECLB se reuniram na residência de Ervino Kogler para deliberarem sobre a construção de um pavilhão para cultos, reuniões e ações da comunidade. O pavilhão foi construído ainda na década de 1980, no terreno de 1.000 m² doado à comunidade por Edvino Claas, situado na rua das Primaveras, em frente ao antigo supermercado Jenai (atual Todimo). Somente por volta do ano 2000 a atual igreja foi construída, na parte frontal do terreno.

Em 9 de setembro de 1990 houve a instalação da Paróquia de Lucas do Rio Verde, a qual a comunidade de Nova Mutum passou a pertencer, e em 30 de agosto de 2009 finalmente fora criada a Paróquia de Nova Mutum (CLAAS, 2020).



Jumec em evento desportivo no ano de 1991. Fonte: Acervo pessoal de Sadi Ramos.

A Comunidade Evangélica Luterana Bom Pastor (IELB) foi iniciada pelas famílias Leonhart e Kurtz. A ata de número 01 data de 8 de março de 1987, ocasião em que o grupo elegeu sua primeira diretoria, cujo presidente foi o agricultor Vivaldino Leonhart. Também são membros fundadores Claides Erica Leonhart, Clívio Leonhart, Elfrida Leonhart, Isolde Leonhart, Guido Kurtz, Erena Kurtz, Carlos Lammers Kurtz, Kinter Kurtz e Valéria Kurtz (BARTZ, 2020; IOMAT, 8 maio 1987).

As instalações da IELB – Congregação Bom Pastor estão localizadas, desde os primórdios, em dois terrenos de 1.000 m² na avenida das Emas, ao lado da APAE. Inicialmente, a IELB de Nova Mutum foi um Ponto de Missão pertencente à Paróquia de Sorriso, depois passou para a Paróquia de Lucas do Rio Verde e finalmente, em 2011, tornou-se paróquia independente. Atualmente (2020), a paróquia de Nova Mutum abrange os Pontos de Pregação de Ranchão e Trivelato, totalizando cerca de 160 membros e quarenta famílias. O primeiro pastor da paróquia, em 2011, foi Fredolino Seiboldt e atualmente é Jonas Hartwig Bartz. Antes a IELB era atendida por pastores de Sorriso e Lucas do Rio Verde.

JUVENTUDE MUTUENSE EVANGÉLICA E CATÓLICA (JUMEC)

Em 1988 foi fundado o primeiro grupo de jovens de Nova Mutum, vinculado às comunidades católica e luterana. Denominado como Juventude Mutuense Evangélica e Católica (Jumec), o grupo foi iniciado por José Chemin, João Inácio Lauxen (Donde), Sadi Ribeiro Ramos e outras lideranças locais. Um dos grandes diferenciais do grupo era o fato de ser ecumênico; até onde se sabe, uma experiência exclusiva de Nova Mutum. O Jumec chegou a ser a maior agremiação comunitária de Nova Mutum em sua época, com mais de setenta jovens ativos. Logo em seus primeiros anos realizou um encontro onde participaram 310 jovens. Também conquistou prêmios em gincanas e torneios esportivos locais.

DEMAIS COMUNIDADES RELIGIOSAS

Ainda no período em que era distrito de Diamantino, Nova Mutum viu nascer outras duas comunidades religiosas cristãs: a Assembleia de Deus (AD Belém) e a Congregação Cristã no Brasil.

A comunidade da AD Belém²⁶ deu os primeiros passos entre 1985 e 1986, inicialmente como um Ponto de Culto pertencente ao Campo Autônomo de

26 Dentre as denominações da Assembleia de Deus, a vertente de Belém foi a primeira do Brasil, fundada em 1910 em Belém (PA). Hoje, há em Nova Mutum outras vertentes da AD.



Antiga igreja de madeira da Assembleia de Deus, situada na av. dos Beija-flores com rua dos Cedros. Fonte: Acervo da AD Belém Nova Mutum.



Construção da atual igreja e salão da AD Belém, inaugurados no ano 2000, em frente à atual Praça da Bíblia. Fonte: Acervo da AD Belém Nova Mutum.

Nobres e depois ao campo de Lucas do Rio Verde. No início a comunidade era constituída por aproximadamente trinta pessoas e os cultos e santas ceias eram dirigidos por pastores de outras cidades. Em 1995, Nova Mutum tornou-se Campo Autônomo, vinculado à Convenção dos Ministros das Assembleias de Deus do Estado de Mato Grosso (Comademat). A comunidade utilizava uma pequena igreja de madeira situada na esquina sudoeste da avenida dos Beija-Flores com a rua dos Cedros, até que no ano 2000 inaugurou a atual igreja em frente à Praça da Bíblia. Atualmente, a AD Belém tem cerca de 1,8 mil membros e o pastor presidente é Nivaldo de Souza (CAMPOS, 2020).

Já a comunidade local da Congregação Cristã no Brasil (CCB) originou-se em 1986, quando a família de Alvino Fernandes, com a intenção de trabalhar com lavoura, migrou de Dois Vizinhos (PR) para o distrito de Nova Mutum. Logo que chegou, a família apresentou carta da CCB à comunidade da igreja em Nobres, onde passou a congregar. Também congregou em Diamantino e em Lucas do Rio Verde, onde a comunidade havia recém começado. Mas logo o cooperador (termo da CCB equivalente a pastor) de Nobres informou ao líder da igreja em Cuiabá que em Nova Mutum havia uma família numerosa, os Fernandes, e este líder veio ao distrito para ajudar a fundar a comunidade local. Alvino Fernandes foi o primeiro cooperador da CCB de Nova Mutum. Ministrava cultos quinzenalmente na casa de seu cunhado Anisio Zerbinati, compondo as duas primeiras famílias da congregação, que juntas totalizavam 12 pessoas. O grupo adquiriu um terreno de 1.000 m² na rua das Primaveras e em 1988 construiu ali a primeira igreja, de madeira, que mais tarde deu lugar à atual igreja, de alvenaria. Hoje com cerca de quinhentos membros, a comunidade conta ainda com uma igreja própria no bairro Bela Vista e um salão alugado no bairro Primavera, mas já se prepara para a construção da terceira igreja própria em um terreno doado pelo município (FERNANDES, 2020).

Nota do redator: neste capítulo nos limitamos a abordar a história das comunidades religiosas surgidas até 1988, portanto, antes da emancipação do município. Nos capítulos seguintes abordamos outras das primeiras comunidades locais, como a Igreja Adventista do Sétimo Dia, a Primeira Igreja Batista de Nova Mutum, a Igreja Evangélica Pentecostal A Palavra de Cristo e a Igreja Casa da Benção, todas iniciadas na década de 1990.

ASSOCIAÇÃO RECREATIVA DE NOVA MUTUM (ARNM)

Em cópia autêntica da Ata da Assembleia Geral de Fundação da Associação Recreativa de Nova Mutum, publicada no DOEMT de 4 de outubro de 1984 (IOMAT, 4 out. 1984), está documentado que membros da comunidade de Nova Mutum reuniram-se no dia 22 de setembro de 1984, nos escritórios da



Associação Recreativa de Nova Mutum, fundada em 1984. Fonte: Acervo da Prefeitura Municipal de Nova Mutum.

firma Copacel S/A, com o fim especial de fundar a referida associação, aprovar seus estatutos e eleger a sua primeira diretoria e conselhos deliberativo e fiscal. Alfredo Horn foi aclamado presidente daquela assembleia e declarou na ocasião que a ARNM nascia com os objetivos de “[...] promover o lazer e solidariedade entre seus associados, colaborando com os órgãos públicos e entidades governamentais encarregadas de coordenar o desenvolvimento e integração da região.”

Horn convidou Domingos Facioni para ser secretário da Mesa Diretora da Assembleia. Para o Conselho Deliberativo, foram eleitos Francisco da Silva Cavalcante (presidente), Walter Krauspenhar, Carlos Roberto Ribeiro Mendes, Vicente Paulino Barreiros e Domingos Facioni. Para o Conselho Fiscal foram eleitos Paulo Faruk de Moraes, Neuro Antonio Coradini e Eduardo Tadeu Ferreira. Em seguida o Conselho Deliberativo elegeu Alfredo Horn como presidente da diretoria, que escolheu Ararê Ludovice Garcia como secretário, Vitalino Bonini como tesoureiro e Adair Cervi e Alcindo Uggeri como diretores sociais.

Também publicado no DOEMT de 4 de outubro de 1984, o estatuto da ARNM foi assinado pelos sócios-fundadores Dalmiro Godoy da Silva, Andre Fogasa, Sergio Nogueira, Ronaldo Martins Badan, Sergio Zamberlan, Luiz Tolmam, José Vilmar da Costa, Ezequiel Custódio de Souza, Luciano Mesquita Martins, Aldo José Oro, Izelso Spanhol, Adelino Noimann, Carlos Ribeiro

Mendes, Carlos Roberto Ribeiro Mendes, Dorismar Luiz Baruffi e João Rigo, além dos diretores e conselheiros já citados.

Conforme o estatuto, a ARNM é uma associação civil de fins não econômicos e tem por objetivo promover a recreação e atividades culturais, esportivas e de lazer de interesse dos associados, além de colaborar com os órgãos públicos e entidades governamentais encarregadas de coordenar o desenvolvimento e integração da região, confirmando o que disse na assembleia de fundação o presidente Alfredo Horn. A sugestão de inclusão dessa finalidade de cunho mais político representativo partiu do Dr. Ribeiro, que também idealizou a criação da ARNM. O colonizador pretendia que a entidade tivesse uma representação comunitária mais ampla, para que a comunidade mutuense estivesse apta a arrecadar recursos como fundos perdidos do Banco do Brasil, para serem revertidos em benefícios coletivos (HORN, 2019).

Contudo, passados alguns meses da criação da ARNM, Dr. Ribeiro reuniu-se com o presidente Alfredo Horn (também vereador) para lhe falar da necessidade de criação de uma outra associação, desta vez com finalidade exclusiva de representação comunitária, pois somente uma entidade com tal natureza poderia arrecadar fundos. Foi então que Horn passou a presidência da ARNM para Ararê Ludovice Garcia e assumiu a presidência da Associação de Desenvolvimento Comunitário de Nova Mutum (ADCNM) – assunto do próximo subcapítulo.

Nos primórdios, a ARNM era chamada pelos associados de “clube de campo”. A diretoria mobilizou-se para conseguir um terreno, e acabou recebendo da colonizadora a doação de aproximadamente 11 hectares de terra, a sul da área ocupada pela Coopervale. Ali foram construídos o salão de festas, a piscina – primeira e única da cidade por vários anos – e demais equipamentos esportivos, que com o passar dos anos foram sendo ampliados e melhorados (GARCIA, 2019). Para viabilizar as obras, a diretoria efetuou contrato com uma empresa de Cuiabá, que deveria construir a estrutura física do clube em troca de títulos da associação. Essa empresa ficou encarregada de vender os títulos para alavancar o clube, o que não estava ocorrendo a contento da diretoria. Foi então que a associação precisou vender parte do terreno (a área que fica entre o atual terreno do clube e a Perimetral das Samambaias, onde hoje há um posto de combustíveis e outros negócios privados), para levantar dinheiro e comprar novamente os títulos da empresa cuiabana, retirando-a do processo. Com o dinheiro que sobrou desta operação, a associação começou a construir o barracão por conta própria. Alguns membros compraram mais de um título, no intento de ajudar a viabilizar as obras (VALDAMERI, 2019).

Por volta de 1989, a presidência da ARNM passou de Ararê Garcia para Gilberto Valdameri. Anos mais tarde para Tadeu Sfredo, e assim sucessivamente. A ARNM foi bastante movimentada até meados dos anos 2000. Ainda está em

funcionamento, porém mais restrita à locação de espaços. Em 2019, parte da área da ARNM foi desapropriada para dar lugar ao prolongamento da avenida dos Uirapurus até a rua dos Mamoeiros. A ARNM, a C-vale e a ADM do Brasil aceitaram ceder parte de suas áreas para esta obra.

ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DE NOVA MUTUM (ADCNM)

Conforme exposto no subcapítulo anterior, a Associação de Desenvolvimento Comunitário de Nova Mutum (ADCNM), sociedade civil de direito privado, sem fins lucrativos, foi fundada em junho de 1986, 21 meses após a fundação da Associação Recreativa de Nova Mutum (ARNM), por sugestão do Dr. Ribeiro ao agricultor e vereador Alfredo Horn, primeiro presidente de ambas as associações. Uma associação comunitária se fazia necessária, pois as demandas sociais do distrito estavam aumentando e a comunidade carecia de entidades habilitadas a pleitear recursos. A ARNM, por ser voltada a atividades de lazer, não se enquadrava juridicamente neste papel.

Horn comandou uma assembleia para constituição da ADCNM (data não



Primeira motoniveladora de Nova Mutum foi adquirida pela Associação de Desenvolvimento Comunitário. Na foto o então presidente da ADCNM, José Carlos Menolli e o subprefeito Jair Arruda. Fonte: Acervo pessoal de Jair Arruda.

confirmada), na qual proferiu um discurso de abertura. O texto, datilografado e arquivado nos arquivos pessoais do agricultor, começa com uma justificativa para a criação da associação:

Em virtude da precariedade das condições de vida em Nova Mutum e, sabedores do sofrimento em especial das donas de casa, resolvemos convocar esta reunião para constituir uma Associação Comunitária com o objetivo de trabalhar no sentido de buscar soluções definitivas para os problemas que nos afligem, especialmente abastecimento de água, luz, educação, saúde, segurança e comunicação [...], trabalhando em apoio às autoridades constituídas, reivindicando, pressionando, enfim, cobrando direitos. Reconhecemos o trabalho que vem sendo feito pelo representante da administração municipal, Sr. Jair Martins de Arruda, que, no entanto, precisa do respaldo da comunidade para conseguir recursos para a solução dos problemas. [...] Cabe a vocês, agora, aqui reunidos, a responsabilidade de escolher apoliticamente o Conselho desta associação, votando em pessoas dignas, responsáveis [...]. Isto feito, temos certeza, propiciará uma nova realidade para Nova Mutum, com o reconhecimento do esforço de seu povo, e um amanhã de vida menos dolorosa para nossas famílias. (HORN, 1986).

Daquela reunião resultou uma comissão, que por sua vez elegeu a primeira diretoria da ADCNM. De acordo com o estatuto (IOMAT, 24 jun. 1986), a data de fundação da associação é 1º de junho de 1986. O estatuto fora assinado em 20 de junho de 1986, subscrevendo-o como presidente da ADCNM o agricultor Clemente Franzener, que era originalmente o vice-presidente e assumiu como interino. Franzener foi sucedido mais tarde pelo também agricultor José Carlos Menolli, escolhido em eleição. Menolli, que na década de 1990 foi prefeito de Nova Mutum, disse que a ADCNM foi sua primeira participação comunitária formal desde sua chegada ao distrito em 1984, vindo de Cambé, no Paraná (MENOLLI, 2019).

Segundo Franzener, com o registro de pessoa jurídica da ADCNM a comunidade conseguiu se beneficiar de um recurso do Fundo de Desenvolvimento Industrial e Comercial (Fundec), do governo do Estado de Mato Grosso. Tratava-se de recurso a fundo perdido, destinado a comunidades carentes – que era o caso de Nova Mutum na época –, com parcelamento estendido por muitos anos. Com este e outros aportes, a associação empreendeu diversas ações, colaborando em aquisições e obras, juntamente com o poder público, como a compra de uma motoniveladora (patrola) Caterpillar 120, a construção da delegacia civil, melhorias no antigo pavilhão comunitário (construção de churrasqueira e reformas) e construção da cobertura da igreja

matriz da paróquia Sagrada Família.

A conquista da ADCNM mais mencionada pelos pioneiros, ainda antes da emancipação de Nova Mutum, foi a aquisição da patrôla. Inicialmente, a associação pagava as parcelas, porém no decorrer do processo a prefeitura de Diamantino assumiu a conta, após um acerto com a associação. O financiamento da patrôla foi efetivado na gestão Horn-Franzener, mas quando o equipamento foi entregue o presidente já era Menolli. A máquina era usada pela ADCNM para serviços na vila e no interior. Na vila, sua primeira utilização foi para a abertura de ruas e avenidas. Na ocasião, a ADCNM disponibilizou a patrôla para Osmar Isoton, que chefiava o setor agrônômico da Coopervale, e Osmar destacou a equipe da cooperativa, que tinha conhecimento técnico, para alinhar e limpar ruas (como a atual avenida dos Uirapurus) em que o cerrado já estava retornando. Este trabalho obedeceu a demarcação feita anos antes pela colonizadora Eldorado, que já havia feito uma pré-derrubada da vegetação nativa (ISOTON, 2019).

Foi com esta patrôla que a comunidade executou os trabalhos de nivelamento das microbacias nas estradas e propriedades rurais do município²⁷. “A gente cobrava um pequeno honorário, custo de hora/máquina, dos produtores, para poder pagar o diesel e o patroleiro, que era o Fredolino. E assim a gente ia para as fazendas e dava suporte ao pessoal”, relata Menolli, que esteve à frente de aberturas de estradas como a Nova Mutum-Ranchão e mais tarde a continuação até Trivelato. Com a emancipação de Nova Mutum o equipamento foi assumido pela prefeitura.

Outra realização da ADCNM foi a liberação, junto à Telemat, de mais quatro ou cinco cabines telefônicas para a vila, quando o posto telefônico local tinha apenas duas cabines e a fila para fazer uma ligação demorava até três dias. A conquista veio após diversas visitas das lideranças comunitárias à companhia. Em seguida a associação pleiteou junto à Mutum Agropecuária uma sala para a instalação de um escritório, e foi atendida. Coube à associação fazer toda a instalação interna, que foi viabilizada via arrecadação de dinheiro com a população. Nesse escritório, que se situava na avenida Mutum, logo acima do posto telefônico (atual loja Igapó Tintas), foram instaladas as duas cabines telefônicas já existentes mais as novas, totalizando seis ou sete, e a partir daí a espera por uma ligação foi reduzida de dias para poucas horas. “Já se conseguia marcar cedo [da manhã] para falar às 11 horas ou meio dia”, exemplifica Menolli.

A ADCNM foi a principal entidade representativa da comunidade mutuense na segunda metade da década de 1980. Foi dela que se originou o movimento para a emancipação de Nova Mutum, bem como a Comissão Pró-

27 Ver mais no capítulo 5, no tópico que trata dos experimentos e descobertas da agricultura mutuense.

Emancipação²⁸. A associação acabou dissolvida no início dos anos 1990, quando as demandas locais já haviam sido absorvidas pela prefeitura municipal, que assumiu, inclusive, a posse da motoniveladora.

ASSOCIAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS DA COOPERVALE DE NOVA MUTUM (ASFUCA)

Conforme estatuto (IOMAT, 25 mar. 1985), a Associação dos Funcionários da Coopervale de Nova Mutum (Asfuca) foi fundada em 15 de fevereiro de 1985, constituída por assembleia geral, diretoria e conselho fiscal. O Art. 1º reza que a Asfuca é uma “[...] agremiação desportivo e recreativa, com patrimônio e personalidade distintos dos seus associados, sendo constituída de funcionários que pertençam a Coopervale – Cooperativa Agrícola Mista Vale do Piquiri Ltda ou se apresentem nesta qualidade, e diretores da mesma que percebam pró-labore.”

No Art. 2º o estatuto apresenta os objetivos da associação, que são: “a) promover e estimular a prática e o desenvolvimento de todos os esportes de salão, exercícios atléticos e desportivos amadoristas”; “b) Organizar ou patrocinar reuniões ou sessões artísticas, recreativas, sociais e culturais”; “c) fomentar o congregamento de todos os funcionários da Cooperativa Agrícola Mista Vale do Piquiri Ltda e seus familiares”.

Com sede em Palotina (PR), a Coopervale começou a operar no médio-norte mato-grossense em 1981, com estrutura administrativa em Diamantino. Em 1985 a unidade de Nova Mutum ainda não tinha estrutura administrativa. Foi quando Luiz Divino, que já trabalhava na cooperativa em Diamantino, foi enviado ao distrito de Nova Mutum para assumir a gerência do entreposto. Ele recebeu a missão de construir toda a estrutura da empresa (que ainda permanece funcionando), com armazém, escritórios e sede social. Divino também foi o primeiro presidente da Asfuca.

Ainda em 1985 iniciou-se a construção da ampla sede social da Asfuca, dotada de salão para festas, campo de futebol, quadra poliesportiva, canchas de bocha, *playground* e mais. O armazém e o escritório da cooperativa têm (até os dias de hoje) sua frente para a BR-163, enquanto a sede da Asfuca fica aos fundos, de frente para a avenida dos Uirapurús. Luiz Divino ficou na gerência da Coopervale até 1989, quando assumiu a administração do Grupo Mutum a convite do Dr. Ribeiro (SILVA, 2019).

Até meados dos anos 2000, a sede da Asfuca foi um dos principais pontos de realização de eventos da cidade. A estrutura ainda se encontra preservada e em uso, porém com menor frequência.

28 Ver detalhes no capítulo 4, que trata da emancipação política de Nova Mutum.

CLUBE DE MÃES “MÃE CAROLINDA”

Com finalidade filantrópica nas áreas de cultura, arte e educação, visando o bem-estar geral das associadas e da comunidade, fundou-se em 1984 o Clube de Mães “Mãe Carolinda”, com sede no distrito de Nova Mutum, município de Diamantino (IOMAT, 28 ago. 1985). O nome do clube foi uma homenagem póstuma a Carolinda Tararam, moradora de Nova Mutum que faleceu no início da década, grávida de gêmeos, e foi a segunda pessoa a ser sepultada no cemitério da agrovila.

Entre as principais atividades do clube havia os cursos de corte e costura e pintura. Jacinta Franzener foi a primeira presidente da entidade e as primeiras reuniões eram realizadas em seu quintal, sito à rua das Primaveras. Nas sombras das árvores as mães desenvolviam os projetos do clube enquanto compartilhavam chá e bolo. Mais tarde o clube instalou-se em um terreno próprio, na esquina da avenida das Emas com a rua das Primaveras (atual sede da Apae), onde construiu um barracão. O patrimônio foi conseguido junto a autoridades do município de Diamantino.

O Clube de Mães “Mãe Carolinda” existiu até meados da década de 1990. Foi extinto porque os cursos e atividades que realizava passaram a ser amplamente ofertadas pela administração municipal e por outras instituições, que tinham mais condições de manter os professores envolvidos. O imóvel foi doado para



Uma das primeiras partidas de futebol de Nova Mutum: com camisetas vermelhas o “Time dos Gaúchos”, primeiro time de futebol de campo de Nova Mutum, formado por migrantes gaúchos moradores de Nova Mutum (entre os quais Alfredo Horn), e em branco um time vindo de Cruz Alta (RS). Fonte: Acervo pessoal de Alfredo Horn.



O 14 de Julho é reconhecido pela maioria dos mutuenses como o primeiro time de futebol de Nova Mutum, por ter sido um dos primeiros clubes do Estado a ser registrado na federação mato-grossense. Foto de 1985. Fonte: Acervo pessoal de Jair Arruda.



A Academia Nova Mutum oferecia aulas particulares de jazz e ballet. Foto de 1985. Fonte: Acervo pessoal de Jair Arruda.

a Apae de Nova Mutum, fundada em 1997 (FERRAZ, 2019; FRANZENER, 2019).

ROTARY CLUB

O atual Rotary Club de Nova Mutum (RC-NM) foi fundado em 2012, porém houve um primeiro clube rotariano fundado em Nova Mutum em 1986 e extinto na década de 1990. Do antigo Rotary Club foram presidentes os pioneiros Gilberto Valdameri, Luiz Divino da Silva, Ermes Giachini e provavelmente outros (SILVA, 2018). Já o atual RC-NM teve início com os irmãos Alexandre, Mauricio e Marcelo Medeiros, que em 2012 reuniram 25 pessoas para a primeira reunião. Hoje, o clube tem 44 associados e realiza ações e eventos para arrecadar fundos para hospitais e programas de saúde (VEZ, 2019). O Rotary é uma entidade global presente em mais de 200 países.

ORGANIZAÇÕES ESPORTIVAS

A Nova Mutum pré-emancipação era bastante movimentada no âmbito esportivo. Campeonatos locais e regionais de futebol de campo eram bastante comuns e apreciados. Além dos times das comunidades, o distrito chegou a ter dois clubes de futebol mais estruturados: o 14 de Julho (presidido por Ezequiel Custódio de Souza) e o Grêmio de Nova Mutum (liderado por Valdir Doilho Wons). O 14 de Julho foi um dos primeiros clubes do Estado a ser registrado na federação matogrossense, e o Grêmio surgiu mais tarde, em 1988. Mas, o primeiro time de futebol de campo de Nova Mutum, antes ainda do 14 de Julho e do Grêmio, foi o chamado “Time dos Gaúchos”, do qual participaram Alfredo Horn e outros pioneiros sulistas. Já em 1979 este time fazia excursões de até duzentos quilômetros, com um caminhão, para competir na região (ROHDE, 2019; HORN, 2019).

Os campos de futebol da década de 1980 eram o comunitário, no terreno da atual Escola Estadual José Aparecido Ribeiro, o de Valdir Cella, do antigo restaurante Cella, próximo ao atual Del Moro Supermercado, e os das comunidades Santo Antônio, São Carlos, São Manoel, Ranchão e Cascavel (3ª Etapa da Colonização Mutum). Logo após surgiram os campos da Asfuca e da Copacel, entre outros. Os campeonatos costumavam ter de 12 a 15 times, algo raro de se ver nos dias de hoje em termos regionais (ROHDE, 2019).

A primeira quadra poliesportiva do distrito de Nova Mutum foi a Quadra Dalmiro Godoy da Silva, construída em mutirão comunitário, com apoio da Prefeitura de Diamantino, por volta de 1985. O nome da quadra foi uma homenagem ao popular “Bia”, um morador do distrito que atuava intensamente em prol do esporte local e acabou sendo assassinado. Foi Bia quem abriu o

espaço para a construção da quadra, com um trator. Os moradores colaboraram com a doação de um saco de cimento cada.

Nos primeiros anos, a quadra foi cenário de inúmeras atividades comunitárias. Havia o grupo do vôlei feminino, que realizava campeonatos e era bastante ativo (FERRAZ, 2019). Já na década de 2000 a quadra acabou sendo removida e substituída pelo prédio que atualmente abriga a Biblioteca Municipal.

Em meados da década de 1980 o distrito contou também com uma academia particular de jazz e ballet, a Academia Nova Mutum.

ENTIDADES REPRESENTATIVAS DOS PRODUTORES RURAIS

Duas entidades representativas dos produtores rurais surgiram em Nova Mutum até 1988: a Associação dos Produtores Rurais de Nova Mutum (Apronova) e o Sindicato Rural de Nova Mutum.

Fundada em 1985, a Apronova foi uma entidade civil sem fins lucrativos com sede e base territorial no distrito de Nova Mutum, município de Diamantino, e área de influência estendida ao Projeto São Manoel e ao Projeto Ranchão, na época situados no município de Nobres. Sua finalidade principal era a defesa dos interesses técnicos, econômicos, jurídicos e sociais dos produtores rurais associados. A Apronova era mantida com recursos oriundos de mensalidades, promoções, doações e contribuições diversas (IOMAT, 1 nov. 1985; IOMAT, 4 nov. 1985). Seus primeiros presidentes foram Francisco Pindari de Moraes e Eduardo Tadeu Ferreira. O CNPJ da associação foi baixado (cancelado) em 2008.

Já o Sindicato Rural de Nova Mutum foi fundado em outubro de 1988 e desde então tem importante atuação nos principais momentos econômicos do município. Uma diretoria provisória presidida por Gilberto Caneppele deu início aos trabalhos. Onze meses depois, no dia 1º de setembro de 1989, tomou posse a primeira diretoria oficial, presidida por Valdomir Natal Ottonelli, que ficou à frente da entidade até março de 1993. Os sucessores foram, pela ordem, Alceu Mognon (1993-1999), Leane Simone Altmann (1999-2003), Alcindo Uggeri (2003-2012) e Luiz Carlos Gonçalves (2012-2018). Empossado em 2018, o atual presidente do Sindicato é Emerson Zancanaro (FATOR MT, 2019).





CAPÍTULO IV

EMANCIPAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA DE NOVA MUTUM

“Nova Mutum quer emancipar”

O primeiro projeto urbano de Nova Mutum, criado em 1978, já mostrava atributos do que um dia seria uma grande cidade planejada. Mas para se tornar uma cidade, sede de um município, partindo da estaca zero, Nova Mutum foi antes uma pequena agrovila, tornando-se distrito de Diamantino em 1981, depois recebendo uma subprefeitura e equipamentos públicos como escolas, para que então pudesse crescer e finalmente atingir os requisitos legais, demográficos e econômicos, necessários à emancipação político-administrativa.

Com área total de 903.378,292 km², o Estado de Mato Grosso tinha menos de cem municípios na década de 1980 (em 2019, eram 141) e em geral havia a consciência de que a geografia do Estado demandava a criação de novas unidades municipais para que se reduzissem as dificuldades da população nos seus distritos. Em muitas localidades as pessoas moravam a centenas de quilômetros da cidade a qual pertenciam, o que dificultava enormemente a assistência mínima e célere à população.

Mas a criação de um município não depende somente da necessidade e desejo da sua população; ela requer a aprovação do parlamento estadual e a sanção do governo do Estado, e para isso a legislação da época exigia que o distrito a ser emancipado comprovasse a existência de um número mínimo de habitantes, eleitores, edificações e receita tributária. A contagem de habitantes e edificações ficava a cargo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A constatação do número de eleitores cabia à Justiça Eleitoral. E a receita tributária era aferida pela Secretaria de Fazenda do Estado. Satisfeitas as condições, o Tribunal Regional Eleitoral designava o plebiscito para consultar a população do distrito, em todo o território a ser emancipado, para confirmar a sua concordância ou não com o desmembramento.

Dois Projetos de Lei visando a emancipação político-administrativa de

TABELA 3 | Cronologia da emancipação de Nova Mutum

1984	
22 de Novembro	Abaixo-assinado pró-emancipação contendo 106 assinaturas, depois anexado ao PL 51/85.
1985	
03 de Maio	Entrada do PL 51/85 na Assembleia Legislativa de Mato Grosso (ALMT); o projeto acabou sendo arquivado.
1986	
[Data indefinida]	Crescimento populacional no distrito de Nova Mutum em razão da vinda de famílias atraídas pela inauguração de escolas. Revigoramento do desejo de emancipação.
1987	
[Data indefinida]	Surgimento de um novo movimento pró-emancipação via Associação de Desenvolvimento Comunitário de Nova Mutum – ADCNM.
[Data indefinida]	Composição da Comissão Pró-Emancipação.
10 de Maio	Abaixo-assinado com 902 assinaturas, depois anexado ao PL 101/87.
16 de Junho	Entrada do PL 101/87 na ALMT, de autoria do deputado Hermes de Abreu. O PL propunha, inicialmente, a criação do município de Nova Mutum, formado pelos distritos Nova Mutum, Novo Eldorado e Tapurah, desmembrado do município de Diamantino.
30 de Outubro	Emenda Modificativa ao PL 101/87 retira os distritos de Tapurah e Novo Eldorado da proposta, considerando apenas o distrito de Nova Mutum e parte do distrito sede de Diamantino.
1988	
10 de Março	Emenda Substitutiva Integral ao PL 101/87 anexa à proposta as localidades de São Manoel e Ranchão, pertencentes ao município de Nobres.
10 de Março	ALMT autoriza TRE a realizar consulta plebiscitária para validação da emancipação de nove pretensos municípios do Estado, entre os quais Nova Mutum.
08 de Maio	Realização do plebiscito, que acabou SUSPENSO em Nova Mutum por falta de segurança. Grupo opositor armado agiu com ameaças e frustrou a votação na Gleba Ranchão.
24 de Maio	ALMT autoriza novo plebiscito em Nova Mutum.
24 de Maio	Comissão de Constituição e Justiça da ALMT emite parecer favorável à tramitação do PL 101/87, por unanimidade.
19 de Junho	Realização do plebiscito em Nova Mutum, com presença de policiais e de um observador da Justiça Eleitoral. Novamente houve ameaças e tentativa de frustrar a votação na sessão da Gleba Ranchão.
30 de Junho	Aprovação do PL 101/87 pelo Plenário da ALMT.
04 de Julho	Promulgação, pelo governador Carlos Bezerra, da Lei 5.321/88, que cria o município de Nova Mutum, desmembrado dos municípios de Diamantino e Nobres.
15 de Novembro	Eleição para prefeito/vice-prefeito e vereadores.
1989	
01 de Janeiro	Posse do prefeito/vice-prefeito e vereadores e instalação oficial do município de Nova Mutum.

Fonte: elaboração do autor.

Nova Mutum faz reivindicações ao Estado



A comitiva mostrou ao governador o projeto para transformar o distrito em município.

(SECOM) — O governador Carlos Bezerra, recebeu nesta 3ª feira, em audiência, uma comitiva do distrito de Nova Mutum, município de Diamantino, que junto com o deputado Hermes de Abreu solicitou ajuda para a região. O vereador de Diamantino, Alfredo Cristiano Horn, relatou as necessidades do distrito, esperando que, junto com o governador, possa ser feito um trabalho de mudanças.

Foram entregues ao governador, os pedidos de implantação do 2º grau, a construção de duas salas de aula, quadra

de esportes, e um pátio, além da construção de um armazém da CASEMAT ou CIBRAZEM, na região de São Manoel e Rachão, a construção de estradas, que viriam beneficiar também os moradores de Nobres, e de uma delegacia de polícia.

EMANCIPAÇÃO

A comitiva também mostrou ao governador o projeto para transformar o distrito em município. Segundo o presidente da Associação de Desenvolvimento Comunitário de Nova Mutum, vereador Alfredo Horn, o distrito preenche todos os requisitos necessários para esta mudança. Nova Mutum possui uma população entre 8 a 9 mil habitantes e tem uma receita em torno de Cr\$ 40 milhões.

Bezerra declarou que dará apoio necessário junto à Assembleia Legislativa para que ocorra a emancipação, por identificar o trabalho daquelas pessoas, com a sua filosofia de Governo. Com relação às estradas, o governador comunicou que já existem maquinários na área, e que, caso não seja possível concluir o trabalho com o já existente, será enviada uma outra equipe ao local.

O governador vê a necessidade de construir escolas nas zonas rurais, para que não haja a necessidade dos filhos de colonos se deslocarem para a zona urbana, abandonando, dessa forma, o campo. Ele salientou ser a educação uma das prioridades de seu governo e enviou a comitiva à Secretaria de Educação, para junto com a secretária, estudarem o projeto de implantação do 2º grau, a construção de novas salas de aulas e das escolas nas zonas rurais.

Fonte: IOMAT (29 abr. 1987).

Nova Mutum tramitaram no Legislativo mato-grossense. O primeiro foi o PL n. 51/1985, de autoria das bancadas do PDS e PMDB, protocolado em maio de 1985 na ALMT. Conforme o seu artigo 1º, o PL pretendia criar o município de Nova Mutum “formado pelos Distritos de Nova Mutum e Tapurah, desmembrado do município de Diamantino” (ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE MATO GROSSO, 1985, p. 1). Um abaixo-assinado pró-emancipação, datado de 22 de novembro de 1984, foi anexado ao PL, contendo 106 assinaturas de residentes nos distritos. No entanto, o processo legislativo do PL 51/1985 acabou sendo arquivado sem exposição de fundamentação. O motivo da rejeição encontra-se registrado em um discurso do deputado Benedito Santiago na 48ª Sessão Ordinária de 1986. Tratou-se de um vício formal na constituição do processo, caracterizado pela falta de uma certidão da Receita Estadual acerca da arrecadação referente ao exercício de 1984 do ITBI e ICM por parte do então distrito de Nova Mutum. No referido discurso, o parlamentar mencionou a rejeição do PL casualmente, enquanto defendia uma indicação para implantação, pela Cemate, de um sistema de geração de energia elétrica na região de Nova Mutum:

Cx 335



ESTADO DE MATO GROSSO
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

AUTOR Deputado HERMES DE ABREU - PMDB	Projeto Lei 101/87 » Dec. Leg. _____ » Resol. _____
EMENDA Cria o Município de Nova Mutum com área desmembrada do Município de Diamantino.	Proc. nº. 150/87 Prot. nº. 1 120/87
SITUAÇÃO DEFINITIVA Encaminhado ao Gov. Fed. Em 26/6/88 Maria G. R. Demais Deputada Lei nº 5321/88 de 04.07.88. Decreto Legislativo nº 2686/88 Of. Plmº 1193/88	DATA: Proc. nº _____ Prot. nº _____

TRAMITAÇÃO						
1ª		2ª		3ª		R. F.
D	V	D	V	D	V	

Lei 5321 - 04.07.88

20.0 - 4/7/88

Capa original do PL n. 101/87, que tramitou na ALMT e culminou na lei de criação do município de Nova Mutum. Fonte: Instituto Memória do Poder Legislativo de Mato Grosso.

Abreu faz projeto para criar

município de Nova Mutum



HERMES DE ABREU

Projeto de lei do deputado Hermes de Abreu eleva à categoria de município o distrito de Nova Mutum, no município de Diamantino, que deverá ser desmembrado do município de Diamantino.

Depois de traçar os limites que teria o novo município mato-grossense, o deputado Hermes de Abreu justificou a sua criação. O parlamentar diz que Nova Mutum tem atualmente uma população estimada em dez mil e quinhentos habitantes, principalmente no setor agropecuário.

Segundo Hermes de Abreu, Nova Mutum é um grande produtor de

grãos e possui uma agricultura bastante diversificada com cultivos de arroz, milho, soja e sorgo que abastece o mercado interno e é bastante comercializada para outras unidades da federação. Abreu lembra que Nova Mutum possui um rebanho bovino numeroso (65.000 cabeças).

A sede do distrito dispõe de uma infra-estrutura altamente desenvolvida — explica o deputado —, visto que existem na zona urbana, hospitais, postos de saúde, farmácia, hotéis, casas comerciais, supermercados, indústrias, escola estadual, exatoria, cartório de registro civil, etc... tudo isto já denota o grau de crescimento a que chegou Nova Mutum.

Para o deputado Hermes de Abreu, a criação do município trará "enormes benefícios para toda aquela próspera região enquanto passará a administrar os seus próprios recursos em benefício dos seus moradores".

Quase finalizando, lembra que a localidade fora transformada em distrito judiciário no ano passado e que assim ficou com todos os requisitos exigidos pela lei, para se tornar município. E, finalmente, Hermes de Abreu explica que a criação do município de Nova Mutum, pelos componentes da Assembléia Legislativa, é uma questão de justiça.

Recorte do jornal Tribuna Cuiabana, edição de 21 de junho de 1987. Obs.: A matéria informa que Nova Mutum fora transformada em distrito em 1986, mas o correto é 1981. Obs. 2: Na ocasião o projeto de lei ainda não considerava a área pertencente a Nobres. Obs. 3: Parte do título da matéria foi recortada e montada na vertical, uma vez que no original o texto estava na página ao lado. Fonte: Instituto Memória do Poder Legislativo de Mato Grosso.

Nova Mutum, consideraríamos hoje, no médio Norte e no extremo Nortão Mato-grossense, a Capital da Soja na Amazônia Mato-grossense. Nova Mutum, no seu 11º mês de arrecadação, gerou em ICM [...] CZ\$ 37.000.000,00 (trinta e sete milhões de cruzados). Um Distrito que há pouco nós sentimos chorando, quando foi negada a sua emancipação político-administrativa, por falta de uma certidão da Receita Estadual. (ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE MATO GROSSO, 1986, grifo nosso)

Em 1987, já em outra legislatura da ALMT, a mobilização fora retomada. Desta vez com a formação de uma comissão pró-emancipação e intenso engajamento da sociedade, um novo Projeto de Lei – n. 101/1987 – de autoria do deputado Hermes Gomes de Abreu, tramitou por 380 dias até ser finalmente aprovado em junho do ano seguinte, dando origem à Lei n. 5.321/1988, que criou o município de Nova Mutum desmembrado dos municípios de Diamantino e Nobres.

Não obstante à primeira tentativa iniciada em 1984, lideranças comunitárias relatam que a emancipação de Nova Mutum passou a ser mais concretamente almejada e discutida após a explosão de crescimento populacional ocorrida a partir de 1986, quando a comunidade conseguiu amenizar o problema da carência de escolas. Isso se deu após a instalação, naquele ano, da Escola Estadual Isabel Pinto de Campos. Até então, o distrito era povoado mais por homens do que por famílias completas. Muitos pais de família moravam em Nova Mutum para trabalhar, enquanto suas esposas e filhos moravam em cidades como Diamantino ou Cuiabá, ou mesmo ainda em suas cidades de origem, em outros estados, para que os filhos pudessem concluir os estudos. Por conta das novas escolas, muitas famílias vieram se instalar no distrito (DZIACHAN, 2019).

No início da nova mobilização, em 1987, o presidente da ADCNM e vereador de Diamantino, Alfredo Cristiano Horn, assinou um documento intitulado “Nova Mutum quer emancipar”, onde expunha um diagnóstico do distrito com vistas a fundamentar o pedido de criação do município. Com alguns números não comprovados e possivelmente superestimados para favorecer a causa da emancipação, o diagnóstico apresenta os seguintes dados:

[...] **Nº de habitantes no Distrito:** 8.000 habitantes

Área do Distrito: 6.000 km²

Núcleo Urbano: 400 residências; 1.500 habitantes

Infraestrutura existente no núcleo urbano – Nova Mutum: 01 escola Estadual de I e II Graus, posto telefônico (2 cabines), Exatoria Estadual, Cartório de Registro Civil, Banco (Itaú), Sub-delegacia, Sub-prefeitura,

Emater, 2 canais de televisão (antena parabólica), posto de Correio, 01 escola municipal pré-escolar, posto de saúde, hospital, etc.

Possui energia 24 horas por dia. Existe uma usina hidrelétrica (350 KVA) e um grupo gerador (350 KVA) mantido pela Colonizadora e que abastece o núcleo urbano.

Água - vem sendo implantado o serviço de abastecimento de água na forma de mutirão comunitário. A nova rede de água já foi implantada, agora vêm sendo abertos os poços artesianos (03 poços). [...]

Comércio local: 02 supermercados, 01 farmácia, 01 hospital, 06 restaurantes, 02 postos de gasolina, 12 bares, 01 livraria, 02 lojas de confecções, 02 casas de materiais de construções, 02 casas de móveis e eletrodomésticos, 02 casas de produtos agrícolas.

Atividade econômica:

Agricultura – Arroz, soja, milho, seringueira e pecuária.

Produção agrícola – safra 86/87 – 4 milhões de sacas de grãos.

Rebanho bovino – 80 mil cabeças.

Produção de borracha – 500 ton/ano.

Cooperativa – 01 (Coopervale).

Cerealista – 01 (Copacel).

Arrecadação estimada em ICM – 65 milhões de cruzados/ano.

Associações existentes: Associação de Produtores Rurais, Associação de Desenvolvimento Comunitário, Associação Recreativa, Clube de Mães, Associação de Pais e Mestres, Associação Sagrada Família (Igreja Católica), 04 agremiações esportivas. (HORN, 1987, [s.p.], grifos nossos).

No seu desfecho, o documento exprime ainda que a emancipação de Nova Mutum era tema dominante entre as aspirações da comunidade, que desejava ter eleições municipais já no próximo ano: 1988.

Comissão Pró-Emancipação

É fala comum que a emancipação de Nova Mutum não “caiu do céu”. Foi preciso muito empenho para consumá-la. E entre os adeptos surgiu, em 1987, uma comissão de trabalho que tomaria a frente da mobilização. Inicialmente esta comissão foi a própria diretoria da ADCNM. Num segundo momento, quando o trabalho de articulação se intensificou, nasceu, de dentro da associação, uma outra comissão mais específica, eleita e nomeada por aclamação. Para presidir este grupo foi escolhido o cirurgião-dentista e agricultor Boleslau Dziachan, que também ocupava o cargo de diretor da Escola Estadual Isabel Pinto de Campos. O próprio Boleslau teria sugerido que os trabalhos começassem a

partir da ADCNM e fora escolhido presidente por seu perfil de liderança²⁹.

A Comissão Pró-Emancipação – ou “Comissão de Emancipação”, como era por vezes nominada – não chegou a ser juridicamente constituída, porém era reconhecida e amparada pelas entidades formais da sociedade mutuense e pelas autoridades estaduais, conforme documentos anexos ao processo de emancipação na ALMT³⁰. Em documento manuscrito, o presidente legal da ADCNM e vereador Alfredo Horn reconheceu publicamente a formação desta comissão.

Em virtude da precariedade das condições de vida em Nova Mutum [...] começou-se um trabalho de unir todas as entidades locais para escolher o presidente da Comissão prol emancipação. Foi escolhido o Dr. Cirurgião Boleslau Dziachan, onde convidou sua equipe de trabalho, que para mim foi motivo de profunda satisfação [...]. (HORN, 1987, [s.p.]).

Entre os documentos anexos ao PL n. 101/87 há um em nome da Comissão de Emancipação, datado de 10 de maio de 1987 e datilografado em papel timbrado da ADCNM, que segue assinado por diversas lideranças comunitárias como sendo os membros oficiais da Comissão. Nele, Dziachan já aparece sob a nomenclatura de “coordenador” da comissão:

A COMISSÃO DE EMANCIPAÇÃO

ALFREDO CRISTIANO HORN – Pres. Assoc. Comunitária
EDUARDO TADEU FERREIRA – Pres. Assoc. Produtores
CLEMENTE FRANZENER – Vice-Pres. Assoc. Comunitária
ROMEU ROHDE – 2º Sec. Assoc. Comunitária
NELSON VACARI – Membro Assoc. Comunitária
BELINO BONINI – Membro Assoc. Comunitária
BOLESLAU DZIACHAN – Coordenador da Comissão de Emancipação
JOSÉ VILMAR FERREIRA DA COSTA – Sec. Assoc. Comunitária
(HORN, 1987, [s.p.], grifos nossos).³¹

Em notícia publicada no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso em 29 de fevereiro de 1988, tocante a uma visita do governador Carlos Bezerra a

29 Fonte: Neste parágrafo as informações foram confirmadas por diversos entrevistados.

30 Uma série de documentos relacionados à emancipação, como requerimentos e abaixo-assinados, foram emitidos em papel timbrado da ADCNM e assinados por diretores da Associação. Tais documentos fazem menção à Comissão de Emancipação e alguns de seus integrantes.

31 Os sobrenomes “Horn” e “Rohde” apresentavam pequenos erros de grafia no documento original, que foram corrigidos na citação para se evitar possíveis dúvidas.



Reunião no pavilhão comunitário da Igreja Católica em 1988, com lideranças estaduais e locais, incluindo membros da Comissão de Emancipação. Fonte: Acervo pessoal de Gilberto Valdameri.

Nova Mutum, consta mais uma menção à Comissão de Emancipação e a seu presidente:

[...] Bezerra prometeu apoiar uma das maiores reivindicações da população local: a emancipação administrativa de Nova Mutum. O núcleo urbano tem aproximadamente 450 casas e três mil moradores, segundo informações do presidente da Comissão Pró-Emancipação de Nova Mutum, Boleslau Dziachan. A população rural, bem maior que a urbana, é de sete mil pessoas. (IOMAT, 29 fev. 1988).

A maior parte dos entrevistados pela presente pesquisa histórica – inclusive o autor da lei de emancipação, o então deputado estadual Hermes de Abreu – apontam como principais lideranças da emancipação o já citado presidente da comissão, o então presidente em exercício da ADCNM, José Carlos Menolli, que seria uma espécie de secretário da comissão, Alfredo Horn, Francisco Pinardi de Moraes e Clemente Franzener, todos os cinco agricultores.

Muitos outros nomes são mencionados pelos envolvidos como sendo membros da comissão, porém os documentos divergem quanto à lista de membros oficiais, até mesmo por conta do início dos trabalhos enquanto associação comunitária. Os nomes que assinam nem sempre são os mesmos e os depoimentos não são conclusivos. Por isso, a grande maioria dos depoentes prefere fazer menção a membros oficiais e colaboradores informais de forma mesclada, para dirimir eventuais injustiças. Somados todos os documentos obtidos e entrevistas realizadas por esta pesquisa, a relação completa de pessoas citadas (e isso não quer dizer que seja a lista definitiva) enquanto membros ou colaboradores da comissão é bastante numerosa. Os nomes são³²: Eduardo Tadeu Ferreira, Vicente Paulino Barreiros, Walter Krauspenhar, José Mario Ribeiro Mendes, Gervásio Marco Becker, Sadi Ribeiro Ramos, Romeu Rohde, Nelson José Vacari, Belino Bonini, Cláudio João Sfredo, Rocco Sfredo, Gilberto Caneppele, Leozir Baggio, Camilo Finger, José Santin, José Miguel Lanzarini, Ivonei Manente (Magrão), Izelso Espanhol, João Inácio Lauxen (Donde), Gilberto Angelo Valdameri, Lauro Dalla Costa, Adelvino Dalla Costa, Valdomir Natal Ottonelli, Luiz Divino da Silva, Cleonice Alves, Silvino Rupolo (Branco), Tercílio Felix Zen, Antonio (Nico) Pinheiro, Pirajá Luiz Basso, Paulo de Jesus Ribeiro, Orlando Ferraz, Dr. Luciano Mesquita Martins, Pe. José Renato Schaefer, José Vilmar Ferreira da Costa, Ermes Giachini, Gilson de Oliveira, Leone Covari, Olivo Martinazzo, Paulo Faruk de Moraes, Darci (Beicho) de Souza e Aldo José Oro.

32 Cabe aqui um antecipado pedido de desculpas a eventuais nomes deixados de fora desta lista. Tentou-se ser o mais integral possível, porém os meios disponíveis para esta pesquisa não permitem garantir que todos os envolvidos tenham sido listados; nomes sujeitos a erros de grafia.

Apesar de não citadas nominalmente como colaboradoras da comissão, relatos dão conta de que muitas mulheres também prestaram importantes serviços à causa.

Os depoimentos convergem no sentido de uma união e trabalho em equipe. Não obstante à existência de hierarquia e funções definidas, o grupo atuava e tomava as decisões em conjunto. Alguns fazem menção à liderança destacada de algumas pessoas enquanto outros dizem que “não houve um pai da criança”, mas sim o esforço de toda a comunidade.

Existia uma disposição da comunidade para enfrentar a luta da emancipação. Tanto é assim que foi constituída uma comissão objetivando a emancipação de Nova Mutum, a qual era liderada por Boleslau Dziachan, Alfredo Horn, Pinardi, Clemente, José Carlos Menolli e inúmeras outras personalidades que por ora me fogem o nome. Todas as pessoas do distrito se mobilizaram para a execução do projeto. Sem isso o movimento certamente poderia ter se fragilizado. Foi a coesão determinante da vontade popular. (ABREU, 2019).

As primeiras reuniões da Comissão Pró-Emancipação foram realizadas nas dependências do Centro Comunitário. Quase semanalmente, parte da comissão se deslocava a Cuiabá para articular junto à ALMT e buscar alternativas para a emancipação. As despesas com essas viagens eram pagas do próprio bolso pelas lideranças, pois não havia um fundo destinado a isso. Em boa parte dos deslocamentos o transporte ficava a cargo de Walter Krauspenhar e de Francisco Pinardi de Moraes, que tinham os veículos mais apropriados para viagem. Pinardi tinha o carro mais espaçoso, muito mencionado pelos entrevistados: uma Ford F-1000 ano 1986, que acomodava até seis pessoas (VALDAMERI, 2019; entre outros). Na parte burocrática, Dziachan e Menolli – que mais tarde vieram a ser o primeiro e o segundo prefeitos de Nova Mutum, respectivamente – tomavam à frente, juntamente com Horn. Este costumava sair das sessões da Câmara Municipal de Diamantino, onde exercia a vereança, e passar na casa do presidente da comissão – no distrito, a caminho de sua fazenda – para tratar de detalhes do processo (HORN, 2019b).

Membros da comissão também apontam como figura importante nas articulações pró-emancipação o colonizador José Aparecido Ribeiro, que apesar de não integrar a comissão trabalhou intensamente a favor da causa (HORN, 2019a; entre outros). Naturalmente, como fundador do projeto de colonização e proprietário das terras, era um dos grandes interessados na criação do município e no seu desenvolvimento. Hermes de Abreu (2019) confirma: “O Aparecido, como eu o conhecia, foi um dos que estive no

aeroporto³³ quando tive o primeiro contato com as reivindicações com relação à emancipação, portanto, a primeira conversa com relação ao assunto foi articulada, entre outros, pelo Sr. José Aparecido Ribeiro”. Também consta que a Fazenda Mutum, propriedade de Ribeiro, serviu como uma espécie de QG pró-emancipação no dia da consulta plebiscitária, pois era equipada com rádio, fundamental para a comunicação. Quem operava o rádio era o então gerente da fazenda, José Mario Ribeiro Mendes.

Empresas e organizações também colaboraram de forma direta com o movimento emancipatório. Em 1988, as cerealistas Coopervale e Copacel cederam um funcionário cada para trabalhar junto à comissão. A Copacel liberou o então auxiliar administrativo Sadi Ribeiro Ramos para ficar à disposição da comissão e cedeu-lhe um veículo para o trabalho. Sadi passou a coordenar o comitê – uma pequena sala localizada na posteriormente denominada Avenida dos Uirapurus, próxima da atual loja Romera –, além de auxiliar nas funções de linha de frente na região da Ranchão, onde a situação era mais delicada (RAMOS, 2019). No comitê eram guardados os materiais de campanha, como os panfletos a favor do voto “SIM”, ou seja, pela emancipação. Também era lá que se planejavam as saídas para o interior e demais ações.

A anexação de Ranchão e São Manoel e a oposição à emancipação

Pesava a favor da emancipação uma profunda crença no progresso e potencialidade da região pelas condições geográficas e perfil da população. Embora carente de estrutura, já era possível perceber que o médio-norte mato-grossense se desenvolveria com grande intensidade e se tornaria um “gigante” na produção agrícola. Mas se por um lado havia diversos fatores favoráveis aos desmembramentos de novos municípios, por outro havia a resistência advinda dos municípios originários.

Nova Mutum não enfrentou oposição tão significativa por parte de Diamantino, mas houve uma grande resistência por parte de Nobres. Isso ocorreu porque, na busca por cumprir os requisitos formais, foi necessário que a área a ser emancipada abrangesse, além do distrito de Nova Mutum, pertencente a Diamantino, também as agrovilas de Ranchão e São Manoel, pertencentes a Nobres na época. Como lembra Hermes de Abreu (2019), a perda da área retiraria uma série de benefícios daquele município, os quais passariam a ser de Nova Mutum. Fizeram-se necessárias inúmeras reuniões, discussões e uma “ádua luta” para anexar a área a Nova Mutum, atendendo ao desejo da grande maioria das pessoas que ali habitavam e que fora confirmado pelo plebiscito

33 Os detalhes sobre o episódio do encontro no aeroporto de Nova Mutum estão mais adiante, no subcapítulo que trata da tramitação do PL 101/87 na ALMT.

realizado em junho de 1988.

Todo processo de emancipação é complexo. O município originário quase sempre tem dificuldade em aceitar a proposta de divisão. Primeiro porque resulta em diminuição do seu território. Segundo porque perde a receita oriunda da região a ser desmembrada. Terceiro porque reduz o seu colégio eleitoral e a força política da cidade. [...] Por óbvio que os municípios que iriam perder as respectivas áreas a serem emancipadas, tentavam, timidamente, retardar o processo, o que foi em vão, sobretudo porque, com o decorrer do avanço das lutas, os próprios habitantes dessas cidades perceberam que esse era o melhor caminho para o desenvolvimento do Estado. (ABREU, 2019).

De acordo com o então vereador Alfredo Horn, os diamantinenses aceitavam desmembrar os distritos de Tapurah e Lucas do Rio Verde, que estavam mais distantes da sede, mas insistiam em manter Nova Mutum. Francisco Pinardi de Moraes confirma e acrescenta:

Por um momento eles [Diamantino] quiseram emancipar Lucas e Tapurah, mas não Mutum, que era mais próxima. Na época se dependia demais de Diamantino, para serviço de banco, hospital etc. Em reuniões em Diamantino, quando nós falávamos em emancipação eles chiavam. Acabaram não lutando contra porque eram cinco municípios emancipando ao mesmo tempo. Ou seja, não atrapalharam, mas também não ajudaram em nada. Para eles tanto fazia, porque a área para atender era muito grande. Para emancipar Mutum nós tivemos que ajudar a emancipar Lucas e Tapurah. Juntamos as forças e conseguimos. (MORAES, 2019).

Dziachan (2019) corrobora a informação de que a emancipação de Nova Mutum foi mais difícil que a de seus vizinhos, que tinham maior população. “Veio o pessoal do IBGE, fez a contagem da população e faltaram quase dois mil habitantes, porque ainda estava contando só a área que pertencia a Diamantino.” Em 1987, quando começou a tramitar na ALMT, o projeto de emancipação de Nova Mutum ainda não incluía Ranchão e São Manoel. Essa incorporação se deu por meio de uma emenda substitutiva integral ao PL n. 101/87, protocolada no dia 10 de março de 1988. Aí sim, já considerando Ranchão e São Manoel, o IBGE realizou uma recontagem e os índices obrigatórios foram finalmente alcançados.

Obviamente que a incorporação de Ranchão e São Manoel a Nova Mutum dependia também da vontade e aprovação daquelas comunidades. Nisso pesou a proximidade geográfica com a sede de Nova Mutum e a identificação cultural,

uma vez que as três comunidades nasceram quase que simultaneamente, no final da década de 1970, fruto das iniciativas de colonização incentivadas pelo governo federal. As mesmas dificuldades que os mutuenses tinham em relação a Diamantino os moradores de Ranchão e São Manoel tinham em relação a Nobres. Por conseguinte, havia, predominantemente, o desejo de se desligar de Nobres e pertencer ao novo município. A família Menolli, por exemplo, tinha casa no distrito de Nova Mutum, mas sua propriedade rural estava situada em terras nobrenses.

Minha briga [para incorporar a área de Nobres] era desde o começo, porque a minha fazenda estava lá. Eu sempre dizia: vamos emancipar Mutum mas não vamos esquecer de pôr São Manoel e Ranchão junto com a gente. E tinha muita gente nessa situação, os Sfredo, os Caneppele, os Zancanaro, muita gente também queria isso. Aí foi quando convergiu. (MENOLLI, 2019).

A partir daí, Claudio João Sfredo e Gilberto Caneppele, pertencentes a comunidade São Manoel, foram chamados a integrar a comissão. Trabalharam no convencimento das pessoas sobre as vantagens da anexação a Nova Mutum, como ter uma prefeitura mais próxima, futuramente um fórum, delegacia, hospital, escolas melhores etc. Segundo Sfredo, a administração de Nobres chegou a prometer transformar Ranchão e São Manoel em distritos e fazer investimentos nas comunidades, mas a comissão tinha o entendimento de que isso seria temporário e, com o tempo e alternância da gestão, os problemas retornariam (SFREDO, 2019).

Ademais, a gleba Ranchão, fruto de um assentamento do Inbra requerido e coordenado pelo padre Johanes Bertold Hennig, conhecido como “Padre João”, decidiu apoiar o plebiscito pró-Nova Mutum mediante condições negociadas pelo padre, que por muitos anos exerceu grande influência naquela comunidade. Uma das condições era a implantação de uma escola agrícola na gleba, por parte do município a ser criado. A promessa teve de ser cumprida ainda durante a primeira administração municipal (1989-1992). À época sem condições para executar sozinha um projeto tão ousado, Nova Mutum acabou recorrendo à ajuda do governo do Estado, que atendeu. Assim nasceu a Escola Municipal Rural Produtiva Ranchão. Outra exigência do padre foi a abertura de uma estrada entre Nova Mutum e Ranchão, cruzando a gleba Iracema. Em mais uma negociação envolvendo o governador Carlos Bezerra, que conhecia bem o Padre João, a estrada foi viabilizada logo após a emancipação (DZIACHAN, 2019).

A despeito de toda a negociação e tendência de adesão, não sendo unânime, o intento de anexar Ranchão a Nova Mutum provocou a reação de um grupo

minoritário, culminando em um conflito de caráter hostil e violento, mas que não chegou a produzir ocorrências de danos físicos. Todos os membros da comissão de emancipação entrevistados relatam que a gleba Ranchão foi palco de uma grave contenda, onde o grupo opositor, formado por agitadores ligados a políticos de Nobres, além de fazer campanha pelo voto “NÃO” – o que era legítimo –, agiu com ameaças diretas, intimidações com armas de fogo em punho e ações de boicote à consulta plebiscitária. A situação exigiu cautela e obstinação da comissão e seus colaboradores para contornar a situação e realizar o plebiscito (detalhes nos subcapítulos seguintes).

Em função do conflito, mais articulações foram necessárias, na Capital e no interior. Segundo Dziachan (2019), “[...] para conseguir emancipar foi preciso fazer muita política. Todo mundo se mobilizou para levar os funcionários do IBGE para todo lado, nas fazendas, arregaçaram as mangas mesmo, todos unidos.” O presidente da comissão chegou a conduzir o grupo em uma reunião decisiva com o governador Carlos Bezerra, que parecia estar inicialmente articulado com os interesses de Nobres (RAMOS, 2019). Além disso, na fase mais delicada houve uma comitiva de Nova Mutum que, junto com uma comitiva de Campo Novo do Parecis, ficava de plantão na ALMT, visando garantir o andamento do processo. Uma equipe permanecia lá por dois dias e depois alternava com outra equipe (HORN, 2019b).

Até o último momento, o município de Nobres sustentou sua oposição ao desmembramento. Em maio de 1988 a Câmara Municipal de Nobres enviou à ALMT o Projeto Resolução n. 001/88, com o seguinte conteúdo:

PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 001/88

[...] A Mesa da Câmara Municipal de Nobres, através de seu Presidente, FAZ SABER que o Plenário da Câmara aprovou e ELA promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º - É vedado o desmembramento das localidades de São Manoel, Ranchão e de todo o Território que constituem o Distrito de Santa Rita para anexação ao pretense Município de Nova Mutum. [...]

EURICO ALVES DE OLIVEIRA – Presidente

(ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE MATO GROSSO, 24 maio 1988, grifo nosso).

Além de Nobres e Diamantino, houve, por um determinado período, uma reação contrária por parte de Rosário Oeste, pois também se tentou, inicialmente, incorporar a Nova Mutum uma área daquele município, na região de Santa

Rita do Trivelato (MORAES, 2019). Mais tarde, já nos anos 1990, ao ver o expressivo desenvolvimento que Nova Mutum alcançou nos primeiros anos de autonomia (DZIACHAN, 2019), a comunidade de Trivelato também optou pelo desmembramento de Nobres e Rosário Oeste. Inicialmente, se incorporou a Nova Mutum, até que atingisse os requisitos para obter sua emancipação, o que aconteceu no final daquela década. Novamente, Nobres apresentou resistência (HORN, 2019b; entre outros).

Preenchimento dos requisitos mínimos

A criação de novos municípios era regulamentada, antes da Constituição Federal de 1988³⁴, pela Lei Complementar n. 01/1967, alterada em parte pela LCP n. 32/1977. A legislação ditava requisitos uniformes para todo o País: população estimada superior a dez mil habitantes ou não inferior a cinco milésimos da população existente no Estado; eleitorado não inferior a dez por cento da população; centro urbano já constituído, com o mínimo de duzentas casas; arrecadação mínima de cinco milésimos da receita estadual de impostos, computada no exercício anterior ao processo de emancipação. Documentos e relatos divergem quanto ao número exato de habitantes exigidos de Nova Mutum, porém uma matéria do DOEMT tocante ao ato de sanção das leis de emancipação dos municípios pelo governador Carlos Bezerra informa que a população mínima exigida era de 7,5 mil habitantes:

Os municípios foram emancipados após o levantamento feito pelo IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e a Comissão de Divisão Territorial da Assembléia Legislativa. Eles apuraram os dados mínimos necessários ao desmembramento de um distrito, ou seja: 7.500 habitantes, arrecadação mensal em ICM de Cz\$ 40 milhões e área territorial considerando os pontos geográficos, em especial rios, cadeias montanhosas e estradas oficiais. Além disso, é realizada uma consulta plebiscitária pelo Tribunal Superior Eleitoral. A Assembléia Legislativa vota o projeto de Lei e faz a homologação. O governo do Estado sanciona a Lei. (IOMAT, 6 jul. 1988).

Em resposta a requerimento da Assembleia Legislativa, em 5 de fevereiro de 1988, o TRE-MT informou, por meio do ofício n. 009/88 GP, que o número de eleitores de Nova Mutum era de 1.101 naquele momento. Já na realização

34 O Constituinte de 1988, movido por um ideal de descentralização, alterou a legislação para criação de municípios. Conforme o § 4º do art. 18 da Carta Magna de 1988, a criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de municípios passaram a seguir requisitos previstos em lei complementar estadual.

do plebiscito, em 19 de junho, a Justiça Eleitoral contava 1.416 pessoas aptas a votar. Para que se atingisse o mínimo demandado foi necessário inscrever os residentes do futuro município como eleitores de Nova Mutum, pois devido à recente migração e ao fato de ainda ser um distrito, muitos tinham seus títulos nos locais de origem ou em municípios vizinhos.

O trabalho de cadastrar eleitores foi encampado pela comissão de emancipação, que destacou pessoas da comunidade para percorrer toda a área de Nova Mutum. Atuaram neste levantamento, percorrendo as linhas rurais, de fazenda em fazenda, o casal Vicente Paulino Barreiros e Cleonice Alves, que cadastraram centenas de títulos (ALVES, 2018). Entre outros, também desempenharam esta tarefa os pioneiros Alcebíades Sanches (ISOTON, 2019) e Gilberto Angelo Valdameri, este último encarregado de atuar na área urbana. Conforme Valdameri – segundo dentista a exercer a profissão em Nova Mutum –, quando fechava o consultório às 17 horas ou quando faltava energia elétrica, o que era frequente na época, costumava sair pela cidade “à caça de eleitores”, carregando uma pasta que continha os formulários de cadastramento e recadastramento eleitoral. Lembra de ter cadastrado muitas pessoas recém-chegadas do Sul do País (VALDAMERI, 2019).

Simultaneamente ao eleitorado fora recontada a população, igualmente percorrendo toda a área de Nova Mutum. Colaboradores da comissão percorreram todas as casas, projetos de colonização e fazendas levando consigo os funcionários do IBGE escalados para fazer a contagem. Foi preciso ser ágil e eficiente para que se obtivesse o mínimo em tempo de aprovar a emancipação juntamente com “o bonde” dos municípios que estavam sendo criados (CASAGRANDE, 2019).

No dia 24 de maio de 1988 foi lida, em sessão legislativa da ALMT, a seguinte mensagem, por meio do Telex nº 1092, datado de 11 de maio de 1988, assinada pelo presidente do IBGE, Charles Curt Muller:

Atendendo solicitação dessa Assembléia com vistas a subsidiar o projeto de criação do pretense município de Nova Mutum, com as informações previstas nos incisos I e III da Lei Complementar Nº 1, de 09 de novembro de 1967, comunicamos que na área territorial constante do memorial descritivo encaminhado a esta fundação, a população residente em 01 de abril de 1988 é inferior a dez mil (10.000) habitantes e superior a cinco (5,0) milésimos da população do Estado de Mato Grosso, bem como o respectivo centro urbano já constituído apresenta número de domicílios superior a duzentos (200). Os valores ora comunicados serão ratificados oportunamente através de ofício da diretoria de pesquisas do IBGE. (ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE MATO GROSSO, 24 maio 1988).

Os depoimentos das lideranças locais apontam que o fator político pesou muito para a emancipação de Nova Mutum. Ao mesmo tempo que se fazia o levantamento da população e o cadastramento de eleitores, foi necessária uma grande articulação para que toda essa população, espalhada por milhares de quilômetros quadrados, fosse conscientizada do processo e aderisse ao movimento (MENOLLI, 2019). Divididos em pequenas equipes, os pró-emancipação percorriam as linhas do interior, tendo em mãos a publicação do DOEMT referente à autorização do plebiscito. Com isso buscavam esclarecer os moradores sobre a validade do processo, uma vez que o grupo contrário também percorria o interior fazendo o trabalho inverso. E a articulação foi necessária não apenas em nível local, mas também na Capital, pois, além de vencer no plebiscito, era preciso ter o projeto aprovado pelo parlamento estadual (HORN, 2019b).

Plebiscito

Além de atender aos requisitos mínimos de população, eleitorado e receita, os distritos que pretendiam se tornar municípios precisavam também ser submetidos à consulta plebiscitária. Conforme o Artigo 5º da LC n. 01/67 (Redação dada pela LCP n. 32 de 1977), somente seria admitida a criação de um novo município se o resultado do plebiscito lhe fosse favorável pelo voto da maioria dos eleitores que compareceram às urnas, “em manifestação a que se tenham apresentado pelo menos 50% (cinquenta por cento) dos eleitores inscritos”.

Via Decreto Legislativo n. 2.678, de 10 de março de 1988, a ALMT determinou e autorizou o TRE a realizar a consulta plebiscitária relativa à criação dos municípios de Lucas do Rio Verde, Matupá, Nova Mutum, Apiacás, Juruena, Campo Novo do Parecis, Castanheira, Tapurah e Cláudia. Em decorrência, a Justiça Eleitoral agendou o plebiscito para o dia 8 de maio nos nove distritos. Porém, em Nova Mutum – que tinha a única área de conflito grave: a gleba Ranchão – a consulta plebiscitária teve que ser suspensa por falta de segurança. Deu-se que, na data da votação, um grupo opositor minoritário ligado ao município de Nobres compareceu armado à gleba Ranchão, com a intenção declarada de impedir o plebiscito. Sem a presença de força policial na localidade, devido à estrutura precária da época, a votação foi suspensa para se evitar um conflito violento³⁵.

O caso voltou à ALMT, que emitiu, no dia 24 de maio, o Decreto Legislativo n. 2.686/88, autorizando, novamente, a realização do plebiscito em Nova Mutum. O TRE reagendou o escrutínio para o dia 19 de junho e, com a

35 Fonte: diversos depoimentos.

presença de um observador da Justiça Eleitoral – conhecido pelos membros da comissão como Zé Carlos do Nordeste – e dois policiais na gleba Ranchão, a votação foi finalmente realizada. Mesmo com o policiamento a votação foi tumultuada e por pouco não acabou em violência física. Havia uma urna na São Manoel, outra na Ranchão e duas urnas na sede do distrito, sendo uma na antiga Escola Cnec e outra na Emater. Na sessão da Ranchão, para onde as atenções estavam voltadas devido ao conflito, trabalharam como mesários Leozir Baggio – presidente da mesa –, Terezinha Finger, Irineu Becker e Pedro Cenedese. Entre outros, trabalharam no local, pela comissão pró-emancipação, José Carlos Menolli, Sadi Ribeiro Ramos, Vicente Paulino Barreiros, Luiz Divino da Silva, Paulo Faruk de Moraes, Darci de Souza (Beijo), José Mario Ribeiro Mendes, Paulo Castelan e possivelmente outros (BAGGIO, 2019).

Os envolvidos relatam a ocorrência de uma tentativa de invasão da sessão eleitoral da Ranchão por um grupo armado, ameaças verbais, entre outros atritos. Foi necessário pedir reforço policial de Rosário Oeste via comunicação de rádio, porém quando o reforço chegou a votação já havia sido encerrada e a urna já estava a caminho da sede do distrito de Nova Mutum, onde, sem comunicação com o interior, a população aguardava apreensiva por notícias.

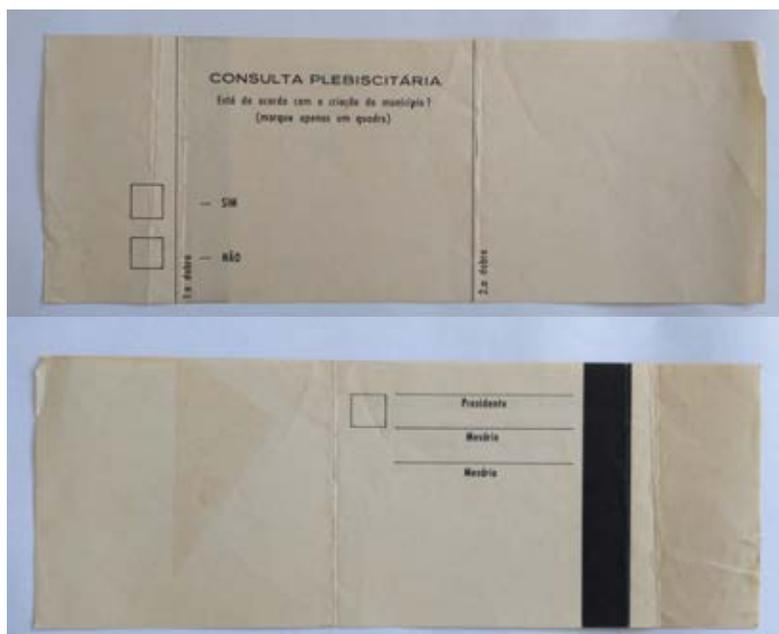
Na sessão da São Manoel, trabalharam na mesa José Santin e outros moradores da comunidade. Por lá a realização do plebiscito foi tranquila, e confirmou a identificação cultural daquela comunidade com Nova Mutum, uma vez que o resultado foi 100% favorável à emancipação. Claudio Sfredo e colegas da comissão passaram o dia do plebiscito na São Manoel e quando acabou a votação por lá foram todos para a Ranchão.

Encerrada a votação no final da tarde, Baggio abraçou a urna e entrou no jipe da polícia juntamente com os dois policiais – identificados por ele como cabo Campos e policial civil Mario – e partiu rumo à sede do distrito, seguido por uma pequena caravana formada pelos demais colaboradores da comissão presentes no local. Francisco Pinardi de Moraes, que foi a Rosário Oeste buscar o reforço policial, ainda se deslocava para a Ranchão com o reforço quando, na localidade de Novo Horizonte, cruzou com a caravana que seguia para a cidade. Ao chegar em Nova Mutum a caravana foi recebida com festa pelos moradores, que aguardavam em frente ao cartório de registro civil (RAMOS, 2019). Havia o temor de uma segunda suspensão do plebiscito e por consequência o adiamento da emancipação.

Ainda naquele domingo, dia 19, uma comissão seguiu de Nova Mutum para Diamantino – que sediava a 7ª Zona Eleitoral – a fim de acompanhar a apuração dos votos. Nesta comissão estavam Baggio, Dziachan, Pinardi, Menolli e vários outros que foram em outros carros. Os que ficaram continuaram a festa nos bares da cidade. Na Ranchão, o reforço policial, que havia chegado tardiamente devido às distâncias, já havia controlado os ânimos. Apurada a votação, Nova



Cartaz utilizado na campanha pró emancipação. Obs.: A votação de 8 de maio acabou suspensa por falta de segurança e remarcada para 19 de junho. Fonte: Acervo pessoal de Sadi Ramos.



Cédula original do plebiscito de emancipação de Nova Mutum. Fonte: Acervo pessoal de Sadi Ramos.

QUADRO 2 | Resultado do plebiscito de emancipação em Nova Mutum

Aptos a votar:	1.416 eleitores
Votantes:	930 (65,6% de comparecimento – o mínimo exigido era de 50%)
Abstenções:	486 (34,3%)
Votos “SIM”:	855
Votos “NÃO”:	62
Votos em branco:	07
Votos nulos:	06

Data da votação: 19 de junho de 1988

Fonte dos dados: TRE-MT

Fonte: elaboração do autor.

TABELA 4 | Cronologia do plebiscito de emancipação

1988

10 de março	A ALMT, por meio do Decreto Legislativo n. 2.678/88, determinou que o TRE realizasse a consulta plebiscitária relativa à criação dos municípios de Lucas do Rio Verde, Matupá, Nova Mutum, Apiacás, Juruena, Campo Novo do Parecis, Castanheira, Tapurah e Cláudia.
	Protocolado na ALMT o Projeto de Decreto Legislativo que inclui no plebiscito de Nova Mutum a área pertencente a Nobres.
22 de abril	Resolução do TRE n. 252/88 fixou o calendário eleitoral dos plebiscitos.
8 de maio	Data da realização do plebiscito (dia da votação), que acabou suspenso em Nova Mutum em razão do conflito que gerou insegurança na gleba Ranchão.
24 de maio	Decreto Legislativo n. 2.686/88 autorizou novo plebiscito visando a criação do município de Nova Mutum.
19 de junho	Realização da votação em Nova Mutum.
29 de junho	TRE enviou o Ofício nº 172/88 GP para a ALMT, comunicando o resultado do plebiscito em Nova Mutum, por força do decreto 2.686/88.

Fonte: elaboração do autor.

Mutum teve sua emancipação aprovada por 855 votos “SIM” contra 62 votos “NÃO”, além de sete votos em branco e seis votos nulos. Do total de 1.416 eleitores aptos a votar, compareceram 930 (65,6%).

Tramitação do PL n. 101/87 na Assembleia Legislativa

Cada um dos distritos mato-grossenses emancipados na década de 1980 teve, na Assembleia Legislativa, um deputado que, segundo termo corrente na imprensa da época, servia como uma espécie de “padrinho”. Em entrevista a esta pesquisa (2019), o ex-parlamentar Hermes Gomes de Abreu (PMDB) relata os acontecimentos que o levaram a ser o autor do PL n. 101/87, que resultou na Lei n. 5.321/88, criadora do município de Nova Mutum:

Entre 1987 e 1988, como Deputado Estadual, visitei os municípios de Porto dos Gaúchos, Novo Horizonte do Norte e Juara, no Vale do Arinos. Essa viagem foi realizada de avião, na companhia do piloto Joaquim Goulart, já falecido. Ao retornarmos, quando já aproximávamos de Diamantino, fomos surpreendidos com uma forte chuva que impedia a volta para Cuiabá. Fui informado pelo piloto que uma das opções de pouso seria num distrito de Diamantino, para aonde nos dirigimos. Ao pousarmos, fomos recepcionados por uma comitiva de pessoas da comunidade. Aguardamos a tempestade passar num galpão próximo à pista. Ficamos conversando cerca de uma hora e meia. Fiquei profundamente impressionado com as possibilidades e dificuldades daquela gente pioneira. Ao decorrer da troca de ideias, fui informado acerca das dificuldades vivenciadas pelos habitantes do distrito. Os relatos eram de que tudo precisava ser resolvido em Diamantino, tornando o dia a dia mais trabalhoso e complicado. O sentimento comum era da busca da emancipação pelas necessidades daquela comunidade. Agendamos uma reunião para daí uns 15 dias, ocasião em que eu iria exclusivamente para tratarmos da possível criação do município. Sensibilizado, retornei ao distrito no dia combinado e começamos a luta pela emancipação. (ABREU, 2019).

No âmbito da ALMT, a emancipação de Nova Mutum foi tratada por Abreu com o auxílio de seus assessores, muito embora inúmeras atividades tenham sido concretizadas indiretamente por outros parlamentares, a exemplo do deputado José Lacerda, que presidia a Comissão de Divisão Territorial da época (onde transcorria a tramitação administrativa de processos dessa natureza) e demais membros daquela comissão. “Além disso, me recordo que inúmeros outros deputados fizeram coro ao sentimento popular do distrito de Nova Mutum quando a matéria foi levada ao plenário”, diz Abreu (2019).

Lideranças mutuenses, como Pinarði de Moraes e Horn, testemunham sobre o papel fundamental exercido por Hermes de Abreu e José Lacerda para que a emancipação se efetivasse. Luiz Divino da Silva acrescenta que o então deputado estadual Jaime Luiz Muraro também colaborou, exercendo papel decisivo em um momento delicado do processo, quando muitas das lideranças mutuenses estavam desanimadas com as dificuldades enfrentadas.

O processo de emancipação de Nova Mutum tramitou no Legislativo de Mato Grosso durante 380 dias: do dia 16 de junho de 1987, quando deu entrada na Casa via PL n. 101/87, até o dia 30 de junho de 1988, quando o referido PL foi votado pelo plenário, em regime de urgência, tendo sido aprovado por unanimidade. Na mesma sessão foram emancipados outros oito municípios mato-grossenses. Presidida pelo deputado Hermes de Abreu, a Comissão de Constituição e Justiça adentrou a madrugada que antecedeu o dia da votação apreciando os projetos e dando pareceres favoráveis aos respectivos méritos.

Quando da entrada do PL n. 101/87 no Legislativo estadual, a área pretendida por Nova Mutum ainda não compreendia território pertencente a Nobres, mas sim outros dois distritos de Diamantino, ao norte de Nova Mutum, quais sejam Novo Eldorado e Tapurah. Por este motivo a pasta original do PL, que hoje se encontra arquivada no Instituto Memória do Poder Legislativo, contém uma série de informações (demográficas, econômicas e geográficas) e anexos com dados correspondentes à área inicialmente pretendida; informações estas que viriam a mudar ao longo do processo com a subtração daqueles distritos e adição de Ranchão e São Manoel. Estas mudanças foram formalizadas no processo por meio de uma emenda modificativa em 30 de outubro de 1987 (onde os distritos de Tapurah e Novo Eldorado foram suprimidos, mantendo-se somente o distrito de Nova Mutum e parte do distrito sede de Diamantino) e por uma emenda substitutiva integral em 10 de março de 1988 (onde passou-se a considerar o território pertencente a Nobres).

Em 24 de maio de 1988, sob relatoria do deputado Geraldo Reis, a CCJ emitiu parecer favorável à tramitação do PL n. 101/87, por unanimidade (ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE MATO GROSSO, 24 maio 1988). Votaram com o relator os deputados Branco de Barros, João Teixeira e o presidente da CCJ, deputado Hermes de Abreu. Na mesma sessão legislativa foi votado e aprovado pela CCJ e pelo Plenário o Projeto de Decreto Legislativo que autorizou a realização da segunda tentativa de consulta plebiscitária visando à criação do Município de Nova Mutum.

Por fim, no dia 30 de junho de 1988, a Assembleia Legislativa aprovou, em regime de urgência e por unanimidade, o PL n. 101/87, autorizando o governador a sancionar a lei de emancipação de Nova Mutum. Na ata da sessão legislativa consta o seguinte expediente:

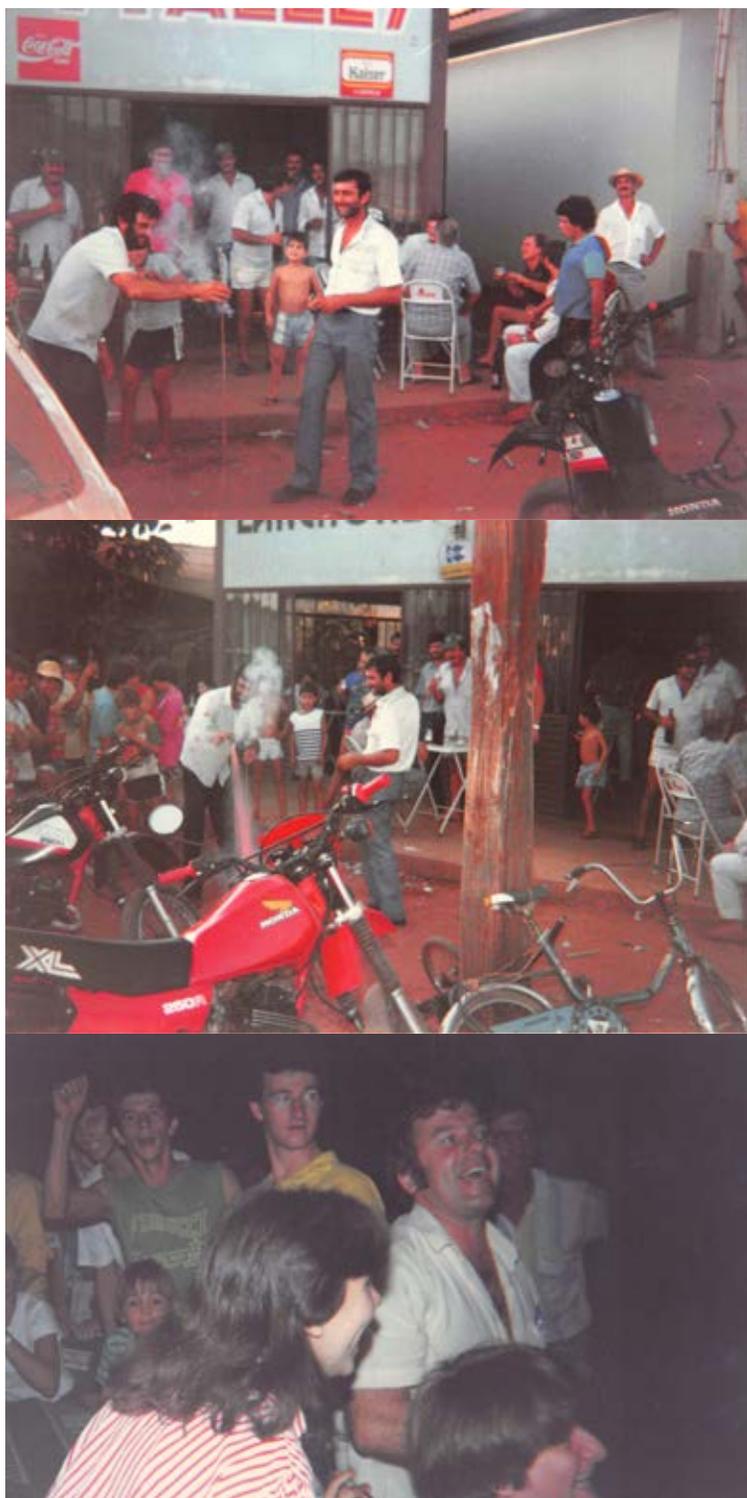
O SR. PRESIDENTE [deputado Roberto França Auad] - Com a palavra, para uma questão de Ordem, o ilustre Deputado José Arimatéia.

O SR. JOSÉ ARIMATÉIA - [...] Encerrado o Grande, passemos à Ordem do Dia. Requerimento de urgência, das Lideranças, para a tramitação das matérias e dos Projetos que criam os Municípios de Cláudia, Castanheira, Campo Novo do Parecis, Matupá, Juruena, Lucas do Rio Verde, Tapurah, Nova Mutum e Campo Verde. Através, naturalmente, de um acordo de todas as Lideranças. Em discussão o requerimento de urgência. Encerrado a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado. (ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE MATO GROSSO, 30 jun. 1988).

Com a palavra, o deputado João Teixeira acabou por sintetizar todo o decorrer do processo de emancipação dentro do Legislativo, que culminou naquela quinta-feira, 30 de junho de 1988:

O SR. JOÃO TEIXEIRA - Sr. Presidente, Srs. Deputados: [...] em nome da Comissão de Revisão Territorial, hoje como Presidente, na ausência do Deputado José Lacerda, agradecer a todos os Deputados, porque não foram somente os autores de cada matéria que é o padrinho de emancipação política de cada Distrito. É um trabalho em conjunto dos Srs. Deputados que tem nos dado um certo conforto, uma certa tranquilidade para estudar, analisar caso a caso e, acima de tudo, depositar nesta comissão a confiança de que realmente todos os Distritos que serão Municípios foram bem analisados. Houve parecer do IBGE, da Secretaria da Fazenda e do Tribunal Eleitoral, através de uma consulta plebiscitária. [...] Ao nosso Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Deputado Hermes de Abreu, que com muito carinho correu a noite inteira dando os pareceres para que hoje tivesse a aprovação deste Plenário, quanto à emancipação política. Queremos agradecer também a compreensão do nosso Presidente, Deputado Roberto França, [...] que tem pautado com muito respeito e que muitas vezes nos tem chamado a atenção quanto ao problema de documentações [...] para que não ocorresse algum recurso ao Tribunal de Justiça. [...] numa quinta-feira, a Assembléia dá liberdade para dez novos Municípios. (ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE MATO GROSSO, 30 jun. 1988).

Enquanto a Assembleia Legislativa de Mato Grosso votava o projeto de emancipação de Nova Mutum, na sede do distrito havia uma aglomeração de pessoas em frente ao antigo posto telefônico (atual esquina sudeste da avenida



Moradores de Nova Mutum comemoram a aprovação da lei de emancipação pelas ruas e bares da cidade, com queima de fogos. Fonte: Acervo pessoal de Gilberto Valdameri.

Mutum com avenida Uirapurus). Ali, as principais lideranças do movimento discursavam ao povo enquanto aguardavam um telefonema com o resultado da votação (LAUTENSCHLAGER, 2019). Quando enfim chegou a notícia da aprovação, a população começou uma grande festa que tomou as ruas do distrito, com carreata, queima de fogos e concentrações nos bares até tarde da noite (VALDAMERI, 2019).

Sanção da Lei

Numa segunda-feira, 4 de julho de 1988, o governador Carlos Bezerra sancionou as leis que criaram os municípios de Nova Mutum, Cláudia, Castanheira, Campo Novo do Parecis, Matupá, Juruena, Lucas do Rio Verde, Tapurah e Campo Verde. Com isso, o Estado de Mato Grosso passou a ser integrado por 95 municípios (IOMAT, 6 jul. 1988).

Quatro ou cinco pessoas de Nova Mutum presenciaram, no palácio Paiaguás, o ato de sanção da lei, entre as quais Clemente Franzener e Francisco Pinardi de Moraes. Este relata que o governador falou de cada município enquanto assinava lei por lei, deixando Nova Mutum por último. Chegada a vez de Nova Mutum, Bezerra pôs as duas mãos sobre os papéis e dirigiu o olhar às lideranças mutuenses, como quem tem uma notícia ruim para dar. Estes se assustaram por um momento, mas logo o governador riu e disse que assinaria, também, a lei de Nova Mutum, assim o fazendo. A atitude foi apenas uma brincadeira devido ao processo delicado e trabalhoso pelo qual a comissão passou para ali chegar (MORAES, 2019).

O texto da Lei n. 5.321/88, que criou o município de Nova Mutum, é curto e objetivo. Basicamente descreve os limites territoriais:

Art. 1º Fica criado o Município de Nova Mutum, com área desmembrada dos Municípios de Diamantino e Nobres.

Art. 2º O Município, ora criado, será constituído de um só Distrito, o da sede, cujos limites são os seguintes: “Tem como ponto inicial e final a barra do córrego Giant no rio Arinos; córrego Giant acima até a barra do córrego Braço da Aliança; por este córrego acima até sua cabeceira; daí por uma linha reta, à cabeceira do córrego Guará; por este córrego abaixo, até sua barra no rio São Cosme e Damião ou Marapé; por este rio acima até sua cabeceira, próximo a estrada para o porto Tauã, prossegue pela referida estrada até seu entroncamento na BR-163; deste ponto, por uma reta, até a cabeceira do córrego Piúva; desce por este, até sua barra no ribeirão Ranchão; desce por este até sua barra no rio Verde; sobe por este, até a barra do ribeirão do Alegre; desce por este, até sua cabeceira,

deste ponto segue por uma reta, à cabeceira do córrego Santana; desce por este, até sua barra no córrego Água Fria; desce por este, até sua barra no rio Novo; desce por este, até sua barra no rio Arinos; por este abaixo até a barra do córrego Giant, ponto de partida.” (IOMAT, 4 jul. 1988).

No dia 15 de julho, houve uma grande comemoração no pavilhão comunitário, com churrasco e chopp. A festa consumiu 11 vacas e dois mil litros de chopp (PARÓQUIA SAGRADA FAMÍLIA, [s.d.]). Os meses seguintes foram de atividade política, para que, nas eleições municipais de 15 de novembro, fossem eleitos o prefeito, o vice-prefeito e os nove vereadores da primeira administração e primeira legislatura do município de Nova Mutum – que fora oficialmente instalado com a posse destes em 1º de janeiro de 1989.



Festa comunitária em comemoração à emancipação de Nova Mutum, realizada em 15 de julho de 1988 no antigo salão paroquial. A festa consumiu 11 vacas e dois mil litros de chopp. Fonte: Acervo pessoal de Gilberto Valdameri.

Bezerra sanciona lei que cria novos municípios em MT



Nove distritos foram emancipados. Agora o Estado conta com um total de 35 municípios.

A partir desta semana o Estado de Mato Grosso passou a ser integrado por 35 municípios. A lei de criação de nove novos municípios foi sancionada na última segunda-feira pelo governador Carlos Bezerra, emancipando os distritos de Jurema, Castanheira, Nova Mutum, Campo Novo do Parecis, Tapurah, Lucas do Rio Verde, Campo Verde, Cuiabá e Matupá, ficando fora o distrito de Apiaçás por não ter atingido o quórum mínimo de 50 por cento dos distritos no plebiscito. Uma nova consulta foi realizada, desta vez com o comparecimento de 88,3 por cento dos eleitores, ficando a emancipação marcada para o final desta semana.

Jurema foi desmembrado do município de São José do Rio Claro, tendo 747 votos favoráveis, dos 1.145 eleitores, e apenas dois votos contrários. Castanheira, ex-distrito de Jurema, teve 1.201 votos favoráveis contra 17, dos 1.244 aptos a votar. Cuiabá pertence a Simop, 1.356 pessoas compareceram à emancipação e 20 foram contra, dos 2.144 aptos. Matupá em Guarantã do Norte, obteve 1.024 votos a favor, 21 contra (98,3 por cento dos 1.943). A emancipação de Campo Verde, ex-Dom Aquino, obteve 84,3 por cento dos votos, (89,7).

O município de Diamantino, um dos maiores do Estado, localizado na região Centro-Oeste, com a emancipação dos

novos municípios perdeu quatro distritos: Nova Mutum, Campo Novo dos Parecis, Tapurah e Lucas do Rio Verde. Sendo que 65,6 por cento dos aptos a votar em Nova Mutum (855) disseram sim; em Campo Novo dos Parecis a porcentagem foi de 58,5 (442). Em Tapurah, 62,5 (446) disseram sim e em Lucas do Rio Verde a porcentagem favorável atingiu 66,9 dos eleitores.

Os municípios foram emancipados após o levantamento feito pelo IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e a Comissão de Divisão Territorial da Assembléia Legislativa. Eles apuraram os dados mínimos necessários ao desmembramento de um distrito, ou seja: 7.500 habitantes, arrecadação mensal em ICM de Cr\$ 40 milhões e área territorial considerando os pontos geográficos, em especial rios, cadeias montanhosas e estradas oficiais. Além disso, é realizada uma consulta plebiscitária pelo Tribunal Superior Eleitoral. A Assembléia Legislativa vota o projeto de Lei e faz a homologação. O governo do Estado sanciona a Lei.

ASSINATURA

Estiveram presentes à sanção das leis de criação dos novos municípios o vice-governador Edison Freitas; o presidente do PMDB-MT, Senador Márcio Lacerda; o deputado Federal Antero Paes de Barros; os deputados estaduais Hermes de Abreu, Hilton Campos, João Bosco (líder do governo na Assembléia Legislativa) e João Teixeira (presidente da Comissão de Divisão Territorial).

O governador Carlos Bezerra parabenizou o bom trabalho desempenhado para a emancipação dos municípios, destacando os trabalhos dos pioneiros do Estado "que adentraram as matas abrindo as primeiras picadas. Verdadeiros heróis anônimos". No entender do governador, a verdadeira política começa nos municípios, ficando o Estado e a União como meras entidades "jurídicas", lembrando seu programa de governo que tem procurado municipalizar as ações. Ele disse acreditar que a vida nos municípios se tornará ainda mais fácil a partir da homologação da nova Constituição, que já aprovou a reforma tributária.

O governador também acha que a emancipação vai acelerar o desenvolvimento do Estado, lembrando que o seu governo tem levado apoio em todas as áreas a todos os municípios e lutado pela integração, principalmente com os mais distantes da capital.

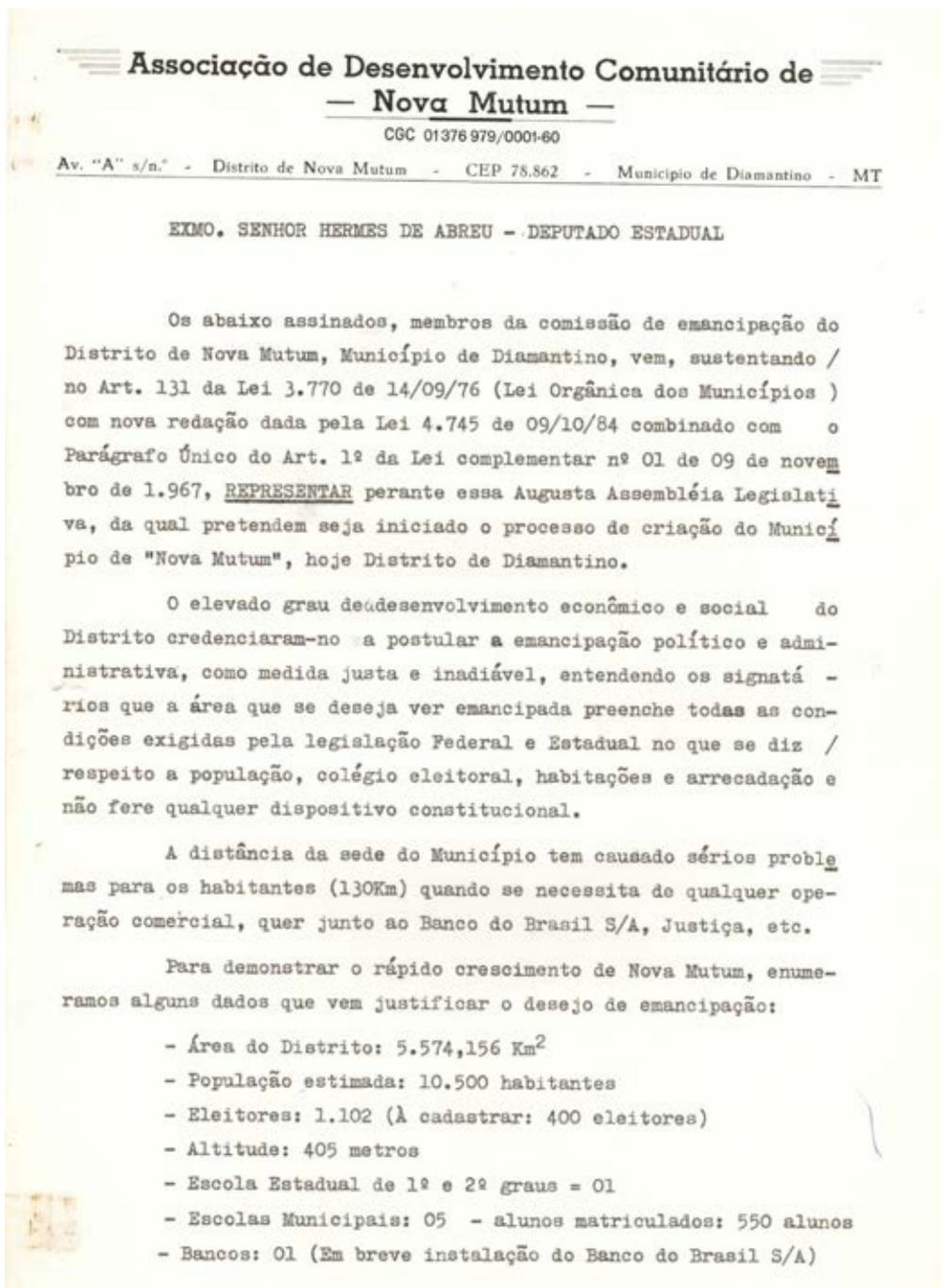
APIAÇÁS

O distrito de Alta Floresta, Apiaçás, não conseguiu a emancipação desta vez devido ao não comparecimento de pelo menos 50 por cento dos seus 5.956 eleitores. Segundo o presidente da Comissão de Divisão Territorial, deputado João Teixeira, o Governo do Estado colaborou para a realização de um novo plebiscito, cedendo duas aeronaves. Desta vez 4.168 pessoas (68,3 por cento) compareceram às urnas e 4.069 votaram a favor. A lei de emancipação de Apiaçás será sancionada ainda nesta semana pelo governador.

ANEXOS | Capítulo IV

ANEXO 1

Documento pelo qual a Comissão de Emancipação sustenta e justifica, ao poder Legislativo de Mato Grosso, o pedido de emancipação de Nova Mutum, em maio de 1987. Fonte: ALMT.



43/82.200

Associação de Desenvolvimento Comunitário de
— Nova Mutum —

CGC 01376979/0001-60

Av. "A" s/n. - Distrito de Nova Mutum - CEP 78.862 - Município de Diamantino - MT

- Hospitais: 01
- Postos de Saúde: 02
- Laboratórios: 01
- Farmácias: 02
- Hotéis: 03
- Casas Comerciais: 35
- Indústrias: 12
- Propriedades rurais: 850
- Lotes residenciais: 2.480 (Ver mapa anexo)
- Chácaras :211 (ver mapa das chácaras em anexo)
- Residências no núcleo urbano: 350
- Postos de Abastecimento: 03
- Supermercados: 03
- Oficinas Mecânicas: 05
- Auto-Peças: 03
- Escritórios de Contabilidade: 02
- Profissionais Liberais: 01 Advogado
 - 20 Engenheiros Agrônomos
 - 01 Médico
 - 02 Engenheiros Civis
 - 02 Odontólogos
 - 01 Zootecnista
 - 02 Assistentes Sociais
 - 02 Enfermeiras
 - 03 Clubes de Serviço
 - 01 Associação Comunitária
 - 01 Associação dos Produtores Rurais
 - 01 Associação Recreativa
 - 01 Associação de Pais e Mestres
 - 03 Igrejas
- Órgãos Públicos: Escola Estadual
 - Emater
 - Exatoria Estadual
 - Posto de Saúde
 - Delegacia de Polícia
 - Cartório de Registro Civil

43/11/2000

Associação de Desenvolvimento Comunitário de
— Nova Mutum —

CGC 01376 979/0001-60

Av. "A" s/n. - Distrito de Nova Mutum - CEP 78.862 - Município de Diamantino - MT

Posto de Serviço Telefônico (Telemat)
Tôrrre Repetidora com dois canais: Globo e Bandeirantes
Cooperativa: COOPERVALE - 250 associados
Cerealistas: COPACEL e Armazéns Gerais REIS
Capacidade Estática de Armagenagem: 2.000.000 de sacas

PRODUÇÃO 86/87

Arroz: 900.000 sacas
Milho: 700.000 sacas
Soja : 2.700.000 sacas
Sorgo: 38.400 sacas
Rebanho Bovino: 65.000 cabeças

ARRECADAÇÃO 86

I.C.M.Cz\$. 21.957.834,60
I.T.B.I.....Cz\$ 433.145,24

TOTAL GERAL Cz\$ 22.390.979,84 (Ver certidão anexa)

ARRECADAÇÃO DE JANEIRO A ABRIL DE 1987

Cz\$ 27.841.252,37 (Ver certidão anexa)

Obs.: Acreditamos que nossa arrecadação tem condições de ser majorada em aproximadamente 20% em virtude de algumas propriedades e empresas terem Inscrição Estadual nos Distritos e Municípios vizinhos.

Água: Rede Hidráulica implantada conforme projeto da SANEMAT
(Ver mapa projeto Urbano - Água)
Energia: Elétrica: 01 Usina Hidroelétrica com capacidade de 380 KWA
01 Motor-Gerador com capacidade de 400 KWA
(Ver mapa anexo - Rede de Distribuição)

Pavimentação Asfáltica: Em fase de execução na Av. Central.

43/8600

Associação de Desenvolvimento Comunitário de — Nova Mutum —

CGC 01376 979/0001-60

Av. "A" s/n. - Distrito de Nova Mutum - CEP 78.862 - Município de Diamantino - MT

Assim sendo, esperam os requerentes que a acolhida esta representação pela Assembléia Legislativa, seja de imediato iniciada a coleta de informações junto ao IBGE, Secretaria da Fazenda e Tribunal Regional Eleitoral a fim de que possam instruir o processo.

Aguardamos com otimismo e confiança o atendimento de nossa pretensão.

Nova Mutum, 10 de maio de 1987.

A COMISSÃO DE EMANCIPAÇÃO

- ALFREDO CRISTIANO HONR - Pres. Assoc. Comunitária Reconhecido
- EDUARDO TADEU FERREIRA - Pres. Assoc. Produtores Reconhecido
- CLEMENTE FRANZENER - Vice-Pres. Assoc. Comunitária Reconhecido
- ROMEU RODEN - 2º Sec. Assoc. Comunitária Reconhecido
- NELSON VACARI - Membro Assoc. Comunitária Reconhecido
- BELINO BONINI - Membro Assoc. Comunitária Reconhecido
- BOLESLAU DZIACHAN - Coordenador da Comissão de Emancipação
- JOSÉ VILMAR FERREIRA COSTA - Sec. Assoc. Comunitária

Associação de Desenvolvimento Comunitário de
— Nova Mutum —

reconheço verdadeira a firma de Alfredo Cristiano Horn, Eduardo
Padua Ferreira, Clemente Franzeno, Romceu Rolde, Nelson José
Macari, Belen Bonini, Roberto Casagrande do que
tenho conhecimento dos fé. e José Vilmar Ferreira Costa
crença da verdade.
Nova Mutum, 10 de Maio de 1987
José Luiz da Silva
TABELIAO

CARTÓRIO DE REGISTRO
CIVIL DE NOVA MUTUM
José Luiz da Silva
ESCRIVÃO "ad hoc"
COMARCA DE DIAMANTINO

ANEXO 2

Primeira e última páginas do total de 29 páginas do abaixo-assinado pró-emancipação de Nova Mutum, contendo 902 assinaturas, datado de maio de 1987. Fonte: ALMT.

Os abaixo assinados, vem, mui respeitosamente, solicitar a V.Sª. a criação do Município de Nova Mutum. Atestamos que somos moradores residentes nesta área, e que esta medida em muito nos beneficiará.

Nº OR.	Nº INSCRIÇÃO	SEÇÃO	NOME DO ELEITOR
001	1506518-72	0054	João Luiz da Silva
002	40397918-30	0055	João Carlos Pimentel
003	2106418-13	0063	Isabela Jany Lange
004	40434418-05	0056	Y. [illegible]
005	40487018-98	0056	Walter [illegible]
006	2177918-48	0054	Valdir [illegible]
007	41099618-13	0056	X Adão Ferreira Machado
008	41099518-20	0056	X Natalina Mazzoni Machado
009	72012218-05	0057	X João Mário de Almeida
010	40389418-20	0058	X Antônio Argenteo
011	41051918-21	0056	[illegible]
012	40492218-99	0056	X Seli Bildt [illegible]
013	40457218-64	0056	[illegible]
014	40437518-05	0056	Maria Aparecida Santana de Oliveira
015	21276618-20	0055	[illegible]
016	41142918-99	0057	X Valquíria Lange
017	41142518-64	0057	X Adão Argenteo
018	72716718-30	0057	Maria Estera de Benavides Argenteo
019	2172218-05	0054	Paulo Roberto de Moraes
020	40393318-56	0054	Elizabeth de Bonini
021	2177718-80	0054	Kateline Bonini
022	40651618-64	0056	[illegible]
023	40452218-20	0056	Walter Siegloch Ziemann
024	40280018-05	0056	Osvaldo Terra
025	5322718-21	0055	Wanderlei [illegible]
026	57403318-99	0054	Luís Maciel
027	40332018-05	0056	Odilon Pahlm
028	77716618-56	0054	Galateia Berni
029	2172818-30	0054	Wilmor Luiz Koenig
030	77753118-20	0054	Donis Fausto [illegible]
031	5373118-48	0055	[illegible]
032	41142218-13	0057	[illegible]
033	73874718-21	0057	Arquimiro [illegible]

CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL DE NOVA MUTUM
José Luiz de S.
Escrivão Público
de L. de E. de

872	78017018-05	0057	Monalí Rodrigues Roca
873	41110718-99	0057	Rozinete Roca
874	5387218-80	0055	Rozalina de Paula Boca
875	5386118-56	0055	Maelve Roca
876	78016918-64	0057	Claudio Azarion
877	78016818-80	0057	Fernand Roca
878	5386018-48	0055	→
879	5383218-21	0055	Antônio
880	78016618-13	0057	Salmons
881	52773318-73	0057	Waldo Batista Ramalho
882	41112718-30	0057	Sebastião Garcia Pileiros
883	52773218-99	0057	Eugenio del Poima
884	40458018-42	0056	Vicente Homosio Ribeiro
885	40881418-05	0056	Cláudio
886	40380618-13	0055	Mase Lolliz de Franca
887	40593518-05	0056	José Francisco Bourmeo
888	77827018-56	0057	Vilson Prudente Silva
889	2103518-80	0055	Orlando do Bisito
890	40381118-80	0055	→
891	40996418-21	0056	Regino Aires Boro
892	25229918-30	0055	Carlos Acindino da Silva
893	25231718-36	0055	Francisca Maria da Silva
894	40393418-30	0055	Walter Alves de Santos
895	40393618-05	0055	Ermete da Costa dos Santos
896	40895718-05	0056	Elias Martiniz de Almeida
897	2156818-05	0054	Valente Comi
898	40483718-72	0056	Joeli F. Francoschetto
899	77877018-72	0057	Fátima Myalira Aigo
900	57403218-05	0054	Ye Pamela
901	78098118-26	0057	Wagner Cavalho Freire
902	41099218-99	0056	Victória Alves Rodrigues

CARTÓRIO DE REGISTRO
CIVIL DE NOVA MUTUM
Rua Luiz de Souza
Esquina nº 100
A. Es. 1 - 1400

39/381

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



ESTADO DE MATO GROSSO - COMARCA DE DIAMANTINO

Cartório do Registro Civil de Nova Mutum

José Luiz da Silva
ESCRIVÃO "AD HOC"
CIC - 048.315.901-78

C/E/R/T/I/D/I/O

CERTIFICO E DOU FÉ, que as assinaturas de nº 001 á 902, são verdadeiras, conf. relação ane xa.

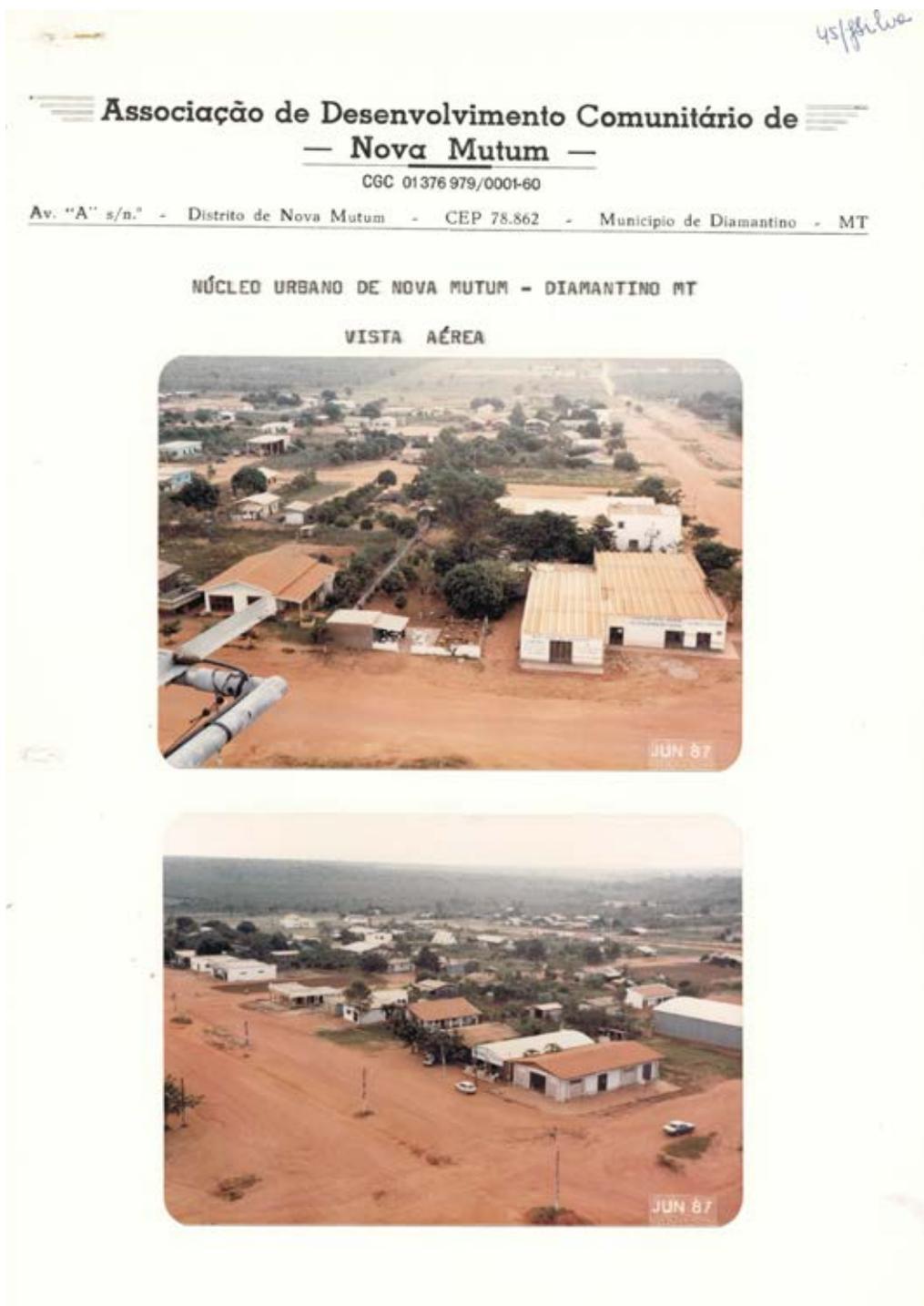
Nova Mutum-MT., 10 de maio de 1.987

José Luiz da Silva
Escrivão.

CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL DE NOVA MUTUM
José Luiz da Silva
ESCRIVÃO "ad hoc"
COMARCA DE DIAMANTINO

ANEXO 3

Parte do memorial descritivo de Nova Mutum entregue pela Comissão de Emancipação à ALMT, onde apresenta dados e imagens do núcleo urbano do então distrito, em 1987. Fonte: ALMT.



49/87

Associação de Desenvolvimento Comunitário de
— Nova Mutum —

CGC 01376 979/0001-60

Av. "A" s/n.º - Distrito de Nova Mutum - CEP 78.862 - Município de Diamantino - MT

NÚCLEO URBANO DE NOVA MÚTUM - DIAMANTINO MT
VISTA AÉREA



INSTALAÇÕES PARA PREFEITURA E CÂMARA MUNICIPAL

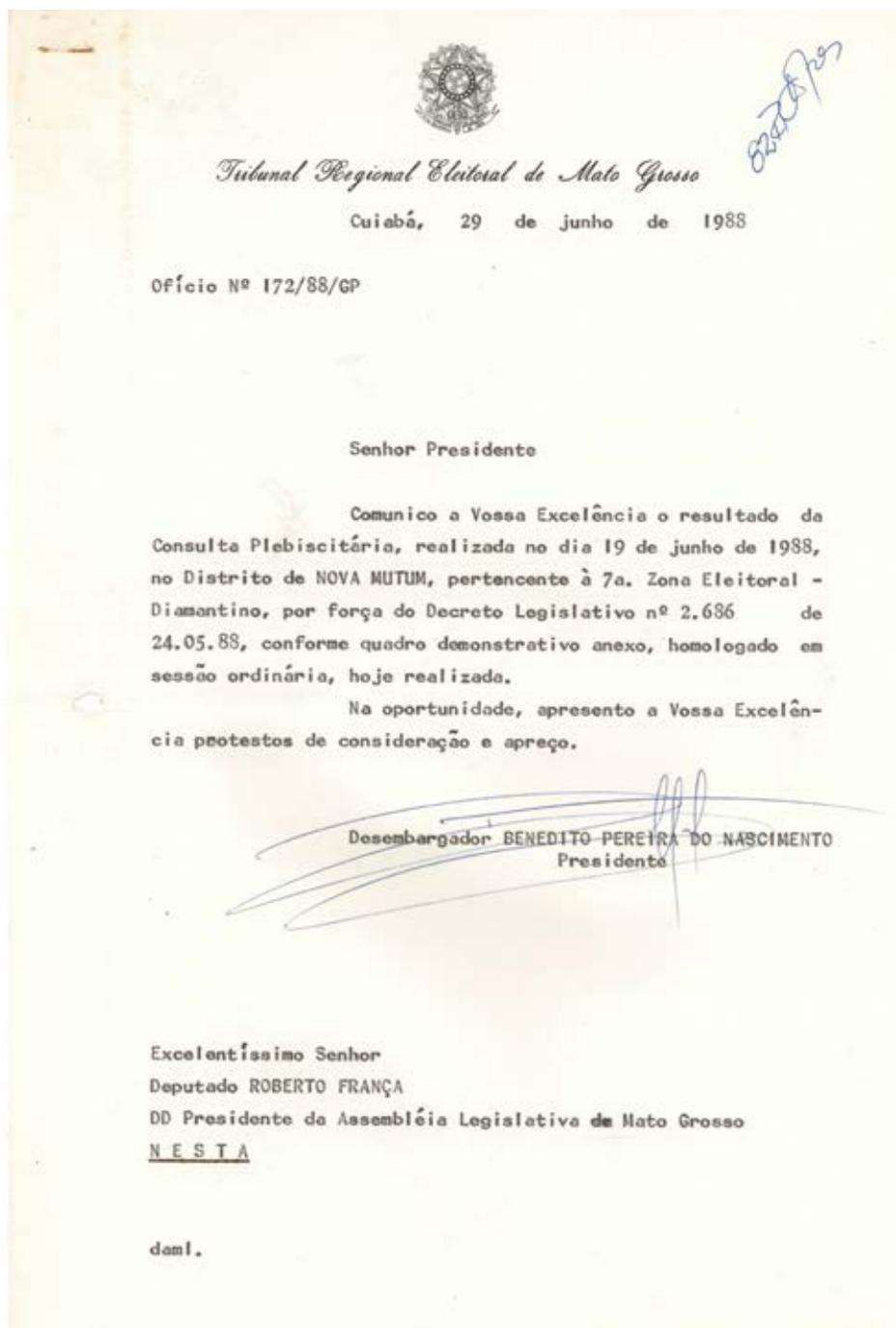
51/81/100

COMPOSIÇÃO DO NUCLEAMENTO URBANO DO
DISTRITO DE NOVA MUTUM

1. <u>Área superficial dos lotes</u>	248,28 ha	- 45,05%
- 90 quadras com 22 lotes de 1.000 m ² cada	1.980 lotes	
- 16 quadras com 12 lotes de 1.000 m ² cada e 10 lotes de 900 m ² cada	352 lotes	
- 6 quadras com 10 lotes de 1.000 m ² cada	60 lotes	
- 4 quadras com 22 lotes de metragem média de ... 1.213,18 m ² cada	88 lotes	
<u>116 quadras com</u>	<u>2.480 lotes</u>	
2. <u>Urbanização</u>	236,03 ha	- 42,86%
- Praças e áreas verdes ..	81,36 ha	
- Avenidas e ruas	152,47 ha	
- Cemitério	2,20 ha	
3. <u>Estádio</u>	15,20 ha	- 2,76%
<u>Reserva técnica</u>	<u>51,20 ha</u>	<u>- 9,30%</u>
<u>Área total do nucleamento urbano</u>	<u>550,71 ha</u>	<u>- 100,00%</u>

ANEXO 4

Resultado da consulta plebiscitária enviado à ALMT pelo TRE em junho de 1988. O resultado referente a Nova Mutum foi comunicado em um ofício à parte pois a votação em Nova Mutum só pôde ser realizada 42 dias após a dos demais distritos, devido à suspensão do primeiro plebiscito por questões de segurança. Fonte: ALMT.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO

PLEBISCITO

19-JUNHO-1988

ZONA	LOCALIDADE/DISTRITO	SIM	NÃO	BRANCOS	NULOS	VOTANTES	APÓS A VOTAÇÃO	COMPARTECIMENTO %	ASCENSÃO %
1ª	JUIZENA	747	02	01	04	754	1.145	65,8	391 - 34,1%
1ª	CASTANHEIRA.....	1.201	17	11	13	1.242	2.044	60,7	802 - 39,2%
7ª	NOVA MUTUM.....	855	62	07	06	930	1.416	65,6	486 - 34,3%
7ª	CAMPO NOVO DO PARCIS	442	04	02	01	449	765	58,6	316 - 41,3%
7ª	TAPUIAH.....	446	06	01	06	459	734	62,5	275 - 37,4%
7ª	LUCAS DO RIO VERDE...	1.362	03	10	07	1.382	2.059	66,9	677 - 32,8%
12ª	CAMPO VERDE.....	697	07	04	08	716	1.272	56,3	596 - 43,7%
22ª	CLÁUDIA.....	1.368	20	04	09	1.401	2.144	65,3	743 - 34,6%
23ª	NATURÁ.....	1.024	21	21	11	1.097	1.842	59,5	745 - 40,4%
24ª	APIACÁS.....	1.876	16	38	23	1.953	3.962	49,2 (*)	2.009 - 50,7%
TOTAL		10.028	158	109	88	10.383	17.383		7.000

(*) - OBS.: O distrito de APIACÁS não atingiu o comparecimento mínimo de 50% (cinquenta por cento) de eleitores, previsto no art. 5º, da Lei Complementar nº 01, de 9/11/67 (Rebolsão da Lei Complementar nº 37, de 26/12/77).

VISTO

Em 27/06/88

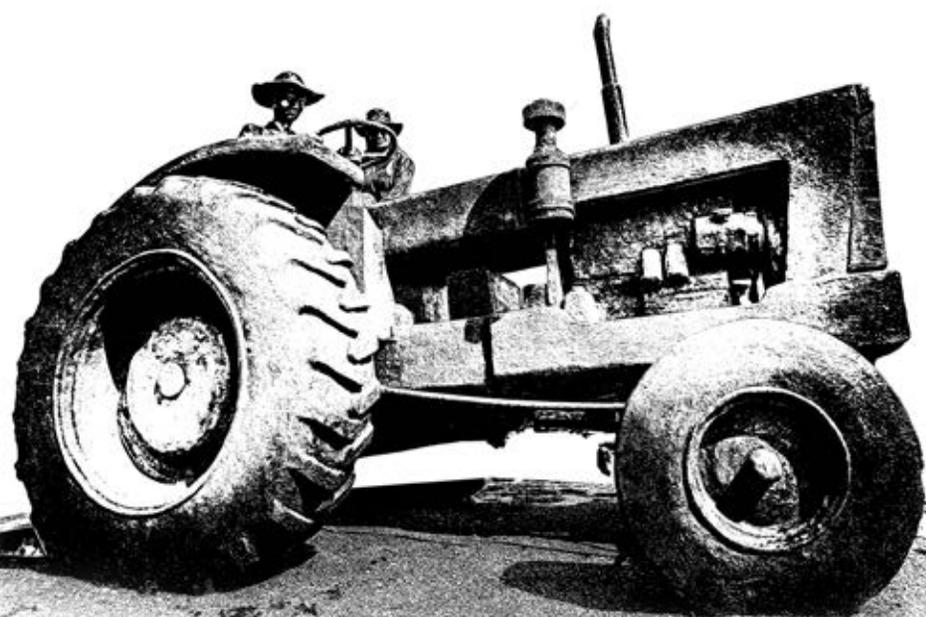
[Handwritten signature]
DIRETOR GERAL

Diretoria Geral, em 24 de junho de 1988

[Handwritten signature]
VILCE DE CASTRO BRANCO
Diretora Geral

Conferir com o original
Gabriela Presidência
Em 29-06-88
[Handwritten signature]
DHS-02

[Handwritten signature]





CAPÍTULO V

A ECONOMIA AGROPECUÁRIA DE NOVA MUTUM

Conforme exposto no primeiro capítulo, do século XVIII até a primeira metade do século XX a economia mato-grossense passou pelos ciclos da mineração, pecuária, cana-de-açúcar e extrativismo vegetal (poaia, borracha e erva-mate). No território hoje concernente a Nova Mutum, somente a extração da borracha teve relevância. Foi a partir da década de 1950 que de fato se iniciou o processo de colonização da região, partindo da borracha e continuando com a pecuária seguida da agricultura.

A caracterização de Mato Grosso como Estado eminentemente agrícola foi consolidada na década de 1970, a partir, principalmente, do estímulo à colonização privada e à exploração de terras devolutas em bases empresariais, explica Ferreira (2001). Isso agilizou a evolução do sistema produtivo e estabeleceu a verdadeira vocação do Estado, que é a produção de alimentos. Neste contexto deu-se a instalação de grandes empresas agropecuárias, paralelamente às pequenas e médias propriedades oriundas dos projetos de colonização e de assentamentos oficiais. Este processo ocorreu simultaneamente à chamada mecanização da agricultura, que revolucionou os modos de produção em todo o País.

A terra virgem e ácida do Cerrado impunha uma série de desafios aos fazendeiros. Logo após o desmate, costumava-se iniciar com a atividade pecuária bovina. A cultura do arroz, por ser mais rústica dentre as atividades agrícolas, vinha em seguida. Já nos anos 1970 surgiram os primeiros experimentos com soja e milho e em 1980 a oleaginosa tomou conta da região. O milho tornou-se mais viável economicamente a partir da década de 1990, quando a suinocultura e a avicultura oportunizaram a verticalização da agricultura, com a transformação da proteína vegetal em animal. Nos anos 2000, a agroindústria iniciada na década anterior pelos frigoríficos foi se desenvolvendo e tomando grandes proporções. Mais recentemente, em 2019, Nova Mutum adentrou uma



Seringal da Mutum Agropecuária na década de 1980. Fonte: Acervo pessoal de Jair Arruda.

nova era de industrialização pesada, com as grandes usinas de etanol de milho que se instalaram no município.

Assim, temos resumidamente expostos no parágrafo anterior os principais ciclos históricos da economia agropecuária mutumense, que serão melhor bem abordados no presente capítulo. São eles: a pecuária, a agricultura de desbravamento (arroz), a agricultura intensiva (soja, milho e algodão), a suinocultura, a avicultura e a agroindústria. Não obstante, há em Nova Mutum muitas outras atividades de menor escala que merecem menção, como a fruticultura e a piscicultura.

Pecuária bovina

A criação de bovinos existe em Mato Grosso desde o início da ocupação do território por paulistas, como atividade paralela à mineração, tendo passado por diferentes fases, como já exposto no capítulo I deste livro. No período entre a instalação das primeiras fazendas na região de Nova Mutum (década de 1950) e o início dos projetos de colonização (década de 1970), a pecuária foi a principal atividade econômica. Mineiros, paulistas e goianos foram a maioria entre os pioneiros que montaram fazendas de gado. Os mais citados são os Vilela (Jacamim), os Mello e José Aparecido Ribeiro (Mutum Agropecuária).

A Mutum Agropecuária começou a trabalhar com pecuária voltada à produção de carne em 1967, um ano após a compra das terras em Mato Grosso. Na época, toda a região de Cerrado enfrentava problemas com a mineralização (nutrição) do gado, pois o solo era pobre, especialmente nas áreas de terras mais arenosas e pouco argilosas. José Mario Ribeiro Mendes, que administrou a Mutum Agropecuária, conta que era comum morrerem muitos animais no pasto, malnutridos. Mas na década de 1980, com a chegada da tecnologia da suplementação com sal mineral, a situação melhorou. O lançamento do sal Fosbovi 20, da marca Tortuga, foi um grande marco na pecuária do Cerrado (MENDES, 2019).

Na década de 1990, Nova Mutum viveu o auge das exposições de gado de elite e as fazendas Mutum e Paribó (da Mutum Agropecuária) tinham o melhor gado da região, tendo ganhado vários prêmios junto à Associação Brasileira dos Criadores de Zebu (ABCZ) e outras instituições do setor. As exposições locais eram organizadas pela Associação dos Criadores de Nova Mutum (Acrimutum), fundada no início da década de 1990, baseada no trabalho da Mutum Agropecuária. A Acrimutum foi uma grande divulgadora do município, participando de todas as exposições pelo Estado. Seu primeiro presidente foi Luiz Divino da Silva, então gerente do Grupo Mutum, que também integrava a diretoria da Associação dos Neloristas do Estado de Mato Grosso. Em sua gestão a Acrimutum chegou a trazer para uma exposição mais de 300 cabeças de gado



Na década de 1990, Nova Mutum viveu o auge das exposições de gado de elite e as fazendas Mutum e Paribó (da Mutum Agropecuária) ganharam vários prêmios junto à Associação Brasileira dos Criadores de Zebu (ABCZ). Fonte: Acervo do Grupo Mutum.



Ao centro da foto, Frederico Ribeiro Krakauer, presidente da Mutum Agropecuária, em exposição de gado na década de 1990. Fonte: Acervo da Prefeitura Municipal de Nova Mutum.



Leilão de gado com participação da Acrimutum. Fonte: Acervo da Prefeitura Municipal de Nova Mutum. Krakauer, presidente da Mutum Agropecuária, em exposição de gado na década de 1990. Fonte: Acervo da Prefeitura Municipal de Nova Mutum.

de elite de uma só vez. Os sucessores de Luiz Divino foram Antonio Ribeiro da Fonseca (Tonico), José Mario Ribeiro Mendes, Cesar Augusto Oliveira Martins e Vicente Costa Beber (atual presidente). A Acrimutum ainda existe legalmente, embora sem atividades (SILVA, 2018).

Atualmente, o destaque mutuense em se tratando de gado de elite é a família Vilela, da Fazenda Jacamim, que é referência nacional em tecnologia de melhoramento do boi, linhagem Nelore.

Para fins de comparação, em 1987 o rebanho bovino de Nova Mutum era de 65 mil cabeças.³⁶ Trinta anos depois, em 2017, o número subiu para 115.669 animais (INDEA-MT, 2017 *apud* NOVA MUTUM, 2018).

36 Dados informados pela ADCNM em levantamento sobre o então distrito de Nova Mutum.

Agricultura

O INÍCIO

As primeiras fazendas instaladas na região de Nova Mutum, assim como os colonos do projeto Gleba Iracema/Jaudylândia, já experimentavam, nas décadas de 1950 e 1960, em pequena escala e de forma rudimentar, o cultivo de arroz e outros gêneros agrícolas, porém as condições de solo e acesso às terras dificultavam o sucesso e expansão da atividade. Com o projeto de incentivo fiscal agropecuário concebido pela Fazenda Mutum a partir de 1967, a empresa dirigida por José Aparecido Ribeiro passou a desenvolver experimentos com grãos (soja, milho e arroz).

Já em 1973, a pedido do ministro da Agricultura da época, José Aparecido Ribeiro recebeu na Fazenda Mutum um técnico da FAO – que corria o mundo detectando áreas para expansão da agricultura com o objetivo de atender a fome no ano 2000. Ainda em 1973, Ribeiro assinou um convênio com o Estado de Mato Grosso para desenvolver pesquisa agrícola, de nutrição animal e outras na área da Amazônia Legal, obtendo expressivos avanços na viabilização da agricultura na região. “Dr. Ribeiro falava muito que aqui seria o celeiro do mundo. No tempo em que se pensava que o Cerrado só servia para gado, ele já falava das culturas que temos hoje”, comenta José Mario Ribeiro Mendes (2019), primo do colonizador.

A partir de 1975, com a instalação das fazendas Uirapuru (família Nogueira) e Ranchão (família Uggeri), novas experiências proporcionaram mais avanços e descobertas. Sérgio Nogueira plantava arroz e passou a testar variedades de sementes de soja trazidas de Rondonópolis. Homem de negócios, já naquela época operava transações diretamente nos EUA, na bolsa de valores (ALVES, 2018).

Alcindo Uggeri foi o primeiro produtor da região a trabalhar exclusivamente com agricultura, dispensando a pecuária. No início plantava o arroz IAC-25. Os demais produtores plantavam arroz junto com pastagem para, após a colheita do arroz, soltarem o gado no pasto remanescente. “Um dia eu estava plantando um talhão de arroz e o pai do Sérgio [Nogueira] passou e disse: ‘você tá doido, tem que misturar capim aí na semente e depois botar boi’. Eu respondi: ‘mas doutor, eu não sei mexer com boi, só sei mexer com lavoura’”, conta Uggeri, que já exercia a agricultura há anos no Rio Grande do Sul. O arroz colhido na Fazenda Ranchão era inicialmente vendido em Jaciara e depois em Cuiabá.

Em 1978, Uggeri fez o primeiro plantio de soja na Fazenda Ranchão, numa área de 100 hectares, com as variedades FV1 e Santa Rosa. A soja colhida, em quantidade modesta de sacas por hectare, foi vendida para a Companhia de Financiamento da Produção (CFP), de Cuiabá (UGGERI, 2019).



Plantio na década de 1970.
Fonte: Acervo pessoal de Alcindo Uggeri.



Agricultura mutuense em 1984. Fonte: Acervo da Prefeitura Municipal de Nova Mutum.



Governador Carlos Bezerra faz primeira entrega de talão de produtor a um agricultor de Mato Grosso, no final da década de 1980. O talão foi recebido por Alfredo Horn, de Nova Mutum. Aparecem na foto o deputado estadual Hermes de Abreu e Dante de Oliveira, que fora Ministro da Reforma e do Desenvolvimento Agrário do Brasil entre 1986 e 1987. Fonte: Acervo pessoal de Alfredo Horn.



Primeiro graneleiro da fazenda Ranchão, em 1977. Fonte: Acervo pessoal de Alcindo Uggeri.



Troféu “Produtor Modelo 1984” conferido pelo Ministério da Agricultura/Inra ao produtor Alfredo Horn. Fonte: Acervo pessoal de Alfredo Horn.

A produção local de arroz, que era a primeira opção logo após o desmate do cerrado, cresceu com a chegada dos agricultores sulistas aos projetos de colonização em 1978. Porém, a rizicultura da época apresentava grandes dificuldades, por ser uma monocultura bastante arcaica e instável. Até 1983/1984, colhia-se pouco no primeiro plantio. O segundo ano costumava produzir bem, mas a partir do terceiro ano as doenças prejudicavam seriamente a produção, por conta de problemas como a fermentação no solo (HORN, 2019; ISOTON, 2019). “Quando chegamos só se plantava arroz. Conseguiram colher cerca de 40 sacas por hectare no primeiro ano. No segundo colheram de 65 a 70 sacas, no terceiro já retornou para 40, e no quarto ano não se podia plantar porque tinha que deixar a terra descansar”, diz o produtor Alfredo Horn (2019).

Inseguros com o arroz, os produtores passaram a testar novas culturas. Já na safra de 1979/1980, Horn, em seu lote recém-aberto na linha Santo Antônio – Fazenda Dois Irmãos –, empreendeu o primeiro experimento com soja dentro da Colonização Mutum e obteve o melhor resultado da região até aquele momento, tendo colhido, numa área de 30 hectares, a média de 52 sacas por hectare.

Segundo Horn (2019), o que fez a diferença foi a adubação e a escolha da variedade. O agricultor relata que naquela época os agrônomos da Emater estavam fazendo seus experimentos com materiais trazidos do Sul do País, que produziam mal na região. Alfredo resolveu fazer diferente e foi a Rondonópolis buscar sementes da variedade Cristalina. Conseguiu semente para 20 hectares e completou os outros 10 hectares com a variedade IAC. Houve ainda um outro fator que motivou o excelente resultado de Alfredo. Antes do plantio, o agricultor gaúcho presenciou, em Diamantino, uma discussão entre um agrônomo de Cuiabá e outro de Diamantino (da Emater) sobre os experimentos com soja, e revelou a eles a sua intenção de mudar a técnica de cultivo. O técnico de Diamantino decidiu acompanhar Alfredo e, do seu modo, plantou 10 hectares de soja perto da Fazenda Dois Irmãos, a fim de comparar os resultados. Estimulado pela situação de desafio, Horn reforçou a adubação. “Coloquei tudo que podia na soja para ganhar do cara”, comenta em tom de humor. Foram 500 kg de Super Simples (fosfato) e mais 400 kg de adubo por hectare, além de um adubo folhear que Alfredo ganhou de um amigo e aplicou sem conhecer o produto. “O técnico da Emater, para colher dez sacas, precisou mandar arrancar com a mão”, relata Horn.

Na safra seguinte, a área plantada com soja dentro da 1ª Etapa da Colonização Mutum aumentou de 30 ha para 600 ha, sendo 100 ha de Horn, 100 ha dos Darold e o restante de produtores como Adelino (Carlão) Noimann, Reinaldo

Baldissera e os irmãos Claas, que colheram a média de 38 sacas/ha com técnica semelhante a de Horn. “E foi aí que explodiu a soja, em 1981, 1982, e foi a nossa salvação”, diz Alfredão.

Já em 1984 Alfredo Horn foi premiado nacionalmente com o título de Produtor Modelo, conferido pelo Ministério da Agricultura por meio do Incra, por ter feito a média mais alta do Brasil em produtividade de soja: 48 sacas/ha. No início dos anos 2000, Nova Mutum novamente teve um campeão nacional de produtividade de soja, quando Vicente Costa Beber conquistou o feito por duas vezes. Numa das ocasiões, Vicente colheu 70 sacas/ha (HORN, 2019; ISOTON, 2019).

Outros agricultores instalados na Colonização Mutum relatam ter tido excelentes resultados com soja no início da década de 1980. Francisco Pinardi de Moraes começou a abrir sua área na 2ª Etapa em 1980. Plantou arroz somente nos dois primeiros anos e já no segundo ano plantou 50 ha de soja, tendo colhido 50 sacas/ha. Segundo o pioneiro, a década de 1980 foi, antes da crise de 1989, uma época de resultados financeiros muito bons, pois o preço da soja havia subido muito (MORAES, 2019).

José Carlos Menolli, que se mudou do Paraná para Nova Mutum em 1984, já iniciou plantando soja. “Não se colhia bem como hoje, mas o preço compensava porque não havia tanto insumo, o óleo diesel era barato, então se colhia 40 sacas, mas sobrava 20. Foi um começo de prosperidade, até que veio a crise, causada pelo preço da soja e pelos planos de governo Sarney e Collor. Aí foi um desastre”, expõe o agricultor.

Com a ascensão da soja, a rizicultura foi sendo substituída gradativamente e no final da década de 1980 já era bastante rara em Nova Mutum. Grande parte dos produtores, como Pinardi, colhia a soja e em seguida semeava milho, que por sua vez era usado na alimentação de animais. A milhocultura só ganhou grandes proporções na segunda metade dos anos 1990, conforme abordado mais adiante.

ARROZ

Como visto anteriormente, o arroz enquanto monocultura não se mostrou viável nas décadas de 1970-1980, mas teve grande importância enquanto cultura de desbravamento e preparação da terra para a soja. Derrubava-se o cerrado, gradeava-se de forma ainda bruta, semeava-se o arroz – até mesmo sem calcário – e jogava-se fertilizante. “O que desse era lucro, porque era uma forma de amansar a terra”, diz o agrônomo Gervasio Becker. No segundo ano entrava-se com calcário e soja, para fazer a rotação de culturas. Após alguns anos, com a terra já “amansada” pela soja, o arroz passou a ser cultivado de forma diferente: em vez de se plantar arroz em cima de arroz por anos consecutivos, como no



Alcindo Uggeri em lavoura de arroz no ano de 1978.
Fonte: Acervo pessoal de Alcindo Uggeri.



Vicente Paulino Barreiros em arrozal na fazenda Uirapuru, em 1980. Fonte: Acervo pessoal de Cleonice Alves.



Primeiro arroz plantado na fazenda Dois Irmãos, na Colonização Mutum. Fonte: Acervo pessoal de Alfredo Horn.



Colheita de arroz na fazenda Ranchão na década de 1970. Fonte: Acervo pessoal de Alcindo Uggeri.

início, plantava-se soja na maior parte da área e, simultaneamente, arroz em uma parcela menor; no ano seguinte fazia-se o mesmo, porém o arroz era transferido para outra parcela do lote, e assim sucessivamente (BECKER, 2019).

Com o advento dos novos herbicidas e do plantio direto, a rizicultura de sequeiro foi tecnicamente viabilizada na região. No início plantava-se variedades como a IAC-47, que era pouco resistente ao vento (ZANCANARO, A., 2018). Ainda se buscava a variedade ideal para o Cerrado, que precisava cumprir quatro requisitos: ser do tipo agulhinha, bom de cozimento, resistente a pragas e resistente a acamamento (queda da haste da planta provocada pelo vento). Quem descobriu a solução foi o produtor e pesquisador Munefumi Matsubara, renomado por seu pioneirismo na agricultura da região da BR-163. Por volta de 1988, Matsubara começou a fazer experimentos em sua fazenda no município de Sorriso, nas imediações do distrito de Primavera, em parceria com o Centro de Cooperação Internacional em Pesquisa Agrônômica para o Desenvolvimento (Cirad) da França³⁷. Foi dessa cooperação que surgiu o arroz agulhinha de sequeiro, que hoje é produzido e fornecido para todo o País (BECKER, 2019).

Mediante seu programa de pesquisa voltado à agricultura tropical, o Cirad empreendia estudos no Brasil e em Moçambique (África). Testes com arroz foram feitos não só com Munefumi Matsubara, mas também em Nova Mutum, onde os produtores Gervasio Becker e Alcindo Uggeri cultivaram experimentos associados à agência francesa. Para se chegar ao agulhinha de sequeiro, a exemplo do arroz Tio Urbano, de Sinop, foram testadas variedades trazidas da Colômbia pelos franceses, além de genética da Embrapa.

No final dos anos 1990, Mato Grosso chegou a ser o segundo maior produtor de arroz do Brasil (FERREIRA, 2001). Segundo Becker, com as atuais condições técnicas que a região da BR-163 possui, poderia se plantar arroz de sequeiro em grande escala e colher mais de 100 sacas por hectare, mas isso não ocorre por questões políticas e estratégicas do País. Deixou-se o protagonismo do arroz para o Rio Grande do Sul, que possui extensas áreas de banhado onde só a rizicultura é viável.

Entre 2010 e 2016, Nova Mutum produziu a média de 6 mil toneladas/ano de arroz em casca, ocupando a 28ª posição no *ranking* estadual e 213ª no *ranking* nacional (IBGE, 2016 *apud* NOVA MUTUM, 2018).

SOJA

No início da “era da soja” na região de Nova Mutum – começo da década de 1980 – as variedades mais cultivadas eram a Cristalina, a Doko e, principalmente,

³⁷ Órgão semelhante à Embrapa no Brasil.



Segunda colheita de soja (safra 1980/1981) na fazenda Dois Irmãos, na Colonização Mutum. Fonte: Acervo pessoal de Alfredo Horn.

a IAC-8 (IAC é a sigla do Instituto Agrônomo de Campinas, responsável pelo desenvolvimento da variedade). Naquela época, devido à falta de maquinário, armazéns e secadores, a colheita se estendia até final de abril. Como não se conseguia colher de forma rápida, costumava-se fazer o plantio escalonado das três variedades, uma vez que a IAC era uma soja de ciclo precoce, a Doko de ciclo médio e a Cristalina era mais tardia. Em seguida surgiu a soja da Emgopa, empresa goiana, que melhorou bastante a produtividade por ser mais adaptada (BECKER, 2019; MENDES, 2019).

Outra característica dos anos iniciais era a safra única anual, com plantio iniciado em novembro, ou seja, só havia uma safra por ano. Colhia-se a soja e em seguida gradeava-se a terra, que ficava exposta ao Sol durante todo o período da seca. Mas assim como o arroz, a soja passou a demandar rotação de culturas para produzir bem, sem a propagação de pragas e doenças. Então, aderiu-se à cobertura verde, primeiramente com o milheto. De acordo com Gervasio Becker, os franceses do Cirad³⁸ davam muita importância à questão da cobertura do solo e, por isso, ajudaram a introduzir o milheto na região,

38 Mais sobre o Cirad no subcapítulo anterior, intitulado “Arroz”.

trazendo variedades para teste. Chegou-se a testar uma variedade de sorgo de cinco metros de altura oriunda da África.

Nos anos 1990 houve a consolidação da rotação soja/milho, uma leguminosa seguida de uma gramínea (ver mais a respeito no subcapítulo seguinte, que trata da milhocultura). Atualmente, já se pratica rotação da soja até mesmo com a crotalária – que também é uma leguminosa, útil para adubação verde – e com a braquiária – que tem se mostrado uma excelente solução para permeabilização do solo, por conta do seu sistema radicular que deixa microporos que facilitam a infiltração da água da chuva, contribuindo para a descompactação do solo. Há também quem colha a soja e plante milho junto com braquiária, para que o capim permaneça como cobertura após a colheita do milho (BECKER, 2019).

Em meados da década de 1980 já havia na BR-163, em frente à sede do distrito de Nova Mutum, duas placas com os dizeres “Capital da Soja”, instaladas pela colonizadora com a finalidade de promover o projeto de colonização. As placas foram idealizadas pelo Dr. Ribeiro após o prêmio nacional de produtividade conquistado por Alfredo Horn em 1984. Em 2010, Nova Mutum era o terceiro município no *ranking* nacional de produção de soja, plantando 338 mil hectares e colhendo 1,04 milhão de toneladas. Em 2016, ocupando o quarto lugar no *ranking*, plantou 407,9 mil hectares e colheu 1,16 milhão de toneladas (IBGE, 2016 *apud* NOVA MUTUM, 2018).

MILHO

Apesar de produzir bem na região desde os primeiros experimentos da Mutum Agropecuária nos anos 1970 e da Coopervale nos anos 1980, o milho não era comercialmente viável na região até o surgimento da suinocultura e da avicultura, que nos anos 1990 passaram a consumir a produção local para engorda dos animais. Antes disso, o custo do frete para as regiões consumidoras inviabilizava a atividade.

Por volta do ano 2000, o milho foi além do fornecimento para a produção local de ração e se consolidou como cultura de alternância com a soja. Atualmente, uma parte menor da produção é enviada para o Sul do País e para exportação, mas a maior parte fica na região e abastece não só a avicultura e a suinocultura, mas também os confinamentos de gado e mais recentemente (2020) as usinas de etanol.

A soja contribuiu para o êxito da milhocultura na região em dois sentidos: um econômico e outro técnico. No aspecto econômico, foi a crise da soja (1989-1990), enquanto monocultura, que suscitou a busca pela diversificação, abrindo as portas para a produção de proteína animal, que por sua vez viabilizou o milho. No aspecto técnico, a soja contribuiu quimicamente para que o milho produza melhor. Isso acontece porque a palhada da soja, quando se decompõe, libera



Apesar de se tornar economicamente viável somente na década de 1990, a milhocultura já era experimentada na década de 1970. Na foto, plantio de milho na fazenda Ranchão, por volta de 1978. Fonte: Acervo pessoal de Alcindo Uggeri.



Primeiro plantio de algodão em Nova Mutum, em 1990. Fonte: Acervo da Prefeitura Municipal de Nova Mutum.

nitrogênio no solo e favorece o desenvolvimento do milho. Da mesma forma, o milho também favorece tecnicamente o desenvolvimento da soja, num processo chamado de “simbiose mútua” (BECKER, 2019).

Em 2010, Nova Mutum era o décimo município no *ranking* nacional de produção de milho, plantando 90 mil hectares e colhendo 396 mil toneladas. Em 2016, o município já era o terceiro maior produtor do Brasil, com 237 mil hectares plantados e pouco mais de 1 milhão de toneladas colhidas (IBGE, 2016 *apud* NOVA MUTUM, 2018).

ALGODÃO

O primeiro plantio de algodão em Nova Mutum foi empreendido por Gervasio Marco Becker e um grupo de produtores em 1990/1991, no contexto da busca da comunidade pela diversificação da produção como forma de enfrentamento à crise da soja. O agrônomo, que na época plantava quase mil hectares de soja na Santo Antônio, teve contato com experimentos de cotonicultura na Fazenda Itamarati Norte, entre Tangará da Serra e Campo Novo do Parecis, onde atuou após deixar a Coopervale. Ao perceber que a oleaginosa produzia bem na região, reuniu os agricultores José Carlos Menolli, Lotário Heller, Alcindo Uggeri, Walter Krauspenhar, Clemente Franzener e Elcelio Garcia Leite e levou o grupo para conhecer os experimentos na Itamarati Norte. Eucelio e seu filho Edvar, da Fazenda Progresso³⁹, comunidade Novo Horizonte, já plantavam algodão em São Paulo e tinham interesse em se aprofundar na cultura. Então, o grupo combinou que plantaria 600 hectares de algodão para viabilizar a compra de uma colheitadeira John Deere pelos Garcia Leite, que a usariam para colher tanto em São Paulo como em Nova Mutum. Trato feito entre os sete produtores, Eucelio plantou 300 ha, Gervasio 100, Walter 100, os demais plantaram áreas menores, a colheitadeira foi comprada e o algodão foi colhido. Toda a produção foi levada para uma descaroçadora em São José dos Quatro Marcos, uma região de minifúndio que comprava de pequenos produtores.

Apesar da experiência pioneira dos produtores mutuenses, que foi a primeira na região da BR-163 e acabou despertando o interesse dos demais municípios do eixo, a cotonicultura só atingiu grandes patamares na região após o ano 2000. Considerada uma cultura sensível e de alto risco, só tem se demonstrado viável em grande escala e normalmente só é praticada por grandes empresas. Em 2016, Nova Mutum produziu 56,3 mil toneladas em 18 mil hectares de área plantada, ocupando o 17º lugar no ranking nacional e 11º no estadual (IBGE, 2016 *apud* NOVA MUTUM, 2018).

39 Mesmo nome da já citada fazenda de Munefumi Matsubara, localizada no município de Sorriso.

Cooperativas e empresas agrícolas

Um marco vivido pela agricultura de Nova Mutum foi a instalação da Cooperativa Agrícola Mista Vale do Piquiri Ltda (Coopervale), hoje C.Vale, que em 1981 incorporou a Cooperativa Agrícola Mista de Diamantino Ltda (Coamd). Em situação financeira delicada por conta das dificuldades com a monocultura do arroz, a Coamd comunicou, no início de 1981, na gestão do diretor presidente Sebastião de Assis, a decisão da diretoria de oferecer-se à incorporação por uma cooperativa mais forte. Na mesma ocasião, a diretoria informou que já estava em negociações avançadas com a Coopervale, cuja sede situa-se na cidade de Palotina (PR).

Naquela época a Coopervale contava com 5.125 associados e decidiu abrir uma unidade em Diamantino a partir da demanda gerada pelo grande número de produtores do Oeste do Paraná que se instalaram na região. O negócio da empresa era atender os fazendeiros para ganhar na venda de insumos e, ao fim, buscar a comercialização da produção. Já a Coamd tinha em torno de 300 associados. Agricultores de Nova Mutum como Alfredo Horn, Pirajá Basso, Lotário Heller e Alcebíades Sanches chegaram a integrar a diretoria da Coamd.

A incorporação foi oficializada em uma assembleia geral extraordinária conjunta entre Coopervale e Coamd, realizada em Palotina no dia 27 de fevereiro de 1981, com presença de 193 associados da Coopervale e 30 da Coamd. Osmar Pedrollo, que já atuava em Diamantino há três anos, participou da assembleia na condição de gerente da Coamd. O bispo da Diocese de Diamantino foi representado na ocasião pelo Pe. José Mathias Orth (IOMAT, 25 fev. 1981; 3 ago. 1981; 29 jun. 1979).

Já em 1978 a Coamd iniciara a construção do primeiro armazém graneleiro da recém-fundada Vila Mutum. Em atraso por conta das dificuldades financeiras, a obra foi finalizada pela Coopervale, que ali instalou um entreposto, comandado pela unidade de Diamantino. A unidade da Coopervale em Nova Mutum só ganhou estrutura administrativa em 1985, quando Luiz Divino da Silva, que desde 1978 trabalhava como contador para a Coamd, foi enviado pela Coopervale para gerenciar e construir a atual unidade da cooperativa, com armazém, escritórios e sede social.

Nos primeiros anos, quando em Nova Mutum praticamente inexistiam serviços básicos como banco, transporte e comunicação, a Coopervale foi um sustentáculo para a população local. Diversos entrevistados por esta pesquisa relatam que a cooperativa fornecia desde os insumos para as lavouras até o básico para a manutenção das famílias. “A Coopervale financiava quase tudo. Compras de rancho, exames médicos, viagens... Ela liberava crédito e negociava para pagar na safra. Tinha também um setor que fornecia peças. E, juntamente com a Mutum Agropecuária, a Coopervale também ajudou no fornecimento

da água e energia pro pessoal que morava na vila”, diz Osmar Isoton (2019).

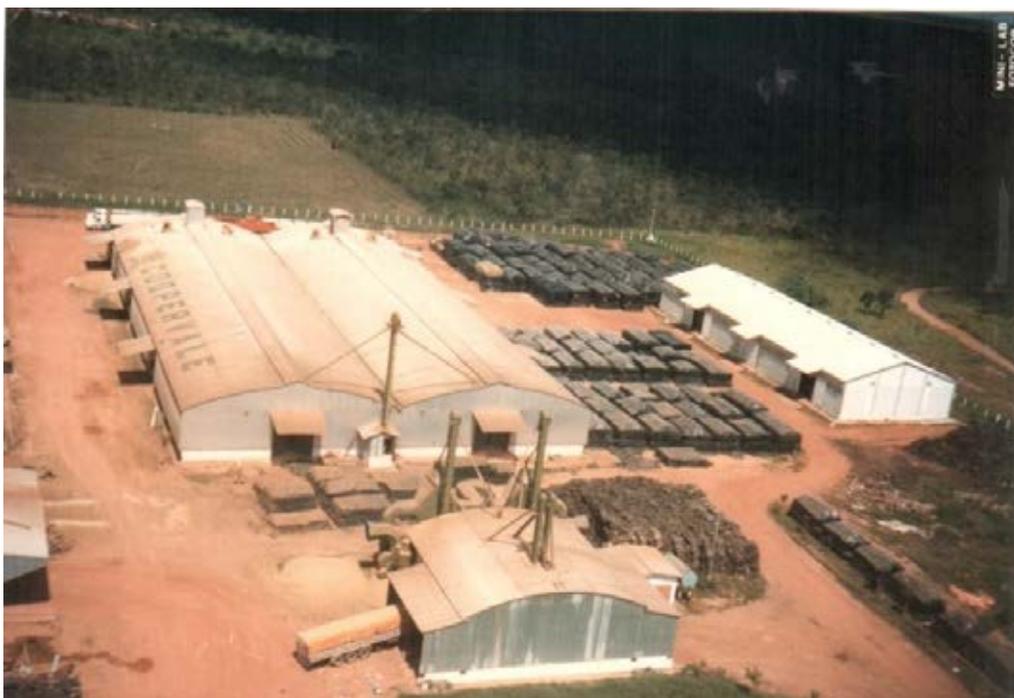
Em 1988, ainda sob a gerência de Luiz Divino, a Coopervale construiu um armazém na região das comunidades Novo Horizonte e São Manoel, onde a sojicultura estava em franca expansão. Para tal, Luiz Divino propôs a José Carlos Menolli e Leozir Baggio a realização de um abaixo-assinado com os produtores da região, e obtendo retorno enviou as assinaturas para a presidência da cooperativa, que aprovou a demanda. Após uma reunião na São Manoel, uma comissão formada por Menolli, Baggio, Cláudio Sfredo, Gilberto Caneppele, Luiz Divino e Alceu Zamprognna foi encarregada de escolher uma área para a construção do armazém, que acabou sendo alocado em um pedaço de terra negociado a preço simbólico com o colonizador da região, Alaor Zancanaro (SILVA, 2018).

Cerca de um ano depois da incorporação da Coamd pela Coopervale, a Comercial Paranaense de Cereais – Copacel S/A – abriu uma unidade no distrito de Nova Mutum, ao lado da Coopervale. Empresa de propriedade da família Riedi, a Copacel, que também tinha sede em Palotina, por estratégia comercial costumava instalar suas unidades ao lado das unidades da cooperativa, em diversos municípios. A Copacel de Nova Mutum teve como primeiro gerente Domingos Sfalcione. Também trabalharam na firma Emir Zilio e, mais tarde, Sadi Ribeiro Ramos e Ermes Giachini, este tendo sido gerente da unidade.

Até 1988, os únicos dois armazéns graneleiros da região eram o da Coopervale e o da Copacel, que recebiam também quase toda a produção de Tapurah e parte de Lucas do Rio Verde. A fila de caminhões para descarregar em época de colheita costumava se estender por quase dois quilômetros e demorar até quatro dias para o descarregamento de um caminhão.

O terceiro armazém de Nova Mutum foi o da Sadia, que se instalou em Nova Mutum em 1987. A empresa recebeu a primeira carga de soja no dia 15 de março de 1988, no mesmo mês em que a construção da unidade foi concluída. Dez anos depois, em 1998, a unidade foi comprada pela ADM do Brasil. Geraldo Kremer foi o gerente nos primeiros dez anos. Foi sucedido por Luiz Antonio Bavaresco, que permaneceu cerca de dois anos no cargo. Ivonei Manente (Magrão), que no tempo da Sadia era comprador de cereais, assumiu a gerência em 2000, permanecendo na função até hoje (MANENTE, 2020).

A unidade local da Copacel foi vendida para a Ceval em 1990 (GIACHINI, 2020). Na mesma época da Ceval, instalou-se em Nova Mutum a Sociedade Algodoeira do Nordeste Brasileiro (Sanbra), que construiu seu armazém também em 1990. O primeiro gerente da Sanbra foi Ademar Cenzi, que permaneceu no cargo até 1994, quando foi sucedido por Pedro José de Jesus. Por volta de 1995, houve uma reestruturação e a Sanbra foi assumida pela Santista Alimentos, empresa do grupo da Bunge Alimentos. A Santista/Bunge comprou a Ceval em 1997, assumindo os dois armazéns. Em 1998 e 1999, o gerente da Bunge em



Fila de caminhões para descarregar na unidade da Coopervale em Nova Mutum, que na década de 1980 atendia produtores de toda a região. Fonte: Acervo do Grupo Mutum.



Unidade da Copacel em Nova Mutum em 1989, um ano antes de ser vendida para a Ceval. Fonte: Acervo da Prefeitura Municipal de Nova Mutum.



Sedes da Coopervale e Copacel, fotografadas de cima do armazém da Coopervale, no final da década de 1980. Fonte: Acervo pessoal de Sadi Ramos.



O terceiro armazém de Nova Mutum foi o da Sadia, que se instalou em Nova Mutum em 1987. Mais tarde a unidade foi vendida para a ADM do Brasil. Fonte: Acervo da Prefeitura Municipal de Nova Mutum.



A Ceval chegou a Nova Mutum em 1990, comprando a unidade da Copacel. Na mesma época chegou a Sanbra, mais tarde assumida pela Santista Alimentos. Em 1997 o grupo Bunge, que já era dono da Santista, comprou a Ceval e assumiu os dois armazéns. Fonte: Acervo da Prefeitura Municipal de Nova Mutum.

Nova Mutum foi Aparecido Stefani, e de 2000 a 2006 foi Marcos Aurélio Ioris (CENZI, 2020; IORIS, 2020).

EXPERIMENTOS E DESCOBERTAS

Com a presença efetiva da Coopervale na região, iniciou-se uma nova era de experimentos agrícolas e desenvolvimento das culturas. “A nossa região deve muito à Coopervale. Logo que comprou a Coamd, a Coopervale trouxe Aroldo Pedro Giancesini, para gerenciar a Coopervale em Mato Grosso, e três agrônomos: o Luiz Centenaro [chefe da equipe], o Oldemar Eichelt [responsável pela pesquisa] e o Milton Carlos Dossin [assistência técnica e expansão]”, conta Luiz Divino da Silva (2020). Em janeiro de 1984, o engenheiro agrônomo Gervasio Marco Becker (cunhado dos agricultores pioneiros Clemente Franzener e Agnelo Bogorni), que havia sido colega de Oldemar na Universidade Federal do Paraná, em Curitiba, tornou-se o quarto membro da equipe agrônômica da cooperativa, onde trabalhou por três anos. Gervasio foi o primeiro agrônomo da Coopervale fixo no distrito de Nova Mutum. Os outros três moravam em Diamantino.

Quando Gervasio chegou, já havia em Nova Mutum um expressivo número de produtores plantando pequenas áreas de soja, de 50 a 200 hectares. Como os desafios técnicos ainda eram grandes, a Coopervale criou um campo experimental, em uma área de aproximadamente 400 ha situada na BR-163 (pouco antes da entrada da Linha Santo Antônio, sentido Mutum-Lucas), destinando 10 hectares exclusivamente para trabalhos de pesquisa. Gervasio ficou encarregado de coordenar o campo experimental, onde também trabalhava José Neves, no operacional. De Diamantino, Oldemar supervisionava e enviava os materiais para teste. Para desenvolver as pesquisas, a Coopervale mantinha convênio com a Embrapa, Empa (estadual) e outras instituições. Os experimentos eram demonstrados em “Dias de Campo” com expressivo público presente. A pista de pouso do campo experimental recebia aviões de todo o Estado. “Nós começamos com as novas variedades. Tudo que vinha de novo nós testávamos. Era um centro de difusão de tecnologia aplicada, porque nós plantávamos as novidades, avaliávamos, mostrávamos os resultados e o pessoal imitava”, relata Becker (2019).

Naquela época, meados dos anos 1980, ainda não havia agrônomos nos distritos de Lucas do Rio Verde e Sorriso, onde a Coopervale também tinha associados. A equipe técnica da cooperativa, que além do agrônomo Gervasio Becker passou a contar com dois técnicos agrícolas, Gilmar Bonini e Rodolfo Giequelin, prestava assistência também naquelas localidades. De acordo com Gervasio, a assistência era realmente necessária, pois muitos produtores eram “aventureiros”.

“Alguns já vieram do Sul como produtores experientes, mas aqui era tudo diferente. Aqui tinha que usar adubo, fazer correção de solo, tinha terra arenosa. Eles tinham que aprender tudo e se teimassem em fazer como no Sul eles quebravam. A gente ensinava a regular máquina, pulverizador, praticamente tudo”, expõe Becker.

A Coopervale foi responsável por descobrir técnicas de cultivo que acabaram sendo adotadas em todo o Mato Grosso. “Os baluartes da agricultura no Estado eram a Coopervale aqui e a Coopercana na região de Barra do Garças. Inclusive, nós, agrônomos das duas cooperativas, éramos chamados a participar de qualquer evento em Cuiabá”, conta Becker (2019).

Segundo o agrônomo Osmar Isoton – que em 1986 foi admitido pela Coopervale de Nova Mutum e assumiu a supervisão técnica que ficara vacante com a saída de Gervasio –, as outras bases de desenvolvimento de pesquisa existentes em Mato Grosso na década de 1980 estavam em Rondonópolis (fazendas Basso, Basf e outras que estavam mais avançadas, já produzindo sementes), Tangará da Serra (Fazenda Itamarati Norte) e Sorriso (Fazenda Progresso, do pioneiro Munefumi Matsubara).

Isoton (2019) acredita que o sucesso da agricultura mato-grossense se deve a essas bases de sustentação da pesquisa combinadas a um cenário favorável no Estado. Esse cenário envolve 1) a característica simples e acolhedora do povo mato-grossense, que “não ofereceu resistência a quem vinha de fora para produzir – tratavam-se como irmãos”; 2) as políticas adequadas do Estado para a legalização das terras (diferente do Pará, por exemplo, que até hoje tem camadas de escrituras uma em cima da outra) e a atuação do Instituto de Terras do Estado de Mato Grosso (Intermat), que fazia a distribuição das terras, permitindo que o Estado abrisse muitas frentes de ocupação, partindo do sistema de mosaico de quinhões de terra feito no passado; 3) a Companhia de Desenvolvimento Agrícola (Codeagri) – que tinha mais de 250 máquinas pesadas para desmatar as terras de graça para os produtores –, a Empresa de Pesquisa Mato-grossense (Empa) e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa); 4) a Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), que teve papel importante na formação de profissionais, muitos dos quais foram colocados no campo; 5) Emater (atual Empaer), por meio dos concursos abertos pelo então presidente Jonas Pinheiro; 6) a Companhia de Armazéns e Silos de Mato Grosso (Casemat), que recebia os grãos produzidos; 7) o fortalecimento do sistema cooperativo, bem representado pela Coopervale e pela Coopercana; 8) e o Plano de Integração Nacional (PIN) do governo militar, que proveu a infraestrutura básica e programas de financiamento.

Sob a supervisão técnica de Isoton, o campo experimental da Coopervale continuou com seus testes. A equipe plantava trigo, feijão, gergelim, girassol, amendoim, milho, arroz, soja etc. e elaborava os portfólios de cada cultura. “A

gente não sabia o que iria vingar. E na época a gente não tinha laboratório de análise agrônômica, então alguns experimentos eram mandados para os Estados Unidos, outros para Campinas [SP], Pelotas [RS], Santa Maria [RS], mas eles não tinham conhecimento sobre o Cerrado. Não existia tecnologia para o Cerrado”, relata o agrônomo.

Mesmo com as dificuldades, o esforço rendeu frutos. Com o arroz, por exemplo, o desafio era fazer produzir por mais de três anos sem que a doença tomasse conta da lavoura. Após muitos cálculos e testes envolvendo a calagem, a equipe conseguiu acertar a calibração de solo. Com isso, Nova Mutum passou a ser mais visitada. Em 1987, um Dia de Campo realizado na Coopervale reuniu mais de 1,2 mil pessoas. Cerca de 60% dos produtores de Mato Grosso estiveram presentes no evento (ISOTON, 2019). Em outra ocasião, o governador Carlos Bezerra e seu secretário de Agricultura visitaram o campo experimental (IOMAT, 26 fev. 1988).

A região seguiu se desenvolvendo e a equipe técnica da Coopervale se atualizou e aumentou. Assim como Gervasio, os técnicos agrícolas Rodolfo Giequelin e Gilmar Bonini deixaram a cooperativa para assumirem outras atividades na região. Em seu lugar foram contratados três técnicos agrícolas, além dos agrônomos Ernesto Pedrollo, Laércio José da Silva e Ailton Alves França. Em 1989, a equipe já contava com nove agrônomos, quatro técnicos e um veterinário, e a cooperativa já dispunha de uma farmácia veterinária e dois aviões, com aviação agrícola já funcionando.

Apartir de 1987, Nova Mutum foi destaque pelo trabalho voltado à consciência ambiental no meio rural. Para corrigir a degradação dos recursos naturais causada pela exploração agrícola, implantou-se o Sistema de Microbacias Hidrográficas na região de Nova Mutum, que consiste em se fazer o manejo do solo e da água, por meio de curvas de nível que evitam a erosão e o assoreamento dos rios.

Os trabalhos começaram em maio de 1987, inicialmente coordenados pela Coopervale, tendo à frente o agrônomo e responsável técnico Osmar Isoton. Houve apoio da Prefeitura de Diamantino, do Departamento de Estradas e Rodagem de Mato Grosso (Dermat), de organizações civis de Nova Mutum e de particulares. A Microbacia-Piloto no Estado de Mato Grosso foi a Microbacia Boa Esperança, na 1ª Etapa da Colonização Mutum, onde já no primeiro ano os resultados foram surpreendentes (Jornal União do Norte, 15 jul. 1990). A Coopervale foi além das curvas de nível e desenvolveu também o manejo de matas ciliares e reservas contínuas, o correto traçado de estradas, ações para conservação de solo como plantio direto, calibração de solo, implantação de receituário agrônômico e tecnologias de produção (ISOTON, 2019).

Meses depois do início da bacia-piloto em Nova Mutum, o governo federal lançou o Programa Nacional de Bacias Hidrográficas. Em Mato Grosso, o governo do Estado, por meio da Secretaria de Agricultura, ficou responsável pelo programa. A primeira região oficialmente atendida pelo Estado foi a de Alto Taquari, e logo o programa se expandiu para outras regiões (IOMAT, 1 set. 1987). Animada com o sucesso da operação na linha Boa Esperança – onde as estradas mantiveram-se conservadas durante o período chuvoso – e observando a oficialização do programa em nível estadual, a comunidade mutuense passou a reivindicar a expansão para as demais microbacias do distrito:

Nova Mutum, distrito de Diamantino, tornou-se o exemplo mais recente do sucesso das microbacias hidrográficas em Mato Grosso. Depois que testemunharam os resultados animadores obtidos com a primeira microbacia, a de Boa Esperança, implantada no ano passado sobre uma área de 7.100 hectares, os produtores da região, a maioria natural de outros Estados, passaram a reivindicar, insistentemente, a expansão das microbacias para outras áreas. A reivindicação foi discutida em reunião recente dos produtores com a Empresa Mato-grossense de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater) e o Departamento de Estradas de Rodagem do Estado (Dermat). O encontro realizou-se na Coopervale, cooperativa responsável pela implantação e supervisão da microbacia de Boa Esperança. A reunião, marcada por um clima de cooperação e integração, mostrou que o que não falta aos produtores é a vontade de colaborar. (IOMAT, 2 jun. 1988.)

Ainda em 1988 iniciou-se a implantação das microbacias Cri-quiri, Santo Antônio e Fazenda Uirapuru, somando quase 21 mil hectares. O programa continuou em Nova Mutum até início da década de 1990. “Toda a região era feita com plantio convencional, com grade, e nós conseguimos desenvolver uma tecnologia que permitiu segurar 100% da água sem ela ir embora da propriedade. Vinha gente de todo lugar para ver a nossa microbacia”, relata Isoton (2019).

Entre outras inovações, Nova Mutum viu surgir a primeira central de embalagens de agrotóxicos do Centro-oeste brasileiro, implantada no campo experimental da Coopervale em 1987, simultaneamente ao início da aviação agrícola e da tecnologia de aplicação aérea no município. Os únicos dois postos de abastecimento de aeronave fora de Cuiabá, no sentido a Santarém, ficavam em Nova Mutum e Alta Floresta.

Outra contribuição de Nova Mutum para a agricultura brasileira foi a criação da tecnologia de contenção de vazamentos e acidentes ambientais dentro de armazéns de agrotóxicos, atualmente utilizada em todo o Brasil. Antes dessa

tecnologia, que foi desenvolvida por Osmar Isoton, costumava-se usar carvão ativado, fossa sumidoura, serragem e areia; os resíduos eram armazenados em barracão e algumas vezes era necessário enviar para aterros em São Paulo. “Hoje não precisa nada disso. É só impermeabilizar o piso, botar uma caixa de contenção e canalizar aquilo que derramou lá dentro, escoar com água em volume e não em pressão, deixar escorrer, e depois dar o destino do material que foi derramado”, explica Isoton (2019).

Importante ambientalmente e comercialmente, a técnica do plantio direto que hoje é preponderante no Brasil tem parte de sua origem em Nova Mutum. Conforme Gervasio Becker (2019), já se testava o plantio direto na década de 1980 no campo experimental da Coopervale, porém ainda não se tinha herbicidas e máquinas adequadas. “Pouco depois, juntamente com os franceses do Cirad, nós pesquisamos e fizemos o plantio direto que embalou no início dos anos 90, pela necessidade, e porque ali teve lançamento de novos herbicidas que controlavam o capim no meio da soja, sem matar a folha larga”, conta o agrônomo.

Crises econômicas

As principais crises econômicas vivenciadas por Nova Mutum desde o advento dos projetos de colonização do final da década de 1970 estiveram associadas à agricultura, uma vez que a região foi essencialmente agrícola durante todo este período. Em 1979-1980, quando a principal cultura era o arroz, as dificuldades relacionadas ao cultivo do cereal na região do Cerrado causaram a crise local que faliu alguns produtores e culminou no declínio e venda da Coamd, mas logo a soja virou realidade e fez com que a década de 1980 fosse um período de grande progresso. Uma alta exponencial no preço da oleaginosa durante essa fase foi responsável por impulsionar o desenvolvimento da região.

Porém, em 1989-1990, a economia regional, dependente da sojicultura, sofreu um enorme baque. O setor produtivo responsabiliza o governo José Sarney e seus planos econômicos fracassados pela criação de um “dólar irreal”⁴⁰, o que veio a prejudicar a exportação e a rentabilidade das atividades agrícolas. Para complicar mais, a boa safra americana no segundo semestre de 1989 fez as cotações da soja despencarem no ano seguinte. Os produtores da região, em geral, fecharam o ano no vermelho e iniciaram o plantio da nova safra com dificuldades. Houve protestos em várias cidades e na capital Cuiabá. Agricultores mutuenses passaram o primeiro aniversário de emancipação de Nova Mutum, dia 4 de julho de 1989, em manifestação na BR-163, em frente à Coopervale⁴¹.

⁴⁰ Expressão cunhada pelo jornal O Academista (acervo de Sadi Ribeiro Ramos).

⁴¹ Informativo Municipal de Nova Mutum, 1989.



Protestos contra a política agrícola do governo federal, em 1989. Bloqueio da BR-163 em frente a Coopervale e atos em frente ao posto do Banco do Brasil (av. dos Uirapurus) e agência do Itaú (av. Mutum). Fonte: Acervo pessoal de Sadi Ramos.



Ainda o protesto dos agricultores de 1989, com ato em frente à BR-163, em Nova Mutum. Fonte: Acervo da Prefeitura Municipal de Nova Mutum.



Quadro fotográfico de propriedade de Alaor Zancanaro, com fotos do protesto intitulado “Grito do Ipiranga”, que paralisou a BR-163 por 38 dias, em abril de 2005. Fonte: Acervo pessoal de Alaor Zancanaro.

Em um dos manifestos, uma carga de soja foi despejada em frente ao Palácio Paiaguás, sede do governo do Estado, com um caminhão fenemê do produtor mutuense Adelino (Carlão) Noimann (OTTONELLI, 2019).

Na sequência do governo Sarney veio o Plano Collor, que agravou ainda mais a situação, de acordo com o setor produtivo. Fernando Collor de Mello tomou posse como Presidente da República em março de 1990 e logo anunciou seu pacote econômico, que incluía o bloqueio das cadernetas de poupança. Cerca de 80% do dinheiro de aplicações financeiras, poupanças e contas correntes ficou retido no Banco Central por 18 meses. O confisco por parte do governo, associado à alta inflação, fez multiplicar as dívidas dos agricultores, descapitalizando a maioria. Assim, a crise em Nova Mutum e região foi agravada pela inadimplência e consequente falta de crédito, num cenário já afetado pela inflação. Diferente de hoje, em que há variadas possibilidades de negociação e financiamento das safras, na época Nova Mutum tinha praticamente apenas o Banco do Brasil, do qual se era muito dependente.

Em decorrência da crise de 1989-1990, alguns pequenos e médios produtores se desfizeram de suas terras para saldar as dívidas. Outros conseguiram escapar vendendo sua produção de forma independente e financiando o plantio seguinte por conta própria. Houve securitização das dívidas, que acabaram sendo pagas em longos parcelamentos de até 25 anos. Também foi por causa dessa recessão que ocorreu o movimento regional pela diversificação da produção, culminando no surgimento da suinocultura e na adesão ao cooperativismo de crédito (assunto abordado mais adiante).

A Coopervale, que na década anterior foi considerada um esteio para a comunidade mutuense, durante a crise acabou tomando medidas rigorosas contra os produtores endividados, o que gerou muito desgaste para a cooperativa e agricultores da região. Diversos entrevistados lamentam o fato de a empresa ter apostado pouco em Mato Grosso e mantido o foco no Sul do País, onde o conselho e a diretoria estavam concentrados. Depois que houve a estabilização, as medidas já estavam tomadas e muitos agricultores que poderiam ter se recuperado com a securitização já haviam perdido suas terras.

Em 1995 aconteceu a crise que muitos consideram a pior já vivida pela região. Desta vez, muita gente foi à falência, abandonando a atividade e até a região. O contexto já era o do Plano Real, lançado em julho de 1994. Porém, como os preços das *commodities* agrícolas estavam ruins desde 1990, a crise de 1995 é vista como reflexo e desdobramento da anterior.

A década de 1990 foi marcada ainda por um terceiro momento de crise na agricultura. O ano era 1998, e o endividamento dos produtores e a dificuldade de acesso a crédito ainda assombravam a comunidade, com o agravante da falta de verba para custeio agrícola em nível nacional. A edição do Jornal Arinos de 22 de outubro daquele ano noticiou que “só para o Estado de Mato Grosso

faltou algo em torno de R\$ 150 milhões para financiar a agricultura”, e que em Nova Mutum “R\$ 7 milhões deixaram de circular por falta de investimento” (JORNAL ARINOS, 1998). Novamente, os agricultores endividados tiveram que apelar para a securitização para continuarem produzindo.

No século XXI, apesar dos diversos momentos delicados para a região por conta do preço das *commodities* ou baixa produtividade provocada por falta de chuvas, o único momento de crise aguda foi 2004-2005. Mais uma vez, o problema foi a baixa cotação da soja no mercado externo, agravada pelos altos preços dos insumos e pela precária logística. Endividados, produtores rurais iniciaram em 2006 um grande movimento que ficou batizado como “Grito do Ipiranga”, por ter iniciado no município de Ipiranga do Norte (MT). O movimento ganhou a adesão dos municípios agrícolas da BR-163 e logo tomou proporções estaduais, sendo considerado hoje um divisor de águas para as entidades do setor produtivo ligadas à Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso (Famato), que saíram fortalecidas. Foram dias de protesto em prol da negociação das dívidas rurais, políticas de sustentação, preços mínimos, conservação das rodovias e mais infraestrutura de transportes para Mato Grosso. Houve fechamento da BR-163 em vários pontos, interdição de armazéns, manifestações em diversas cidades e em Cuiabá, resultando em conquistas como a abertura de um diálogo maior com o governo federal e negociação de prazos maiores para pagamento das dívidas (DESCONSI, 2011; PETROLI, 2016).

A participação de Nova Mutum no Grito do Ipiranga foi intensa. Houve acampamento no bloqueio da BR-163 em frente à cidade por vários dias, e o movimento é lembrado pelos produtores locais como um momento de superação e união da comunidade.

Suinocultura: uma alternativa em meio à crise

A suinocultura despontou em Nova Mutum como consequência do movimento regional que buscava combater a crise da soja de 1989-1990. Inicialmente, agricultores de Nova Mutum, Sorriso, Lucas do Rio Verde e Tapurah se uniram para lutar por um melhor preço da soja produzida em Mato Grosso, e logo incluíram na pauta a busca pela diversificação da economia. Era preciso ter alternativas à sojicultura.

No dia 30 de maio de 1989, produtores rurais dos quatro municípios realizaram uma assembleia no pavilhão da Igreja Nossa Senhora de Fátima, em Lucas do Rio Verde, decidindo então iniciar uma série de protestos para pressionar as autoridades estaduais e federais a agirem para amenizar o problema da soja na região (CARPENEDO, 2015). Em junho e julho de 1989, atos foram realizados em diversos pontos da BR-163. Em Nova Mutum, produtores passaram cerca de 40 dias acampados na rodovia, em frente ao armazém da Coopervale. Alguns

usavam camisetas com os dizeres “Agricultura em Chamas”.

No dia 04 de julho de 1989 o prefeito Boleslau chegou no acampamento e perguntou: “você sabem que dia é hoje? É o dia do nosso primeiro aniversário de emancipação”. Os produtores se olharam, riram e disseram: “então nós estamos lascados. O município fez um ano e nós aqui parados e quebrados. Nosso futuro está meio complicado”. (OTTONELLI, 2019)

A atmosfera era de incerteza e apreensão. Mas a comunidade mutuense não se deixou abalar e seguiu em busca de soluções. A crise era discutida em reuniões locais envolvendo o Sindicato Rural de Nova Mutum, a Câmara Municipal e a Prefeitura (todos os três com menos de um ano de fundação), e em reuniões regionais, com lideranças dos demais municípios. Nesses encontros, a pauta principal era a discussão de possíveis atividades econômicas para a região. Falava-se muito em borracha, leite, frango e suínos.

Já em agosto de 1989, a região foi cenário de uma iniciativa pioneira relacionada à suinocultura. Durante a primeira Exposição Agropecuária, Comercial e Industrial de Lucas do Rio Verde (Expolucas), o então agricultor Otaviano Olavo Pivetta expôs alguns leitões trazidos do Sul do País, ajudando a despertar a região para a atividade. A iniciativa acabou sendo o embrião de uma das grandes potências da suinocultura nacional: a Ideal Porc (Ideal Agro), fundada por Pivetta em 2003, no município de Nova Mutum; atualmente, é referência em melhoramento genético e criação de suínos e matrizes (CARPENEDO, 2015; ISOTON, 2019).

Alguns meses após a Expolucas de 1989, em Nova Mutum, a Comissão Municipal Pró-Diversificação realizou uma pesquisa intitulada “Levantamento de Intenções de Diversificação”. O estudo foi coordenado pelo agrônomo Gervasio Marco Becker. O técnico agrícola Rodolfo Giequelin, que na época trabalhava com Gervasio, foi encarregado de aplicar um questionário aos produtores do município. Com uma motocicleta, Rodolfo percorria as estradas do interior abordando os fazendeiros. Entre as formas de comercialização pesquisadas (cooperativa, associativa, privada ou feira-livre), 125 dos 130 produtores entrevistados optaram pelo cooperativismo. Entre as atividades agrícolas (arroz, milho, sorgo, seringa, algodão, feijão e cítricos), a preferida foi o milho, seguida da seringa e do arroz. E entre as atividades pecuárias e afins (bovinos de corte, bovinos de leite, suínos, aves de corte, aves de postura, piscicultura e apicultura), a suinocultura foi a mais citada. (BECKER, 2019; OTTONELLI, 2019; UGGERI, 2019).

Com os interesses dos produtores de Nova Mutum convergindo com os dos demais municípios, logo a região toda seguiu pelo mesmo caminho, dando início a estudos de viabilidade.

COMISSÃO MUNICIPAL PRÓ - DIVERSIFICAÇÃO

RESULTADO DO LEVANTAMENTO DE INTENÇÕES DE DIVERSIFICAÇÃO

CATEGORIA: NOVA MUTUM - (GERAL)

130 Produtores

CULTURA	PROMOTORES	CITA. EXISTENTE	CITA. INTENDE.
Arroz	61	-	3980
Milho	96	-	5200
Sorgo	32	-	3540
Seringa	67	263	796
Algodão	24	-	1598
Feijão	18	-	286
citrus	7	-	12

FABRÍCA

ATIVIDADES	PRODUTORES	CANTAS EXIST.	CAB. INTERESSE
B. Corte	58	3819	16160
B. Leite	91	251	1996
Suínos	93	1463	23020
Aves corte	50	5100	508200
Aves Pastura	09	300	8200
Piscicultura	58	4000 m ²	177900 m ²
Apicultura	32	106 colmeias	885 colmeias

COMERCIALIZAÇÃO

COOPERATIVISMO	ASSOCIAÇÃO	PRIVADA	FEIRA-LIVRE
125	01	-	04

MINI INDÚSTRIAS

TIPO	PROMOTORES
------	------------

INTERESSADOS EM FEIRA-LIVRE : 43

INTERESSADOS EM CONTABILIDADE : 64

RESIDEM NA PROPRIEDADE : 50*

Relatório original do Levantamento de Intenções de Diversificação realizado pela Comissão Municipal Pró-diversificação. Milhocultura, suinocultura e sistema cooperativista tiveram a preferência dos produtores mutuenses. Fonte: Acervo da Copermutum.

COMISSÃO MUNICIPAL PRÓ - DIVERSIFICAÇÃO
LEVANTAMENTO DE INTENÇÕES DE DIVERSIFICAÇÃO

01 - Identificação
 Nome: Valdomir Natal Ottonelli
 Fazenda: Ranchinho
 Localização: Nova Mutum - IIª ETAPA
 Área Total: Própria 125 ha Arrendada 150 ha
 Área Cultivada: Própria 35 ha Arrendada 150 ha
 Pastagem: — ha

02 - Possui interesse em diversificar? (X) Sim () Não

03 - Culturas Área (ha)

(X) Arroz	<u>60</u>
() Feijão	_____
(X) Milho	<u>30</u>
() Sorgo	_____
() Girassol	_____
(X) Algodão	<u>50</u>
(X) Seringa	<u>10</u>
Outras Culturas:	_____
Olericultura	_____
() Melancia	_____
() Melão	_____
() Tomate	_____
() Batata Doce	_____
() Outras	_____
Fruticultura	_____
() Banana	_____ () Cajú _____
() Citrus	_____ () Manga _____
() Maçã	_____ () Goiaba _____
() Abacaxi	_____ () Coco Bahia _____
() Uva	_____ () Maracujá _____
() Outros	_____

04 - Criações Cabeças

() Bovinos de Corte	_____	Confinado() Extensivo()
() Bovinos de Leite	_____	
(X) Suínos	<u>50</u>	
() Aves de Corte	_____	
() Aves de Postura	_____	
() Ovinos	_____	
() Caprinos	_____	
(X) Piscicultura	_____	(área do Tanque em m²)
() Apicultura	_____	(nº. de colméias)
() Outros	_____	

05 - Forma de Comercialização
 (X) Cooperativa () Associativa () Privada () Feira Livre

06 - Possui interesse na instalação de mini indústrias:
 () Alambique () Farinheira de Mandioca () Moimão de Fubá
 () Outras _____

07 - Gostaria de participar da Feira Livre imediatamente? () Sim
 (X) Não. Com quais produtos e quantidade: _____

08 - Possui interesse em fazer contabilidade rural? (X) Sim () Não

09 - Observações: _____

Formulário preenchido pelo produtor Valdomir Ottonelli para o Levantamento de Intenções de Diversificação. Outros 129 produtores responderam à pesquisa. Fonte: Acervo da Copermutum.

A prefeitura bancava os técnicos de Santa Catarina que começaram a desenhar o projeto, o layout de como seria, a viabilidade. O slogan era “Diversificação e verticalização” e o objetivo era agregar valor ao milho. Na época se plantava pouco milho porque não tinha mercado. E foi assim que se definiu a suinocultura. Virou um projeto regional. As prefeituras e entidades de todos os municípios estavam empenhadas para criar um projeto regional. O projeto nasceu audacioso. Antes de ter o primeiro suíno já tinha o desenho de como seria essa cadeia, do milho até a linguiça. A ideia nasceu muito certa. (OTTONELLI, 2019).

COPERMUTUM E INTERCOOP

Da combinação entre as três preferências apontadas pelo “Levantamento de Intenções de Diversificação”⁴² – suínos, milho e cooperativismo – nasceu a Cooperativa Agropecuária Mista de Nova Mutum (Copermutum), fundada em 25 de setembro de 1990. A primeira diretoria executiva da Copermutum foi composta por Walter Krauspenhar (diretor-presidente), Aréssio José Paquer (diretor-vice-presidente) e Lotário Heller (diretor-secretário). Krauspenhar foi sucedido por Clemente Franzener, e depois por Valdomir Natal Ottonelli.

Também em 1990, cooperativas semelhantes foram criadas nos demais municípios envolvidos no movimento. E no ano seguinte (1991), parte dessas cooperativas se uniram e formaram a Integração dos Suinocultores do Médio Norte Matogrossense (Intercoop), com a finalidade de construir e administrar um frigorífico de suínos na região. Por conta das distâncias que dificultavam até mesmo que as pessoas se conhecessem melhor, decidiu-se criar as cooperativas de abrangência municipal, porém organizadas em uma central regional. “Usaram a palavra ‘integração’ porque a palavra ‘central’, na época, estava malvista, por conta de experiências em outras regiões”, relata Ottonelli (2019).

Também fruto do movimento de combate à crise surgiram as primeiras cooperativas de crédito da região, antes ainda das cooperativas agropecuárias. Em fevereiro de 1990 foram fundadas a Cooperativa de Crédito Rural de Nova Mutum (Credimutum), a Cooperativa de Crédito Rural Lucas do Rio Verde (Credilucas) e a Cooperativa de Crédito Rural Sorriso (Credisol), que já no mês de setembro inauguraram as suas agências. Tapurah ajudou a fundar a Credilucas. Anos mais tarde, as três cooperativas aderiram ao sistema Sicredi. Atualmente, Nova Mutum, Lucas do Rio Verde e Tapurah integram a cooperativa Sicredi Ouro Verde MT, e Sorriso integra a Sicredi Celeiro do MT⁴³.

42 Os papéis originais do estudo, com os 130 questionários respondidos e relatório final, encontram-se arquivados no acervo documental da Copermutum.

43 A história da Credimutum é abordada em detalhes no capítulo 6.

A Intercoop teve como primeiro presidente Otaviano Pivetta e como primeiro vice-presidente Boleslau Dziachan. Anos mais tarde, Alcindo Uggeri e Valdomir Ottonelli passaram a integrar a diretoria representando Nova Mutum.

No início, o projeto da Intercoop abrangia as cooperativas Copermutum, Cooagril⁴⁴ (Lucas do Rio Verde), CooperTapurah e Suinocop (Sorriso), além das cooperativas de Sinop e Diamantino, que acabaram não saindo do papel. Santa Rita do Trivelato, que na época pertencia a Nova Mutum, também almejava montar uma cooperativa, vinculada a Copermutum, porém o plano não se concretizou. Lá, o grupo de produtores era liderado por Ilson Matschinske. No decorrer do processo, restaram Nova Mutum, Lucas do Rio Verde, Tapurah e Sorriso, que deram início à implantação das granjas.

IMPLANTAÇÃO DA SUINOCULTURA E FRIGORÍFICO

Em maio de 1991, a Copermutum apresentou o projeto da suinocultura ao Banco do Brasil, visando financiamento para a primeira etapa, que consistia na construção das primeiras granjas e matrizeiros. Inicialmente, o banco estranhou o projeto apresentado, visto que a criação de suínos era uma atividade ainda desconhecida na região e os produtores já estavam endividados por conta das lavouras de soja. Defendeu-se a ideia da verticalização e da central de produção de leitões, demonstrando que o projeto já nascia bem à frente do que se fazia nos estados tradicionais, em relação ao sistema criatório.

No fim, após mediação política junto a autoridades estaduais, o financiamento foi finalmente viabilizado. A etapa das granjas e matrizeiros ajustou-se ao Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), criado pela Constituição de 1988 com a intenção de contribuir para o desenvolvimento econômico e social da região.

A cooperativa [Copermutum] era muito bem planejada, não sei se tinha algo igual no mundo. Ela instalou o matrizeiro que fornecia os leitões e a fábrica de ração; os sócios forneciam a matéria prima para a ração; era cadeia completa. Cada associado tinha sua cota de matrizes. (FRANZENNER, 2018).

Simultaneamente à implantação dos criatórios, a construção do frigorífico era debatida pelas cooperativas. Porém, a obra demorou a sair do papel. Quando da entrada do projeto do frigorífico, entre 1994 e 1995, a Copermutum já estava com a segunda etapa da implantação concluída, já pensando em fazer

⁴⁴ Liderada por Otaviano Pivetta, a Cooperativa Agropecuária Industrial Luverdense (Cooagril) nasceu à parte da Cooperlucas, que já existia antes da emancipação de Lucas do Rio Verde e não se integrou a Intercoop.



Assembleia de fundação da Copermutum, em 25 de setembro de 1990. Em pé o primeiro vice-presidente da cooperativa, Aréssio José Paquer. Fonte: Acervo da Copermutum.



Primeira diretoria executiva da Copermutum teve Walter Krauspenhar como presidente, Aréssio José Paquer como vice-presidente e Lotário Heller (centro da foto) como diretor-secretário. Krauspenhar foi sucedido por Clemente Franzener e este por Valdomir Natal Ottonelli. Fonte: Acervo da Copermutum.



Da esquerda à direita, o presidente da Organização das Cooperativas do Estado de Mato Grosso (Ocemat), Anton Huber, o presidente da Intercoop, Otaviano Pivetta, e o presidente da Copermutum, Clemente Franzener. Fonte: Acervo da Copermutum.



Assembleia geral para aprovação do frigorífico de suínos. Fonte: Acervo da Copermutum.



Entrega do projeto da suinocultura ao Banco do Brasil, em 20 de maio de 1991, protocolado pelo gerente Argenton. Fonte: Acervo da Copermutum.



A votação que definiu a localização do frigorífico da Intercoop foi realizada no dia 19 de dezembro de 1992, em Lucas do Rio Verde. Concorreram os municípios de Nova Mutum (vencedor), Lucas do Rio Verde, Tapurah, Sorriso e Sinop. Fonte: Acervo da Copermutum.



Matrizes na primeira etapa das Unidades de Produção de Leitões (UPLs) da Copermutum. Fonte: Acervo da Copermutum.



Unidades de Produção de Leitões (UPLs) da Copermutum, localizadas entre o Rio dos Patos e o Posto Maria e José, a oeste da BR-163. Fonte: Acervo da Copermutum.



Copermutum participou do desfile em comemoração ao quinto aniversário de Nova Mutum, em 1993. Fonte: Acervo da Copermutum.

Escritórios da Copermutum, na avenida Uirapurus. Foto de 2009. Fonte: Acervo da Copermutum.





Ato de lançamento da pedra fundamental da obra do frigorífico Intercoop, em 1995. Fonte: Acervo pessoal de Sadi Ramos.

a terceira. As granjas já produziam, porém não havia onde abater os animais, que eram transportados a Minas Gerais, Goiás, São Paulo e até ao Rio Grande do Sul. Morria de 7% a 10% dos animais no transporte (FRANZENER, 2018; OTTONELLI, 2019).

O plano resultante das articulações entre os municípios – a maioria em seu primeiro mandato político – era transformar a região em um polo de desenvolvimento, onde todos produziriam de tudo e cada município sediaria uma indústria: um ficaria com o frigorífico de suínos, outro com o frigorífico de bovinos, outro com o de aves, e assim por diante. Antes de 1992, contribuía para este sentimento de união e cooperação o fato de ainda não ter havido, na maioria dos municípios envolvidos, eleições municipais com disputa pelo poder. Segundo diversos entrevistados pela presente pesquisa, mesmo após as rupturas e cismas geradas pelas eleições municipais de 1992, o projeto da suinocultura continuou sendo o fator aglutinador da comunidade. “Era um plano regional, para que todos os municípios fossem ricos, e não só um. Lucas era a estrela da coisa, porque já estava montando uma indústria de óleo e a Cooperlucas estava em franco crescimento. O plano empolgava, todos estavam unidos, mas porque eram os primeiros prefeitos. Depois que começaram as eleições, começaram as vaidades”, relata Alcindo Uggeri (2019).

A disputa pela sede do frigorífico de suínos foi mais um fator de abalo nas relações. Todos os municípios estavam no páreo, porém Nova Mutum e Lucas do Rio Verde se destacavam. Lucas era favorecida por estar centralizada na região, o que facilitaria o transporte dos suínos para o abate, e Mutum era favorecida por estar mais perto da saída para os centros consumidores. “Então Nova Mutum defendeu o ponto de que incidiria menos no peso do frete”, relata Boleslau Dziachan, que liderava as articulações pelo município.

A votação que definiu a localização do frigorífico da Intercoop foi realizada no dia 19 de dezembro de 1992, em Lucas do Rio Verde. Concorreram os municípios de Nova Mutum, Lucas do Rio Verde, Tapurah, Sorriso e Sinop (que na época ainda integrava o projeto). Cada cooperativa deveria votar em dois municípios, já que todos tinham interesse em sediar a obra e, portanto, votariam primeiramente em si próprios. Após conquistar o apoio de Sorriso nas articulações, Nova Mutum acabou vencendo a concorrência, tendo recebido três votos. Lucas, Tapurah e Sorriso receberam dois votos cada e Sinop apenas um voto. O responsável por votar pela Copermutum foi Clemente Franzener, então presidente da cooperativa.

Após ter vencido a disputa pelo frigorífico, Nova Mutum tinha o desafio de viabilizar a construção e trazer mão de obra para trabalhar na indústria, pois a população da cidade era insuficiente na época. Para o segundo problema, o plano da administração municipal consistia em construir casas em parceria com produtores e moradores do município. A prefeitura doaria 100 lotes e cada



Construção do frigorífico Intercoop em 1995/1996, à margem leste da BR-163, em Nova Mutum. Fonte: Acervo da Copermutum.



Com capacidade para abate de 3 mil suínos/dia, o frigorífico Intercoop foi finalmente inaugurado em 27 de novembro de 1997, um ano após o previsto. Fonte: Acervo da Prefeitura Municipal de Nova Mutum.



Aptos à exportação, os produtos Excelência hoje são comercializados em todo o território nacional, países da América do Sul e Central, leste europeu e países orientais. Fonte: Acervo pessoal de Alcindo Uggeri.

produtor construiria uma casa, que seria destinada a um funcionário do frigorífico. O plano iniciou na gestão do prefeito Boleslau e acabou se concretizando no mandato seguinte, do prefeito Menolli, quando Boleslau ocupava a secretaria de Indústria e Comércio. Algumas pessoas pegaram dois lotes, outras pegaram três, e assim nasceu o bairro Parque do Sol. “Eram soluções comunitárias para resolver as coisas, porque a prefeitura não tinha condições de bancar”, comenta Boleslau Dziachan (2019).

Já para a obra do frigorífico, a contrapartida do município consistiu na compra da área de 107 hectares doada a Intercoop, além da terraplanagem, asfalto, tanques de decantação e outras benfeitorias. Faltava financiamento para a construção, e as lideranças locais foram em busca dos recursos. Cada uma das quatro cooperativas já estruturadas com suinocultura e produzindo (Mutum, Lucas, Tapurah e Sorriso) teria que entrar com igual garantia, pois a participação era de 25% para cada. Contudo, Sorriso e Tapurah enfrentaram problemas financeiros na segunda etapa da implantação e acabaram não se associando a Intercoop; tornaram-se apenas fornecedores, vendendo sua produção para o frigorífico que viria a ser construído nos próximos anos (OTTONELLI, 2019).

Restando somente a Copermutum e a Cooagril com condições de tocar a Intercoop, a busca por financiamento ficou ainda mais complicada. Como Nova Mutum estava sem garantias para oferecer, a Cooagril propôs dar todas as garantias para que a sede do frigorífico mudasse para Lucas do Rio Verde. Mas, Nova Mutum insistiu. Para discutir o financiamento da obra, o grupo de produtores trouxe para uma reunião no município o governador do Estado,

Jayme Campos, o secretário estadual de Agricultura, Aréssio Paquer, o senador Jonas Pinheiro e o *staff* da superintendência do Banco do Brasil. Logo depois, o colonizador José Aparecido Ribeiro foi procurado e, via Mutum Agropecuária, se dispôs a dar todas as garantias reais e hipotecárias necessárias em primeiro grau, exceto aval. Uma área de 9,6 mil hectares na Gleba Arinos (Grupo Mutum) foi ofertada em garantia. De Lucas do Rio Verde entraram como avalistas e garantidores hipotecários, com seus patrimônios, Otaviano Pivetta e Francisco Gemelli (presidente da Cooagril).

No fim, novamente a obtenção do financiamento acabou advindo por vias políticas, com destaque para a atuação de Jonas Pinheiro, após pressão do prefeito José Carlos Menolli junto à superintendência do Banco do Brasil em Cuiabá, que há meses demorava para dar uma resposta. Um contrato com o BNDES foi finalmente efetivado em 1995, no valor de 12 milhões de dólares, a serem pagos em sete anos. “Foram momentos dramáticos. Era um grupo pequeno, que tinha uma certa coesão, apesar de estarem todos com problemas financeiros. O projeto era uma luz no fim do túnel”, diz Ottonelli (2019).

Devido a problemas com a construtora contratada, a Fenco, a obra atrasou e as primeiras parcelas do financiamento venceram antes de o frigorífico começar a operar. A Intercoop conseguiu afastar a construtora e assumiu a execução da obra. Com capacidade para abate de 3 mil suínos/dia, o frigorífico foi finalmente inaugurado em 27 de novembro de 1997, um ano após o previsto. Naquele dia as máquinas foram ligadas e 13 animais, fornecidos pelo produtor Vitório Cella, foram abatidos. Em 2001, a Intercoop aderiu ao Recoop (programa criado em 1999 com o objetivo de recompor a saúde financeira de cooperativas) e o financiamento foi ajustado para mais 15 anos.

Em 2013, o financiamento foi liquidado para que a Intercoop fosse dissolvida e transformada em S.A. A Copermutum não aderiu a S.A. e deixou de ter parte no frigorífico, que então já usava o nome fantasia de Excelência Carnes Suínas. A cooperativa seguiu com sua estrutura de produção e matrizes e fábrica de ração, abastecendo seus associados.

Em 2015, com 25 anos completos, a Copermutum gerou em suas Unidades de Produção de Leitões (UPLs), localizadas a dez quilômetros da cidade, a quantia de dois mil e setecentos leitões por semana, a partir de cinco mil matrizes, com um rigoroso programa de avaliação genética e permanentes investimentos em genealogia. Localizada no perímetro urbano de Nova Mutum, a fábrica de ração da Copermutum produziu naquele ano 500 toneladas de ração, semanalmente, por turno de produção. A partir do milho, sorgo e farelo de soja fornecidos pelos cooperados, a fábrica abastece as UPLs e Unidades de Terminação (Uts) com

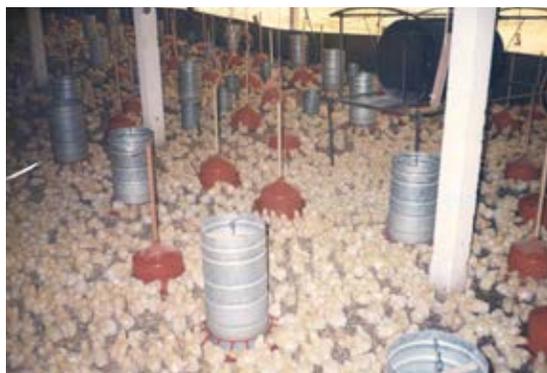


Fonte: Acervo da Prefeitura Municipal de Nova Mutum.



Com a intenção de dar continuidade ao projeto de verticalização da produção iniciado em 1989/1990, a terceira administração municipal apostou na atividade da avicultura de frangos para abate e buscou parcerias para viabilizar o projeto. Fonte: Acervo da Prefeitura Municipal de Nova Mutum.

O abate inicial do frigorífico Mary Louise foi de 12 mil cabeças por dia. Fonte: Acervo da Prefeitura Municipal de Nova Mutum.



15 diferentes tipos de ração, para as diferentes fases dos animais. Até hoje os suínos terminados são entregues ao frigorífico Excelência (antigo Intercoop), por meio de um contrato de fornecimento que garante a venda de todos os animais criados pelos cooperados. Aptos à exportação, os produtos Excelência são comercializados em todo o território nacional, países da América do Sul e Central, leste europeu e países orientais.⁴⁵

Números do IBGE dão conta de que em 2016 Nova Mutum tinha um rebanho de 259.238 suínos, representando 10,21% do rebanho do Estado (IBGE, 2016 *apud* NOVA MUTUM, 2018).

Avicultura: continuando a verticalização

Em 1997, ano em que o frigorífico de suínos da Intercoop foi inaugurado, teve início a terceira administração municipal de Nova Mutum, com Boleslau Dziachan retornando ao cargo de prefeito. A administração quis dar continuidade ao projeto de verticalização da produção iniciado em 1989/1990, e escolheu como próxima atividade a ser implantada a avicultura de frangos para abate. Dessa vez não havia mais o movimento regional que oito anos atrás uniu a comunidade em torno da suinocultura, e a sociedade mutuense estava dividida pelas disputas eleitorais. Assim, Boleslau e sua equipe encamparam a avicultura como um projeto da administração e saíram em busca de parcerias para viabilizar a atividade, que naquele tempo era considerada muito ousada para a região.

A administração municipal, na pessoa do secretário de Indústria, Comércio e Planejamento, Sérgio Arimori, entrou em contato com o investidor paranaense Arnaldo Ribeiro Pereira – que na época vivia em Cascavel (PR) e já havia operado no setor com a empresa Globoaves – e o trouxe a Nova Mutum para conhecer o potencial da região. Segundo Dziachan (2019), a intenção inicial era construir aviários em Nova Mutum, Lucas do Rio Verde, Tapurah, São José do Rio Claro, Diamantino e outros municípios do entorno, e um frigorífico com capacidade para abater 450 mil frangos por dia. Na época, a avicultura de frango para abate em Mato Grosso era incipiente. A Sadia, que enfrentava problemas financeiros, já operava com produção em Campo Verde e terminação em Várzea Grande, portanto, dispersa. Fora isso havia apenas um pequeno frigorífico em Tangará da Serra (DZIACHAN, 2019; RAMOS, 2019).

Sem a participação da prefeitura, o projeto não seria viável. A contrapartida do município – semelhante ao praticado com o frigorífico da Intercoop – envolveu a doação de parte da área para o frigorífico e suporte com maquinário para terraplanagem na indústria e nos aviários, além de incentivos fiscais. Antes o

45 Fonte: Arquivo Copermutum.

município precisou se adequar à legislação, para estar apto a conceder benefícios e incentivos. Nisso contou com o apoio do governo do Estado, que na pessoa do governador Dante de Oliveira foi parceiro do projeto desde o início das tratativas. O Estado se comprometeu ainda a ajudar com o financiamento, via Programa de Desenvolvimento Industrial e Comercial de Mato Grosso (Prodeic), que dispunha de dinheiro a juro baixo, subsidiado. Estado e município fizeram sua parte, mas a maior parcela dos recursos viria da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam). Por infelicidade, exatamente naquela época ocorreu o escândalo da Sudam em nível nacional, levando à suspensão de todos os projetos em andamento.

Apesar das dificuldades, Arnaldo Pereira e sócios deram sequência ao projeto, enquanto o município buscava motivar os produtores a aderir. De acordo com Dziachan (2019), o projeto enfrentou muita oposição. Parte dos produtores não acreditava que a atividade daria certo na região, por conta da sensibilidade do frango às altas temperaturas. Além disso, havia o fator da divisão política da comunidade.

O frigorífico foi construído e inaugurado em 2001 (primeiro ano da gestão Adriano Xavier Pivetta), com o nome de Mary Louise Indústria de Alimentos Ltda. A expectativa era abater 24 mil aves/dia, mas o abate inicial foi de 12 mil cabeças (FATOR MT, 2019). Com o tempo, a Mary Louise chegou a abater e transformar até 100 mil frangos/dia, porém, sem o financiamento da Sudam, a empresa acabou colapsando financeiramente. Em 2005, o abatedouro da Mary Louise foi comprado pela Perdigão, que depois se fundiu com a Sadia e formou a BRF (One Foods).

Números do IBGE dão conta de que em 2016 Nova Mutum tinha um rebanho de 12.819.433 galináceos, representando 20,17% do rebanho do Estado (NOVA MUTUM, 2018).

Piscicultura

Na piscicultura, Nova Mutum não chegou a se destacar pela produção de carne, mas sim pela produção de alevinos e por descobertas técnicas relevantes no campo da genética. O paulista José Mario Ribeiro Mendes, o “Zé Mario”, como é conhecido, é o responsável pelos maiores feitos na área. Quando se instalou em Nova Mutum para trabalhar na Mutum Agropecuária, na década de 1980, Zé Mario já tinha uma boa noção de piscicultura, fruto de experiências em São Paulo. Já na década de 1990, quando atuava com agropecuária, ajudou a implantar um projeto de piscicultura na Escola Rural Produtiva Ranchão, na gestão do prefeito Menolli, e logo depois começou a produzir alevinos em sua propriedade.

“A minha ideia era produzir matrinxã para soltar nos rios, porque na época já

havia reduzido bastante a presença de matrinxã na região. Meu foco inicial foi nessa espécie, um propósito muito mais pessoal do que comercial”, comenta Zé Mario. Com o tempo, o piscicultor passou a engordar matrinxã com a finalidade de pôr no mercado, mas como a espécie é de difícil reprodução e demora três a quatro anos para engordar, Zé Mario foi em busca de outros peixes, como a jatuarana: uma variedade de matrinxã que ocorre no rio Guaporé, em Rondônia.

Foi no final dos anos 1990 que ocorreu a grande descoberta da piscicultura mutuense: o surgimento da espécie de peixe de couro que atualmente é a mais comum nos mercados de todo o país: o chamado Pintado da Amazônia, fruto do cruzamento do Jundiá da Amazônia com a fêmea do Cachara. Tudo começou quando Zé Mario, interessado na possibilidade de criar uma espécie mais viável economicamente, começou a pesquisar e a acompanhar as novidades do setor. Para isso, o pioneiro costumava frequentar a Fundação Estadual do Meio Ambiente (Fema) – que em 2005 foi transformada na Secretaria de Estado de Meio Ambiente (Sema-MT). Lá, uma assessora técnica lhe informou sobre a descoberta da ocorrência de uma espécie de bagre onívoro – que aceita algumas frutas em sua dieta – no Rio São Benedito, no Pará. Esse peixe é o chamado Jundiá da Amazônia (*Leiarius marmoratus*), que tem carne saborosa e atinge até 15 quilos. Zé Mario pediu autorização para ir até o Pará buscar o peixe. Autorizado pela Fema, trouxe exemplares da espécie e começou os testes de reprodução.

O problema do peixe carnívoro é que a ração é muito cara e a conversão alimentar é bem baixa. Então eu consegui reproduzir alevinos do Jundiá da Amazônia, e eu tinha contato com um produtor lá de Alta Floresta que cruzou o meu jundiá com a fêmea do Cachara e saiu um peixe que come de tudo. O Pintado da Amazônia é o único pintado que deu certo como peixe de criação de tanque e tanque rede; o único que é economicamente viável. A ração dele é 32% de proteína. (MENDES, 2019).

Depois do sucesso do cruzamento, Zé Mario começou a produzir alevinos em sua propriedade com uma incubadora. Na época havia muita dificuldade, pois o setor da piscicultura não costumava compartilhar informação como atualmente. Zé Mario costumava receber estudiosos e estagiários do Brasil inteiro e compartilhava tudo que aprendia. Já no início nos anos 2000 o piscicultor mutuense era notícia na imprensa estadual e nacional e assunto de diversos artigos científicos, pelo seu pioneirismo em reprodução artificial. O Diário de Cuiabá (SEVERINO, 2001) chegou a noticiar que Zé Mario foi o responsável por inserir Mato Grosso na “alta tecnologia da aquicultura com a produção de alevinos de cachara, matrinxã e jatuarana por meio de desova induzida em laboratório”, o que o jornal chamou de “façanha inédita no Estado”.

Atualmente Zé Mario trabalha com alevinos e/ou matrizes de piraputanga, dourado, tambaqui, pacu, pirapitinga, três tipos de curimatás, piaus, tucunaré-çu e trairão. Só parou com a matrinxã por falta de mercado na região (MENDES, 2019).

Assim como a avicultura, a piscicultura chegou a constar nos planos da terceira administração municipal (1997-2000), do prefeito Boleslau Dziachan, para incentivo à verticalização da produção. A prefeitura chegou a bancar um estudo para a implantação de um frigorífico de peixes. Desenvolvido pela Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” (Esalq), de Piracicaba (SP), o estudo custou R\$ 107 mil. O objetivo era descobrir as espécies mais viáveis, e para realizar a pesquisa utilizou-se a propriedade do piscicultor Zé Mario.

O investidor Arnaldo Pereira, que construiu o frigorífico Mary Louise, intencionava construir o frigorífico de peixes ao lado do frigorífico de aves. A prefeitura chegou a destinar 30 hectares para a indústria, e no Pontal do Marape foram construídos alguns tanques para criação. Os alevinos seriam fornecidos por Zé Mario, que já tinha a estrutura necessária. “Era um projeto relativamente barato, e não foi adiante por descontinuidade de gestão”, diz o ex-prefeito.

Fruticultura

As crises da primeira metade dos anos 1990 despertaram produtores mutuenses não apenas para a suinocultura, mas também para atividades como a fruticultura, com destaque para a uva e o abacaxi.

As primeiras iniciativas surgiram no seio da Copermutum. Os agricultores Gervásio Becker e Clemente Franzener, entre outros, como Casagrande, Bortolucci, Horn e Ottonelli, começaram a plantar parreirais de uva incentivados pelo gaúcho Áldo Brun (conhecido pelo pioneirismo no cultivo de uva de qualidade no Centro-Oeste brasileiro), que lhes apresentou a tecnologia da viticultura para regiões de Cerrado. A Copermutum motivava e trazia pessoal da Embrapa para prestar ajuda técnica.

Logo o agrônomo Gervásio Becker se aperfeiçoou na parte técnica e passou a orientar os produtores. Franzener se destacou no início. Mais tarde, o francês Michel Leplus, da Fazenda Melina, obteve destaque na viticultura e na produção de suco de uva, em um projeto implantado e conduzido tecnicamente por Gervasio Becker ao longo de 18 anos. Com alto padrão de qualidade, os sucos Melina chegaram a ser comercializados pela Rede Carrefour de supermercados e exportados para o exigente mercado dos Estados Unidos (MARTINS, 2012). “Quando comecei a mexer com uva, todo mundo me chamava de louco, mas



Copermutum assina contratos para desenvolvimento de atividades de fruticultura, em 1994. Fonte: Acervo da Copermutum.



Amostra do ponto de enxertia no parreiral do produtor Balbinot. Na foto o agrônomo Gervásio Becker. Fonte: Acervo da Copermutum.



Viticultura em Nova Mutum. Fonte: Acervo da Copermutum.



Fazenda Melina obteve destaque na viticultura e na produção de suco de uva. Fonte: Acervo da Prefeitura Municipal de Nova Mutum.

acabamos fazendo a uva mais doce do país, o melhor suco do país, e tivemos a maior produtividade do país, aqui em Nova Mutum”, comenta Becker.

A abacaxicultura também foi apoiada pela Copermutum, que recebeu do Centro Tecnológico da Embrapa do Rio de Janeiro um projeto para a produção de sucos, raspas de fruta e enlatados de abacaxi, mamão e outras frutas. Os produtores mutuenses ligados à cooperativa foram a Minas Gerais e São Paulo, trouxeram mudas de abacaxi e fizeram pequenas implantações da fruta para, com o tempo, tentar aumentar a produção e começar a industrializar, além de vender *in natura* (BECKER, 2019; OTTONELLI, 2019).

Em seu sítio, o agrônomo Gervasio Becker produzia uva, abacaxi e maracujá. Lá, ensinou seu afilhado Marcelo Franzener, filho de Clemente, a produzir abacaxi. Marcelo começou a plantar nas terras da família e hoje, com mais de 20 anos na atividade, os Franzener são os mais longevos abacaxicultores de Nova Mutum. Atualmente, o município conta com outros grandes produtores, como Cesar Augusto Oliveira Martins, cuja atividade principal é a sojicultura.

Agroindústrias

Até 2018, as principais agroindústrias de Nova Mutum eram o frigorífico de suínos Excelência, o frigorífico de aves One Foods (BRF) e a esmagadora de soja Bunge Alimentos. Em agosto de 2020 começou a operar a usina de etanol de milho Ethanol Bioenergia S.A., da Inpasa, que passou a ser a maior indústria do município.

O frigorífico Excelência, que já teve sua história contada nos subcapítulos anteriores, em 2018 ocupava a segunda posição no Estado de Mato Grosso em volume de abate de suínos, e a 12^a posição no Brasil. Seu diferencial está na qualidade da carne suína produzida, pois a granja Ideal Pork (que pertence ao mesmo grupo da Excelência) faz parte do seletto grupo dos 5% das granjas com o melhor *status* sanitário do mundo, isto por conta da bioseguridade e também porque os animais são alimentados com ração 100% vegetal. O setor de granja ocupa a área total de aproximadamente mil hectares, com 280 hectares de barreira sanitária (eucalipto). São 17 mil matrizes de suínos e 280 funcionários. Segundo dados de 2018, a fábrica de ração do grupo produz aproximadamente 126 mil toneladas ao ano (NOVA MUTUM, 2018).

O frigorífico BRF/One Foods, que também já teve sua história contada no tópico sobre a avicultura, operava em 2018 com capacidade de abate de 325 mil aves por dia, ou 22,4 mil por hora (média). Com área construída de 30 mil m², a fábrica coloca no mercado 10,5 mil toneladas/mês de produto acabado. São cerca de 2,2 mil empregos diretos e 7 mil indiretos. As granjas de recria são 6 (100% integrados), com capacidade de alojamento de 850 mil fêmeas/ano e produção média de 11 milhões de ovos incubáveis/mês. Os 662 aviários de

frango de corte existentes envolvem 116 integrados (NOVA MUTUM, 2018).

Nova Mutum conta ainda com duas usinas de biodiesel instaladas e em funcionamento: a Tauá Biodiesel, com 108 mil toneladas de óleo de soja degomado por ano, e a esmagadora de soja de Bunge Alimentos, que mantém no município o maior complexo industrial de esmagação de grãos da América Latina. Inaugurada em junho de 2009, a esmagadora da Bunge representou um investimento inicial de R\$ 150 milhões. A indústria começou a operar com processamento de soja, produzindo óleo degomado e farelo para os mercados interno e externo. Em março de 2013, com mais R\$ 60 milhões investidos, a Bunge inaugurou uma fábrica de biodiesel anexa à esmagadora. Com área edificada era de 45 mil m² em um terreno de 200 hectares, a indústria esmaga 4 mil toneladas de soja por dia, produzindo 497m³ de biodiesel/dia e 420 mil toneladas de farelo de soja/ano. São 158 empregos diretos e 43 indiretos (NOVA MUTUM, 2018).

Anunciada em 2019, a Ethanol Bioenergia S.A., usina de etanol de milho da Inpasa Brasil, entrou em operação no dia 26 de agosto de 2020, com capacidade para produzir 890 m³ de etanol hidratado por dia, 275 empregos diretos e cerca de três vezes mais de forma indireta. A planta industrial em Nova Mutum recebeu o investimento de R\$ 550 milhões e movimentou cerca de 2 mil empregos durante as obras. A indústria representa mais uma etapa no ciclo de verticalização da cadeia do milho.⁴⁶



Usina de etanol de milho Ethanol Bioenergia S.A., da Inpasa Brasil, entrou em operação em agosto de 2020. In: < <https://www.inpasa.com.br/>>.

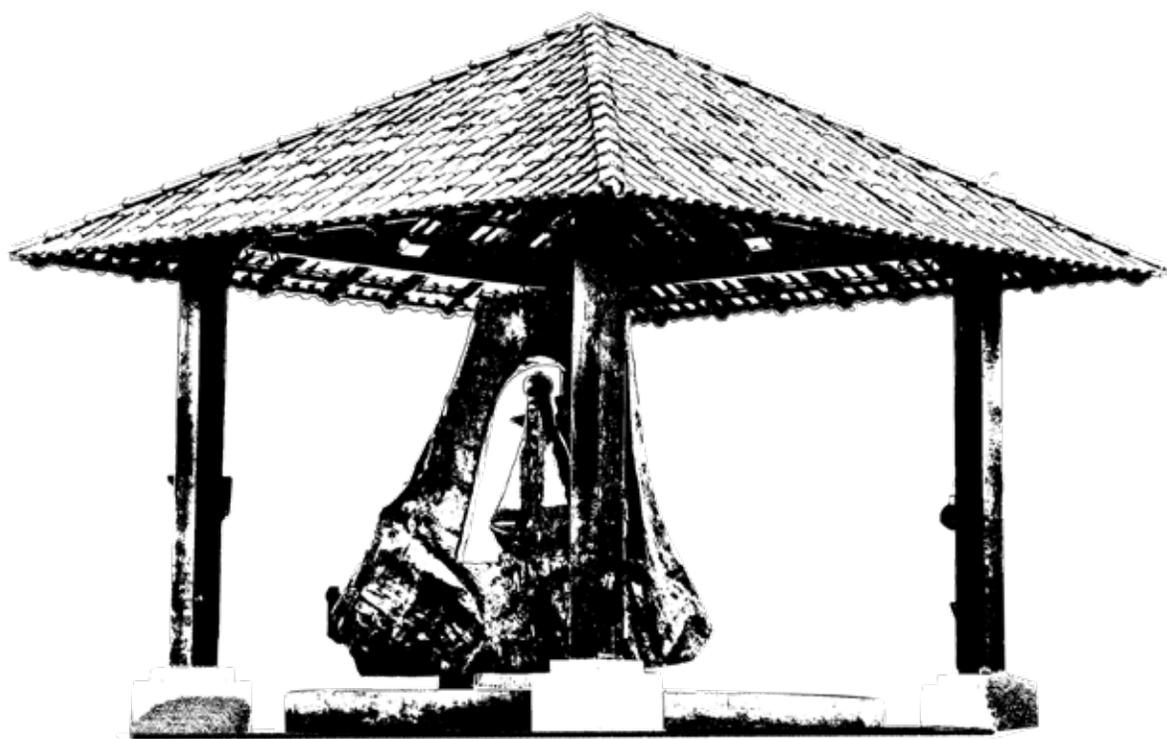
46 Informações disponíveis em: <noticiasagricolas.com.br>. Acesso em: 15 maio 2020.



Esmagadora de soja da Bunge Alimentos, situada à margem leste da BR-163, próxima ao centro urbano de Nova Mutum. Fonte: Acervo da Prefeitura Municipal de Nova Mutum.



Complexo industrial da BRF, que iniciou como frigorífico Mary Louise em 2001. Segundo dados do IBGE, em 2016 o rebanho de aves de Nova Mutum representava 20,17% do rebanho do Estado de Mato Grosso. Fonte: Acervo da Prefeitura Municipal de Nova Mutum.





CAPÍTULO VI

MUNICÍPIO DE NOVA MUTUM: PRIMEIROS PASSOS (1989 A 2000)

Primeira administração pública (1989 a 1992)

O município de Nova Mutum foi oficialmente instalado com a posse da Primeira Administração Pública Municipal e Primeira Legislatura Pública Municipal na data de 1º de janeiro de 1989, portanto, 180 dias após a aprovação da emancipação pela Assembleia Legislativa de Mato Grosso.

ELEIÇÕES DE 1988

No dia 15 de novembro de 1988, nas primeiras eleições municipais gerais após a promulgação da Constituição Federal de 1988, já sob a égide da chamada Nova República, a comunidade mutuense votou para eleger o seu primeiro prefeito, vice-prefeito e nove vereadores. Era o início dos mandatos regulares de quatro anos que se sucedem até os dias atuais em todo o País.

Ainda em julho de 1988 começaram as movimentações para composição dos partidos e escolha dos candidatos. O acordo entre as agremiações partidárias sinalizava a criação de uma chapa única para ocupar o Poder Executivo. O agricultor e dentista Boleslau Dziachan (PMDB), que era considerado por muitos o candidato natural a prefeito, por ter liderado a comissão pró-emancipação, não confirmou sua candidatura de início. Outros chegaram a ser cotados para o cargo, tais como os produtores rurais Francisco Pinardi de Moraes, José Carlos Menolli, Alfredo Horn, Pirajá Luiz Basso, Luiz Divino da Silva e o comerciante Primitivo Curi⁴⁷.

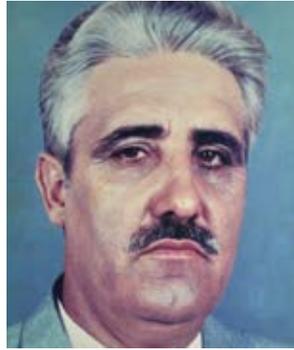
De uma reunião com lideranças surgiu, então, uma chapa com Pinardi (PMDB) à frente e Eduardo Tadeu Ferreira (PFL) como vice. Pinardi confirma

47 Nomes citados por diferentes entrevistados.

EXECUTIVO (1989-1992)



Prefeito: Boleslau
Dziachan (PMDB)



Vice-prefeito: Francisco
Pinardi de Moraes (PMDB)

PRIMEIRA LEGISLATURA (1989-1992)



Clemente Franzener
(Presidente 1989-1990)



Moacir Antônio
Fontana (Presidente
1991-1992)



Adriano Casanova



Carmem Regina
Casagrande Giachini



João Inácio Lauxen -
Donde



Osvaldo Alves Faria



Silvino Rupolo -
Branco



Valdo Bressan



Vicente Paulino
Barreiros



Seção eleitoral na Escola Estadual Isabel Pinto de Campos, nas eleições municipais de 15 de novembro de 1988. Fonte: Acervo pessoal de Sadi Ramos.



Seção eleitoral na sede da Empaer, nas eleições municipais de 1988. Fonte: Acervo pessoal de Sadi Ramos.



No dia da eleição, 15 de novembro de 1988, o candidato a prefeito Boleslau Dziachan e o candidato a vereador Vicente Paulino Barreiros, na sessão eleitoral da antiga Cnec. Fonte: Acervo pessoal de Cleonice Alves.

Seção eleitoral na antiga Cnec, nas eleições municipais de 1988. Na foto o vereador mais votado, Vicente Paulino Barreiro (chapéu), exercendo o direito ao sufrágio. Fonte: Acervo pessoal de Cleonice Alves.



Prefeito, vice e vereadores de Nova Mutum recebem posse em Diamantino, em janeiro de 1989. Fonte: Acervo pessoal de Cleonice Alves.

que esta composição estava acordada, porém, “reviravoltas da política” o levaram a recuar, segundo ele porque a maioria preferia o nome de Dziachan (MORAES, 2019). “Abri mão de ser prefeito, e o pessoal aceitou a chapa Boleslau–Pinardi”, declarou.

Conforme alguns entrevistados, houve um impasse de aproximadamente dez dias entre a escolha da chapa Pinardi–Ferreira e a definição por Dziachan–Pinardi. A influência do então deputado estadual Hermes de Abreu (PMDB), “padrinho” da emancipação, teria sido decisiva para a solução desse impasse.

Após ter sido consolidada a emancipação de Nova Mutum, foi necessária a realização da primeira eleição aos cargos de Prefeito e Vereadores para a coordenação política do município. Como acompanhei de perto a união da população para chegar a isso, me senti obrigado em ir até a cidade para debater um pouco a respeito do assunto. Na ocasião, fizemos uma reunião em que discursi no sentido de tentar conscientizar as lideranças a lançarem um candidato de consenso à Prefeitura, dadas as dificuldades iniciais de se instalar a administração de um município, aonde tudo começaria do zero. Isso resultou na candidatura única do primeiro Prefeito, Sr. Boleslau Dziachan. (ABREU, 2019).

A disputa por vagas no Legislativo de Nova Mutum contou com 14 candidatos, conforme relatado mais adiante.

BOLESLAU DZIACHAN

Nascido em Pedregulho, hoje município de Doutor Maurício Cardoso (RS), Boleslau Dziachan é filho dos poloneses imigrantes Jan Dziachan e Melania Jaugwinski Dziachan, já falecidos e sepultados em Nova Mutum. Formou-se em odontologia pela Universidade Federal do Paraná. Foi professor por 12 anos em uma escola estadual em Horizontina (RS), onde chegou a ser diretor por dois anos.

No início da década de 1980, transferiu-se, juntamente com familiares, para o Estado de Mato Grosso. Sua intenção era exercer a profissão de dentista e trabalhar na produção agrícola. Inicialmente, instalou-se em Itiquira, no sul do Estado. Em 1984 adquiriu, com familiares, propriedades no distrito de Nova Mutum, na “região do Tauá”, junto à estrada para São José do Rio Claro. Além das atividades agropecuárias, mantinha consultório odontológico na agrovila Mutum. Foi o primeiro dentista a atuar na comunidade. Rapidamente tornou-se uma das principais lideranças comunitárias de Nova Mutum, tendo sido, entre 1984 e 1988, presidente da Associação de Pais e Mestres (APM) da Escola Cenecista Hilda Strenger Ribeiro e diretor da mesma escola, depois diretor da

Escola Estadual Isabel Pinto de Campos. Também foi presidente da Comissão Pró Emancipação de Nova Mutum em 1987/1988, função que projetou seu nome como candidato a prefeito na chapa de consenso das eleições de 1988.⁴⁸

Boleslau é casado com Marilene Fontana. Tem uma filha do seu primeiro casamento e três filhos com Marilene.

GESTÃO PÚBLICA

A primeira administração municipal – concordam todos os entrevistados – foi favorecida pelo cenário ainda pouco competitivo na política local, uma vez que a primeira eleição teve chapa de consenso para o Executivo. Praticamente todas as forças políticas estavam envolvidas no processo de construção do município, e o clima de união prevalecia. Para Dziachan (2019), “a primeira administração foi de um desempenho espetacular, com mérito de todos; foi um mandato comunitário”.

Inaugurada em 1986 pelo município de Diamantino, a Escola Municipal Jorge Amado, localizada no lado oeste da atual rua das Primaveras (próximo à esquina com avenida dos Canários), foi ampliada e adaptada para servir como primeiro Paço Municipal.

Na primeira administração, o organograma do Executivo era bastante enxuto. Havia apenas uma secretaria, denominada “Secretaria Geral”. O titular da pasta foi o agricultor José Carlos Menolli. Subordinados ao secretário geral havia cinco departamentos ou chefias. Esses departamentos foram sendo instalados no decorrer dos primeiros meses. O vice-prefeito Francisco Pinardi de Moraes acumulou função assumindo a chefia do Departamento de Obras. O Departamento de Educação ficou com Osmar José Batistussi. O de Tributação com Sadi Ribeiro Ramos. E, trazidos de Sorriso (MT), o contador Lírio Lautenschlager e o professor Luiz Pedro Franz assumiram, respectivamente, o Departamento Financeiro e a Chefia de Gabinete. “A prefeitura não tinha nem mobília. Aí o banco Itaú, que tinha reformulado a agência, cedeu uns móveis antigos para a prefeitura. Teve que se comprar desde caneta”, recorda Lautenschlager.

No início, a receita do município era composta somente pelo Fundo de Participação dos Municípios (FPM), repassado pela União, e pelo Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICM), repassado pelo Estado. Para regularizar a arrecadação, posicionando Nova Mutum corretamente no Índice de Participação dos Municípios (IPM), foi preciso realizar um extenso trabalho. Além de cadastrar todos os imóveis urbanos, o departamento de Tributação, em um esforço que envolveu outros departamentos, fez um levantamento de

48 Fonte: acervo pessoal de Sadi Ribeiro Ramos.

tudo que se produzia no município – pecuária, agricultura, comércio, indústria, serviços etc. – e cadastrou todas as inscrições no código 171.000, correspondente a Nova Mutum. Gradualmente, foram-se implantando impostos municipais como o ISS, o ITBI e o IPTU, cuja arrecadação somada passou a representar cerca de 20% da receita do município. Do ICM da atividade agropecuária provinha 65% e do FPM, 15%.

Sadi Ramos, que chefiava a Tributação, dá mais detalhes sobre o trabalho de cadastramento que fez Nova Mutum saltar de uma posição atrás da vigésima para a décima segunda em arrecadação no Estado:

Era uma bagunça. Muitas vezes um produtor entregava a produção em outro município porque era mais perto. Então começamos a fazer barreiras nos limites do município para conferir as notas e cadastrar todo mundo. Foi um trabalho muito extenso e continuado. A equipe varava noites nisso, tanto que viramos referência e depois Campo Novo do Parecis, Tapurah e Lucas do Rio Verde nos convidaram para ajudá-los a fazer o mesmo. (RAMOS, 2019).

Todavia, enquanto a área fiscal era estruturada, a administração sofria com a escassez de recursos e buscava alternativas para entregar os serviços públicos à população. Para complicar, o primeiro ano do município coincidiu com o pico da crise da soja. “O trabalho era difícil porque a prefeitura não tinha máquinas, só a patrola que veio da associação comunitária⁴⁹. Devagarinho fomos comprando mais uma patrola, caminhão e pá carregadeira”, relata Pinardi (2019). O próprio vice-prefeito acabou sendo avalista na compra das primeiras máquinas, uma vez que o município não tinha crédito nem para isso. “Quando a prefeitura não tinha máquinas, tudo era feito com participação dos produtores. Mas fomos bem, porque era uma equipe que tinha bastante credibilidade, nós do Executivo, os vereadores, e graças a isso o município conseguiu sobreviver”, lembra Menolli (2019).

Entre as realizações da primeira administração, Dziachan, Pinardi, Menolli, Franz, Ramos, Lautenschlager, Franzener e demais entrevistados destacam ainda a construção do hospital municipal (depois ampliado e atualmente administrado pelo Instituto Santa Rosa), construção da Escola Municipal Rural Produtiva Ranchão e da Escola Municipal Tancredo Neves, implantação dos sistemas de água, energia e telefone, abertura de estradas como as que ligam Nova Mutum à Ranchão (atual MT-235 – Rodovia da Produção) e ao Pontal

49 A primeira máquina pesada da prefeitura de Nova Mutum foi a motoniveladora (patrola) Caterpillar 120 adquirida pela ADCNM antes da emancipação. O município assumiu as parcelas do financiamento da máquina e a sua posse.



Escola Jorge Amado foi adaptada para abrigar a Prefeitura. Na segunda foto nota-se a primeira ampliação do prédio. Fonte: Acervo pessoal de Sadi Ramos.



Hospital municipal, construído no início da década de 1990, na avenida das Araras.
Fonte: Acervo pessoal de Sadi Ramos.



Prefeitura adquire primeira patrola. Fonte: Acervo pessoal de Sadi Ramos.



Primeira expansão da cidade para além do perímetro projetado originalmente pela colonizadora. Fonte: Acervo pessoal de Sadi Ramos.



Primeiras casas do bairro Jardim I. Fonte: Acervo pessoal de Sadi Ramos.



Fotos aéreas de Nova Mutum no início da década de 1990. Fonte: Acervo pessoal de Sadi Ramos.



Execução do primeiro paisagismo na av. Mutum, no início da década de 1990. Fonte: Acervo pessoal de Sadi Ramos.



Primeiro paisagismo concluído na av. Mutum. Fonte: Acervo pessoal de Gilberto Valdameri.



Avenida dos Canários (trecho entre Av. dos Uirapurus e perimetral das Samambaias) no início dos anos 1990. Fonte: Acervo pessoal de Gilberto Valdameri.



Equipe da administração municipal realiza primeiro levantamento para definir a participação de Nova Mutum no ICMS do Estado. Fonte: Acervo pessoal de Sadi Ramos.



Primeiro treinamento para servidores da Prefeitura, ministrado por Gilberto Luiz Gonzaga. Fonte: Acervo pessoal de Sadi Ramos.



Em 1990, antes de ser transferida para o novo prédio, a Escola Municipal de 1º Grau Tancredo Neves ocupava o prédio da escola construída em 1978 pela colonizadora, inicialmente utilizado pela Cnec e em 1989 pelos adventistas. Fonte: Acervo pessoal de Euclides da Luz.



Construção do atual terminal rodoviário de Nova Mutum, vista da avenida dos Canários, com a BR-163 ao fundo. Fonte: Acervo pessoal de Gilberto Valdameri.



Escola Municipal Rural Produtiva Ranchão, obra da primeira administração. Acervo da Prefeitura Municipal de Nova Mutum.



O SAAE de Nova Mutum foi criado em 15 de agosto de 1989, através da lei nº 023/89, sob a forma de Autarquia. Fonte: Acervo da Prefeitura Municipal de Nova Mutum.



Construção da central telefônica da Telemat, em 1989. Fonte: Acervo da Prefeitura Municipal de Nova Mutum.



Antes do linhão de energia passar por Nova Mutum, uma das fontes de abastecimento da cidade era uma pequena usina termelétrica. Fonte: Acervo da Prefeitura Municipal de Nova Mutum.

do Marape (na época Fazenda Trescinco), criação dos bairros Jardim, Nossa Senhora Aparecida, Alto da Colina e projeção do bairro Parque do Sol⁵⁰, criação da reserva técnica ao longo do córrego Bujuzinho, execução do primeiro paisagismo da avenida Mutum⁵¹, implantação do transporte escolar e criação de um programa de escola itinerante, com um ônibus que rodava o município levando professores até as famílias. “O hospital foi uma obra fantástica, feita com recursos cem por cento do município. Não sei de onde nós conseguimos esse dinheiro. Foi um milagre”, diz Dziachan (2019).

O ex-prefeito ressalta ainda a seleção de Nova Mutum para uma missão à Universidade de Munique, na Alemanha, onde a delegação mutuense pôde acompanhar estudos sobre viabilidades econômicas aliadas a questões ambientais. Desse intercâmbio surgiu um programa de cooperação com os alemães que, entre outras coisas, contribuiu para a implantação do cooperativismo de crédito e da suinocultura em Nova Mutum. Ademais, a maioria dos entrevistados por esta pesquisa aponta como uma grande marca da primeira administração o apoio e articulação em prol da criação da Credimutum e da Copermutum.

PRIMEIRA LEGISLATURA

Dentre os 14 nomes que disputaram vagas no Legislativo mutuense no dia 15 de novembro de 1988, os nove eleitos e empossados em janeiro de 1989 foram Adriano Casanova (PMDB), Carmem Regina Casagrande Giachini⁵² (PFL), Clemente Franzener (PMDB), João Inácio Lauxen – Donde (PMDB), Moacir Antônio Fontana (PMDB), Osvaldo Alves Faria (PMDB), Silvino Rupolo – Branco (PDT), Valdo Bressan (PMDB) e Vicente Paulino Barreiros (PFL).

A sessão solene para composição da primeira legislatura foi realizada no dia 1º de janeiro nas dependências do antigo Pavilhão Comunitário da Igreja Católica, situado na avenida Principal (atual avenida Mutum, terreno da atual Escola Estadual José Aparecido Ribeiro). O termo de abertura do Livro Ata nº 1 foi assinado na ocasião pelo presidente da mesa, vereador Vicente, que foi o mais votado. A primeira ata foi lavrada pela vereadora Carmem.

No dia seguinte, 2 de janeiro, realizou-se, na escola Jorge Amado, a segunda sessão, para composição da mesa diretora da Câmara. Os eleitos para o biênio 1989-1990 foram Franzener (presidente), Rupolo (vice-presidente), Carmem

50 Para estimular o crescimento da cidade, a administração tinha como política a doação de terrenos urbanos para as pessoas que quisessem construir casas.

51 As ruas e avenidas da cidade, que até então eram denominadas por letras e números, receberam, durante a primeira administração, seus nomes definitivos via decreto municipal. Adotou-se a norma de usar nomes de plantas para as ruas e de aves para as avenidas.

52 Observação: nas referências deste livro, consta o nome “Carmem Regina Casagrande”, sem o “Giachini”, pois é este o nome que a ex-vereadora utiliza atualmente.

12

Relações dos presentes na sessão solene para composição da primeira Legislatura Pública Municipal de Nova Mutum - Mato Grosso, realizada em primeiro dia do mês de janeiro de hum mil, novecentos e setenta e nove (01/01/89)

Boleslau Dziachan
 Francisco P. de Moraes
 Vicente Paulino Boreiras
 Clemente Franzener
 Valdo Bressan
 Carmem R.C. Giacchini
 Osvaldinho A. Faria
 Moacir A. Fontana
 Silvino Rupulo
 Adriano Casanova
 João Imácio Louren

Relação dos presentes na Sessão Solene para composição da Primeira Mesa Diretora da Câmara Municipal de Nova Mutum - MT, para o biênio de hum mil, novecentos e setenta e nove a hum mil, novecentos e noventa

Vicente Paulino Boreiras
 Clemente Franzener
 Valdo Bressan
 Carmem R.C. Giacchini
 Osvaldo A. Faria
 Moacir A. Fontana
 Silvino Rupulo
 Adriano Casanova
 João Imácio Louren

Trecho da ata da sessão solene para composição da primeira Legislatura Pública Municipal de Nova Mutum, com assinatura do prefeito, vice-prefeito e vereadores empossados. Fonte: Acervo da Câmara Municipal de Nova Mutum.



Vereadores da primeira Legislatura durante sessão. Fonte: Acervo da Câmara Municipal de Nova Mutum.



Sede da Câmara Municipal de Nova Mutum, em prédio alugado na rua das Primaveras. Fonte: Acervo pessoal de Alcindo Uggeri.

(1ª secretária) e Donde (2º secretário). A terceira sessão ocorreu em caráter extraordinário, na data de 6 de janeiro, nas dependências da recém instalada prefeitura, rua “D”, s/n, para deliberar sobre a constituição das comissões permanentes da Câmara⁵³.

Para a quarta sessão foi utilizado o pavilhão da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil de Nova Mutum (IECLB), na rua “C”, s/n (depois batizada de rua das Primaveras), e da quinta sessão em diante o Legislativo já passou a utilizar o seu primeiro endereço oficial: um prédio alugado de Walter Krauspenhar, ao lado do antigo Supermercado Jenai, também na rua das Primaveras. Na década de 1990 a Câmara mudou-se para outro prédio alugado, na rua dos Flamboyants, próximo à antiga Escola Estadual Isabel Pinto de Campos, e na década de 2000 instalou-se no novo centro político administrativo da cidade, no prédio próprio utilizado até os dias atuais, na avenida Mutum.

A gente não tinha preparo para ser vereador, mas o que a gente tinha dava para contribuir. Então juntamos todo mundo. Não tinha oposição nem situação, era o grupo todo trabalhando. Na primeira sessão ordinária a gente olhou um para a cara do outro e pensou: “e agora?” Fomos para a antiga escola, pegamos nove mesinhas de alunos, fizemos um círculo, eu comprei um livro ata e uma caneta Bic e fizemos a primeira ata, onde relatamos a cerimônia de posse do dia anterior. (CASAGRANDE, 2018).

Ainda sobre os primeiros passos do Legislativo mutuense, o primeiro presidente, vereador Clemente Franzener, complementa:

Como ninguém tinha experiência, pegávamos cópias das leis de outros municípios para estudar. Eu pedia ajuda e assessoria para um conhecido que foi presidente da Câmara de Marechal Cândido Rondon, no Paraná, e assim começamos a criar as nossas leis. Nós discutíamos cada vírgula, item por item. Era trabalho duro e tudo feito pelos vereadores, diferente de hoje em que os vereadores pegam tudo mastigadinho das assessorias e só dão uma conferida. A criação da primeira Lei Orgânica foi assim. Uma sugestão minha na LOM foi que o município não poderia ter mais funcionários que 1,2% da população. A preocupação era inchar a máquina como a gente notava em outras cidades. Depois os outros prefeitos tiveram que revogar essa lei e aumentar. A Câmara começou sem orçamento. A gente discutia as necessidades com o prefeito e ia negociando. Começou com uma folha de apenas dois ou três funcionários. A remuneração dos

53 O endereço rua “D”, s/n corresponde à Escola Jorge Amado, porém na data da terceira sessão a prefeitura municipal já havia se instalado no prédio.

EXECUTIVO (1993-1996)



Prefeito: José Carlos Menolli (PTB)



Vice-prefeito: Alcindo Uggeri (PFL)

SEGUNDA LEGISLATURA (1993-1996)



Vicente Paulino Barreiros (Presidente 1993-1994)



Silvino Rupolo – Branco (Presidente 1995-1996)



Aldoino José Borsato



Claudio João Sfredo



Dario Largura



Ison Matschinske



Maria Doroti de Oliveira Chagas



Reinhardt Bock



Valesca Lauxen Pinto



Sidney Roberto Duarte Ferreira (suplente)



Lili Weidmann Oliveira (suplente)

vereadores era simbólica, coisa de um salário e meio cada um, e custeio do básico para funcionar. Desde aquela época a Câmara já devolvia as sobras para a Prefeitura. (FRANZENER, 2018).

Oriunda do Projeto de Lei 001/90, a primeira Lei Orgânica Municipal (LOM) foi aprovada e promulgada no primeiro semestre de 1990. Emitido em 5 de abril daquele ano, o boletim final dos trabalhos da Constituinte Municipal informa que a comissão organizante da LOM foi presidida pelo vereador Moacir Antônio Fontana. Silvino Rupolo foi o relator do projeto. Houve ainda a Comissão Capitular A, presidida por Adriano Casanova, e a Comissão Capitular B, presidida por Vicente Barreiros.

Segunda administração pública (1993 a 1996)

ELEIÇÕES

Nas eleições municipais de 1992, a primeira com duas chapas em disputa pelo Executivo de Nova Mutum, o agricultor José Carlos Menolli (PTB) – que na primeira administração exerceu o cargo de secretário geral – foi eleito prefeito tendo o também agricultor Alcindo Uggeri (PFL) como vice. A outra chapa foi encabeçada por Francisco Pinardi de Moraes (PMDB) – então vice-prefeito e chefe do departamento de obras –, que tinha como vice Luiz Pedro Franz – chefe de gabinete na primeira administração.

É consenso entre os entrevistados por esta pesquisa que o pleito de 1992 foi um marco para Nova Mutum, pois pela primeira vez na história a comunidade mutuense se viu dividida politicamente de forma significativa. O sentimento de união e confluência que caracterizou a primeira administração, proporcionado pela eleição de chapa única em 1988, deu lugar ao confronto político, o que é normal do jogo democrático e uma realidade em quase todos os municípios brasileiros. Com exceção de Uggeri, os outros três nomes componentes das chapas de 1992 trabalharam juntos na gestão Dziachan.

Empossado em janeiro de 1993, o prefeito Menolli teve de lidar com os desafios desse novo cenário político mais sensível. Dziachan, que apoiou Menolli na eleição, integrou a nova administração, tendo assumido a pasta de Indústria e Comércio. Na época ainda não existia a possibilidade de reeleição no Brasil.

JOSÉ CARLOS MENOLLI

Natural de Cambé (PR), José Carlos Menolli formou-se em zootecnia e em 1984 deixou sua terra natal para ampliar suas atividades agrícolas em Mato



Transmissão da faixa de prefeito de Boleslau Dziachan a José Carlos Menolli, em janeiro de 1993. Fonte: Acervo pessoal de Cleonice Alves.



Posse dos vereadores da segunda legislatura, realizada na sede da Câmara Municipal. Fonte: Acervo pessoal de Cleonice Alves.



Cerimônia de posse do prefeito Menolli e vice-prefeito Uggeri foi realizada na Associação Recreativa. Fonte: Acervo pessoal de Cleonice Alves.

Grosso. Juntamente com quatro irmãos, adquiriu de um grupo de cuiabanos uma fazenda de 3 mil hectares no município de Nobres – hoje fazenda Mãe Tereza, região leste de Nova Mutum – situada nas proximidades da comunidade Novo Horizonte e do atual assentamento Ribeirão Grande. Mesmo com a fazenda em Nobres, montou, desde sua chegada, residência no distrito de Nova Mutum.

A primeira atuação comunitária de José Menolli se deu na ADCNM, da qual foi o segundo presidente eleito. Exerceu papel importante na comissão pró-emancipação de Nova Mutum e comandou a única pasta com *status* de secretaria na primeira administração municipal. José Carlos Menolli é casado com Marisa Panchoni Menolli e tem uma filha.

GESTÃO PÚBLICA

Assim como a primeira administração enfrentou a escassez de recursos agravada pela crise da soja de 1989-1990, a segunda administração precisou enfrentar a crise de 1994-1995 e períodos com inflação de 80% ao mês. Segundo Menolli, a prefeitura recebia o repasse do governo estadual no dia 20 e pagava a folha no dia 30. “Nesse intervalo de 10 dias a inflação comia 20 ou 30% da verba. Era um sufoco, porque tinha que pagar e a gente nunca atrasava a folha”, relata o ex-prefeito.

Integrantes da gestão 1993-1996, como Sadi Ramos, José Mario Ribeiro Mendes, Alcindo Uggeri e o próprio Menolli, consideram que as principais marcas daquele governo foram a construção do frigorífico de suínos (houve fundamental articulação e contrapartida do município), criação da Fundação Municipal de Ensino Superior de Nova Mutum (Fumesunm), anexação do distrito de Santa Rita ao município de Nova Mutum (até então pertencia a Nobres), construção da subestação e linha de energia elétrica (articulação e contrapartida do município), asfaltamento de grande parte das ruas e avenidas da cidade, construção do ginásio de esportes Matrinxã (atualmente denominado Ginásio Lauro Immich), construção da escola municipal Carlos Drummond de Andrade e ampliação da Escola Rural Produtiva Ranchão.

Para a obra do frigorífico, a contrapartida do município consistiu na compra da área de 107 hectares doada a Intercoop, além da execução da terraplanagem, asfaltamento, tanques de decantação e outras benfeitorias. Também foi decisiva a atuação política do governo municipal na aprovação do financiamento para a construção da estrutura predial, junto a instituições financeiras, e na obtenção das garantias, junto a lideranças como Dr. Ribeiro e Otaviano Pivetta. Após longa espera e muita insistência, a confirmação da liberação do recurso foi dada ao prefeito Menolli pelo senador Jonas Pinheiro, que intercedeu junto ao Banco do Brasil. A obra teve início, mas foi concluída e entregue somente em 1997,



Av. Mutum em setembro de 1993. Fonte: Acervo pessoal de Sadi Ramos.



Construção do trevo de entrada da cidade (BR-163 com av. Mutum). Fonte: Acervo pessoal de Sadi Ramos.



Lançamento da campanha regional pró vinda do linhão de energia ao norte de Mato Grosso. Fonte: Acervo da Prefeitura de Nova Mutum.



Construção da subestação de energia da Cemat. Fonte: Acervo pessoal de Sadi Ramos.



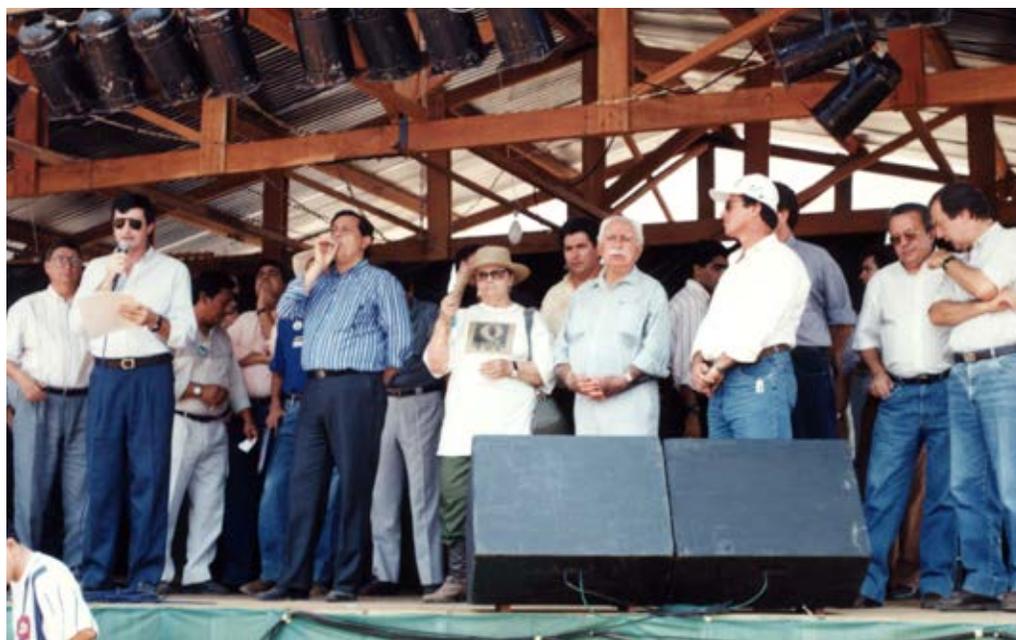
Subestação de Nova Mutum concluída. Fonte: Acervo da Prefeitura Municipal de Nova Mutum.



Construção do ginásio de esportes Matrinxã (atual Ginásio Lauro Immich). Fonte: Acervo pessoal de Sadi Ramos.



Ginásio de esportes Matrinã
(atual Ginásio Lauro Immich).
Fonte: Acervo da Prefeitura
Municipal de Nova Mutum.



Inauguração do Parque de Exposições José Aparecido Ribeiro, em 1994, com presença do Dr. Ribeiro e sua esposa. Fonte: Acervo da Prefeitura Municipal de Nova Mutum.



Parque de Exposições José Aparecido Ribeiro, em 1995. À sua esquerda o barracão do CTG Porteira da Amazônia. Fonte: Acervo da Prefeitura Municipal de Nova Mutum.

na administração seguinte (ver história completa da suinicultura no capítulo 5).

A subestação de energia de Nova Mutum foi inaugurada em dezembro de 1994. O linhaô (Cuiabá a Sinop), construído pelo governo do Estado, interligou Nova Mutum ao sistema nacional de energia, permitindo que a cidade abandonasse os velhos motores geradores que causavam prejuízo a indústrias e empresas e desânimo à população. Houve intensa campanha para que isso se realizasse, com diversas viagens do prefeito e equipe à Brasília e Cuiabá, em audiências com secretários e ministros (REVISTA PRESTAÇÃO DE CONTAS, 1996). Diversas fontes creditam ao esforço do prefeito o fato de Nova Mutum ter conseguido instalar a subestação em tempo de acessar o linhaô. Lucas do Rio Verde, por exemplo, não fez o mesmo trabalho e acabou perdendo a oportunidade na época. De acordo com Menolli, o Grupo Mutum já tinha uma área reservada para alocar a subestação, o que facilitou o processo. A gestão 1993-1996 também levou eletricidade para regiões do interior do município, como o distrito de Santa Rita, que teve abastecimento de energia antes de Lucas do Rio Verde.

Já as obras de asfaltamento das vias urbanas, que atingiram a maior parte da cidade durante a segunda administração, foram possíveis graças a um formato de trabalho diferente adotado pela prefeitura. O então secretário de obras, José Mario Ribeiro Mendes, explica: “Nós asfaltamos a maior parte das ruas a custo muito barato. A prefeitura entrou com a patrôa e equipe de topografia e controle. Gastamos cerca de cinco reais por metro quadrado, enquanto outros municípios faziam a 25.”

O perímetro urbano da cidade continuou crescendo no tempo da segunda administração. Em 1995, houve a criação do bairro Parque do Sol, idealizado desde a administração anterior com a intenção de, ao facilitar moradia, atrair pessoas de fora para trabalhar no frigorífico de suínos. A escassez de mão de obra era uma das dificuldades a serem superadas para viabilizar a indústria. Também nesta época o município abriu o bairro Colina II, que foi regularizado mais tarde, em 2010.

Terceira administração pública (1997 a 2000)

ELEIÇÕES

As eleições municipais de 1996 resultaram no retorno de Boleslau Dziachan (PMDB) ao cargo de prefeito, desta vez com Aldo José Oro (PT), comerciante do setor de materiais de construção, na função de vice. Os concorrentes foram Alcindo Uggeri (PFL) e Silvino Rupolo – Branco – (PDT), respectivamente prefeito e vice da chapa.

Uggeri representava a sucessão da gestão Menolli, da qual era o vice. O

EXECUTIVO (1997-2000)



Prefeito: Boleslau
Dziachan (PMDB)



Vice-prefeito: Aldo José
Oro (PT)

TERCEIRA LEGISLATURA (1997-2000)



Iلسon Matschinske
(Presidente 1997-1998)



Vanderlei Antonio
de Ávila (Presidente
1999-2000)



Aldevino Neumann



Clemente Franzener



Osvaldo Alves Faria



Plínio Cella



Reinhardt Bock



Sidney Roberto Duarte
Ferreira



Valesca Lauxen Pinto



Genecir Silvio
Tramm (suplente)



Marcos Serafim Duarte
(suplente)



Vicente Paulino Barreiros
(suplente)

agricultor tinha atuação também nas diretorias da Credimutum e Intercoop. Já Branco vinha de dois mandatos consecutivos na Câmara Municipal, tendo sido presidente da mesa diretora no biênio 1995-1996. Dziachan, que apoiou Menolli na eleição anterior e chegou a integrar o seu secretariado por um período, já não estava mais alinhado com o grupo governista e disputou como oposição. Cabe lembrar que somente a partir de 1998 a reeleição foi legalizada no País, o que impossibilitava Menolli de entrar na disputa.

GESTÃO PÚBLICA

Ao assumir o Executivo em janeiro de 1997, Dziachan encontrou uma realidade política bastante diferente da do primeiro mandato. O tão falado sentimento de união e confluência das forças políticas locais que caracterizou e favoreceu o desempenho da primeira administração ficou no passado.

No aspecto financeiro o município ainda engatinhava, frequentemente abalado pelas instabilidades econômicas da década de 1990. Cada uma das três primeiras administrações enfrentou uma crise da agricultura; houve a de 1989, a de 1995 e dessa vez a de 1998. Conforme o vice-prefeito Aldo Oro (2019), a administração 1997-2000 foi marcada, do primeiro dia ao último, por dificuldades financeiras. “A receita era muito baixa, menos de dez milhões [de reais] por ano. Ainda éramos muito dependentes do FPM e repasses do Estado”, diz.

Não obstante, Boleslau tinha o plano de continuar com o processo de verticalização da produção agrícola pensado e iniciado em 1989-1990, facilitando a instalação de novas indústrias na cidade, especialmente frigoríficas. Com a suinocultura já implantada e o frigorífico Intercoop (atual Excelência – Ideal Pork) inaugurado em 1997, o governo focou na avicultura de frango de corte e na piscicultura. O projeto da avicultura resultou na instalação do frigorífico Mary Louise (atualmente BRF), inaugurado em 2001, na administração seguinte. Já o frigorífico de peixes não chegou a sair do papel (a história detalhada destes projetos de avicultura e piscicultura encontra-se no final do capítulo 5, que trata da economia agropecuária de Nova Mutum).

Os planos do governo para a área econômica eram ousados para as condições da época e as dificuldades encontradas – financeiras e políticas – foram muitas. A função de viabilizar as novas indústrias exigiu um grande esforço da administração, – mesmo se tratando de parceria com investidores da iniciativa privada. Parte da sociedade mutuense desacreditou do projeto do frigorífico de aves e fez oposição à sua instalação desde o início. Diversos entrevistados por esta pesquisa, favoráveis e contrários ao governo Dziachan, apontam que a administração, no afã de realizar o projeto, acabou perdendo o controle das contas. Nos últimos meses da gestão a situação financeira do município estava

bastante delicada, chegando ao ponto de atrasar salários.

Alguns membros do governo alegam que o descontrole financeiro ocorreu porque a expectativa de arrecadação do município não foi atendida, e que apesar da falta de dinheiro não houve problemas no atendimento de saúde, educação e social. Essas três áreas são apontadas pelo vice-prefeito Aldo Oro como pontos fortes da administração 1997-2000. Segundo ele, todo ano a demanda escolar aumentava em 25% por causa da migração de pessoas para a cidade, o que requeria muitos investimentos por parte da prefeitura. “O transporte escolar, bancado todo pela prefeitura, com a frota de ônibus, vans e kombis, rodava 40 mil quilômetros por mês, ou seja, o custo era muito alto na educação”.

Na saúde, manteve-se o hospital público atendendo gratuitamente todos os munícipes e muitos de fora. Aldo foi presidente da Fundação Municipal Hospitalar de Nova Mutum por cerca de três anos, iniciando em 1997. Recebeu o hospital com uma dívida muito grande com o INSS e, depois de muita negociação e de uma diligência que envolveu o Conselho Municipal de Saúde, a Fundação conseguiu suspender a cobrança dos 22% de INSS, o que aliviou muito as contas.

Oro destaca ainda como realizações da gestão a conquista de um prêmio de melhor município do Estado no atendimento à criança (município com menor taxa de crianças fora da escola) e a superação de metas nas campanhas de vacinação.

Na área urbanística, o período de 1997-2000 foi marcado pela criação dos bairros Jardim II e Bela Vista. Houve ainda a construção do antigo chafariz e a instalação do “monumento da Santa”, ambos em rotatórias da avenida Mutum.

Sociedade Civil Organizada

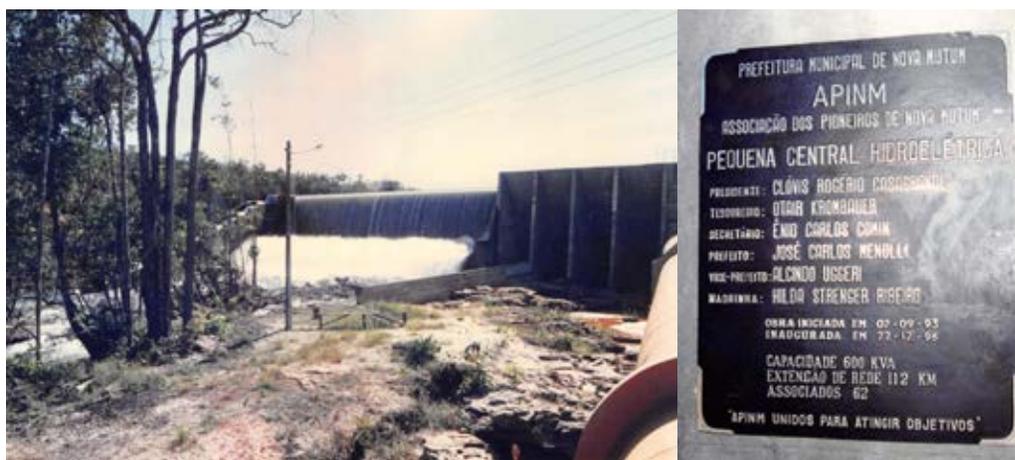
No capítulo 3, que aborda o período de 1978 a 1988, este livro traz a história das principais organizações criadas pela comunidade mutuense antes da emancipação. Continua-se, a partir daqui, com a história de algumas das entidades⁵⁴ fundadas entre 1989 e 2000.

No âmbito econômico surgiram, já em 1990, a primeira cooperativa de crédito de Nova Mutum, a Credimutum (detalhes mais adiante), e a primeira cooperativa agrícola cem por cento mutuense, a Copermutum (história detalhada no capítulo 5). A classe empresarial fundou, em 1991, a Associação Comercial e Industrial de Nova Mutum (Acinm) – que depois passou a se chamar Associação Comercial e Empresarial de Nova Mutum (Acenm) – e, em 1994, a Câmara de Dirigentes Lojistas de Nova Mutum (CDL). As duas

54 Diante da impossibilidade de contemplar todas as entidades, a presente pesquisa limitou-se a apresentar as mencionadas pelos entrevistados como sendo as principais.



A Associação Comercial e Empresarial de Nova Mutum (Acenm), inicialmente denominada “Acinm”, foi fundada em 1991, e a Câmara de Dirigentes Lojistas em 1994. Fonte: Acervo da Prefeitura Municipal de Nova Mutum.



PCH da Apinm foi inaugurada em 1996. Fonte: Acervo da Prefeitura Municipal de Nova Mutum.



A Apae Nova Mutum foi fundada em 1997. O prédio foi doado à associação pelo extinto Clube de Mães “Mãe Carolinda”. Fonte: Acervo da Prefeitura Municipal de Nova Mutum.

entidades passaram a atuar em parceria em 1999, dividindo a estrutura física e administrativa. Também da década de 1990 nasceram a Associação dos Criadores de Nova Mutum (Acrimutum) – cuja história é contada no capítulo 5 deste livro, no parte sobre pecuária – e a Associação dos Pioneiros de Nova Mutum (Apinm) – criada por produtores rurais com a finalidade de construir e administrar uma pequena central hidrelétrica (PCH) que atende moradores das comunidades Santo Antônio, São Carlos e Boa Esperança.

No campo religioso, onde já se tinha a comunidade católica e quatro protestantes, apareceu em 1989 a comunidade Adventista do Sétimo Dia (detalhes mais adiante), que além da sua igreja implantou uma escola de 1º Grau. Mais tarde surgiram a Primeira Igreja Batista de Nova Mutum, a Igreja Evangélica Pentecostal A Palavra de Cristo, a Igreja Casa da Benção, entre outras congregações.

Já na esfera social e cultural, Nova Mutum passou a contar com o Centro de Tradições Gaúchas (CTG) Porteira da Amazônia (detalhes mais adiante), Associação dos Servidores Públicos Municipais de Nova Mutum (Apub), Lions Clube, Maçonaria (a partir de 1996) e Apae (a partir de 1997).

CREDIMUTUM

Fundada em 24 de fevereiro de 1990, a Cooperativa de Crédito Rural de Nova Mutum (Credimutum) é um dos frutos do movimento regional que buscou soluções para a crise da agricultura de 1989-1990⁵⁵. No mesmo mês foram fundadas também a Cooperativa de Crédito Rural Lucas do Rio Verde (Credilucas) – que englobava o município de Tapurah – e a Cooperativa de Crédito Rural Sorriso (Credisol). Sete meses depois, em setembro, as três cooperativas inauguraram suas agências (CARPENEDO, 2015).

O ato de inauguração da agência da Credimutum – instalada em uma pequena sala alugada, na rua das Primaveras – foi realizado no dia 14 de setembro, e no dia 17 teve início o atendimento ao público, em horário bancário. A Credimutum começou a operar com 141 associados e “capital inicial de Cr\$ 3.377.214,00 (cruzeiros), dos quais Cr\$ 1.488.270,00 foram imobilizados na compra de móveis, equipamentos e material de escritório”, conforme noticiou o Informativo Municipal na época⁵⁶.

De acordo com sócios fundadores da Credimutum, quem primeiro deu a ideia de se implantar o cooperativismo de crédito no município foi o padre

55 A história detalhada da crise e do movimento encontra-se no capítulo 5.

56 As datas 14 e 17 de setembro constam em matéria do Informativo Municipal da Prefeitura de Nova Mutum (1990). Já Carpenedo (2015) informa que o ato de inauguração teria ocorrido no dia 19 e a abertura ao público no dia 22 de setembro.

alemão Johannes Berthold Henning, que coordenava o assentamento do Incra na Gleba Ranchão e liderava a Cooperativa Mista Agropecuária de Juscimeira (Comajul), que por sua vez ajudou a fundar, em 1989, a Cooperativa de Crédito de Juscimeira (Credijul). Grande incentivador do cooperativismo, Pe. João, como era conhecido, chegou, mais tarde, a presidir a Organização das Cooperativas no Estado de Mato Grosso (Ocemat) e a Central Sicredi-MT. Baseado em experiências desde a Alemanha, o padre buscava convencer os mato-grossenses sobre as vantagens do cooperativismo de crédito, que incluem a retenção e maior circulação de dinheiro na comunidade e a maior acessibilidade a crédito por parte dos associados.

José Carlos Menolli, que na época era secretário geral da prefeitura de Nova Mutum, presenciou, juntamente com o prefeito Boleslau Dziachan, os primeiros contatos com Padre João no tocante ao tema do cooperativismo de crédito. “Certa vez, na Ranchão, o padre já tinha falado para mim e para o Boleslau que nós deveríamos começar [uma cooperativa de crédito], porque o dinheiro fica na comunidade. Aí entrou aquela crise e um dia o Boleslau me chamou na sala dele e lembrou da tal cooperativa. Então fomos atrás do padre em Juscimeira para saber mais”, relata Menolli (2019).

Uma comitiva formada por Menolli, Walter Krauspenhar e Vicente Barreiros foi até Juscimeira e lá o padre João apresentou todo o sistema cooperativista que estava em desenvolvimento, desde a parte agrícola, com leiteria, laticínio, entre outros, até a parte de crédito rural. Na volta, a comitiva passou no Banco Nacional do Crédito Cooperativo (BNCC) em Cuiabá e combinou a ida de um técnico do banco a Nova Mutum, que em uma reunião na Câmara Municipal explicou como funcionava a criação de uma cooperativa de crédito. “Depois disso nós fomos ligando para os outros municípios da região e apresentando o pessoal de Cuiabá para eles, e a coisa foi se espalhando, complementa Menolli.



Primeira equipe de colaboradores da Credimutum, em setembro de 1990, teve como gerente Gilmar Bonini. *In: CARPENEDO, 2015.*



Eleição da primeira diretoria da Credimutum, após autorização do Banco Central para abertura da cooperativa. Fonte: Acervo pessoal de Sadi Ramos.



Construção, na década de 1990, da antiga sede da Credimutum/Sicredi, situada na esquina sudeste das avenidas Canários e Uirapurus. Fonte: Acervo pessoal de Sadi Ramos.

Além da Credijul, de Juscimeira, uma outra cooperativa de crédito rural surgiu em Mato Grosso no final da década de 1980, pouco antes das cooperativas da região Médio-Norte: foi a Cooperativa de Crédito Rural de Canarana (Credicanarana), na região leste do Estado, que assim como a Credijul passou a difundir a ideia e também influenciou a região de Nova Mutum. “Lembro que a primeira pessoa que veio aqui falar pra nós sobre esse assunto foi o Roque Schmidt”, disse Valdomir Ottonelli (CARPENEDO, 2015), referindo-se às reuniões organizadas pela comunidade para buscar alternativas para a crise.

Enquanto a ideia do cooperativismo de crédito era discutida nas reuniões da comunidade, de uma conversa de bar entre amigos saiu o pontapé inicial da Credimutum. Estavam Luiz Divino da Silva, Gilberto Caneppele, Claudio Sfredo, José Menolli e Astor Kayser bebendo cerveja e “batendo papo” sobre a criação da cooperativa de crédito, quando um dos presentes lembrou que o agricultor Alcindo Uggeri já havia trabalhado como bancário no Rio Grande do Sul e poderia ser o presidente da cooperativa. Segundo conta Luiz Divino (2018), o grupo saiu do bar no meio da noite e foi direto para a fazenda de Alcindo, que saiu de pijamas para atender aos visitantes. “O Alcindo aceitou o convite na hora. Depois disso, reuniram 23 pessoas na Asfuca e já montaram a diretoria”, resume Divino.

A primeira diretoria da Credimutum foi oficialmente eleita em setembro de 1990, após a autorização do Banco Central para a abertura da cooperativa (CARPENEDO, 2015). A Executiva teve Alcindo Uggeri como presidente, Gilberto Caneppele como vice-presidente e José Carlos Menolli como secretário. Para Uggeri (2019), a cooperativa foi um marco para a economia mutuense. “Nós estávamos todos meio quebrados. No começo a cooperativa não podia financiar muita coisa, mas se o produtor estava sem dinheiro para o diesel, para poder plantar, a cooperativa bancava. Foi muito importante, tanto para nós como para Lucas [do Rio Verde] e Sorriso.”

A Credimutum quase foi a falência em decorrência da crise da agricultura de 1994-1996, mas conseguiu se reerguer e em 1999 aderiu ao sistema Sicredi, passando a se chamar Sicredi Mutum. Já na década de 2000 a cooperativa expandiu sua atuação para outros municípios e passou a se chamar Sicredi Centro Norte MT. Em 2013, a Centro Norte MT uniu-se a Sicredi Ouro Verde MT, sediada em Lucas do Rio Verde, formando a maior cooperativa do sistema Sicredi em todo o País.

COMUNIDADE ADVENTISTA

Com o fechamento da escola cenicista em meados da década de 1980 (depois reativada na década de 1990), a Mutum Colonizadora passou a buscar outra instituição privada que pudesse instalar uma escola no município. A oferta



Prédio da Escola Adventista, inaugurado em março de 1990. Fonte: Acervo pessoal de Euclides da Luz.



Primeiro dia de aula no prédio próprio da Escola Adventista: 5 de março de 1990. Fonte: Acervo pessoal de Euclides da Luz.

foi aceita pela Missão Adventista no Estado de Mato Grosso, que recebeu da colonizadora a doação de um terreno localizado na atual avenida das Emas com rua das Primaveras – onde construiu escola e igreja –, além de uma área a norte do atual Parque de Exposições José Aparecido Ribeiro – onde seria implantado um internato.

Os primeiros adventistas chegaram a Nova Mutum em 1989 e no mesmo ano iniciaram as atividades escolares, com aulas inicialmente no prédio da antiga Cnec. O primeiro diretor da Escola Adventista de Nova Mutum foi o Pastor Jacson Batista. Em 1990, a escola transferiu-se para o prédio próprio, ainda inacabado, e o professor Euclides Rodrigues da Luz assumiu a diretoria da escola. Euclides também dava aulas, tendo como colega sua esposa Terezinha Rodrigues da Luz.

Juntamente com a escola, que ofertava ensino de 1º Grau – 1ª a 8ª séries – teve início a comunidade local da Igreja Adventista do Sétimo Dia. Até meados da década (quando o prédio da igreja foi construído), os cultos eram realizados nas dependências da escola.

Devido a questões administrativas em nível estadual, a escola encerrou suas atividades no ano de 2004. O internato nunca chegou a ser instalado. Já a igreja permanece em plena atividade, com cerca de 350 membros e três igrejas na comunidade, todas em prédios próprios (LUZ, 2020).

CTG PORTEIRA DA AMAZÔNIA

Os Centros de Tradição Gaúcha (CTGs) são sociedades civis sem fins lucrativos que visam divulgar o folclore e as tradições do Estado do Rio Grande do Sul no Brasil e no mundo. Em Nova Mutum, imigrantes vindos do Sul do País e amantes da cultura gaúcha fundaram, em 1990, o CTG Porteira da Amazônia. O nome faz alusão à posição geográfica de Nova Mutum, primeiro município da bacia hidrográfica amazônica para quem vem do Sul pela BR-163. Inaugurada em 1994, numa área de 11 hectares cedida pelo município, ao lado do Parque de Exposições José Aparecido Ribeiro, a sede do CTG é a mesma até os dias atuais.

O primeiro padrão (título equivalente a presidente) do CTG Porteira da Amazônia foi Luiz Pedro Franz (1990/1991). Em seguida vieram Alfredo Horn (que foi vice de Franz), Neuro Coradini, Carlos Luiz Piva, Sadi Ribeiro Ramos e outros dez nomes até os dias atuais. Atualmente, patronado por Egon Berbaum (2019/2020), a entidade conta com 70 sócios ativos e segue promovendo atividades como rodeios crioulos e danças tradicionais (FATOR MT, 2019; FRANZ, 2018).

Antes da fundação do CTG, a cultura gaúcha já era difundida na comunidade mutuense por pioneiros como Alfredo Horn, que, desde sua chegada, em 1978,



Primeiro logotipo do CTG Porteira da Amazônia. Fonte: Acervo pessoal de Sadi Ramos.



Luiz Pedro Franz, primeiro patrão do CTG Porteira da Amazônia (1990/1991) e autor do hino oficial de Nova Mutum. Fonte: Acervo da Prefeitura Municipal de Nova Mutum.



Primeira Invernada Artística do CTG Porteira da Amazônia, realizada no antigo salão paroquial. Fonte: Acervo pessoal de Alfredo Horn.



A cultura gaúcha já era difundida muito antes da fundação do CTG em Nova Mutum. Na foto, a famosa dança dos facões, com o grupo coordenado por Alfredo Horn, em 1985. Fonte: Acervo pessoal de Alfredo Horn.

fazia apresentações da tradicional dança dos facões por toda a região. A Vila Mutum ainda estava nascendo quando Alfredo fez sua primeira apresentação na tradicional Festa de São João da fazenda São João, em Diamantino, no tempo em que o proprietário era o príncipe alemão Johannes von Thurn und Taxis. O evento era organizado pelo administrador da fazenda, de nome Frederico, que chegou a carnear vinte vacas para uma única festa. Naquele tempo a fazenda São João atuava exclusivamente com pecuária bovina. Ainda não havia bailes porque na década de 1970 a região era habitada quase exclusivamente por pessoas do sexo masculino. Na década de 1980, Horn organizou as primeiras invernadas gaúchas de Diamantino e de Nova Mutum, e na década de 1990 fundou o primeiro grupo de danças folclóricas gaúchas do município (HORN, 2019).

Fundação Municipal de Ensino Superior de Nova Mutum (Fumesunm)

A grande distância em relação aos centros universitários sempre foi uma dificuldade para as famílias mutuenses com jovens em idade de cursar o ensino superior. Para amenizar o problema, em 1993 a Prefeitura passou a auxiliar algumas dessas famílias, bancando, com cerca de um salário-mínimo mensal, a estadia dos estudantes em outras cidades. No início eram apenas cinco estudantes atendidos, porém o número foi crescendo e, ao passar de vinte, a manutenção do auxílio começou a ficar insustentável para o município. Esta realidade e a necessidade de formar e qualificar professores para a rede pública de ensino – assunto que a comunidade mutuense já discutia desde 1990 – foram as razões que levaram a gestão Menolli a priorizar a criação de uma faculdade em Nova Mutum (MENOLLI, 2019; RAMOS, 2019; SILVA, I., 2019).

Considerada pelo prefeito José Carlos Menolli e pelo vice-prefeito Alcindo Uggeri a maior conquista da segunda administração municipal, a criação da Fundação Municipal de Ensino Superior de Nova Mutum (Fumesunm) foi efetivada em março de 1994, pela Lei Municipal n. 241/94. Dois anos depois, a Faculdade Municipal de Nova Mutum (Famunm), mantida pela Fumesunm, abriu as portas com as graduações em Pedagogia e Ciências Contábeis, tendo como primeira sede física a Escola Municipal Tancredo Neves. A aula inaugural foi realizada no dia 5 de março de 1996. Contudo, para que a Famunm pudesse funcionar, entre a criação da Fundação e a inauguração da Faculdade foi necessária muita movimentação política.

Apesar do grande desafio que representava, para uma cidade ainda pequena como Nova Mutum, criar ou atrair uma instituição de ensino superior, Menolli e Uggeri apostaram na ideia e deram ao secretário Municipal de Educação, Aguinaldo Garrido, a missão de estudar o assunto e buscar meios de alcançar o objetivo. Segundo Menolli (2019), Garrido foi a Brasília e retornou com a

informação de que a criação e manutenção de uma faculdade mediante uma fundação municipal era possível, porém seria preciso convencer o ministro da Educação a autorizar o seu funcionamento.

Depois disso seguiu-se uma série de conversas políticas. Menolli também foi a Brasília, onde explicou a intenção do município a Rodrigues Palma, deputado federal por Mato Grosso. Rodrigues Palma conversou com o ministro da Educação Paulo Renato, adiantando a ele a demanda dos mutuenses. Mesmo tendo achado o projeto muito ousado, Paulo Renato quis conversar com o prefeito para tentar chegar a um meio termo. Assim, uma comitiva de Nova Mutum formada por Menolli, Uggeri e Garrido viajou à capital federal para uma reunião com o ministro. Na ocasião, a equipe de Paulo Renato chegou a alertar a comitiva sobre as possíveis implicações jurídicas de se cobrar mensalidade dos alunos em uma faculdade pública, antecipando que um dia o caso iria parar no Ministério Público (como de fato veio a ocorrer, 15 anos mais tarde). Mas a decisão da comitiva já estava tomada. “Nós precisávamos trazer algo pra Mutum e deixamos pra resolver isso depois”, acentuou Menolli (2019).

Enquanto resolvia a questão da autorização da Famunm no MEC, o município já vinha ofertando capacitações e especializações aos professores da rede pública por meio de parcerias entre a Fumesunm e instituições de Cuiabá. Na revista de prestação de contas da gestão 1993-1996 consta a seguinte nota:

A Fumesunm foi criada para possibilitar a implantação de uma faculdade no município e teve como primeiro presidente o Sr. Alcindo Uggeri. Foram realizados diversos cursos de capacitação para professores, sendo que o Unestado em 1993 atendeu a 45 professores. Em 1994 através da UFMT foram capacitados mais 60 e em 1995 esse número passou a 120 professores participantes. O curso de especialização em Magistério e Ciências Contábeis realizado aos professores da Fumesunm, através da UFMT, objetivou a pós-graduação e formação de professores universitários. (REVISTA PRESTAÇÃO DE CONTAS, 1996, [s.p.]).

A professora Ivone Cella da Silva (2019), que atuou na gestão da Famunm desde o início, dá mais detalhes sobre o início das atividades do ensino superior em Nova Mutum:

Inicialmente em 1994 foram oferecidos dois cursos de especialização: um curso de Metodologia de Ensino Superior, em convênio com a Uniron- don, e outro na área Contábil, com a UFMT *Campus* Cuiabá, com o intuito de qualificar os futuros professores para atuarem no ensino superior. A administração municipal também atendeu a reivindicação da sociedade que queria ter os filhos em casa, mas com formação. Buscou-se junto

ao Conselho Estadual de Educação de Mato Grosso e acordos políticos a criação e instalação dos cursos de Pedagogia e Ciências Contábeis. (SILVA, I., 2019).

As primeiras turmas de Pedagogia e Ciências Contábeis concluíram o curso em 1999, ano em que a faculdade atendia 228 alunos (INFORME RURAL, 1999). A Famunm recebia estudantes de Lucas do Rio Verde, que se deslocavam diariamente para estudar, e nas turmas parceladas de Pedagogia chegou a receber estudantes de 17 municípios de Mato Grosso. Mais tarde houve uma turma especial de História, em convênio com a UFMT, uma turma de Ciências Sociais, em convênio com a Unirondon, também os cursos de Administração de Empresas, Tecnologia em Processamento de Dados, Técnico em Alimentos e, por último, Agronomia (RAMOS, 2019; SILVA, I., 2019).

No início, a faculdade era totalmente bancada pela Prefeitura. Com o passar do tempo, a Fundação começou a cobrar uma contribuição voluntária.

O valor [da mensalidade] era fixado pelo presidente e pelo Conselho Curador da Fumesunm. Pelo estatuto, o presidente era o prefeito em exercício, ou outro colaborador designado por ele. [...] Por ser uma instituição pública, o Conselho Estadual de Educação (CEE/MT) determinou que o pagamento deveria ser voluntário, de acordo com a capacidade financeira, mas esse aspecto não foi considerado por dificultar a organização contábil, bem como a falta de recurso para cobrir os custos com professores, transporte e estadia dos mesmos da cidade de origem até Nova Mutum. Alguns colaboradores também recebiam seus proventos dessas mensalidades e alguns eram cedidos pela Prefeitura. (SILVA, I., 2019).

O professor Aginaldo Garrido foi o primeiro diretor da Famunm, no período em que Alcindo Uggeri presidiu a Fundação. Com a mudança de administração municipal em 1997, a professora Ivone Cella da Silva – que até então era vice-diretora – assumiu a diretoria da Faculdade e Sérgio Vitor Rodrigues – funcionário da prefeitura – assumiu a presidência da Fumesunm. Na gestão seguinte a diretora da Faculdade foi a professora Enide Uggeri (esposa de Alcindo) e o presidente da Fundação foi o prefeito Adriano Pivetta; e assim sucessivamente. Nos primeiros anos, durante a fase financeiramente mais complicada, a instituição contou ainda com a atuação destacada das colaboradoras Ivani Vendrusculo Rupolo (secretária acadêmica, cedida pela prefeitura), Celia Costa (administrativo) e Jacira Silveiro Freire (financeiro). Com a expansão de outros cursos, outros colaboradores compuseram o quadro (SILVA, I., 2019).

Em meados da década de 2000 a Famunm passou a se chamar União de



Fonte: Acervo da Prefeitura Municipal de Nova Mutum.



Diretora da Famunm, Enide Uggeri, utiliza a palavra durante a 1ª Semana Acadêmica da instituição, no início da década de 2000. Fonte: Acervo da Prefeitura Municipal de Nova Mutum.



Cerimônia de colação de grau da Fumesunm/Famunm. Fonte: Acervo da Prefeitura Municipal de Nova Mutum.



Direção e docentes da Fumesunm no início da década de 2000. Fonte: Acervo da Prefeitura Municipal de Nova Mutum.



Antes do prédio próprio, a Fumesunm passou por diversos imóveis provisórios. Um deles foi anexo à Escola Municipal Carlos Drummond de Andrade, no bairro Alto da Colina II. Fonte: Acervo da Prefeitura Municipal de Nova Mutum.



Construção do prédio próprio da Fumesunm/Uninova, atualmente Unemat Nova Mutum. Fonte: Acervo da Prefeitura Municipal de Nova Mutum.



Estadualização da Uninova foi confirmada em outubro de 2011 e Unemat assumiu o campus em 2014. Acervo pessoal de Sadi Ramos.



Campus da Unemat Nova Mutum. Acervo pessoal de Sadi Ramos.

Ensino Superior de Nova Mutum (Uninova). Sua sede própria (atual *campus* da Unemat) foi inaugurada em 31 de maio de 2007. Antes disso, diversos endereços provisórios e improvisados abrigaram a instituição, sendo eles a Escola Municipal Tancredo Neves, Escola Cnec, Associação Recreativa, Escola Municipal Carlos Drummond de Andrade e Escola Municipal Caminhos do Saber.

Conforme previsto pela equipe do ministro Paulo Renato na década de 1990, a cobrança de mensalidade pela Uninova acabou sendo questionada pelo Ministério Público, que em dezembro de 2009 oficiou a Fumesunm sobre o caso. Após longo debate na comunidade mutuense e muita negociação política, optou-se pela incorporação da Uninova pela Universidade do Estado de Mato Grosso (Unemat). A confirmação da estadualização deu-se em outubro de 2011. O *campus* foi finalmente assumido pela estatal em 2014, após doação da estrutura ao Estado e processo de transição.

Símbolos oficiais do município

A bandeira, o brasão e o hino de Nova Mutum, símbolos oficiais do município, foram escolhidos no primeiro semestre de 1990 em concurso aberto ao público, com comissão julgadora.

BANDEIRA

Lançada oficialmente nas festividades do 2º aniversário do município, em 1990, a Bandeira de Nova Mutum foi confeccionada por Laismara Tasca⁵⁷. Natural do Rio Grande do Sul, Laismara formou-se em Educação Artística com habilitação em artes plásticas e mudou-se com a família para Nova Mutum em 1987, onde atuou como professora do ensino fundamental e médio na antiga Escola Estadual Isabel Pinto de Campos (TASCA, 2018).

A bandeira apresenta a seguinte simbologia: a faixa verde representa a natureza pujante, a cor do cerrado e da mata, das lavouras e das pastagens para o gado. A tarja branca central caracteriza o horizonte, que representa o caminho da paz, integração e progresso. A região superior, de cor azul, simboliza o céu, dando perspectiva do caminho seguido pela comunidade. No centro da bandeira encontra-se o círculo amarelo, cor da riqueza, simbolizando o sol tropical, além de um grão de soja em brotação. A “rachadura” do grão forma as letras N e M, iniciais de Nova Mutum, onde se grafam as palavras “paz”, “integração” e “progresso”⁵⁸.

57 Fonte: Informativo Municipal de Nova Mutum, 1990.

58 Disponível em: <<http://www.novamutum.mt.gov.br/nova-mutum/simbolos>>. Acesso em: 15 maio 2020.



Bandeira oficial do município de Nova Mutum.



Brasão oficial do município de Nova Mutum.

BRASÃO

O Brasão Oficial de Nova Mutum, que passou a ser utilizado nos impressos oficiais do município também em 1990, tem dois autores: Gui Valderlei Maciel (já falecido) e Cláudio Luiz Perin. Nascido em Santa Catarina, Perin residiu por três anos em Nova Mutum, onde mantinha um ateliê de desenho e mais tarde atuou como funcionário público no Departamento de Obras. Segundo ele, o desenho do brasão foi feito a partir de técnicas de CPD e desenho à mão, antes dos modernos *softwares* de desenho gráfico (PERIN, 2018).

Em sua simbologia, o brasão traz as datas 26.11.81 e 04.07.88, que se referem à criação do Distrito de Nova Mutum e à criação do Município de Nova Mutum, respectivamente. No escudo há representações da agricultura, pecuária e agroindústrias, da BR-163, também do elemento humano, que com seu trabalho modificou a paisagem. Na parte superior há a inscrição universal “Deus seja louvado”, simbolizando a fé e a religiosidade do povo. Sobre o escudo, a representação de uma torre simboliza a vigília das comunidades sobre todas as representações do escudo⁵⁹.

HINO

Lançado na ocasião da promulgação da primeira Lei Orgânica Municipal, quando foi executado pelo Coral Municipal, o Hino de Nova Mutum é de autoria de Luiz Pedro Franz (letra e música)⁶⁰. Natural de Santa Catarina, Franz mudou-se com a família para Nova Mutum em 1989, onde atuou como professor, funcionário público e mais tarde empresário e advogado. Músico desde a juventude, foi cantor profissional e regente de corais. Na década de 1980 morou em Sorriso (MT), onde foi vencedor do concurso que escolheu o hino daquele município.

Franz (2018) acentua que a letra do Hino de Nova Mutum ressalta as características determinantes do progresso do município, como a união da comunidade em prol do bem comum, a fé em Deus e o trabalho.

Hino de Nova Mutum (*Letra e música: Luiz Pedro Franz*)

Nova Mutum,
Terra de grande valor.
Nova Mutum,
Te saudamos com amor.

59 Disponível em: <<http://www.novamutum.mt.gov.br/nova-mutum/simbolos>>. Acesso em: 15 maio 2020.

60 Fonte: Informativo Municipal de Nova Mutum, 1990.

Pelo suor dos pioneiros
Nossa terra foi regada,
Transformando o solo virgem
Foste um dia desbravada.
Povos de todas as raças,
Vindos de todo lugar;
Na bagagem a esperança,
Fé em Deus a trabalhar.

São verdejantes teus bosques,
Teus frutos têm mais sabor,
Mais pureza têm tuas águas,
Teu povo tem mais amor.
Acolheste em teu seio
O homem trabalhador,
Que de ti não se separa
E te defende sem temor.

Não se teme o futuro
Enquanto há mãos calejadas.
A Mãe Terra produzindo,
Vendo os filhos de mãos dadas.
O teu fruto dá sustento,
Berço de pura beleza;
Vamos todos preservar,
Presente da natureza.

Festa das Nações e Expomutum

O aniversário de Nova Mutum é oficialmente comemorado no dia 4 de julho, data em que a lei de criação do município foi sancionada pelo governador do Estado. Até 1994, os festejos levaram o nome de Festa das Nações, por conta das barracas temáticas que representavam os principais países de origem dos imigrantes que construíram Nova Mutum. A partir de 1995, a Festa das Nações foi substituída pela Exposição Agropecuária, Industrial e Comercial de Nova Mutum (Expomutum). Apesar da reformulação e ampliação do evento, a tradição das barracas étnicas foi mantida por muitos anos.

A primeira Festa das Nações foi realizada em 1990, no segundo aniversário do município. No primeiro aniversário, em 1989, haveria festividades, porém foram canceladas devido à situação econômica delicada decorrente da crise da agricultura que marcou aquele período. No Informativo Municipal de Nova

Mutum⁶¹ saiu a seguinte nota: “A Prefeitura Municipal comunica que em virtude do clima tenso que atravessa nossa cidade [...] as festividades da semana de 30/6 a 4/7 comemorando o aniversário da cidade serão restringidas a apenas um ato cívico e religioso.”

Em 1990, o Informativo Municipal registra: “Neste ano, a situação da agricultura é ainda mais grave. Porém, a Comissão Organizadora [...] decidiu realizar a festa, modesta embora, mas muito significativa.” O evento foi aberto no dia 4 de julho com hora cívica e culto ecumênico. Entre as atrações houve cinco barracas de nações (Brasil, Polônia, Alemanha e Itália), apresentações culturais, *shows*, baile e gincanas culturais, recreativas e esportivas. Nos anos seguintes foram acrescentadas outras barracas, como a Portuguesa, a Japonesa e a Cuiabana. Em cada uma delas, o folclore e as tradições da nação representada eram retratados por meio da culinária, apresentações culturais e pela decoração.

Com o sucesso da primeira festa, no ano seguinte (1991) o município decretou feriado de três dias para a realização da segunda edição: 4 a 6 de julho. Dessa vez houve, além das barracas das nações, a 1ª Exposição Agrocomercial e Industrial, com participação de empresas locais (JORNAL DO NORTE, 15 jul. 1991). O recém-fundado CTG Porteira da Amazônia também deixou sua marca no evento, com suas danças tradicionais.

Até 1994, as festividades de aniversário do município eram realizadas no centro de Nova Mutum – a primeira no quarteirão do antigo Paço Municipal, ao lado da quadra de esportes, e as demais no terreno aos fundos do atual terminal rodoviário, esquina entre as avenidas Uirapurús e Canários, atualmente loteado. Mas, devido ao enorme sucesso das primeiras edições, acompanhado pelo crescimento da cidade, entre 1994 e 1995 a administração municipal resolveu construir um parque de exposições, o que permitiu ampliar o evento.

A primeira Expomutum foi realizada em abril⁶² de 1995, já no novo Parque de Exposições José Aparecido Ribeiro. Fizeram parte da programação do evento a inauguração do Ginásio de Esportes Matrinxã, o lançamento da pedra fundamental da obra do frigorífico Intercoop e o lançamento do busto de José Aparecido Ribeiro (inicialmente instalado na rotatória da avenida dos Uirapurús com avenida Mutum, e atualmente na sede do Grupo Mutum), uma homenagem ao colonizador, que havia falecido meses antes. Foram cinco dias de festa, com leilão e exposição de gado, feiras, barracas das nações e shows musicais (REVISTA PRESTAÇÃO DE CONTAS, 1996).

61 Não foi possível identificar a data e número da edição do Informativo Municipal Impresso, pois a edição estava incompleta no acervo utilizado pelo pesquisador. O que se sabe é que a edição saiu no primeiro semestre de 1989. Este informativo era editado para o município pelo Jornal União do Norte.

62 A Expomutum nem sempre foi realizada no mês do aniversário de Nova Mutum (julho), por conta de fatores como o calendário de eventos em outros municípios da região.



1ª Festa das Nações, em 1990. O evento era realizado no quarteirão aos fundos do terminal rodoviário, atualmente ocupado por prédios comerciais (avenidas Canários e Uirapurus). Fonte: Acervo pessoal de Gilberto Valdameri.



Festa das Nações fotografada de cima da torre de telefonia da Telemat.
Fonte: Acervo pessoal de Sadi Ramos.



Barraca Alemã em uma das edições da Festa das Nações. Fonte: Acervo pessoal de Alfredo Horn.



Barraca Brasileira em uma das edições da Festa das Nações. Fonte: Acervo pessoal de Cleonice Alves.



1ª Festa das Nações, realizada no segundo aniversário de emancipação de Nova Mutum, em 1990. Fonte: Acervo da Prefeitura Municipal de Nova Mutum.



Comemoração do quarto aniversário de Nova Mutum, em 1992.
Fonte: Acervo pessoal de Alcindo Uggeri.



Abertura da 1ª Expomutum, realizada em abril de 1995, já no novo Parque de Exposições José Aparecido Ribeiro. Fonte: Acervo da Prefeitura Municipal de Nova Mutum.



O lançamento do busto de José Aparecido fez parte da programação da 1ª Expomutum, em 1995. O colonizador faleceu em dezembro de 1994. Fonte: Acervo do Grupo Mutum.



Evento em comemoração ao 10º aniversário de emancipação de Nova Mutum. Fonte: Acervo pessoal de Cleonice Alves.



Rodeio era uma das principais atrações da Expomutum. Fonte: Acervo da Prefeitura Municipal de Nova Mutum.

A 2ª Expomutum foi realizada em abril de 1996. A feira foi reeditada praticamente todos os anos, numa parceria entre a prefeitura e entidades do município como a Associação dos Criadores de Nova Mutum (Acrimutum). A última edição foi realizada em 2019, em um modelo envolvendo a iniciativa privada e entidades, já sem a participação da prefeitura entre os realizadores.

Santa Rita do Trivelato: anexação a Nova Mutum e emancipação

A região de Santa Rita do Trivelato foi mais intensamente colonizada a partir de 1978, com o lançamento dos projetos da Colonizadora Trivelato, do paulista Gilberto Trivelato, e da colonizadora Barra Fértil, de Barra do Garças, que loteou a comunidade Pacoval. Já em 1980 tornou-se Distrito de Santa Rita, pertencente ao município de Nobres, com sede na agrovila da colonização Trivelato.

Durante a primeira administração municipal de Nova Mutum (1989-1992) iniciou-se um movimento para que o Distrito de Santa Rita fosse desmembrado do município de Nobres e anexado a Nova Mutum. A anexação seria um passo buscando a criação de um novo município. Os processos legais da anexação (e mais tarde da emancipação) de Santa Rita foram iguais ao vivido por Nova Mutum em 1987-1988: houve realização de plebiscito e todo o trâmite junto à Assembleia Legislativa, com Projeto de Lei etc. O plebiscito de anexação foi realizado em 1991.

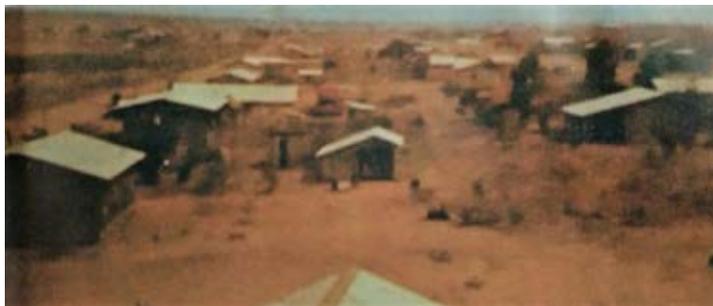
Tal como na emancipação de Nova Mutum, o município de Nobres se opôs com veemência ao desmembramento de parte do seu território. A situação dos trivelatenses se assemelhava em muito a dos moradores da Ranchão e São Manoel antes da anexação a Nova Mutum (ocorrida junto à emancipação de Nova Mutum): grande distância da sede do município (Nobres) e pouca atenção do poder público municipal. Havia ainda as semelhanças culturais, como o tipo de colonização, vocação agrícola, origem predominantemente sulista do povo etc. Dessa forma, Nova Mutum apoiou Santa Rita do Trivelato em sua busca pela emancipação, servindo a anexação como um degrau para este objetivo (FRANZENER, 2018; MENOLLI, 2019).

José Carlos Menolli, que na primeira administração ocupava o cargo de secretário Geral em Nova Mutum, e Ilson Matschinske, uma das principais lideranças de Santa Rita (chegou a ser vereador de Nova Mutum e primeiro prefeito de Santa Rita do Trivelato), foram os principais articuladores da anexação. Matschinske tinha sua fazenda em Trivelato, porém residia na cidade de Nova Mutum. Certo dia, Matschinske falou a Menolli sobre a ideia de anexar Santa Rita a Nova Mutum para emancipar em seguida, e Menolli respondeu que Nova Mutum poderia assumir esse compromisso, desde que o povo fosse consultado e decidisse. “Aí resolveram levar o assunto pra comunidade. O



Jornal Tribuna de Nobres, de novembro de 1991, traz forte oposição do município de Nobres à anexação das comunidades Pacoval e Santa Rita (Trivelato) a Nova Mutum, da mesma forma como houve oposição à anexação de Ranchão e São Manoel a Nova Mutum em 1988. Fonte: Acervo pessoal de Sadi Ribeiro Ramos.

Primeiras casas de Santa Rita do Trivelato no início da colonização, em 1979. Fonte: In: SCHAEFER, 2018.



Escola construída pela administração de Nova Mutum no Distrito de Trivelato, quando este pertenceu a Nova Mutum. Fonte: Acervo da Prefeitura Municipal de Nova Mutum.

assunto foi expandido e ficou bom, porque eles vieram pra Mutum e poucos anos depois já emanciparam”, acentua Menolli (2019).

Além de Menolli, outras lideranças de Nova Mutum ajudaram na articulação política. Aldo Oro lembra que integrou uma comitiva de Nova Mutum que foi a Cuiabá com a finalidade de convencer deputados estaduais a votarem pela causa de Trivelato. “Depois de anexado, apesar da dificuldade financeira de Mutum, a administração conseguiu melhorar o atendimento para o povo de lá; colocou um posto de saúde e uma escola com refeições pros alunos”, explana Oro (2019). Outras obras que beneficiaram os trivelatenses enquanto pertenceram a Nova Mutum foi a continuação da estrada Nova Mutum-Ranchão até Trivelato e a construção do linhão de energia elétrica (RAMOS, 2019).

O município de Santa Rita do Trivelato foi criado através da Lei Estadual n. 7.234, de 28 de dezembro de 1999, de autoria do deputado estadual Nico Baracat, com território desmembrado de Nova Mutum. Três anos mais tarde, a Lei Estadual n. 7.805/2002 anexou ao novo município uma área desmembrada de Rosário Oeste: a região das fazendas São Pedro e Paiol.

“Monumento da Santa”

Esculpido em madeira pelo artista autônomo Dimas de Freitas, o popular “Monumento da Santa”, ou simplesmente “Santa”, ou ainda “Nossa Senhora Aparecida” está exposto na rotatória da avenida Mutum com a avenida Arapongas desde o final da década de 1990, quando foi doado à Prefeitura pelo seu primeiro proprietário, o empresário Adelmo Rufatto.

Atualmente propriedade da Paróquia Sagrada Família, a escultura foi uma encomendada de Dimas por Ruffato e inicialmente ficou exposta na serraria deste, em Nova Ubiratã (MT). Ao se desfazer da serraria e se mudar para Nova Mutum, o empresário resolveu transportar a estátua e doá-la à Prefeitura, que, por sua vez, repassou a doação à Igreja Católica e logo em seguida construiu a atual instalação do monumento, com base de concreto e cobertura em madeira e telhas de barro. (FRANZ, 2020).

Esculpido a partir de um único tronco de angelim, do qual preserva parte da forma original, o monumento retrata, em sua face frontal, Nossa Senhora Aparecida. Nas duas faces laterais, outras duas imagens católicas ligadas ao tema da santidade: Nossa Senhora do Perpétuo Socorro e o Divino Espírito Santo, representado por uma pomba. A assinatura do autor está entalhada na parte superior da escultura, com a grafia “Dimas 1992”, o que sugere a data de conclusão da obra de arte.

Também músico e compositor, Dimas de Freitas faleceu em 2016, aos 60 anos de idade. Uma de suas esculturas mais conhecidas é a da cuia de chimarrão situada no CTG Recordando os Pagos, em Sorriso (MT), cidade onde residia



O doador do “monumento da Santa”, Adelmo Ruffato, com o prefeito Dziachan e o Pe. Heriberto Hammes. Ruffato fez a doação ao município, que por sua vez doou à paróquia. Fonte: Acervo da Prefeitura Municipal de Nova Mutum.



O monumento no final da década de 1990, logo após a conclusão da sua instalação, com a avenida Mutum (lado oeste) ao fundo ainda sem asfalto e sem a Escola Estadual José Aparecido Ribeiro. Fonte: Acervo da Prefeitura Municipal de Nova Mutum.

quando veio a falecer (PORTAL SORRISO MT, 2016).

A migração para Nova Mutum na década de 1990

Durante o auge dos projetos de colonização estimulados pelos governos militares (décadas de 1970 e 1980), o movimento migratório para Mato Grosso foi caracterizado por ocorrer mais intensamente no plano rural-rural. De 1990 em diante a migração mudou, passando a se dar mais do ambiente rural para o urbano. Desconsi (2011) cita estudos que revelam a predominância de migrações internas no plano urbano-urbano na década de 1990 em todo o Brasil. O maior fluxo continuou sendo da região Sul do Brasil em direção aos estados do Centro-Oeste.

Foi na década de 1990 que as cidades do eixo da BR-163 começaram a deixar o aspecto de agrovila para trás e ganhar forma de grandes centros urbanos. Nova Mutum passou a receber, além dos migrantes sulistas, muitos mato-grossenses nativos, vindos de municípios mais antigos como Rosário Oeste, Diamantino, e da própria capital Cuiabá.

Ainda conforme Desconsi (2011), “o avanço da fronteira agrícola andou junto com a urbanização que fez nascer grandes cidades na região” e colaborou para a “retenção da população”. Para fins de comparação, Nova Mutum tinha, em 1991, 38,4% de população urbana e 61,8% de população rural. Em 2000 passou para 70% de urbana e 30% de rural.⁶³

Já na primeira década do século XXI houve um grande fluxo da região Nordeste do Brasil para Nova Mutum e região, impulsionado pela demanda de mão de obra gerada pelo processo de industrialização. Atualmente, com os municípios se desenvolvendo em vários aspectos, a região recebe pessoas oriundas de todo o Brasil.

⁶³ Fonte: Desconsi (2011), a partir dos Censos Demográficos de 1980, 1991 e 2000 (IBGE) e de Cunha et al. (2004, p. 51).





CAPÍTULO VII

NOVA MUTUM NO SÉCULO XXI (2001 A 2020)

Quarta e quinta administrações públicas (2001 a 2008)

ELEIÇÕES

Nas eleições municipais de 2000, estreando na vida política com apenas 27 anos de idade, Adriano Xavier Pivetta (PPS) foi eleito para o Executivo – na época o prefeito mais jovem do País – em uma chapa com Lício Lautenschlager (PMDB) como vice. A chapa concorrente era formada por Boleslau Dziachan e José Antonio Mengato Neto (Tote), ambos do PSDB.

Empossado em janeiro de 2001, Pivetta considera que sua primeira gestão foi uma experiência um tanto difícil, por ter assumido o município em meio a dificuldades financeiras e a um clima de incertezas. Contudo, o pujante crescimento vivenciado por Nova Mutum nos anos seguintes, com abertura de novas empresas, instalação de novas indústrias e fortalecimento do agronegócio, motivou o jovem prefeito a buscar a reeleição em 2004, quando, em uma chapa com o vice Alcindo Uggeri (PFL), venceu os concorrentes Lício Lautenschlager e Clemente Franzener, ambos do PMDB.

ADRIANO XAVIER PIVETTA

Natural de Caiçara (RS), Adriano Xavier Pivetta é filho dos pequenos agricultores Tilídio Pivetta e Margarida Faccin. Parte da família mudou-se do Rio Grande do Sul para Lucas do Rio Verde em outubro de 1982. Adriano veio em 1984, com 14 anos de idade, e começou a trabalhar na lavoura junto com a família, quando Lucas do Rio Verde e Nova Mutum ainda eram distritos de Diamantino. Seu irmão Otacildo, conhecido como Chico Pivetta, foi o primeiro vice-prefeito de Lucas do Rio Verde, no mandato do prefeito Werner Haroldo Kothrade (1989-1992). Depois o irmão Otaviano foi prefeito daquele

EXECUTIVO (2001-2004)



Prefeito: Adriano Xavier Pivetta (PPS)



Vice-Prefeito: Lirio Lautenschlager (PMDB)

QUARTA LEGISLATURA (2001-2004)



Joaquim Diógenes Jacobsen (Presidente 2001-2002)



Pedro Cocatto Filho (Presidente 2003-2004)



Clemente Franzener



Eurico Aparecido da Silva



Naildo da Silva Lopes



Plínio Cella



Sidney Roberto Duarte Ferreira



Silvino Rupolo - Branco



Vanderlei Antonio de Ávila



Eunice Ruzin (suplente)



Irineu Neves dos Santos (suplente)



Nilson Ferreira Guimarães (suplente)



Valesca Lauxen (suplente)

EXECUTIVO (2005-2008)



Prefeito: Adriano Xavier Pivetta (PPS)



Vice-Prefeito: Alcindo Uggeri (PFL)

QUINTA LEGISLATURA (2005-2008)



Joaquim Diógenes Jacobsen (Presidente 2005-2006)



Unírio Schirmer - Ratinho (Presidente 2007-2008)



Alice Marlene Faccio Santos



José Alves de Oliveira (Zé Bicó)



José Eurípedes Felício



Milton Henrique de Carvalho



Sadi Ribeiro Ramos



Vanderlei Antonio de Ávila



Vicente Paulino Barreiros



Clelia Regina Salmazo Biazzi (suplente)



Luiz Carlos Gonçalves (suplente)



Sidney Roberto Duarte Ferreira (suplente)



Silvino Rupolo - Branco (suplente)



Zulmiro Bonafé (suplente)



Posse da quinta administração e quinta legislatura em janeiro de 2005. Fonte: Acervo pessoal de Cleonice Alves.



Prefeito Adriano Pivetta e primeira-dama Marinês Cavalin Pivetta, em desfile de 7 de Setembro. Fonte: Acervo da Prefeitura Municipal de Nova Mutum.

município, na terceira, quarta e sétima administrações.

Adriano casou-se com Marinês Cavalin Pivetta, com quem teve dois filhos. Em abril de 1994, os irmãos Adriano e Otaviano Pivetta venderam algumas propriedades em Lucas do Rio Verde e adquiriram – da Mutum Agropecuária – a Fazenda Ribeiro do Céu, inicialmente com 7.700 hectares, situada na Gleba Iracema. Adriano mudou-se para Nova Mutum a fim de administrar a parte operacional da fazenda, enquanto Otaviano se encarregava da parte de escritório e negócios. “Nós vimos mais oportunidade em Mutum, onde a oferta de áreas grandes era maior. Em Lucas as propriedades eram menores e já estavam mais ou menos definidas. Mais tarde compramos uma área que depois ficou no município de Santa Rita do Trivelato, a Fazenda Mãe Margarida, e assim o negócio foi crescendo”, relata Adriano Pivetta (2019).

Diferentemente dos irmãos, Adriano não tinha interesse em se envolver na política. Entretanto, no final da década de 1990, o irmão Otaviano foi procurado por pessoas de Nova Mutum que pretendiam fazer aliança para disputar o Executivo mutuense nas eleições de 2000. Como Otaviano era prefeito de Lucas do Rio Verde, sugeriu que Adriano se candidatasse em Nova Mutum. O grupo visitou Adriano na fazenda e o convidou a participar de reuniões. “Depois de um período de relutância, fui observando o trabalho do meu irmão em Lucas, as escolas diferenciadas etc., e acabei despertando para o lado da política, como papel de cidadão”, conta. Foi então que o jovem agricultor transferiu seu título de eleitor para Nova Mutum e se filiou ao PPS local, que na época estava sendo fundado pelo grupo aliado. O nome de Adriano deu consenso entre os partidos envolvidos e Adriano acabou eleito e empossado para seu primeiro mandato (PIVETTA, 2019).

NOVO CENTRO POLÍTICO ADMINISTRATIVO

Foi no período de 2001 a 2008 que Nova Mutum formou o atual centro político administrativo (CPA) da cidade, com a reestruturação física dos poderes Executivo e Legislativo e instalação do Poder Judiciário. Em 2004 houve a criação da Comarca de Nova Mutum. Até então os órgãos de Justiça estavam em Diamantino, cuja comarca integrava Nova Mutum. A distância era um grande problema para a população mutuense. A comunidade participou intensamente da construção do primeiro prédio do Fórum, ajudando a levantar recursos para a obra (que atualmente abriga a Secretaria Municipal de Saúde), por meio de rifas e outras ações. O atual Paço Municipal (sede da prefeitura) foi construído em 2003 e inaugurado em 2004. A sede da Câmara Municipal foi construída e inaugurada pouco depois.

Já em 2006, houve a inauguração da Promotoria de Justiça de Nova Mutum (Ministério Público), viabilizada em convênio com o município. No mesmo

ano, mês de setembro, foi instalado na comarca de Nova Mutum o Cartório de 1º Ofício, assumindo como titular Manoela Maria Auxiliadora de Almeida, que desde 1987 era responsável pelo 1º Ofício de Diamantino.



Terreno do atual Paço Municipal, no início da década de 2000. Fonte: Acervo da Prefeitura Municipal de Nova Mutum.



Atual sede da Câmara Municipal de Nova Mutum, construída e inaugurada em meados da década de 2000. Fonte: Acervo da Câmara Municipal de Nova Mutum.



Obra do novo Paço Municipal foi iniciada em maio de 2002. Fonte: Acervo da Prefeitura Municipal de Nova Mutum.



Novo Paço Municipal foi inaugurado em 2003. Fonte: Acervo da Prefeitura Municipal de Nova Mutum.



Comarca de Nova Mutum foi criada em 2004. A comunidade participou intensamente da construção do primeiro prédio do Fórum, ajudado a levantar recursos para a obra. Fonte: Acervo da Prefeitura Municipal de Nova Mutum.



Inauguração da Promotoria Pública, em 2007. Fonte: Acervo da Prefeitura Municipal de Nova Mutum.



Escola Municipal Caminhos do Saber, na década de 2000. Fonte: Acervo da Prefeitura Municipal de Nova Mutum.

Avenida Mutum, trecho entre o “monumento da Santa” e o chafariz, na década de 2000. Fonte: Acervo da Prefeitura Municipal de Nova Mutum.



Sexta administração pública (2009 a 2012)

ELEIÇÕES

Nas eleições de 2008 – a primeira com três candidatos a prefeito na história de Nova Mutum –, a chapa de Lírio Lautenschlager (PMDB) e seu vice Sadi Ribeiro Ramos (PSDB) foi vitoriosa sobre os candidatos Diógenes Jacobsen (PR) – segundo colocado – e Alice Faccio (PT). Em janeiro de 2009, Lírio tomou posse como chefe do Executivo após ter trabalhado no primeiro escalão de duas administrações (1ª e 2ª) e ter sido vice-prefeito de 2001 a 2004. Já Sadi, que também trabalhou no primeiro escalão das duas primeiras administrações, assumiu como vice-prefeito após ter sido vereador de 2005 a 2008.

LÍRIO LAUTENSCHLAGER

Natural de Horizontina (RS), Lírio Lautenschlager formou-se técnico contábil e obteve seu registro de contador (CRC) ainda no Rio Grande do Sul. Mudou-se para Sorriso (MT) em 1986, onde montou um escritório despachante. Em janeiro de 1989, quando dava os primeiros passos para a abertura de um escritório de contabilidade, foi convidado pelo prefeito Boleslau Dziachan (recém-empossado) a se mudar para Nova Mutum a fim de assumir a chefia do Departamento Financeiro na primeira administração municipal.

Nos primeiros anos de Nova Mutum, quando o município ainda estruturava sua arrecadação e dispunha de um orçamento modesto, Lautenschlager assinou também a contabilidade da Câmara Municipal, sem receber por isso. “Muitos ajudaram dessa mesma forma, para não onerar o município e ajudá-lo a se desenvolver”, comenta (LAUTENSCHLAGER, 2019). Lírio compôs também a segunda administração municipal, do prefeito José Menolli, ocupando o cargo de secretário de Finanças até o final do mandato, em 1996. Retornou à vida pública em 2001, como vice-prefeito por um mandato, e em 2009, como prefeito.

Em Nova Mutum, Lírio conheceu Karla Alves de Freitas, com quem se casou e teve um casal de filhos. Desde a vinda para Mato Grosso, almejava ingressar na atividade agrícola. Em 1992, após receber uma herança, conseguiu comprar, da Mutum Agropecuária, a sua primeira área de terra, situada nas proximidades da fazenda Passo do Lobo, em Nova Mutum. Em 1999, vendeu essa área e comprou, também da Mutum Agropecuária, a sua atual fazenda, localizada no Projeto Gleba Água Limpa, hoje área da Gleba Iracema. Paralelamente à agricultura, Lírio seguiu atuando no setor de serviços, porém em novas atividades. Ainda na década de 1990, passou a empreender no ramo de impressão gráfica. Mais recentemente entrou no ramo imobiliário.

EXECUTIVO (2009-2012)



Prefeito: Lirio
Lautenschlager (PMDB)



Vice-Prefeito: Sadi Ribeiro
Ramos (PSDB)

SEXTA LEGISLATURA (2009-2012)



Unirio Schirmer –
Ratinho (Presidente
2009-2010)



Luiz Carlos Gonçalves
(Presidente 2011-2012)



Airton Pessi – Quick



Ataíde Luiz da Silva –
Baguncinha



Clemente Franzener



Eurico Aparecido
da Silva



Lucas Badan Faria



Milton Henrique de
Carvalho



Silvano Rupolo –
Branco



Evandro Luis Argenton
(suplente)



Zulmiro Bonafé (suplente)



Prefeito Lírío Lautenschlager (à direita) e seu vice Sadi Ribeiro Ramos. *In:* <www.odivisor.com.br>.

SETOR PÚBLICO E OUTRAS INSTITUIÇÕES

No período de 2009 a 2012, o centro político administrativo de Nova Mutum recebeu novos organismos públicos. Instalaram-se na cidade a Justiça do Trabalho – com a criação da Vara do Trabalho de Nova Mutum – e a agência local do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Externa ao CPA, houve ainda a instalação da agência da Caixa Econômica Federal (inaugurada em 2013), que é uma autarquia federal. Na mesma época o município (administração Lautenschlager) assinou o convênio com o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), incluindo a doação da área à instituição pertencente ao chamado Terceiro Setor (a construção das instalações do Senai deu-se na administração municipal posterior).

Também foram criados durante a sexta administração municipal o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (FMDCA) e o programa Despertando Talentos (inicialmente uma ação do Sicredi; ainda apoiado pela cooperativa), na área do Esporte e da Cultura. O município também foi um dos principais mantenedores financeiros da Orquestra Jovem de Nova Mutum, projeto social mantido pela Associação Cultural e Social de Nova Mutum, desde sua fundação, em 2009.



No período de 2009 a 2012, o centro político administrativo de Nova Mutum passou a contar com a Justiça do Trabalho e com a agência do INSS. Fonte: Acervo da Prefeitura Municipal de Nova Mutum.

Sétima e oitava administrações públicas (2013 a 2020)

ELEIÇÕES

Na eleição de 2012, a chapa Adriano Xavier Pivetta (PDT) e Leandro Félix Pereira (PSDC) foi vitoriosa sobre a chapa Lírio Lautenschlager (PMDB) e Neuri Secchi (PSD). Em janeiro de 2013, Adriano tomou posse para seu terceiro mandato e Leandro, que é contador e advogado, estreou em cargos eletivos. Em 2016, pela primeira vez desde a primeira eleição municipal de 1988, Nova Mutum teve chapa única para o Executivo. Adriano e Leandro foram reconduzidos ao governo com o voto “sim” da maioria dos eleitores.

EXECUTIVO (2013-2016)



Prefeito: Adriano Xavier Pivetta (PDT)



Vice-Prefeito: Leandro Félix Pereira (PSDC)

SÉTIMA LEGISLATURA (2013-2016)



Luiz Carlos Gonçalves
(Presidente 2013-2014)



José da Paixão Nonato
(Presidente 2015-2016)



Airton Pessi - Quick



André Piter da Silva



Ataíde Luiz da Silva -
Baguncinha



Francisco Assis
Pereira



Lucas Badan Faria



Lurdes Martins da
Costa



Zulmiro Bonafé



Alexandre da Silva
Tavares (suplente)



Cristiano Alves de Oliveira
- Bicô (suplente)

EXECUTIVO (2017-2020)



Prefeito: Adriano Xavier Pivetta (PDT)



Vice-Prefeito: Leandro Félix Pereira (PSDC)

SÉTIMA LEGISLATURA (2017-2020)



Airton Pessi – Quick (Presidente 2017-2018)



Altair Marcos de Albuquerque (Presidente 2019-2020)



Alexandre da Silva Tavares



André Piter da Silva



Cristiano Alves de Oliveira – Bicô



José da Paixão Nonato



Lucas Badan Faria



Osmar Isoton



Romeu Franques Belém



Prefeito Adriano Xavier Pivetta e seu vice Leandro Félix Pereira atuaram juntos por dois mandatos. Fonte: Acervo da Prefeitura Municipal de Nova Mutum.

Sociedade Civil Organizada (2001 a 2020)

ASSOCIAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS DA RODOVIA DA PRODUÇÃO

A Associação dos Beneficiários da Rodovia da Produção nasceu em 2003 com a missão de administrar a implantação e pavimentação asfáltica da MT-235 (trecho Nova Mutum – Santa Rita do Trivelato), em parceria com o Governo do Estado e as Prefeituras de Nova Mutum e Santa Rita do Trivelato. A iniciativa partiu dos próprios produtores da região, liderados por Alaor Zancanaro – colonizador das comunidades São Manoel e Novo Horizonte –, que no início da década de 2000 teve a ideia de juntar os produtores de Nova Mutum e Trivelato em uma reunião na comunidade Novo Horizonte. Prefeitos e vereadores também foram convidados. Dessa primeira reunião saiu uma carta de intenções, em nome das pessoas físicas participantes (pois ainda não havia a associação), onde se manifestava o desejo de asfaltar a estrada.

A carta de intenções foi entregue a Blairo Maggi durante a campanha eleitoral para o governo do Estado, em 2002. Maggi disse, na ocasião, que já considerava a possibilidade de asfaltar estradas via Parcerias Público-Privadas (PPP). Em seguida, Alaor e os filhos Emerson e Anelise percorreram todas as linhas próximas da rodovia, fazendo um levantamento de produção e capacidade de armazenamento de cada fazenda. A associação foi montada, tendo Alaor como primeiro presidente, e então deu-se início às discussões sobre o trajeto a ser pavimentado.

Originalmente o asfalto iniciaria no posto Maria e José (BR-163) e cortaria a comunidade São Manoel, na estrada original para Trivelato, mas o traçado acabou mudando mais para sul, partindo do núcleo urbano de Nova Mutum e cortando a Gleba Iracema. A passagem por Novo Horizonte era certa. A dúvida estava entre a Gleba Iracema e a São Manoel, e no final houve mais força política e de captação de recursos por parte da Gleba Iracema, que contava



A iniciativa da Rodovia da Produção partiu dos próprios produtores da região, liderados por Alaor Zancanaro. Fonte: Acervo pessoal de Alcindo Uggeri.



Produtores rurais membros da Associação dos Beneficiários da Rodovia da Produção (ABRP) com o secretário estadual de Transportes Luiz Antônio Pagot e os prefeitos Adriano Pivetta (Nova Mutum) e Ilson Matschinske (Santa Rita do Trivelato). Fonte: ABRP. In: <www.abrpmt.com.br>.

com a influência de Otaviano Pivetta (Fazenda Ribeiro do Céu). Durante os dois anos de mandato de Zancanaro concluiu-se a construção dos 42 primeiros quilômetros de pavimentação (ZANCANARO, A., 2018; ZANCANARO, E., 2019).

OUTRAS ORGANIZAÇÕES

Entre as entidades de finalidade social e cultural criadas pela comunidade mutuense no século XXI estão o Centro de Cultura Matogrossense (CCM) Flor de Piqui, fundado em 2005, a Orquestra Jovem de Nova Mutum (OJNM), em 2009, e o Grupo de Escoteiros Lobo Guará 10º MT, em 2010. Em 2012, surgiram a Comunidade Italiana de Nova Mutum, a Comunidade Alemã do Cerrado, a Associação de Proteção dos Animais de Nova Mutum (Apanm) e o Rotary Club de Nova Mutum. Já no âmbito econômico surgiu, em 2008, a Associação dos Integrados da Perdigoão (AIP).

Monumentos mutuenses

Além do popular “Monumento da Santa” – cuja história é contada no capítulo 6 – Nova Mutum conta atualmente com diversos outros monumentos expostos em áreas públicas da cidade.

“O SEMEADOR” E OUTRAS OBRAS DE NELSON PIGA

Com quatro metros de altura, originalmente moldada em ferro e cimento, a obra de arte “O Semeador” tornou-se “estátua símbolo do município” por força da Lei Municipal n. 1.914 de 2015. Criada pelo escultor Nelson Camillo Piga em 2005 e exposta em 2006, na avenida Mutum ao lado leste do paço municipal, a escultura é inspirada na parábola bíblica do Semeador (Lc 8:5-8) e em sua relação com as origens agrícolas do município. O ato de – literalmente – lançar a semente à terra representa a história de grande parte dos pioneiros que escolheram Nova Mutum para viver.

Nascido em 1954, em uma fazenda de café em Londrina (PR), Nelson Piga adotou Nova Mutum como lar em 2003, onde passou a trabalhar como jardineiro e paisagista. Piga também é marceneiro, pintor e músico multi-instrumentista, entre outros ofícios. Logo que se mudou para a cidade, conheceu a empresária Neusa Pivetta Tissiani (irmã do então prefeito Adriano Pivetta) a quem acabou apresentando a ideia do Semeador. “Eu fiz o desenho a lápis em um papel, expliquei a ideia e mostrei fotos de esculturas que eu fiz para cidades do Paraná”, conta o escultor (2018). Ao tomar conhecimento da ideia através da irmã, o prefeito Adriano convidou o artista a executar o projeto, em um serviço



Com quatro metros de altura, originalmente moldada em ferro e cimento, a obra de arte “O Semeador” tornou-se “estátua símbolo do município” por força da Lei Municipal n. 1.914 de 2015. Fonte: Acervo da Prefeitura Municipal de Nova Mutum.

para o município. Assim nasceu a primeira e mais importante obra de Nelson Piga em terras mutuenses.

A segunda escultura de Piga em Nova Mutum foi o Monumento em Homenagem ao Cooperativismo de Crédito, encomendado pela cooperativa Sicredi local e situado na rotatória da avenida dos Canários com avenida dos Uirapurus. Em seguida, construiu a escultura Jesus e a Samaritana no Poço de Jacó, inspirada em mais uma passagem bíblica. Essa obra está alocada em frente à secretaria da Paróquia Sagrada Família, na avenida Mutum com avenida das Araongas. Piga também é autor do Monumento da Bíblia (Praça da Bíblia), do Monumento em Homenagem ao Agricultor Pioneiro (trator; feito para o Sindicato Rural e alocado na rotatória da avenida dos Canários com avenida das Araras) e do Monumento Colonizadores de Nova Mutum (escultura que representa o casal José Aparecido Ribeiro e Hilda Strenger Ribeiro e que substituiu o busto do Dr. Ribeiro na rotatória da avenida Mutum com avenida dos Uirapurus), entre outras obras feitas a particulares.

Com seu trabalho reconhecido em toda a região, Nelson Piga tem obras em Diamantino, Santa Rita do Trivelato, Nova Maringá e Nobres (PIGA, 2018).



Criada pelo escultor Nelson Camillo Piga em 2005, a estátua foi restaurada em 2019 pelas mesmas mãos. *In:* <www.fatormt.com.br>.

LOCOMOTIVA A VAPOR – PRAÇA DOS MIGRANTES

O principal atrativo da Praça dos Migrantes “Vicente Paulino Barreiros” – inaugurada em setembro de 2011 entre os bairros Centro e Jardim – é a fornalha de uma locomotiva a vapor, que se tornou monumento símbolo do local, traduzindo um pouco da história dos desbravadores e colonizadores. Construída em 1960 pela Mernak & Cia, indústria brasileira de máquinas de Cachoeira do Sul (RS), a fornalha pertencia à família Sessi (proprietária de uma das primeiras madeireiras de Nova Mutum) e havia sido adaptada para movimentar uma serraria. A área onde a madeira se situava, na Perimetral das Samambaias, foi adquirida por Giocondo Del Moro, que construiu um supermercado no local e doou a fornalha para o município.

O nome da praça é uma homenagem a Vicente Paulino Barreiros (1941/2010). Ele era natural do estado de São Paulo e migrou para a região de Nova Mutum em 1975, onde dedicou-se profundamente à comunidade e exerceu três mandatos legislativos.⁶⁴

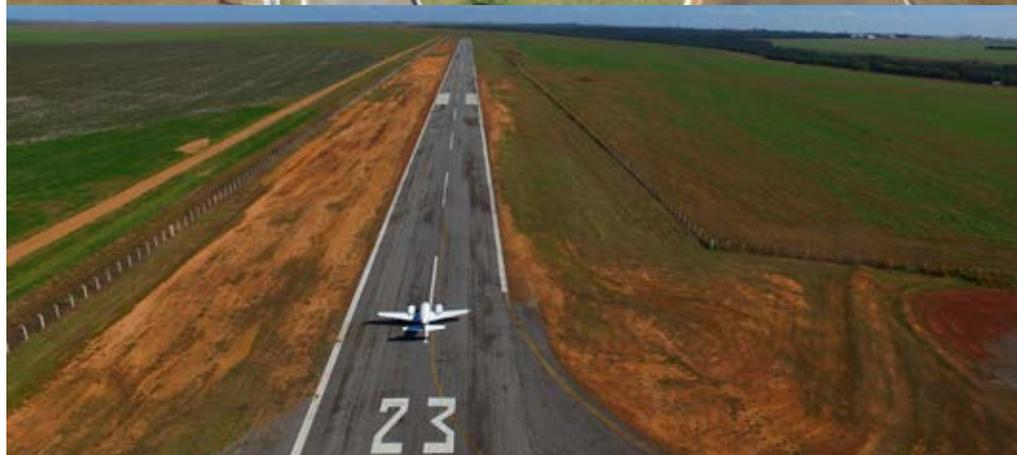


O principal atrativo da Praça dos Migrantes “Vicente Paulino Barreiros” (inaugurada em 2011) é a fornalha de uma locomotiva a vapor, que se tornou monumento símbolo do local. Fonte: Acervo da Prefeitura Municipal de Nova Mutum.

⁶⁴ Disponível em: <http://www.coisasdematogrosso.com.br/noticias/noticia.asp?id=19527¬icia=NOVA_MUTUM_Praça_dos_Migrantes_sera_inaugurada_no_dia_30>. Acesso em: 22 maio 2020.



BR-163 no final da década de 2010. Fonte: Acervo da Prefeitura Municipal de Nova Mutum.



Aeroporto Municipal de Nova Mutum. Fonte: Acervo da Prefeitura Municipal de Nova Mutum.



Cidade de Nova Mutum na segunda metade da década de 2010. Fonte: Acervo da Prefeitura Municipal de Nova Mutum.

REFERÊNCIAS

ABREU, Hermes Gomes de. **Entrevista I**. [abr. 2019]. Entrevistador: Tiago Luiz Franz. Nova Mutum, 2019. Entrevista por e-mail.

ALMEIDA, Manoela Maria Auxiliadora de. **Entrevista I**. [jul. 2018]. Entrevistador: Tiago Luiz Franz. Nova Mutum, 2018. 2 arquivos .mp3 (25 min.).

ALVES, Cleonice. **Entrevista I**. [dez. 2018]. Entrevistador: Tiago Luiz Franz. Nova Mutum, 2018. 1 arquivo .mp3 (38 min.).

ARRUDA, Jair Martins de. **Entrevista I**. [set. 2018]. Entrevistador: Tiago Luiz Franz. Nova Mutum, 2018a. 1 arquivo .mp3 (70 min.).

ARRUDA, Jair Martins de. **Entrevista II**. [out. 2018]. Entrevistador: Tiago Luiz Franz. Nova Mutum, 2018b. 7 arquivos .mp3 (73 min.).

ARRUDA, Terezinha Rossetto de. **Entrevista I**. [set. 2018]. Entrevistador: Tiago Luiz Franz. Nova Mutum, 2018. 2 arquivos .mp3 (20 min.).

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE MATO GROSSO. **Ata n° 56, de 24/05/1988, 40ª Sessão Ordinária da 2ª Sessão Legislativa da 11ª Legislatura**. Cuiabá, MT: Arquivo do Instituto Memória do Poder Legislativo, 1988.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE MATO GROSSO. **Ata n° 80, de 30 de junho de 1988, 61ª Sessão Ordinária da 2ª Sessão Legislativa da 11ª Legislatura**. Cuiabá, MT: Arquivo do Instituto Memória do Poder Legislativo, 1988.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE MATO GROSSO. **Projeto Lei 51/85**. Cria o município de Nova Mutum com área desmembrada dos municípios de Diamantino [processo legislativo completo com todos os anexos, 16 folhas]. Cuiabá, MT: Arquivo do Instituto Memória do Poder Legislativo, 1985.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE MATO GROSSO. **Projeto Lei 101/87**. Cria o município de Nova Mutum com área desmembrada dos municípios de Diamantino e Nobres [processo legislativo completo com todos os anexos, 128 folhas]. Cuiabá, MT: Arquivo do Instituto Memória do Poder Legislativo, 1987.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE MATO GROSSO. **Discurso do Deputado Benedito Santiago na 48ª Sessão Ordinária de 1986 da ALMT**. Cuiabá: ALMT, 1986. (Ata nº 87, folha 17.)

BAGGIO, Leozir. **Entrevista I**. [ago. 2019]. Entrevistador: Tiago Luiz Franz. Nova Mutum, 2019. 2 arquivos .mp3 (36 min.).

BARTZ, Jonas Hartwig. **Entrevista I**. [jul. 2020]. Entrevistador: Tiago Luiz Franz. Nova Mutum, 2020. 1 arquivo .mp3 (6 min.).

BECKER, Gervasio Marco. **Entrevista I**. [abr. 2019]. Entrevistador: Tiago Luiz Franz. Nova Mutum, 2019. 2 arquivos .mp3 (85 min.).

CAMARGO, Marcelo Soares de. **Entrevista I**. [out. 2020] Entrevistador: Tiago Luiz Franz. Nova Mutum, 2020. Informação verbal.

CAMPOS, Marcelo Arantes de. **Entrevista I**. [jul. 2020]. Entrevistador: Tiago Luiz Franz. Nova Mutum, 2020. 1 arquivo .mp3 (14 min.).

CARPENEDO, Vera Terezinha Faccin. **Sicredi Ouro Verde MT: 25 anos de cooperação – uma história de gigantes**. Lucas do Rio Verde: RDC, 2015.

CASAGRANDE, Carmem Regina. **Entrevista I**. [jun. 2018]. Entrevistador: Tiago Luiz Franz. Nova Mutum, 2018. 1 arquivo .mp3 (37 min.).

CENZI, Ademar. **Entrevista I**. [nov. 2020]. Entrevistador: Tiago Luiz Franz. Nova Mutum, 2020. Informação verbal.

CHAGAS, Maria Doroti de Oliveira. **Entrevista I**. [2019]. Entrevistador: Tiago Luiz Franz. Nova Mutum, 2019. Informação verbal.

CLAAS, Mirian. **Entrevista I**. [jul. 2020]. Entrevistador: Tiago Luiz Franz. Nova Mutum, 2020. 1 arquivo .mp3 (12 min.).

COMAJUL – Cooperativa Mista Agropecuária de Juscimeira Ltda. **História**. [2019]. Disponível em: <<http://comajul.com.br/>>. Acesso em: 6 maio 2020.

DESCONSI, Cristiano. **A marcha dos pequenos proprietários rurais: trajetórias de migrantes do Sul do Brasil para o Mato Grosso**. Rio de Janeiro: E-papers, 2011.

DZIACHAN, Boleslau. **Entrevista I**. [mar. 2019]. Entrevistador: Tiago Luiz Franz. Nova Mutum, 2019. 2 arquivos .mp3 (68 min.).

FATOR MT. **Especial Nova Mutum**. Sinop: Fator MT Editora, ano 1, n. 02, 2019. 190 p.

FERNANDES, Alvino. **Entrevista I**. [jul. 2020]. Entrevistador: Tiago Luiz Franz. Nova Mutum, 2020. 1 arquivo .mp3 (9 min.).

FERRAZ, Jaquiline Margarida Felipe. **Entrevista I**. [out. 2018]. Entrevistador: Tiago Luiz Franz. Nova Mutum, 2018. 2 arquivos .mp3 (58 min.).

FERRAZ, Jaquiline Margarida Felipe. **Entrevista II**. [ago. 2019]. Entrevistador: Tiago Luiz Franz. Nova Mutum, 2019. 4 arquivos .mp3 (4 min.).

FERREIRA, João Carlos Vicente. **Enciclopédia Ilustrada de Mato Grosso**. Cuiabá: Integrar, 2014.

FERREIRA, João Carlos Vicente. **Mato Grosso e seus municípios**. Cuiabá: Buriti, 2001.

FLORENTINO, Wagner Teixeira. **A história do município de Nobres**. Nobres: Gns gloria, 2002.

FRANZ, Luiz Pedro. **Entrevista I**. [abr. 2018]. Entrevistador: Tiago Luiz Franz. Nova Mutum, 2018. 1 arquivo .mp3 (57 min.).

FRANZ, Luiz Pedro. **Entrevista II**. [set. 2020]. Entrevistador: Tiago Luiz Franz. Nova Mutum, 2020. Informação verbal.

FRANZENER, Clemente. **Entrevista I**. [out. 2018]. Entrevistador: Tiago Luiz Franz. Nova Mutum, 2018. 1 arquivo .mp3 (50 min.).

GALDINO, Aparecida Ferreira Luis. **Entrevista I**. [abr. 2019]. Entrevistador: Tiago Luiz Franz. Nova Mutum, 2019. 1 arquivo .mp3 (36 min.).

GIACHINI, Ermes. **Entrevista I**. [nov. 2020]. Entrevistador: Tiago Luiz Franz. Nova Mutum, 2020. Informação verbal.

GARCIA, Maria José Melloni. **Entrevista I**. [mai. 2019]. Entrevistador: Tiago Luiz Franz. Nova Mutum, 2019. 2 arquivos .mp3 (42 min.).

GRUPO MUTUM. **Nova Mutum: o passado que fez nosso presente**. Nova Mutum, 2012.

46 diapositivos, color.

HORN, Alfredo Cristiano. **Entrevista I**. [mar. 2019]. Entrevistador: Tiago Luiz Franz. Nova Mutum, 2019a. 7 arquivos .mp3 (88 min.).

HORN, Alfredo Cristiano. **Entrevista II**. [maio 2019]. Entrevistador: Tiago Luiz Franz. Nova Mutum, 2019b. 3 arquivos .mp3 (44 min.).

HORN, Alfredo Cristiano. **Entrevista III**. [out 2020]. Entrevistador: Tiago Luiz Franz. Nova Mutum, 2020. Informação verbal.

HORN, Alfredo Cristiano. **Nova Mutum quer emancipar**. Nova Mutum: Associação de Desenvolvimento Comunitário de Nova Mutum, 1987. (Não publicado).

INFORME RURAL. **Nova Mutum em Revista** – edição especial. Nova Mutum: 5ª Expomutum, 1999.

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos**. [2020]. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1699>>. Acesso em: 5 maio 2020.

IOMAT – Imprensa Oficial do Estado de Mato Grosso. Atos do Poder Executivo. **Diário Oficial do Estado de Mato Grosso**, Poder Executivo, Cuiabá, MT, 1 set. 1987. Ano 97, p. 2. Disponível em: <<https://www.iomat.mt.gov.br/portal/visualizacoes/jornal/9059/#/p:3/e:9059?find=nova%20mutum>>. Acesso em: 2 fev. 2020.

IOMAT – Imprensa Oficial do Estado de Mato Grosso. Atos do Poder Executivo. **Diário Oficial do Estado de Mato Grosso**, Poder Executivo, Cuiabá, MT, 5 mar. 1982. Ano 90, p. 3. Disponível em: <<https://www.iomat.mt.gov.br/ver-pdf/7705/#/p:4/e:7705?find=nova%20mutum>>. Acesso em: 2 fev. 2020.

IOMAT – Imprensa Oficial do Estado de Mato Grosso. Bezerra sanciona lei que cria novos municípios em MT. **Diário Oficial do Estado de Mato Grosso**, Poder Executivo, Cuiabá, MT, 6 jul. 1988. Ano 98, p. 1. Disponível em: <<https://www.iomat.mt.gov.br/portal/visualizacoes/jornal/9265/#/p:1/e:9265?find=nova%20mutum>>. Acesso em: 2 fev. 2020.

IOMAT – Imprensa Oficial do Estado de Mato Grosso. Clube de Mães “Mãe Carolina”. **Diário Oficial do Estado de Mato Grosso**, Poder Executivo, Cuiabá, MT, 28 ago. 1985. Ano 95, p. 23. Disponível em: <<https://www.iomat.mt.gov.br/ver-pdf/8561/#/p:23/e:8561?find=nova%20mutum>>. Acesso em: 9 fev. 2020.

IOMAT – Imprensa Oficial do Estado de Mato Grosso. Cópia fiel da ata de fundação da Escola de 1º Grau Hilda Strenger Ribeiro e eleição da primeira diretoria do setor local da CNEC. **Diário Oficial do Estado de Mato Grosso**, Poder Executivo, Cuiabá, MT, 11 out. 1979. Ano 89, p. 8. Disponível em: <<https://www.iomat.mt.gov.br/ver-pdf/7118/#/p:8/e:7118?find=nova%20mutum>>. Acesso em: 10 fev. 2020.

IOMAT – Imprensa Oficial do Estado de Mato Grosso. Decreto n. 1.346, de 23 de maio de 1985. **Diário Oficial do Estado de Mato Grosso**, Poder Executivo, Cuiabá, MT, 23 maio 1985. Ano 94, p. 7. Disponível em: <<https://www.iomat.mt.gov.br/ver-pdf/8493/#/p:7/e:8493?find=nova%20mutum>>. Acesso em: 2 fev. 2020.

IOMAT – Imprensa Oficial do Estado de Mato Grosso. Decreto n. 1.466, de 23 de junho de 1986. **Diário Oficial do Estado de Mato Grosso**, Poder Executivo, Cuiabá, MT, 24 jun. 1986. Ano 95, p. 31. Disponível em: <<https://www.iomat.mt.gov.br/ver-pdf/8760/#/p:31/e:8760?find=nova%20mutum>>. Acesso em: 7 fev. 2020.

IOMAT – Imprensa Oficial do Estado de Mato Grosso. Decreto n. 1.753, de 17 de dezembro de 1985. **Diário Oficial do Estado de Mato Grosso**, Poder Executivo, Cuiabá, MT, 17 dez. 1985. Ano 95, p. 6. Disponível em: <<https://www.iomat.mt.gov.br/ver-pdf/8638/#/p:6/e:8638?find=nova%20mutum>>. Acesso em: 2 fev. 2020.

IOMAT – Imprensa Oficial do Estado de Mato Grosso. **Diário Oficial do Estado de Mato Grosso**, Poder Executivo, Cuiabá, MT, 29 jun. 1979. Ano 89, p. 10. Disponível em: <<https://www.iomat.mt.gov.br/ver-pdf/7045/#/p:10/e:7045?find=nova%20mutum>>. Acesso em: 2 fev. 2020.

IOMAT – Imprensa Oficial do Estado de Mato Grosso. **Diário Oficial do Estado de Mato Grosso**, Poder Executivo, Cuiabá, MT, 25 fev. 1981. Ano 90, p. 19. Disponível em: <<https://www.iomat.mt.gov.br/ver-pdf/7458/#/p:19/e:7458?find=nova%20mutum>>. Acesso em: 2 fev. 2020.

IOMAT – Imprensa Oficial do Estado de Mato Grosso. **Diário Oficial do Estado de Mato Grosso**, Poder Executivo, Cuiabá, MT, 3 ago. 1981. Ano 90, p. 13. Disponível em: <<https://www.iomat.mt.gov.br/ver-pdf/7563/#/p:13/e:7563?find=nova%20mutum>>. Acesso em: 2 fev. 2020.

IOMAT – Imprensa Oficial do Estado de Mato Grosso. **Diário Oficial do Estado de Mato Grosso**, Poder Executivo, Cuiabá, MT, 2 jun. 1988. Ano 97. Disponível em: <<https://www.iomat.mt.gov.br/portal/visualizacoes/pdf/9241/#/p:1/e:9241?find=nova%20mutumhttps>>. Acesso em: 3 fev. 2020.

IOMAT – Imprensa Oficial do Estado de Mato Grosso. **Diário Oficial do Estado de Mato Grosso**, Poder Executivo, Cuiabá, MT, 26 fev. 1988. Ano 97. Disponível em: <<https://www.iomat.mt.gov.br/portal/visualizacoes/jornal/9178/#/e:9178?find=nova%20mutum>>. Acesso em: 2 fev. 2020.

IOMAT – Imprensa Oficial do Estado de Mato Grosso. **Diário Oficial do Estado de Mato Grosso**, Poder Executivo, Cuiabá, MT, 29 fev. 1988. Ano 97. Disponível em: <<https://www.iomat.mt.gov.br/portal/visualizacoes/jornal/9179/#/p:2/e:9179?find=nova%20mutum>>. Acesso em: 2 fev. 2020.

IOMAT – Imprensa Oficial do Estado de Mato Grosso. Estatutos da Associação Recreativa de Nova Mutum. **Diário Oficial do Estado de Mato Grosso**, Poder Executivo, Cuiabá, MT, 4 out. 1984. Ano 94, p. 13. Disponível em: <<https://www.iomat.mt.gov.br/ver-pdf/8343/#/p:13/e:8343?find=nova%20mutum>>. Acesso em: 5 fev. 2020.

IOMAT – Imprensa Oficial do Estado de Mato Grosso. Extrato de convênio. **Diário Oficial do Estado de Mato Grosso**, Poder Executivo, Cuiabá, MT, 17 dez. 1985. Ano 95, p. 15. Disponível em: <<https://www.iomat.mt.gov.br/ver-pdf/8638/#/p:15/e:8638?find=nova%20mutum>>. Acesso em: 3 fev. 2020.

IOMAT – Imprensa Oficial do Estado de Mato Grosso. Extrato do Estatuto. **Diário Oficial do Estado de Mato Grosso**, Poder Executivo, Cuiabá, MT, 8 maio 1988. Ano 96, p. 37. Disponível em: <<https://www.iomat.mt.gov.br/ver-pdf/8977/#/p:37/e:8977?find=nova%20mutum>>. Acesso em: 5 fev. 2020.

IOMAT – Imprensa Oficial do Estado de Mato Grosso. Extrato do Estatuto. **Diário Oficial do Estado de Mato Grosso**, Poder Executivo, Cuiabá, MT, 25 mar. 1985. Ano 94, p. 31. Disponível em: <<https://www.iomat.mt.gov.br/ver-pdf/8455/#/p:31/e:8455?find=nova%20mutum>>. Acesso em: 7 fev. 2020.

IOMAT – Imprensa Oficial do Estado de Mato Grosso. Extrato dos Estatutos da Associação dos Produtores Rurais de Nova Mutum – “Apronova”. **Diário Oficial do Estado de Mato Grosso**, Poder Executivo, Cuiabá, MT, 1 nov. 1985. Ano 95, p. 39. Disponível em: <<https://www.iomat.mt.gov.br/ver-pdf/8607/#/p:39/e:8607?find=nova%20mutum>>. Acesso em: 9 fev. 2020.

IOMAT – Imprensa Oficial do Estado de Mato Grosso. Extrato dos Estatutos da Associação dos Produtores Rurais de Nova Mutum – “Apronova”. **Diário Oficial do Estado de Mato Grosso**, Poder Executivo, Cuiabá, MT, 4 nov. 1985. Ano 95, p. 15. Disponível em: <<https://www.iomat.mt.gov.br/ver-pdf/8561/#/p:23/e:8561?find=nova%20mutum>>. Acesso em: 9 fev. 2020.

IOMAT – Imprensa Oficial do Estado de Mato Grosso. Lei n. 4.851, de 21 de junho de 1985. **Diário Oficial do Estado de Mato Grosso**, Poder Executivo, Cuiabá, MT, 21 jun. 1985. Ano 95, p. 3. Disponível em: <<https://www.iomat.mt.gov.br/ver-pdf/8513/#/p:3/e:8513?find=nova%20mutum>>. Acesso em: 4 fev. 2020.

IOMAT – Imprensa Oficial do Estado de Mato Grosso. Lei n. 5.321, 04 de julho de 1988. Cria o Município de Nova Mutum, com área desmembrada do Município de Diamantino e Nobres. **Diário Oficial do Estado do Mato Grosso**, Poder Executivo, Cuiabá, MT, 4 jul. 1988. Ano 98, p. 7. Disponível em: <<https://www.iomat.mt.gov.br/ver-pdf/9263/#/p:7/e:9263?find=Lei%205.321>>. Acesso em: 5 fev. 2020.

IOMAT – Imprensa Oficial do Estado de Mato Grosso. Nova Mutum faz reivindicações ao Estado. **Diário Oficial do Estado de Mato Grosso**, Poder Executivo, Cuiabá, MT, 29 abr. 1987. Ano 94, p. 3. Disponível em: <<https://www.iomat.mt.gov.br/ver-pdf/8422/#/p:14/e:8422?find=nova%20mutum>>. Acesso em: 20 abr. 2020.

IOMAT – Imprensa Oficial do Estado de Mato Grosso. Prefeitura Municipal de Diamantino. **Diário Oficial do Estado de Mato Grosso**, Poder Executivo, Cuiabá, MT, 4 fev. 1985. Ano 94, p. 14. Disponível em: <<https://www.iomat.mt.gov.br/ver-pdf/8422/#/p:14/e:8422?find=nova%20mutum>>. Acesso em: 4 fev. 2020.

IOMAT – Imprensa Oficial do Estado de Mato Grosso. Resolução n. 339, de 15 de dezembro de 1987. **Diário Oficial do Estado de Mato Grosso**, Poder Executivo, Cuiabá, MT, 15 dez. 1987. Ano 97, p. 16. Disponível em: <<https://www.iomat.mt.gov.br/portal/visualizacoes/jornal/9167/#/p:16/e:9167?find=nova%20mutum>>. Acesso em: 4 fev. 2020.

IORIS, Marcos Aurélio. **Entrevista I**. [nov. 2020]. Entrevistador: Tiago Luiz Franz. Nova Mutum, 2020. Informação verbal.

ISOTON, Osmar. **Entrevista I**. [abr. 2019]. Entrevistador: Tiago Luiz Franz. Nova Mutum, 2019. 4 arquivos .mp3 (87 min.).

JORNAL ARINOS. Nova Mutum: Empresa Mutum de Comunicações Ltda., edição 049, ano 1, 22 out. 1998. 8 p.

JORNAL DO NORTE. Sinop: União do Norte Editorial e Cultural Ltda, ano 5, n. 124, 15 jul. 1991.

JORNAL UNIÃO DO NORTE. Sinop: União do Norte Editorial e Cultural Ltda, ano 4, n. 92, 15 jul. 1990.

JORTEZ, Edenise. **Entrevista I**. [set. 2020]. Entrevistador: Tiago Luiz Franz. Nova Mutum, 2020. 2 arquivos .mp3 (15 min.).

KRAUSPENHAR, Dulce. **Entrevista I**. [dez. 2018]. Entrevistador: Tiago Luiz Franz. Nova Mutum, 2018. 1 arquivo .mp3 (51 min.).

LAUTENSCHLAGER, Karla Alves de Freitas. **Entrevista I**. [abr. 2019]. Entrevistador: Tiago Luiz Franz. Nova Mutum, 2019. 1 arquivo .mp3 (48 min.).

LAUTENSCHLAGER, Lirio. **Entrevista I**. [abr. 2019]. Entrevistador: Tiago Luiz Franz. Nova Mutum, 2019. 1 arquivo .mp3 (31 min.).

LINDNER, Willi Erich. **Entrevista I**. [set. 2019]. Entrevistador: Tiago Luiz Franz. Nova Mutum, 2019. 5 arquivos .mp3 (28 min.).

LUIS, Sebastião José. **Entrevista I**. [abr. 2019]. Entrevistador: Tiago Luiz Franz. Nova Mutum, 2019. 3 arquivos .mp3 (97 min.).

LUZ, Euclides Rodrigues da. **Entrevista I**. [jul. 2020]. Entrevistador: Tiago Luiz Franz. Nova Mutum, 2020. 1 arquivo .mp3 (12 min.).

MANENTE, Ivonei. **Entrevista I**. [nov. 2020]. Entrevistador: Tiago Luiz Franz. Nova Mutum, 2020. Informação verbal.

MARTINS, Fernando. Empresários Michel e Alan Leplus, dos sucos Melina, comemoram sucesso de sua produção em Nova Mutum. **Página do Enock Cavalcanti**, 21 ago. 2012. Disponível em: <<https://paginadoenock.com.br/e-bem-mato-grosso-empresarios-michel-e-alan-leplus-dos-sucos-melina-comemoram-750-toneladas-de-uvras-produzidas-em-nova-mutum/>>. Acesso em: 20 maio 2020.

MENDES, José Mario Ribeiro. **Entrevista I**. [abr. 2019]. Entrevistador: Tiago Luiz Franz. Nova Mutum, 2019. 1 arquivo .mp3 (58 min.).

MENOLLI, José Carlos. **Entrevista I**. [abr. 2019]. Entrevistador: Tiago Luiz Franz. Nova Mutum, 2019. 1 arquivo .mp3 (86 min.).

MORAES, Francisco Pinardi de. **Entrevista I**. [jun. 2019]. Entrevistador: Tiago Luiz Franz. Nova Mutum, 2019. 2 arquivos .mp3 (50 min.).

MORENO, Gislaene; HIGA, Tereza Cristina Souza (Org.). **Geografia de Mato Grosso:**

território, sociedade, ambiente. Cuiabá: Entrelinhas, 2005.

MOSSMANN, Solange. **Entrevista I**. [set. 2018]. Entrevistador: Tiago Luiz Franz. Nova Mutum, 2018. 1 arquivo .mp3 (29 min.).

MUVUCA POPULAR. **Júlio Campos aponta erros do ‘historiador’ Wilson Santos**. Cuiabá, 15 fev. 2020. Disponível em: <<https://www.muvucapopular.com.br/politica/julio-campos-aponta-erro-do-historiador-wilson-santos/34800>>. Acesso em: 20 jun. 2020.

NOBRES. Prefeitura Municipal. **Município: história**. [2020]. Disponível em: <<https://www.nobres.mt.gov.br/>>. Acesso em: 20 maio 2020.

NOVA MUTUM. Câmara Municipal. **Primeira Legislatura Pública Municipal**. Nova Mutum, 1 jan. 1989.

NOVA MUTUM. Prefeitura Municipal. **Perfil Socioeconômico de Nova Mutum**. Nova Mutum, MT: Prefeitura Municipal, 2018.

NOVA MUTUM. Prefeitura Municipal. **Plano Diretor do Município de Nova Mutum – MT: revisão e atualização – relatório ano 2015**. Nova Mutum, MT: Prefeitura Municipal, 2015.

O ACADEMISTA. Nova Mutum: Academia Nova Mutum, ano 4, n. 33, jun. 1989.

OLIVEIRA, Cristiano Alves de. **Entrevista I**. [out. 2020]. Entrevistador: Tiago Luiz Franz. Nova Mutum, 2020. Informação verbal.

OLIVEIRA, Jorge Eremites de; VIANA, Sibeli Aparecida. O Centro-Oeste antes de Cabral. **Revista USP**, São Paulo, n. 44, p. 142-189, dez./fev. 1999-2000.

ORO, Aldo José. **Entrevista I**. [mar. 2019]. Entrevistador: Tiago Luiz Franz. Nova Mutum, 2019. 4 arquivos .mp3 (60 min.).

OTTONELLI, Valdomir Natal. **Entrevista I**. [jun. 2019]. Entrevistador: Tiago Luiz Franz. Nova Mutum, 2019. 7 arquivos .mp3 (122 min.).

PIGA, Nelson Camillo. **Entrevista I**. [ago. 2018]. Entrevistador: Tiago Luiz Franz. Nova Mutum, 2018. 1 arquivo .mp3 (23 min.).

PIVETTA, Adriano Xavier. **Entrevista I**. [mar. 2019]. Entrevistador: Tiago Luiz Franz. Nova Mutum, 2019. 1 arquivo .mp3 (56 min.).

PARÓQUIA SAGRADA FAMÍLIA. **Livro Tombo**. Nova Mutum, [s.d.].

PETROLI, Viviane. Grito do Ipiranga completa 10 anos como um divisor de águas do setor agrícola de Mato Grosso. **Agroolhar**, 21 abr. 2016. Disponível em <<https://www.agroolhar.com.br/noticias/exibir.asp?id=23205¬icia=grito-do-ipuranga-completa-10-anos-como-um-divisor-de-aguas-do-setor-agricola-de-mato-grosso>>. Acesso em: 15 maio 2020.

PORTAL MATO GROSSO. **Navegação paranista**. Cuiabá, 14 abr. 2020. Disponível em: <<https://www.portalmatogrosso.com.br/matopedia/navegacao-paranista/18345>>. Acesso em: 15 maio 2020.

PORTAL SORRISO MT. **Sorriso**: artista que criou cuia de chimarrão do CTG morre no Pará. **Sorriso**, 20 maio 2016. Disponível em: <<http://www.portalsorrisomt.com.br/noticia/sorriso-artista-que-criou-cuia-de-chimarrao-do-ctg-morre-no-para>>. Acesso em: 20 maio 2020.

RAMOS, Sadi Ribeiro. **Entrevista I**. [mar. 2019]. Entrevistador: Tiago Luiz Franz. Nova Mutum, 2019. 5 arquivos .mp3 (145 min.).

REVISTA PRESTAÇÃO DE CONTAS. **Administração Menolli/Alcindo** – 93 a 96. Nova Mutum, 1996.

RIBEIRO, José Aparecido. **Entrevista para a TV Bandeirantes**. [s.l.], 1986. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=LuX9z2sLljk>>. Acesso em: 15 maio 2020.

ROHDE, Romeu. **Entrevista I**. [jun. 2018]. Entrevistador: Tiago Luiz Franz. Nova Mutum, 2018. 1 arquivo .mp3 (40 min.).

ROTA DO OESTE. **História da rodovia**. 2014. Disponível em: <<http://www.rotadooeste.com.br/pt-br/rodovia/historia-da-rodovia>>. Acesso em: 15 maio 2020.

SALMAZO, Moacir Marques. **Entrevista I**. [out. 2020] Entrevistador: Tiago Luiz Franz. Nova Mutum, 2020. Informação verbal.

SCHAEFER, José Renato. **Nova Mutum e Santa Rita do Trivelato**: história e fundação. 2. ed. Curitiba: Vitória, 2018.

SCHAEFER, José Renato. **Nova Mutum**: fatos, lembranças, escritos e causos. Nova Mutum: Gráfica Mutum, 2010.

SCHAEFER, José Renato. **Nova Mutum: história e fundação**. Nova Mutum: Gráfica Mutum, 2003.

SEVERINO, Nelson. Piscicultor é pioneiro em reprodução artificial. **Diário de Cuiabá**, Cuiabá, 8 nov. 2001. Disponível em: <<http://diariodecuiaba.com.br/economia/piscicultor-e-pioneiro-em-reproducao-artificial/76149>>. Acesso em: 20 maio 2020.

SILVA, Ivone Cella da. **Entrevista I**. [set. 2019]. Entrevistador: Tiago Luiz Franz. Nova Mutum, 2019. Entrevista por e-mail.

SILVA, José de Moura e. **Diamantino: 283 anos**. Cuiabá: Entrelinhas, 2011.

SILVA, Luiz Divino da. **Entrevista I**. [maio 2018]. Entrevistador: Tiago Luiz Franz. Nova Mutum, 2018. 4 arquivos .mp3 (96 min.).

SILVA, Luiz Divino da. **Entrevista II**. [set. 2020]. Entrevistador: Tiago Luiz Franz. Nova Mutum, 2020. Informação verbal.

SIQUEIRA, Elizabeth Madureira; COSTA, Lourença Alves da; CARVALHO, Káthia Maria Coelho. **O processo histórico de Mato Grosso**. 3. ed. Cuiabá: Guaicurus, 1991. 223 p.

SFREDO, Claudio João. **Entrevista I**. [ago. 2019]. Entrevistador: Tiago Luiz Franz. Nova Mutum, 2019. 1 arquivo .mp3 (47 min.).

SÓ NOTÍCIAS. **Morre um dos fundadores do Sicredi em Mato Grosso**. Sinop, 24 ago. 2010. Disponível em: <<https://www.sonoticias.com.br/geral/morre-um-dos-fundadores-do-sicredi-em-mato-grosso/#:~:text=Faleceu%20hoje%2C%20por%20volta%20das,par%C3%B3quia%20Bom%20Jesus%2C%20em%20Juscimeira.>>. Acesso em: 10 fev. 2020.

TISSIANI, Taisa Pivetta. **Conquistas da coragem: uma migração que deu certo**. Curitiba: Universidade Positivo, 2011.

TORRESINI, Elizabeth Wendhausen Rochadel. **Práticas historiográficas**. Porto Alegre, 2010. Disponível em: <<http://metodosdahistoria.blogspot.com/2010/03/2-praticas-historiograficas.html>>. Acesso em: 10 maio 2020.

UGGERI, Alcindo. **Entrevista I**. [fev. 2019]. Entrevistador: Tiago Luiz Franz. Nova Mutum, 2019. 2 arquivos .mp3 (82 min.).

VALDAMERI, Gilberto Angelo. **Entrevista I**. [abr. 2019]. Entrevistador: Tiago Luiz Franz. Nova Mutum, 2019. 1 arquivo .mp3 (30 min.).

VEZ: Nova Mutum em revista. Nova Mutum: Folk Comunicação, n. 03, dez. 2018. 36 p.

VEZ: Nova Mutum em revista. Nova Mutum: Folk Comunicação, n. 08, dez. 2019. 28 p.

ZANCANARO, Alaor Antonio. **Entrevista I**. [out. 2018]. Entrevistador: Tiago Luiz Franz. Nova Mutum, 2018. 1 arquivo .mp3 (29 min.).

ZANCANARO, Emerson. **Entrevista I**. [jun. 2019]. Entrevistador: Tiago Luiz Franz. Nova Mutum, 2019. 1 arquivo .mp3 (33 min.).

ZILIOTTO, Leni Chiarello. **O Brilho de estrelas imortais: outras versões das histórias de vida?** Passo Fundo: Berthier, 2014.

“Nova Mutum se aproximava do trintenário [2018] quando tomamos a importante decisão de realizar este trabalho: uma ampla pesquisa sobre a história do município, entregue à população em forma de livro. Estamos conscientes de que esta obra é uma importante e original contribuição à ainda incipiente historiografia de Nova Mutum, inaugurada pelo Pe. José Renato Schaefer com seus três livros pioneiros voltados ao tema. Buscamos ampliar e fundamentar diversos tópicos, preencher lacunas, identificar e articular os ciclos históricos com critérios técnicos e de forma semelhante a grandes historiografias. Almejamos, com isso, subsidiar futuros historiadores, que, a partir deste livro, poderão melhor delimitar seus trabalhos e traçar suas metodologias de pesquisa; além, é claro, de proporcionar à comunidade mutuense uma ótima fonte de conhecimento da nossa história – um livro que, com certeza, será de grande utilidade para toda a nossa rede de ensino, bem como para concursandos e todos os interessados na história deste jovem e promissor município mato-grossense.”

Prof.^a Elena Maria Maass Lima

Secretária Municipal de Educação e Cultura de Nova Mutum



PREFEITURA MUNICIPAL DE
NOVA MUTUM

ISBN: 978-65-994575-0-0

